

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE ECONOMIA

WEBER LUIZ TORNIZIELLO FILHO

**FINANCIAMENTO ÀS EMPRESAS DE MICRO, PEQUENO E MÉDIO PORTES –
UMA ANÁLISE DO PERFIL DA LIBERAÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
DOS RECURSOS DIRECIONADOS PELO BNDES**

UBERLÂNDIA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE ECONOMIA

WEBER LUIZ TORNIZIELLO FILHO

**FINANCIAMENTO ÀS EMPRESAS DE MICRO, PEQUENO E MÉDIO PORTES –
UMA ANÁLISE DO PERFIL DA LIBERAÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
DOS RECURSOS DIRECIONADOS PELO BNDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof^ª. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa.

UBERLÂNDIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de
Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

T685f Torniziello Filho, Weber Luiz, 1988-
2017 Financiamento às empresas de micro, pequeno e médio portes uma análise do
perfil da liberação e da distribuição regional dos recursos direcionados
pelo BNDES / Weber Luiz Torniziello Filho. - 2017.
195 f. : il.

Orientadora: Vanessa Petrelli Corrêa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Crédito bancário - Teses. 3. Políticas públicas
- Teses. 4. Instituições financeiras - Brasil - Teses. I. Corrêa, Vanessa
Petrelli. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330

WEBER LUIZ TORNIZIELLO FILHO

**FINANCIAMENTO ÀS EMPRESAS DE MICRO, PEQUENO E MÉDIO PORTES –
UMA ANÁLISE DO PERFIL DA LIBERAÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
DOS RECURSOS DIRECIONADOS PELO BNDES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof^ª. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Vanessa Petrelli Corrêa (orientadora)

Prof^ª. Dra. Marisa dos Reis Azevedo Botelho (Universidade Federal de Uberlândia - UFU)

Prof^ª. Dra. Simone Silva de Deos (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

_____/_____/_____
Uberlândia-MG

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.

(Josué 1:9)

“‘Porque sou eu que conheço os planos que tenho para vocês’, diz o Senhor, ‘planos de fazê-los prosperar e não de causar dano, planos de dar a vocês esperança e um futuro’”.

(Jeremias 29:11)

AGRADECIMENTO

Primeiramente quero agradecer ao meu Pai Celestial, Deus, pelas condições físicas e psicológicas de poder estar onde estou hoje. Se não fosse pela vontade Dele, nada disso seria possível.

Muitas pessoas passam pela cabeça nesse momento de agradecimento, afinal, esta é apenas uma etapa do curso da vida. Antes dela, outras foram passadas e vencidas. Nelas, também, houve derramamento de suor e empenho de terceiros. Como são inúmeras estas pessoas, desde as professoras do ensino fundamental, passando por todas as etapas do aprendizado até chegar à pós-graduação, destacarei alguns nomes que marcaram essa trajetória. Dentre estas, a princípio, quatro são mais do que especiais e esteio para mim, embora este número (4) possa ser estendido à sete, oito (...). São elas: minha mãe **Maristela**, meu pai **Weber**, minhas irmãs **Andyara** e **Tayna** formam a base mais sólida que tenho. Ademais, por “capricho” da vida, outras pessoas se juntaram à minha escora, como os cunhados **Beto** e **Washington**, a namorada **Fernanda** e os meus dois sobrinhos, **Vinícius** e **Vicente** (este último, pelo o que foi e é, nos mostrou verdadeira garra e grandes ensinamentos num espaço curtíssimo como humano. Agora como anjo, nos braços do Pai, nos guardará das intempéries dessa terra).

Agradeço às professoras de ensino básico **Lourdes** e **Mara Ciscato**, pelo trabalho árduo que é a alfabetização de crianças; ao professor de graduação **Josimar Cia**, pelo espontâneo apoio; ao professor de cursinho pré-anpec **Amaury Gremaud**, o qual sugeriu a UFU pelas ambições demonstradas por mim e a todos os professores do Instituto de Economia da UFU, em especial ao professor **Niemayer Almeida Filho** pela preocupação comigo em suas aulas e, minha orientadora **Vanessa Petrelli Corrêa** pelo direcionamento nos estudo e amizade ao longo desse período. Agradeço, também, aos funcionários administrativos do Instituto, particularmente à **Camila Bazani** pela cordialidade de sempre.

Também estendo meus agradecimentos aos meus amigos de república que compartilharam comigo momentos memoráveis.

Por fim, fica aqui minha gratidão por tudo que me foi concedido, pelo carinho e atenção de todos envolvidos, de certa forma, nessa jornada.

RESUMO

O presente trabalho estuda a distribuição dos recursos creditícios por parte do Sistema Financeiro Nacional, com enfoque nas linhas de créditos dirigidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) entre os anos de 2000-2014 às Micro, Pequenas e Médias empresas (MPMEs) nacionais. Para tanto, trouxemos a luz a discussão da dinâmica do financiamento do investimento apontada por Keynes, mostrando o papel do *finance*, mas destacando a complexidade do *funding*. Avançando nessa discussão, trouxemos os elementos postulados por Minsky acerca da dinâmica de atuação dos bancos, especialmente após a década de 1960, mostrando sua contínua atuação, relacionando a busca por valorização do capital, com a relação de segurança e liquidez e, também, a contribuição de Dow sobre a lógica da distribuição espacial de recursos. O intuito, portanto, é de verificar se o banco estatal foi capaz de reverter a lógica do sistema bancário, a qual é de concentração de recursos em regiões mais dinâmicas e integradas economicamente e em agentes de maior porte e/ou capitalizados. Desta forma, partindo de uma perspectiva pós-keynesiana, buscamos entender como se deu essa dinâmica, principalmente no pós 2008, em que a crise do *subprime* reverteu as expectativas e, por consequência, tendenciou a retração das linhas de crédito bancários, principalmente na esfera privada. Todavia, ainda que houvesse melhora na distribuição de recursos via banco público em regiões brasileiras que antes não eram contempladas por estes tipos de repasses, identificamos a continuidade da concentração de crédito em regiões mais dinâmicas do país. Para esta observação, criamos, então, índices que captaram a proporção de crédito – seja via BNDES ou via SFN por meio de bancos comerciais e múltiplos – frente ao PIB de cada município brasileiro, versus o IDH destes mesmos municípios, para realizarmos nossas análises. Da mesma forma, fizemos para as macrorregiões Sudeste e Nordeste, a fim de contrapormos essas duas localidades e mostrar a disparidade, do ponto de vista de direcionamento de políticas públicas, ainda existentes.

Palavras chave: Crédito Bancário, Políticas Públicas, Bancos Públicos; Sistema Financeiro Nacional.

ABSTRACT

The present work studies the distribution of credit resources by the National Financial System, focusing on the credit lines directed by the “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social” (BNDES) between the years 2000-2014 to Micro, Small and Medium Enterprises. To that end, we have brought to light the discussion of the investment financing dynamics pointed out by Keynes, showing the role of finance, but highlighting the complexity of funding. Moving forward in this discussion, we have brought the elements postulated by Minsky about the dynamics of banks' performance, especially after the 1960s, showing their continuous performance, relating the search for capital appreciation, the security and liquidity relationship, and also the Dow's contribution to the spatial distribution of resources. The aim, therefore, is to verify if the state bank was able to reverse the logic of the banking system, which is to concentrate resources in more dynamic and economically integrated regions and in larger and / or capitalized agents. Thus, starting from a post-Keynesian perspective, we sought to understand how this dynamic occurred, especially in the post-2008 period, when the subprime crisis reversed expectations and, as a consequence, tended to reduce bank credit lines, especially in the sphere Private. However, although there was an improvement in the distribution of resources through a public bank in Brazilian regions that were not previously covered by these types of onlendings, we identified the continuity of the concentration of credit in the most dynamic regions of the country. For this observation, we created indexes that capped the proportion of credit – either through BNDES or via SFN through commercial banks and multiples – against the GDP of each Brazilian municipality, versus the HDI of these same municipalities, to carry out our analyzes. In the same way, we did for the Southeast and Northeast macro-regions, in order to counterpose these two locations and show the disparity, from the point of view of directing public policies, still existing.

Keywords: Banking Credit, Public Policies, Public Banks, National Financial System.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.1 – TAXA DE JUROS DE CRÉDITO BANCÁRIO (% A.A.)	25
GRÁFICO 1.2: NÚMERO DE AGÊNCIAS DOS BANCOS COMERCIAIS E BANCOS MÚLTIPLOS COM CARTEIRA COMERCIAL - BRASIL	29
GRÁFICO 1.3: NÚMERO DE CIDADES SEM AGÊNCIAS DE BANCOS PÚBLICOS OU PRIVADOS (BANCOS COMERCIAIS E MÚLTIPLOS) – BRASIL	29
GRÁFICO 1.4: ENDIVIDAMENTO PRIVADO EM % DO PIB.....	36
GRÁFICO 1.5: EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO TOTAIS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (2000=100)	37
GRÁFICO 1.6: OPERAÇÕES DE CRÉDITO TOTAIS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – DESTINO POR ATIVIDADE ECONÔMICA (PARTICIPAÇÃO %)	38
GRÁFICO 1.7: OPERAÇÕES DE CRÉDITO TOTAIS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – CRÉDITOS DIRECIONADOS E CRÉDITOS LIVRES (PARTICIPAÇÃO %).....	40
GRÁFICO 1.8: OPERAÇÕES E CRÉDITO TOTAIS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – CRÉDITOS DIRECIONADOS	41
GRÁFICO 1.9: INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (PÚBLICO E PRIVADO) – BRASIL	41
GRÁFICO 1.10: VOLUME DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO A PREÇOS CORRENTES DO SFN SEPARADOS ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS – BRASIL.....	42
GRÁFICO 2.1: FONTES DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTO EM 2014	46
GRÁFICO 2.2: CARTEIRA DE CRÉDITO/PIB – RELATÓRIOS ANUAIS 2013.....	47
GRÁFICO 2.3: DESEMBOLSOS TOTAIS A PREÇOS CORRENTES – BNDES (R\$) x IPCA (%)	48
GRÁFICO 2.4: DESEMBOLSOS TOTAIS DO BNDES A PREÇOS DE 2014 (IPCA)	49
GRÁFICO 2.5: DESEMBOLSO BNDES POR SETOR CNAE – 2000-2014	50
GRÁFICO 2.6: DESEMBOLSO BNDES POR RAMO DE ATIVIDADE CNAE – COMÉRCIO E SERVIÇO - 2016	51
GRÁFICO 2.7: EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO ANUAL ÀS MPMES DO SISTEMA BNDES A PREÇOS DE 2014 (IPCA).....	68
GRÁFICO 2.8: DESEMBOLSO POR PERÍODO ESTUDADO DO SISTEMA BNDES E POR PORTE DE EMPRESA – MPMES....	69
GRÁFICO 2.9: EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO ANUAL DO SISTEMA BNDES – CRÉDITO TOTAL VS. MPMES	70
GRÁFICO 3.1: SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SFN DAS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE.....	83
GRÁFICO 3.2: CRÉDITO SFN/PIB E IDH 2000 (QUADRIÊNIO 2000-2003)	86
GRÁFICO 3.3: CRÉDITO SFN/PIB E IDH 2010 (QUADRIÊNIO 2004-2007)	86
GRÁFICO 3.4: CRÉDITO SFN/PIB E IDH 2010 (QUADRIÊNIO 2008-2011)	86
GRÁFICO 3.5: CRÉDITO SFN/PIB E IDH 2010 (QUADRIÊNIO 2012-2014)	86
GRÁFICO 3.6: DESEMBOLSO TOTAL BNDES POR MACRORREGIÃO BRASILEIRA – 2016	88
GRÁFICO 3.7: CRÉDITO BNDES ÀS MPMES/PIB E IDH 2000 (2000-2003).....	90
GRÁFICO 3.8: CRÉDITO BNDES ÀS MPMES/PIB E IDH 2010 (2004-2007).....	90

GRÁFICO 3.9: CRÉDITO BNDES ÀS MPMES/PIB E IDH 2010 (2008-2011).....	91
GRÁFICO 3.10: CRÉDITO BNDES ÀS MPMES/PIB E IDH 2010 (2012-2014).....	91
GRÁFICO 3.11: CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB (2000-2003).....	94
GRÁFICO 3.12: CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB (2004-2007).....	94
GRÁFICO 3.13: CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB (2008-2011).....	95
GRÁFICO 3.14: CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB (2012-2014).....	95
GRÁFICO 3.15: CRÉDITO BNDES-ME/PIB (2000-2003).....	97
GRÁFICO 3.16: CRÉDITO BNDES-ME/PIB (2004-2007).....	97
GRÁFICO 3.17: CRÉDITO BNDES-ME/PIB (2008-2011).....	97
GRÁFICO 3.18: CRÉDITO BNDES-ME/PIB (2012-2014).....	97
GRÁFICO 3.19: CRÉDITO BNDES PEQUENA EMPRESA (2000-2003).....	98
GRÁFICO 3.20: CRÉDITO BNDES PEQUENA EMPRESA (2004-2007).....	98
GRÁFICO 3.21: CRÉDITO BNDES PEQUENA EMPRESA (2008-2011).....	99
GRÁFICO 3.22: CRÉDITO BNDES PEQUENA EMPRESA (2012-2014).....	99
GRÁFICO 3.23: CRÉDITO BNDES PEQUENA EMPRESA/PIB (2000-2003).....	100
GRÁFICO 3.24: CRÉDITO BNDES PEQUENA EMPRESA/PIB (2004-2007).....	100
GRÁFICO 3.25: CRÉDITO BNDES PEQUENA EMPRESA/PIB (2008-2011).....	100
GRÁFICO 3.26: CRÉDITO BNDES PEQUENA EMPRESA/PIB (2012-2014).....	100
GRÁFICO 3.27: CRÉDITO BNDES MÉDIA EMPRESA/PIB (2012-2014).....	102
GRÁFICO 3.28: CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB – NORDESTE (2008-2011).....	108
GRÁFICO 3.29: CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB – SUDESTE (2008-2011).....	108
GRÁFICO 3.30: CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB – NORDESTE (2012-2014).....	108
GRÁFICO 3.31: CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB – SUDESTE (2012-2014).....	108
GRÁFICO 3.32: CRÉDITO BNDES ME/PIB – NORDESTE (2008-2011).....	115
GRÁFICO 3.33: CRÉDITO BNDES ME/PIB – SUDESTE (2008-2011).....	115
GRÁFICO 3.34: CRÉDITO BNDES-PE/PIB – NORDESTE (2008-2011).....	120
GRÁFICO 3.35: CRÉDITO BNDES-PE/PIB – SUDESTE (2008-2011).....	120
GRÁFICO 3.36: CRÉDITO BNDES-PE/PIB – NORDESTE (2012-2014).....	121
GRÁFICO 3.37: CRÉDITO BNDES-PE/PIB – SUDESTE (2012-2014).....	121
GRÁFICO 3.38: CRÉDITO BNDES-MÉDIA EMPRESA/PIB – NORDESTE (2012-2014).....	127
GRÁFICO 3.39: CRÉDITO BNDES-MÉDIA EMPRESA/PIB – SUDESTE (2012-2014).....	127
GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS A VALORES DE 2016 DO CARTÃO BNDES POR PORTE DE EMPRESA (2003-2016).....	141

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1: PRINCIPAIS MODALIDADES DE CRÉDITO DIRECIONADOS E FONTES DE <i>FUNDING</i>	26
QUADRO 2.1: APOIO FINANCEIRO DO BNDES AO LONGO DE SUA HISTÓRIA	44
QUADRO 2.2: ESTRUTURA DE CAPITAL DO BNDES EM 2014.....	45
QUADRO 2.3: CLASSIFICAÇÃO DE PORTE SEGUNDO PESSOAL OCUPADO.....	59
QUADRO 2.4: CLASSIFICAÇÃO POR PORTE DE EMPRESA – BNDES.....	61
QUADRO 2.5 – CLASSIFICAÇÃO POR PORTE DE EMPRESA – SEBRAE	61
QUADRO 2.6: PARTICIPAÇÃO DO BNDES NOS CONTRATOS BNDES FINAME – 2017	66
QUADRO 3.1: INDICADORES DE CATEGORIZAÇÃO	73
QUADRO 3.2: SITUAÇÃO 1.....	74
QUADRO 3.3: SITUAÇÃO 2	74
QUADRO 3.4: CATEGORIZAÇÕES PARA OS CRÉDITOS BNDES	76
QUADRO 3.5: ESPECIFICAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DO CRÉDITO ÀS MPMEs.....	76
QUADRO 3.6: INDICADORES PARA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS.....	77
QUADRO 3.7: CLASSIFICAÇÃO E INTERVALOS DAS CATEGORIAS	78
QUADRO 3.8: CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS	80
QUADRO 3.9: REGIÃO NORDESTE – 30 MUNICÍPIOS COM OS MELHORES INDICADORES DE CRÉDITO BNDES MEI, EI NO INTERREGNO 2012-2014	104
QUADRO 3.10: REGIÃO NORDESTE – 30 MUNICÍPIOS COMO OS MELHORES INDICADORES DE CRÉDITO BNDES ME/PIB NO INTERREGNO 2012-2014	113
QUADRO 3.11: REGIÃO NORDESTE – 30 MUNICÍPIOS COMO OS MELHORES INDICADORES DE CRÉDITO BNDES-PE/PIB NO INTERREGNO 2012-2014	119
QUADRO 3.12: REGIÃO NORDESTE – 30 MUNICÍPIOS COMO OS MELHORES INDICADORES DE CRÉDITO BNDES-MÉDIAS EMPRESA/PIB NO INTERREGNO 2012-2014.....	123

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1: NÚMERO DE AGÊNCIAS DOS BANCOS COMERCIAIS E BANCOS MÚLTIPLOS COM CARTEIRA COMERCIAL - BRASIL	28
TABELA 2.1: QUALIDADE DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS EM 2014	46
TABELA 2.2: VALORES E ÍNDICES DO BNDES E SEUS PARES MUNDIAIS EM 2013	47
TABELA 2.3: DESEMBOLSOS TOTAIS DO BNDES POR PARTE DA EMPRESA E RAMO DE ATIVIDADE – 2000-2014.....	49
TABELA 2.4: EMPRESAS E PESSOAS OCUPADAS, POR PORTE (2011) – BRASIL	52
TABELA 2.5: MPES ATIVAS VS. ENCERRADAS – BRASIL	54
TABELA 2.6: EVOLUÇÃO DE DESEMBOLSOS DO BNDES	67
TABELA 3.1: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO IDHS POR MACRORREGIÕES BRASILEIRA – 2000-2003	79
TABELA 3.2: CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO IDHS POR MACRORREGIÕES BRASILEIRA – 2004-2007, 2008-2011 E 2012-2014	79
TABELA 3.3: CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SFN POR IDH E MACRORREGIÃO BRASILEIRA (2000-2003)	81
TABELA 3.4: CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SFN POR IDH E MACRORREGIÃO BRASILEIRA (2004-2007)	81
TABELA 3.5: CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SFN POR IDH E MACRORREGIÃO BRASILEIRA (2008-2011)	81
TABELA 3.6: CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SFN POR IDH E MACRORREGIÃO BRASILEIRA (2012-2014)	82
TABELA 3.7: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA DO IDH – SFN (BRASIL).....	85
TABELA 3.8: DESEMBOLSO BNDES ÀS MPMEs POR MACRORREGIÃO BRASILEIRA – 2016	88
TABELA 3.9: CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO TOTAL DO BNDES ÀS MPMEs POR IDH E MACRORREGIÕES BRASILEIRAS (2000-2003)	89
TABELA 3.10: CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO TOTAL DO BNDES ÀS MPMEs POR IDH E MACRORREGIÕES BRASILEIRAS (2004-2007)	89
TABELA 3.11: CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO TOTAL DO BNDES ÀS MPMEs POR IDH E MACRORREGIÕES BRASILEIRAS (2008-2011)	89
TABELA 3.12: CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO TOTAL DO BNDES ÀS MPMEs POR IDH E MACRORREGIÕES BRASILEIRAS (2012-2014)	90
TABELA 3.13: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA – BNDES-MEI, EI (NORDESTE E SUDESTE).....	103

TABELA 3.14: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO BNDES MEI, EI/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA – BNDES-MEI, EI (NORDESTE E SUDESTE).....	104
TABELA 3.15: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO BNDES ME/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA – BNDES-ME (NORDESTE).....	109
TABELA 3.16: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO BNDES ME/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA – BNDES-ME (SUDESTE).....	109
TABELA 3.17: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA – BNDES-PEQUENA EMPRESA (NORDESTE).....	115
TABELA 3.18: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA – BNDES-PEQUENA EMPRESA (SUDESTE).....	116
TABELA 3.19: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA – BNDES-MÉDIA EMPRESA (NORDESTE).....	121
TABELA 3.20: FREQUÊNCIA DE MUNICÍPIOS AO ÍNDICE CRÉDITO/PIB POR CLASSIFICAÇÃO INTERQUARTÍLICA – BNDES-MÉDIA EMPRESA (SUDESTE).....	122
TABELA 1: VOLUME DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DOS BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS – BRASIL.....	140
TABELA 2: INTERVALOS INTERQUARTÍLICOS DO CRÉDITO SFN, CRÉDITO/PIB E IDHs – 2000-2003.....	140
TABELA 3: INTERVALOS INTERQUARTÍLICOS DO CRÉDITO SFN, CRÉDITO/PIB E IDHs – 2004-2007.....	140
TABELA 4: INTERVALOS INTERQUARTÍLICOS DO CRÉDITO SFN, CRÉDITO/PIB E IDHs – 2008-2011.....	141
TABELA 5: INTERVALOS INTERQUARTÍLICOS DO CRÉDITO SFN, CRÉDITO/PIB E IDHs (2012-2014)	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1: CRÉDITO, AGENTES DE MENOR PORTE E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE RECURSOS.....	12
1.1. Perspectiva Teórica de fundo.....	12
1.1.1. Determinantes do crédito e o financiamento do investimento.....	12
1.1.2. Bancos e Concentração Regional de recursos	18
1.2. Desenho institucional da estrutura de financiamento nacional, recursos direcionados e o BNDES.....	22
1.2.1. Desenho do Sistema Financeiro Nacional: recursos Livres vs. Direcionados	22
1.2.2. Desenho do Sistema Financeiro Nacional – a concentração de Agências e forte dispersão no território nacional	28
1.3. Evolução dos Recursos do Sistema Financeiro Nacional e as liberações agregadas do BNDES.....	35
1.3.1. Desalavancagem após a estabilização monetária e expansão do crédito no período 2003-2007	37
1.3.2. Estagnação do crédito no segmento livre e expansão anticíclica dos bancos públicos: 2008 a 2012	40
1.3.3. O período 2012-2014	42
 Capítulo 2: CRÉDITOS DO SISTEMA BNDES ÀS MICRO, PEQUENA E MÉDIAS EMPRESAS E CRÉDITO BNDES TOTAL	 43
2.1. Perfil do BNDES e liberação de recursos no período 2003-2014	43
2.2. Especificidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas e o debate de sua classificação	51
2.2.1. Especificidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas e políticas de fomento	51
2.2.2. O debate da classificação das MPMEs	58
2.3. Modalidades de financiamento do BNDES às MPMEs	64
2.4. Liberações de recursos do BNDES às MPMEs	68
 Capítulo 3: ESTUDO APLICADO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO BNDES DIRIGIDOS ÀS MPMEs.....	 71
3.1. Metodologia – Proposta dos trabalhos aplicados.....	71
3.1.1. Análise de Correspondência	71
3.1.2. Indicadores e Categorização	73
3.1.3. Categorização dos IDHs e as Macrorregiões	79
3.2. O estudo da distribuição de recursos do Sistema Financeiro Nacional	80
3.2.1. Créditos totais por município e IDH.....	80
3.2.2. Análise de correspondências CRÉDITO SFN/PIB e IDH.....	84
3.3. O estudo da distribuição de recursos do BNDES dirigido às MPMEs.....	87
3.3.1. Créditos Totais do BNDES às MPMEs por município e IDH.....	88
3.3.2. Crédito BNDES às MPMEs/PIB	90

3.3.3. Crédito BNDES Microempreendedor individual (MEI), Empresários Individuais (EI) – PF ou PJ/PIB	92
I. Mapas.....	93
II. Indicadores – Análise de Correspondências	94
3.3.4. Crédito BNDES Microempresa (ME)/PIB – Brasil.....	95
I. Mapas.....	95
II. Indicadores – Análise de Correspondências	97
3.3.5. Crédito BNDES Pequena Empresa/PIB	98
I. Mapas.....	98
II. Indicadores – Análise de Correspondências	100
3.3.6. Crédito BNDES Média Empresa/PIB	100
I. Mapas.....	101
II. Indicadores – Análise de Correspondências	102
3.4. Distribuição de recursos do BNDES às MPMES – um detalhamento para as regiões Nordeste e Sudeste	102
3.4.1. Crédito BNDES MEI, EI/PIB – Nordeste vs Sudeste.....	103
I. Mapas.....	106
II. Indicadores – Análise de Correspondências	108
3.4.2. Crédito BNDES Microempresa/PIB – Nordeste vs Sudeste.....	108
I. Mapas.....	111
II. Indicadores – Análise de Correspondências	115
3.4.3. Crédito BNDES Pequena Empresa/PIB – Nordeste vs Sudeste	115
I. Mapas.....	117
II. Indicadores – Análise de Correspondências	120
3.4.4. Crédito BNDES Média Empresa /PIB – Nordeste vs Sudeste.....	121
I. Mapas.....	124
II. Indicadores – Análise de Correspondências	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXO 1	140
ANEXO 2	142

INTRODUÇÃO

Nosso estudo versa sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), enquanto banco público e analisa a capacidade de os bancos públicos agirem como elemento desconcentrador. Esta discussão engloba o período 2000-2014, envolvendo, inclusive, a atuação dos mesmos como elemento anticíclico no interregno 2007-2010 na economia brasileira. O nosso ponto é avaliar o papel do BNDES no sentido de dirigir financiamento para regiões e agentes que têm maior dificuldade de acesso a recursos.

Este estudo se insere no âmbito do Grupo de Pesquisa coordenado pela Professora Dra. Vanessa Petrelli Corrêa sobre estrutura de financiamento brasileira. Vale ressaltar que a análise presente neste trabalho se coloca como uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo citado Grupo de Pesquisa, que gerou diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a temática em questão: Barbosa (2005), Silva (2006), Lima (2009), Quiente (2010), Fernandes (2011), Silva (2012) e Ferreira (2013).

No caso do presente estudo, o trabalho que apresentamos se refere ao estudo dos recursos dirigidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para linhas de crédito às empresas nacionais, centrando-nos na análise da distribuição dos recursos para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)¹, considerando o interregno 2000 – 2014.

A justificativa do trabalho refere-se à importância de se analisar a distribuição dos recursos dirigidos pelo BNDES às empresas de menor porte, na medida em que a dificuldade de crédito é indicada como um fator central para explicar a mortalidade das mesmas. Ademais, outro fator essencial é a compreensão de que essas empresas têm um papel importante na oferta de emprego, sendo o BNDES o ofertador central desse tipo de crédito no país. Ou seja: a discussão está relacionada ao papel do Estado no direcionamento de recursos que não seriam prioritariamente dirigidos pelo setor bancário privado. Na mesma senda de discussão, outra questão que faz parte da linha investigativa do trabalho é aquela que analisa a distribuição dos recursos para as “praças de menor dinamismo econômico”.

Nossa análise envolve a discussão da distribuição de recursos para o financiamento das MPMEs, sendo importante a compreensão do “arranjo financeiro” existente no país, do papel dos bancos públicos e, a partir daí, verificando alguns dados recentes da evolução do crédito no país. Esse será o primeiro capítulo de nossa dissertação.

¹ Doravante designaremos as Micro, Pequenas e Médias Empresas como MPMEs.

A perspectiva teórica da qual partimos considera uma abordagem pós-keynesiana, que é compatível com a verificação de que os bancos privados terão a tendência de ofertar recursos prioritariamente nos espaços de maior dinâmica populacional e econômica. Nesse sentido, os bancos públicos teriam um papel importante de, eventualmente, romper com essa limitação, atingindo localidades menos assistidas e também agentes menos prioritários ao direcionamento do crédito privado, como é o caso das micro, pequenas e médias empresas.

Conforme observado, a indicação da teoria que seguimos é a de que há uma tendência à concentração nas regiões mais dinâmicas e para agentes mais capitalizados. Neste sentido, as regiões menos assistidas e os produtores menos integrados economicamente teriam dificuldade de acesso a recursos. Na medida em que o foco do estudo é o BNDES e o financiamento às empresas, ao discutirmos a perspectiva teórica do trabalho esclareceremos então: (i) os determinantes do crédito bancário e dos desenhos dos sistemas financeiros para financiar o investimento, indicando-se o desenho institucional existente no país e (ii) a lógica de concentração da oferta do financiamento nas regiões mais dinâmicas e em agentes de maior porte.

O ponto de partida da discussão diz respeito à análise da “forma típica” do financiamento do investimento, a partir da abordagem de Keynes. Com base nos conceitos de *finance*² e *funding*³, chegamos à noção simples de que os investimentos têm caráter *ex-post*, sendo que a demanda de recursos para sua efetivação tem um caráter *ex-ante*, logo, os financistas, em especial o sistema bancário, avançam recursos de forma autônoma, sem depender da poupança passada ou da poupança futura calculada (KEYNES 1987a).

Considerando, então, o entendimento dos conceitos de *finance*, investimento, *funding* e, por consequência, da perspectiva de que o financiamento do investimento envolve a complexidade de eventual transformação de prazos de um crédito inicial de curto prazo, e ao fato de que os bancos são criadores de moeda, podemos avançar na compreensão do desenho da estrutura de financiamento nacional. A este respeito, é importante termos em mente como pano de fundo: *i)* que o arranjo financeiro nacional envolve uma relação entre bancos públicos e privados; *ii)* que se estabelece um desenho de financiamento em que a alavancagem de longo prazo se efetiva essencialmente via bancos públicos. A compreensão é a de que a estruturação básica de financiamento, tal como a conhecemos no país, se dá com a reforma financeira da

²Finanças disponíveis aos gastos de investimento iniciais.

³Consolidação financeira das dívidas de curto prazo no tempo adequado à maturação do investimento e sua amortização.

década de 1960. Daí se estabelece uma relação complementar entre instituições financeiras públicas e privadas, numa estrutura de não concorrência efetiva entre ambos – em se tratando de financiamento do desenvolvimento –, ou seja, de longo prazo; *iii*) a lógica da liberação de recursos via bancos públicos nacionais não traz consigo uma preocupação mais efetiva de rompimento da problemática da concentração regional dos recursos. A montagem de bancos regionais como o Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia teriam esse sentido, que se complementaria com a captação de Fundos Constitucionais dirigidos às macrorregiões mais carentes.

A partir daí, a busca pelo entendimento da complexidade da distribuição regional de recursos abarca, tanto a questão teórica sobre o comportamento bancário e o direcionamento de recursos a regiões menos dinâmicas e mais remotas, como também a confrontação dessa questão com a realidade brasileira, que apresenta um desenvolvimento regional desigual.

Com base no exposto acima, destaca-se a importância da ação dos bancos públicos na busca de equalizar essa disparidade. Assim sendo, a lógica do sistema financeiro é de concentração de recursos em regiões mais dinâmicas e integradas economicamente, bem como, em agentes econômicos de maior porte, com maior integração econômica, restando saber se os bancos públicos têm conseguido reverter esta perspectiva.

A análise que pretendemos desenvolver vai ao encontro dessa preocupação, abordando uma problemática particular: referente à verificação do perfil da distribuição de recursos liberados pelo BNDES para o fomento das MPMEs no território nacional, considerando as captações por município.

A esse respeito, é importante observar que ao longo dos anos 2000 foi possível observar uma expressiva expansão do crédito na economia brasileira, considerando-se o sistema financeiro como um todo. No caso dos créditos direcionados, destaca-se a expansão dos recursos do BNDES puxados principalmente pelos créditos dirigidos às grandes empresas. Ainda assim, observa-se também um crescimento importante do direcionamento dos recursos dirigidos às Micro, Pequenas e Médias Empresas. No caso específico desses recursos, estaria o BNDES efetuando uma ação de maior desconcentração de recursos pela via desses financiamentos? A lógica da distribuição desses recursos estaria sendo diferente daquela observada pelo direcionamento dos recursos dos Bancos Comerciais?

A partir dessa problemática, o trabalho tem como pano de fundo a indagação quanto ao papel dos bancos públicos (no caso, o BNDES) no direcionamento de recursos aos agentes de

menor porte. O objetivo do trabalho é o de verificar se o direcionamento dos recursos do BNDES às micro, pequenas e médias empresas apresentam uma lógica distinta daquela que se observa para a liberação do crédito dos bancos comerciais em geral.

Quanto aos objetivos de caráter específico pretende-se:

i. Analisar a evolução do crédito do BNDES, para mostrar o avanço do crédito às micro e pequenas empresas, num contexto de relativo maior direcionamento de recursos a regiões anteriormente menos assistidas;

ii. Analisar a distribuição dos recursos do BNDES às MPMEs, verificando a captação relativa por município e relacionando essa distribuição com o perfil do município, estabelecendo-se ainda a mesma relação para os créditos gerais do Sistema Bancário Nacional.

Posto os objetivos, nossa hipótese está referenciada a questão:

i. Espera-se que a atuação recente do BNDES no direcionamento às Micro e pequenas empresas não tenha rompido com a lógica concentradora. No entanto, para o caso das micro e pequenas empresas, a hipótese é a de que até 2008 seja possível observar alguma melhora no perfil da distribuição. Após 2008 espera-se encontrar uma maior similitude da distribuição dos recursos do BNDES às MPMEs com a lógica do Sistema Bancário em Geral. Ou seja, a hipótese é a de que após 2008, a expansão de recursos tenha se dado na direção de beneficiários mais capitalizados.

Para desenvolver esses aspectos, no primeiro capítulo indicaremos a perspectiva teórica de fundo do trabalho, que definem a compreensão do desenho estrutural do financiamento do país e do papel dos bancos públicos. No segundo capítulo apresentaremos a evolução recente do crédito no Brasil, destacando o papel dos recursos direcionados e mais especificamente do BNDES. A seguir apresentaremos os dados de evolução das liberações de recursos do banco no período sob estudo, destacando a evolução agregada dos financiamentos às MPMEs. Aqui também se apresenta uma problematização relativa ao conceito de porte das empresas e da classificação utilizada. No terceiro capítulo apresentaremos os estudos aplicados.

CAPÍTULO 1

CRÉDITO, AGENTES DE MENOR PORTE E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE RECURSOS

Neste capítulo temos por objetivo apresentar a perspectiva teórica que servirá de base para o estudo desenvolvido em nosso trabalho. Partiremos da perspectiva Keynesiana, sendo que os trabalhos basilares de Keynes (1987a, 1987b, 1982) acerca dos conceitos de: moeda, crédito e preferência pela liquidez, dão a base para a compreensão do papel e dinâmica do sistema bancário em economias capitalistas, destacando seu papel na alavancagem de recursos e na capacidade de criação de moeda. A discussão segue, destacando a lógica pró-cíclica e concentradora da oferta de recursos pelo sistema bancário privado, utilizando a abordagem de Minsky (2013). A seguir, inserido neste mesmo contexto teórico, apresentamos a discussão da distribuição regional de recursos. Essa abordagem dá o pano de fundo para traçar as características do desenho do Sistema Financeiro Nacional e do papel dos bancos públicos, dentre eles, o BNDES.

1.1. Perspectiva Teórica de fundo

1.1.1. Determinantes do crédito e o financiamento do investimento

Consideramos importante indicar a perspectiva teórica do trabalho, que parte da indicação do papel do sistema bancário para o financiamento do crescimento econômico, partindo-se de uma perspectiva Keynesiana, contraposta aos modelos que se utilizam da perspectiva Walrasiana de equilíbrio geral e da dicotomia entre as variáveis reais e monetárias, na qual a moeda exerce, apenas, a função de facilitador de trocas, atendendo essencialmente ao que Keynes chamou de “motivo transação”.

Em nosso trabalho consideraremos a abordagem que parte de Keynes em seus escritos originais e dos avanços vinculados à chamada escola “pós-Keynesiana”⁴, especialmente no que

⁴ Segundo uma das possíveis “classificações” das “famílias do pós-keynesianismo”, Minsky, Davidson, Victoria Chick seriam os “fundamentalistas”, também chamados de “keynesianos financeiros”. Outro dos grupos indicados por esta classificação são os “Pós-keynesianos-Kaldorianos”, como Marc Lavoie, Tom Palley e Antony Thirwall que efetivam a discussão de crescimento.

se refere aos aspectos financeiros da dinâmica das economias monetárias da produção. Nessas economias os processos de decisões envolvem incerteza, sendo que a moeda importa no processo de decisão de gasto dos agentes econômicos. Um dos pontos importantes das economias monetárias da produção é o fato de que há hierarquia entre agentes livres: de um lado estão os ofertadores de trabalho e de outro estão as firmas não financeiras e os bancos, que tomam as decisões que definem a dinâmica econômica.

No contexto dessa economia, que é de trocas generalizadas, a moeda é demandada por si própria, por ser socialmente aceita como dinheiro, funcionando como reserva de valor, uma vez que ela é meio de troca, unidade de conta e meio para a definição de contratos⁵. Nessa economia então há demanda de moeda, não apenas pelo “motivo transação”, como também para o “motivo precaução” e “especulação”, destacando-se também o chamado motivo “*finance* para investimento”.

O processo econômico nessa perspectiva é fundamentalmente dependente do comportamento da demanda, que não pode ser calculada *ex-ante*⁶, sendo que o componente mais complexo é o investimento. No entanto, o investimento é justamente o componente de demanda que define as decisões que levam ao crescimento econômico, sendo uma variável chave na determinação do emprego.

Explicita-se a impossibilidade de conhecer *ex-ante* as variáveis no futuro e a racionalidade da tomada de decisão dos agentes, que envolve a verificação do comportamento médio do mercado. As decisões de investimento, no entanto, têm caráter altamente instáveis,

⁵ A perspectiva da moeda seguida é compatível com a perspectiva Marxista, ainda que se mantendo as especificidades de ambas as análises. Segundo Munhoz e Linhares (2009, p.102), “é trivial que tanto Marx quanto Keynes se preocupam com a importância do papel da moeda na economia. Ambos os autores assinalam a diferença entre uma economia de troca direta e uma economia produtora de mercadorias, monetária, na qual a moeda assume papel essencial e oculta as relações sociais de produção”. Para Arestis (1996); “*The ideas which are classified as post-Keynesian have a long history and post-Keynesian economics reflects the Classical tradition and Marx as much as it does Keynes and Kalecki.*”

⁶Ao analisar a perspectiva teórica dos Pós-Keynesianos, Arestis (1996) indica que: “*The main aim of post-Keynesian economics is to provide a clear understanding of how the economy works, by relating economic analysis to real economic problems. 1 The major objective is to complete the unfinished Keynesian revolution, to generalize The General Theory (Eichner and Kregel, 1975, p. 1293; Robinson, 1956). The principle of effective demand is the backbone of its analysis as it was in Keynes's General Theory (1936). 2 Effective demand in post-Keynesian analysis implies that it is scarcity of demand rather than scarcity of resources that is to be confronted in modern economics, so that output is ordinarily limited by effective demand, although it is recognized that supply constraints are present in modern capitalist economies. 3 Individual choice is heavily influenced by income, class and the technical conditions of production, as well as by relative prices, so that income, not just substitution effects, along with income distribution amongst social classes, become the main objects of analysis. It is also recognized that individual behavior is determined by social, conventional and institutional factors. These are the main contributions which the institutionalist tradition has provided for post-Keynesian thinking.*

uma vez que os empresários precisam antever acontecimentos futuros, realizando cálculos expectacionais, relacionando os gastos presentes relativos à compra dos bens de capital com a taxa de retorno futura esperada de seus investimentos (eficiência marginal do capital) e, comparando ainda esta relação com a taxa de juros.

Considerando o perfil de nosso trabalho, nos interessa a análise do financiamento das decisões de gasto das empresas, destacando-se as diferenças entre o financiamento da produção e do financiamento do investimento. Ademais, outra questão que queremos destacar é a lógica de direcionamento desses recursos pelos agentes financiadores.

A análise do papel e dos limites dos financistas é basilar para a compreensão das hipóteses levantadas pelo trabalho. Um dos pontos importantes dessa discussão refere-se ao fato de que as decisões de investimento e de financiamento do investimento não dependem da poupança passada e, muito menos, da poupança futura calculada *ex-ante*.

Note-se que a perspectiva do autor e dos autores que seguem suas ideias originais (os pós-keynesianos) é a de que é impossível saber o que os empresários vão vender, é impossível saber o lucro futuro, é impossível saber a renda futura e, portanto, é impossível saber a poupança futura. Não é a poupança passada, nem a poupança futura calculada que definirão os recursos para os gastos com investimentos e sim a capacidade dos bancos de criar moeda contábil, a partir de sua visualização do futuro.

No caso específico dos bancos, os agentes podem poupar “*ex ante*, *ex post*, até ficarem azuis” (KEYNES, 1987a) e mesmo assim os bancos podem decidir não emprestar. A política monetária não é capaz de afetar a decisão dos investidores e do sistema bancário nos momentos de queda de confiança.

Assim, uma das características marcantes deste sistema é a sua capacidade endógena de criação de moeda, que Keynes explicita claramente em seus escritos posteriores à Teoria Geral (KEYNES, 1987a e 1987b).

Para Keynes, o *finance* para o investimento (recurso *ex-ante* que permite a decisão de gasto) então, prescindirá de poupança. O próprio investimento será responsável pela geração de poupança. Para o autor,

... o “financiamento” [*Finance*] constitui, essencialmente, um fundo rotativo. Não emprega poupança. É, para a comunidade como um todo, apenas uma transação contábil. Logo que é “usado”, no sentido de ser gasto, a falta de

liquidez é automaticamente compensada e a disposição temporária está de novo pronta a ser usada mais uma vez (KEYNES, 1987b, p.168).

Neste sentido, a poupança não é limitante do nível de investimento em uma economia. O que limitará o nível de investimento então, não será a poupança, mas a decisão do sistema bancário de liberar crédito, “o mercado de investimentos pode tornar-se congestionado por causa de falta de dinheiro, mas nunca se congestionará por falta de poupança” (KEYNES, 1987b, p.170).

Assim, entender como os gastos são financiados (especialmente os de investimento) é um fator primordial, dada sua importância, e desmistificar que a poupança não é seu limitante, fato ainda relevante.

Para além dessa discussão, outro elemento importante, em sequência, é aquele referente aos arranjos financeiros possíveis para se efetuar decisões complexas de gastos como as de investimento em máquinas e equipamentos, seguindo a discussão iniciada para a análise do *finance*.

A capacidade de pagamento dos agentes é um fator considerado pelos bancos quando decidem avançar recursos. A este respeito, um dos problemas importantes envolvendo as operações de financiamento do investimento refere-se ao fato de que os bancos privados preferem operar ofertando crédito de curto prazo (uma vez que seus passivos podem reverter rapidamente), enquanto que os demandadores do crédito (os investidores) não teriam condições de quitar suas dívidas a curto prazo, considerando apenas os fluxos de receitas resultantes de seu empreendimento. De fato, em um período de produção, o investidor não recupera os recursos para pagar o empréstimo relativo ao financiamento do investimento.

Na verdade, a decisão de avançar recursos para o investimento envolve uma dupla determinação. A primeira, refere-se à visualização quanto ao comportamento futuro do mercado, no que se refere à manutenção (ou não) do período de expansão econômica. A segunda, refere-se à capacidade de pagamento da dívida contraída. Na medida em que a dívida tenha se efetuado a partir de uma operação de curto prazo, o sistema bancário só estará disposto a avançar recursos caso haja canais de consolidação financeira. Ou seja, de que haja instituições capazes de transformar uma dívida de curto prazo em uma dívida de longo prazo. É esta transformação que é denominada de “*funding*”. Mesmo que o banco considere que pode avançar o recurso no momento do ciclo financeiro em que se encontra, ele não necessariamente avançará o recurso. Em determinadas situações, só o fará se houver a possibilidade de

consolidação financeira, o que nos abre a discussão sobre os “arranjos financeiros de financiamento do investimento” (CORRÊA, 1996).

A consolidação financeira da transformação da dívida de curto prazo numa de longo prazo pode não estar a cargo dos bancos. A realização do *funding* poderia ocorrer, por exemplo, através do lançamento de títulos de longo prazo em mercado de capitais, pela empresa tomadora de recursos. Neste caso, os “poupadores”, teriam que decidir comprar estes títulos. Caso isto ocorresse, o circuito de transação do financiamento do investimento estaria fechado.

Note-se, no entanto, que mais uma vez não se sabe o que os “poupadores” irão fazer com seus recursos. Caso se esteja em um período de expansão, seria razoável supor que os poupadores poderiam decidir por comprar os títulos lançados pelas empresas. No entanto as operações de *funding* envolvem risco, na medida em que, nada garante que a previsão citada ocorra. A dependência de estabilidade econômica, de mercados organizados, de inovações financeiras e expectativas favoráveis são extremamente importantes nesta operação.

Outra forma de realização do *funding* seria através da abertura de capitais da firma, transformando-a em uma sociedade por ações e negociando-as em mercado de capitais. A venda das ações em mercado (uma troca de propriedade) permite levantar os recursos para pagar o banco. Note-se que também aqui isso só é possível se as “poupanças *ex-post*”, resultantes do processo de investimento se dirigirem à compra das ações. Um ponto importante é o de que a ação, para quem a comprou, tem o perfil de um título líquido, que pode ser vendido em mercado secundário.

Estas operações provocam uma transferência do direito de propriedade e o compromisso de pagamentos de dividendos no futuro, abrindo ainda a possibilidade de ganhos especulativos (por diferenças de preços). No entanto, estas operações também acontecem apenas em momentos de estabilidade e perspectiva de expansão futura da economia, pois nos momentos de crise, cresce a preferência pela liquidez, havendo movimento de venda de títulos. Assim, a oferta de crédito para o financiamento do investimento vai além da definição e discussão do *finance*.

Tendo os bancos a capacidade de criar moeda, estes podem realizar o *finance*, e efetivada a decisão de investimento, este gera um fluxo de renda novo, sendo que a parte não consumida é a poupança. É essa poupança (e esses poupadores) que teriam que se dirigir para a compra de títulos de dívida ou de ações lançados pela empresa em mercado de capitais. É

claro, que toda essa operação não pode ser realizada a qualquer momento, dada a instabilidade da economia e as expectativas que acercam o futuro.

Finance → Investimento → Poupança → *Funding*.

Este é o arranjo financeiro básico indicado por Keynes, que tem por detrás o modelo institucional do desenho histórico da Inglaterra, sendo que o dos Estados Unidos também acabou sendo basicamente o mesmo.

Para além desse desenho básico, no entanto, podem existir outros arranjos. O importante a reter são os seguintes aspectos (i) o papel do sistema bancário na criação de moeda, de forma independente à poupança; (ii) a complexidade do financiamento do investimento no que se refere à temporalidade de ativos e passivos de credores e devedores; (iii) a possibilidade da existência de canais de consolidação financeira que permitam o alargamento de prazo; (iv) o papel dos “poupadores” na alocação de recursos para o *funding*.

Para além disso, na medida em que o desenho de financiamento esteja nas mãos de bancos privados, se destacam dois aspectos que são avançados pelos autores pós-keynesiados, em especial por Minsky:

1- O fato de que os bancos buscam a valorização de capital e sua atuação envolve uma lógica de ajuste de portfólio em que a oferta de crédito depende do momento do ciclo econômico e da comparação do potencial de rentabilidade dessa operação em comparação com outras mais líquidas, como as aplicações em títulos e valores mobiliários, por exemplo. Nesse sentido, os bancos privados são essencialmente pró-cíclicos.

2- O fato de que os bancos privados tendem a concentrar sua oferta de créditos em espaços de maior dinamismo;

3- O fato de que bancos privados tendem a ter preferência de direcionamento de recursos a agentes mais capitalizados.

Descendo em um nível concreto de análise, um dos pontos importantes a reter é o fato de que em economias periféricas, os desenhos de financiamento mais encontrados estiveram mais relacionados à dinâmica do mercado de crédito, sendo os mercados de capitais pouco desenvolvidos.

No caso brasileiro, especificamente, se abrem duas discussões:

i) A alavancagem de recursos para o financiamento de longo prazo foi efetuada essencialmente por bancos públicos – O BNDES, que trabalha com captações compulsórias.

Nesse sentido, o perfil dessas captações é um elemento importante de discussão. No caso do nosso foco de trabalho estamos interessados em um aspecto adicional: o de que a existência de um banco público, capaz de efetuar financiamentos a prazos mais longos e tendo um papel central no direcionamento de recursos, não é condição suficiente para que os mesmos cheguem aos agentes de menor porte.

ii) A alavancagem de recursos efetuada por bancos públicos nacionais não priorizou, historicamente, a questão da distribuição regional de recursos como elemento essencial para a redução das disparidades regionais e de acesso a recursos.

1.1.2. Bancos e Concentração Regional de recursos

A busca pelo entendimento da complexidade da distribuição regional de recursos abarca, tanto a questão teórica sobre o comportamento bancário e o direcionamento de recursos a regiões menos dinâmicas e mais remotas, como também a confrontação dessa questão com a realidade brasileira, que apresenta um desenvolvimento regional desigual.

Conforme já evidenciado neste trabalho, a presença de incerteza é elemento direcionador da tomada de decisão do sistema bancário privado quanto a avançar crédito. Um elemento importante é o de que o sistema bancário é essencialmente pró-cíclico, sendo que nos momentos de reversão de expectativas ele é o primeiro a mudar o direcionamento de suas decisões, reduzindo abruptamente o crédito (MINSKY, 2013).

Um elemento adicional de discussão refere-se à questão das diversidades regionais, na medida em que o sistema bancário tende a se comportar de forma diferenciada, a depender do espaço para o qual os recursos estão sendo dirigidos. Esta perspectiva também é levada adiante pela literatura Pós-Keynesiana.

Considerando-se a discussão sobre o comportamento do sistema bancário apontado por Minsky (2013), indica-se que, nos momentos de expansão, a tendência é a de que haja concentração da oferta de crédito nas regiões de maior dinamismo econômico, enquanto que as regiões menos dinâmicas são relativamente menos assistidas. De outra parte, nos momentos de piora das expectativas, quando os créditos passarão a reduzir, são as regiões periféricas aquelas que primeiro sentirão a reversão. Sendo assim, em momentos de desconfiança por parte dos agentes, o *modus operandi* do funcionamento da tomada de decisões se utiliza de elementos convencionais, ou seja, intensificação das desigualdades regionais. Isso se dá à retração da

liquidez, fazendo com que o volume de financiamento seja canalizado para praças de maior dinamismo econômico e de menor risco. De forma geral, as instituições financeiras privadas não atuam na concessão de crédito de longo prazo, justamente pelo fato de haver riscos e incertezas, baixos retornos, grande volume de recursos e maiores prazos de financiamento. Desta forma, há elevação das taxas de juros e restrição à expansão de crédito em regiões periféricas.

Para economistas pós-Keynesianos, a Teoria da Causação Cumulativa e da Dependência oferece elementos para entender como o sistema financeiro afeta o lado real da economia, resultando em padrões de desenvolvimentos regionais desiguais. Segundo Dow (1982, 1993), a mudança da preferência pela liquidez dos indivíduos e bancos, altera o multiplicador bancário, havendo disparidades no processo de investimento nas distintas regiões.

Dentro desta lógica, os bancos nacionais acabam por emprestar menos para a periferia, dada a sua estrutura econômica e o remoto controle sobre as suas filiais. Bancos específicos da periferia, por sua vez, preferirão manter um nível mais alto de reservas e restringir os empréstimos locais, colocando-se em uma posição de desvantagem relativa e encorajando a concentração bancária no centro. (NOGUEIRA, FIGUEIREDO E CROCCO, 2008, p. 4).

Ou seja, os bancos de vulto nacional tendem a desprivilegiar a periferia, por seu caráter remoto, por sua distância do centro de tomada de decisão, pela existência eventual de menor conhecimento e informação. De outro lado, os bancos regionais, teriam uma preferência de liquidez maior e seriam mais frágeis, impactando nos momentos de reversão de expectativas a reduzirem rapidamente seus empréstimos, fato que corrobora a disparidade de desenvolvimento frente às regiões centrais. Outro ponto que devemos levantar é a fuga de divisas das regiões periféricas para as regiões centrais em momentos de incertezas de mercado, aliado com a maior preferência pela liquidez dos indivíduos participantes desta região, o que, evidentemente, diminuirá os fundos bancários.

Dow é uma das autoras que destaca a existência de regiões centrais e periféricas mostrando o diferente comportamento dos agentes. A característica das regiões centrais é a de que as mesmas são economias detentoras de prosperidade, com mercados ativos e desenvolvidos, além de sofisticação financeira, historicamente com estrutura produtiva industrial e comercial, e forte concentração populacional. Ao passo que as regiões periféricas, apresentam economias estagnadas, de mercados frágeis e com baixa inovação financeira,

concentradas no setor primário de manufaturas de baixa tecnologia, sendo que pode existir maior dispersão populacional. Sendo assim, fica claro o fluxo de trocas entre esses dois grupos, sendo o segundo grupo o produtor de produtos manufaturados, que exporta os mesmos para as regiões periféricas (primeiro grupo), essencialmente agro produtora. Isto se coloca para regiões centrais e periféricas no interior dos países, como no caso do próprio Brasil. Outra característica que diferencia esses dois grupos, refere-se ao processo inovativo dos instrumentos financeiros. As regiões de menor dinamismo econômico só as recebem depois de algum tempo dos instrumentos estarem em vigor nas regiões dinâmicas. Um fator que explica esse fenômeno é o custo de transação e informação, fruto da distância entre essas economias. Os bancos que possuem centros decisórios em suas unidades localizadas nas regiões centrais, tendem a não possuírem informações dos projetos de suas unidades nas regiões periféricas nos mesmos níveis que possuem nas regiões centrais, reduzindo-se a credibilidade quanto aos projetos. Já as unidades bancárias periféricas apresentam maiores informações e melhor organização de projetos, tendo maior facilidade de obter pareceres favoráveis a seus projetos.

Autores Christaller (1966) e Losch (1944/54), que não são pós-keynesianos, também defendem ideias compatíveis com a discussão apresentada por Dow. Levantam a teoria do “lugar central”. A agregação do sistema urbano à análise é a ideia fundamental, no sentido de explicar a localização de atividades, de acordo com as urbanidades inerentes a cada lugar central de maior ou menor hierarquia, partindo-se de um modelo hierárquico. Existiriam, assim, centros urbanos com diferentes hierarquias de “centralidade”. Os mais dinâmicos, que apresentam maiores relações de fluxos de bens e serviços com as demais localidades estariam em uma hierarquia superior, enquanto que os municípios que apresentam menores relações estariam em uma hierarquia mais baixa. Nesse contexto, os centros urbanos de maior hierarquia são mais dinâmicos, têm maior concentração populacional, concentram serviços, dentre eles os bancários e tendem a receber relativamente mais recursos do que as urbanidades de menor hierarquia.

Avançando nessa discussão, os trabalhos de Crocco, Ruiz e Cavalcante (2008) e de Sicsú e Crocco (2003), a teoria do “lugar central” é expandida para a análise do sistema financeiro, a qual postula a existência de uma hierarquização espacial, destacando a diferença entre centros financeiros e seu entorno, quanto à concessão de crédito. Ou seja, a ideia é a de que as atividades financeiras tendem a se concentrar em regiões de maior dinamismo econômico e concentração populacional. Não destoante dessa lógica são os bancos, os quais se aglomeram em regiões com as características mencionadas anteriormente.

Para a teoria regional tradicional, segundo Dow e Fuentes (2006), há subestimação da influência da moeda sobre as disparidades regionais de renda, visto que se pressupõe a neutralidade da moeda, não tendo, então, a moeda exercendo efeitos sobre as variáveis reais da economia. Logo, a moeda também não tem influência na determinação de variáveis a nível regional, o que vai contra o argumento construído a partir da perspectiva pós-Kenesyana que estamos tratando.

Rodriguez-Fuentes (1998) explicita três razões para desconsiderar os efeitos de variáveis monetárias: *(i)* se baseia na hipótese ortodoxa da neutralidade da moeda no longo prazo, o que resultaria na inexistência de impactos em variáveis reais em nível regional; *(ii)* não há utilização de políticas monetárias a nível regional e *(iii)* a existência de economias extremamente abertas e com perfeita mobilidade de capital.

Concretamente, estudos realizados a partir da década de 1980, indicam maiores dificuldades na obtenção de crédito nas regiões periféricas. Ademais, também se apresenta a questão da dificuldade de acesso de indivíduos mais vulneráveis, iniciando-se a explicitação do conceito de “exclusão financeira”. Este processo é intensificador das desigualdades regionais e sociais, dada a existência de uma grande parcela da população excluída do acesso ao crédito e à conta bancária.

Ainda que pese o avanço tecnológico e a liberalização financeira, os centros financeiros mundiais relutam em dinamizar as atividades em regiões periféricas, contribuindo para a concentração espacial dos serviços financeiros, o que gera exclusão financeira de áreas inteiras e, conseqüentemente, o engessamento dessas regiões rumo ao desenvolvimento.

Aqui, segundo DEOS, MENDONÇA, 2010, os bancos públicos “podem e devem ser utilizados na perspectiva de reduzir as desigualdades que são geradas e reforçadas pelos agentes de mercado, sejam elas setoriais ou regionais”.

Confirmando a perspectiva indicada acima, diversos trabalhos apontam que o sistema bancário brasileiro atua de forma diferenciada no espaço, de acordo com sua localização, o que intensifica as desigualdades regionais, dentro da perspectiva Keynesiana pós-Keynesiana. Dentre eles destacamos os autores Nogueira, Figueiredo e Crocco (2008), Amado (1997, 1998), Crocco e Jayme Jr. (2006), Corrêa, 2006, Crocco, Ruiz e Cavalcante (2008), Sicsú e Crocco (2003), Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2004), Corrêa e Muniz (2010).

1.2. Desenho institucional da estrutura de financiamento nacional, recursos direcionados e o BNDES

O que se pretende destacar aqui é o desenho do Sistema Financeiro Nacional (SFN), para destacar o financiamento às empresas, especialmente no que tange ao crédito do investimento. O destaque vai para o fato de que, no Brasil, esse financiamento se concentra fortemente no crédito bancário, mais especificamente no BNDES, um banco público.

1.2.1. Desenho do Sistema Financeiro Nacional: recursos Livres vs. Direcionados

Para a compreensão dessa configuração, consideramos importante destacar o formato institucional de nosso Sistema Financeiro, no sentido de se destacar a centralidade de bancos públicos, que concentram os financiamentos mais complexos, efetuados a partir de fundos compulsórios.

No que se refere à organização do mercado de crédito no país destacamos a existência de bancos públicos e privados (nacionais e estrangeiros ou com participação estrangeira). Para os propósitos de nosso trabalho, importa salientar que, a partir da Reforma Financeira efetuada na década de 1960, se estabelecem o desenho básico do Sistema Financeiro Nacional que perdura até hoje (CORRÊA, 1996).

Se estabeleceu, a partir daí, um sistema de captações compulsórias que definiram direcionamentos de recursos com prazos mais longos e a agentes e regiões com maior dificuldade de acesso a financiamentos. Isso conformou o chamado “segmento de crédito direcionado” e fortemente ligado e capitaneado por bancos públicos.

Nesses termos, a Reforma e seus ajustes posteriores estabeleceu:

1- Que o financiamento agrícola seria efetuado dirigindo recursos de parte dos depósitos à vista captados (as chamadas exigibilidades sobre depósitos à vista), sendo que o Banco do Brasil passou a ser o principal operador desses créditos, englobando o crédito a custeio, comercialização e investimento. A partir dos anos 1990 foi estabelecida a criação de Novas Fontes de Recursos dirigidos para o crédito Rural, mas o mesmo continuou ainda fortemente centrado no crédito bancário e puxado pelo Banco do Brasil.

2- Que o financiamento imobiliário seria efetivado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), conformado pelo BNH e também, posteriormente, pelas cadernetas de

poupança, que deveriam dirigir seus recursos à construção civil. Os recursos do FGTS e do direcionamento das cadernetas de poupança seriam a base dos recursos para o setor. Depois dessa conformação inicial, o BNH foi extinto e a Caixa Econômica Federal passou a operar nesse segmento, sendo o oferecedor central de crédito à construção civil. Mais recentemente, nos anos 2000, foram estabelecidas regulações no mercado de capitais que geraram avanço para o financiamento à construção civil, não bancária.

3- Que o financiamento ao investimento seria efetuado pelo BNDES, que fora criado anteriormente à Reforma e que operava pela via de captações advindas da cobrança de “adicionais do imposto de renda” e que posteriormente se efetivou de forma mais estável pela transferência do PIS/PASEP ao banco. Depois disso, a fonte básica de recursos passou a ser a transferência do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) ao Banco.

Note-se que na proposta de Reforma, o financiamento de médio prazo às empresas deveria ser efetuado essencialmente pela via de Bancos de Investimento, sendo que as mesmas deveriam efetuar uma articulação com o mercado de capitais. Isso, no entanto, não ocorreu de fato e o financiamento às empresas ficou fortemente centrado no BNDES. De outra parte, as financeiras assumiram o crédito aos bens duráveis de consumo⁷.

Nesses termos, nessa estrutura, os bancos privados se concentraram fortemente no segmento de crédito livre e, fundamentalmente, de curto prazo, enquanto que os bancos públicos assumiram o direcionamento do crédito de prazo mais longo: para a agricultura, para a construção civil, para o investimento.

As ofertas de crédito livre estão relacionadas, por exemplo, ao crédito à compra de veículos e a bens de consumo duráveis, ao segmento de cartão de crédito, ao crédito à pessoa física mais geral, ao crédito para capital de giro e, ao chamado “cheque especial”. Um comentário adicional é o de que o crédito nesse segmento geralmente apresenta taxas de juros de ponta extremamente altas e descoladas da taxa básica de juros.

Paralelamente, o crédito direcionado, tem por detrás alguma política pública e uma regulação estatal. A ele estão relacionadas fontes específicas que devem ser direcionadas a créditos a segmentos definidos e com taxas de juros controladas. Como se observa pela explicação acima, são essencialmente os bancos públicos que operam no segmento de crédito

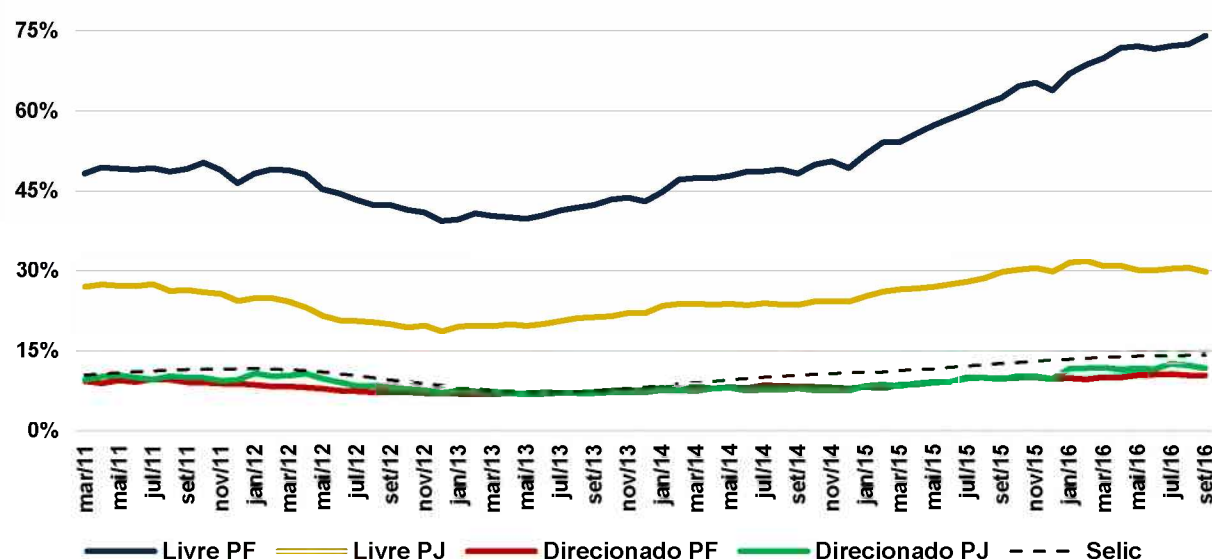
⁷ Para uma discussão sobre a reforma financeira da década de 1960 e seus desdobramentos até a década de 1990, veja-se Corrêa (1996).

direcionado e de prazos mais longos, destacando-se: o Banco do Brasil, para o crédito agrícola; a Caixa Econômica, para a construção civil; o BNDES para o financiamento do investimento.

Outro comentário importante, relativamente ao crédito direcionado, é o de que o mesmo também envolve a busca de alcançar espaços regionais com maior dificuldade de acesso a recursos e também agentes com esse perfil. Cite-se, nesse caso, a conformação dos Fundos Constitucionais (do Norte, Nordeste e Centro-Oeste) que têm como foco o direcionamento de recursos às regiões consideradas mais frágeis e também a agentes de menor porte. Nesse caso, os recursos vêm, essencialmente, de participações do Imposto de Renda, que conformam esses fundos. Para o caso do direcionamento de recursos a essas regiões, destacam-se especialmente do BNB (Banco do Nordeste) e o BASA (Banco da Amazônia)⁸. Outra citação é o crédito dirigido aos agentes de menor porte, que tem presença nos direcionamentos do BNDES e em programas específicos como o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), notando-se ainda que os Fundos Constitucionais também têm como foco agentes desse perfil. Nesse contexto geral, o crédito direcionado possui prazos maiores e taxas de juros mais baixas que o livre.

Para se ter ideia dessas magnitudes, o Gráfico 1.1 nos mostra as taxas de juros de crédito bancário (% aa). As discrepâncias são expressivas, especialmente se compararmos com os valores da taxa Selic (já sendo essa uma das maiores taxas básicas de juros mundiais). Em setembro de 2015, enquanto que a taxa de juros média anual do crédito direcionado era de 10,4% para pessoas físicas (PFs) e 12,0% para pessoas jurídicas (PJs) – Selic acumulada nos últimos 12 meses, 14,2% –, para o crédito livre a taxa média ligada à pessoa física era de 73,3% ao ano e para pessoa jurídica, de 29,8%.

⁸ Os chamados “bancos regionais”, também foram estabelecidos ao longo do território brasileiro e relacionados aos governos estaduais. No entanto, grande parte deles foi extinto ou privatizado ou incorporado por outros bancos. Essa é uma discussão específica e complexa, que não será aqui desenvolvida.

Gráfico 1.1 – Taxa de juros de crédito bancário (% a.a.)

Fonte: Bianchini, 2016.

Quanto à dinâmica do *funding* dos recursos direcionados, é importante destacar que os saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da caderneta de poupança dependem do comportamento da massa salarial. Na medida em que a desaceleração afeta fortemente essa variável, a ação anticíclica do Estado pela via da atuação dos bancos públicos pode ficar comprometida. Se a isso somarmos uma menor atração da caderneta de poupança, por conta da dinâmica de aumentos da SELIC (como o corrido entre 2013 e 2016), veremos a dificuldade apresentada pela continuidade da expansão de recursos direcionados, com fontes compulsórias. Destaque-se ainda que a Selic mais alta torna as captações via Letras de Crédito Agrícola (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e debêntures mais onerosas (BIANCHINI, 2016).

Nesses termos, a análise é a de que as fontes de *funding* do crédito direcionado são compulsórias, mas pró-cíclicas, gerando-se o desafio de os bancos públicos operarem de maneira anticíclica, em momentos de desaceleração.

Nessa mesma direção é que se faz, ainda mais, necessário a presença de bancos públicos, conforme cita DEOS, MENDONÇA (2010):

... bancos públicos podem e devem ser utilizados com o intuito de reduzirem o comportamento inerentemente cíclico dos mercados, atuando no sentido de suavizar movimentos tanto de contração quanto de expansão, ao imprimirem

uma lógica alternativa à dos agentes de mercado. (DEOS, MENDONÇA, 2010, p. 70).

Quadro 1.1: Principais modalidades de crédito direcionados e fontes de *funding*

	<i>Captação Compulsória</i>	<i>Captação Voluntária</i>	<i>Captação em Mercado de Capitais</i>
<i>Crédito rural</i>	Exigibilidades sobre depósitos à vista	Caderneta de Poupança	LCA
<i>Financiamento imobiliário</i>	FGTS	Caderneta de Poupança	LCI
<i>BNDES</i>	FGTS / FAT		Debêntures

Fonte: Elaboração própria.

Assim, os financiamentos mais complexos estão relacionados essencialmente a bancos públicos, utilizando-se recursos compulsórios.

Considerando esse desenho institucional do Sistema Financeiro Nacional, vemos que o mesmo vai ao encontro da discussão apresentada por Hermann (2010a), referente à importância dos bancos públicos em economias periféricas. Para ela, são três as motivações pelas quais há a necessidade de se criar um banco público dentro de uma economia com esse perfil. A primeira se apresenta pela via das dificuldades em se obter financiamentos de longo prazo dentro das instituições privadas, haja visto a aversão destas instituições ao retorno dos empréstimos – taxas de juros mais brandas e prazos alongados – e, talvez mais significativa, o risco de *default* dessas operações. Essa discussão complementa, de certa forma, os elementos que indicamos na parte teórica inicial, que trata da especificidade do financiamento do investimento. Os investidores não conseguem pagar, no curto prazo, os recursos que financiaram o investimento. Em um período de produção não é possível reaver o recurso. O desenho de financiamento indicado por Keynes seria o de que as firmas conseguiriam o recurso para pagar o banco abrindo o capital no mercado de capitais (*funding*). No entanto, em países periféricos, aonde o mercado de capitais não é dinâmico e aonde não existe forte centralização de capitais não se observa esse desenho de financiamento.

Dessa forma, teríamos um impasse, pois os bancos privados preferencialmente não ofertam crédito de longo prazo sozinhos. A partir daí, tem-se que um desenho de financiamento possível para efetuar financiamentos de longo prazo é a atuação via bancos públicos, com captações compulsórias – é o caso do desenho do financiamento no Brasil, que apresentamos acima.

Uma segunda motivação ao surgimento de bancos públicos, principalmente em economias em desenvolvimento, é o fator anticíclico que essas autarquias podem desempenhar em momentos de reversão das expectativas e, por consequência, do crédito via bancos privados. Sendo assim, o governo tem em mãos uma ferramenta para política de desenvolvimento e que pode afetar o perfil do desenvolvimento. Ademais, em seu papel anticíclico tem um poder importante de ser um agente que pode ajudar a ativar a economia, ou seja, a crucial importância dos bancos públicos na capacidade de desempenhar ações anticíclicas em momentos de instabilidade financeira e de crédito no país. (MENDONÇA; DEOS, 2012).

O terceiro aspecto levantado por Hermann (2010b) quanto à importância de bancos públicos, refere-se à necessidade de maior autonomia financeira para a execução de políticas de desenvolvimento. Na verdade, o Governo pode atuar na construção institucional de captações compulsórias, que foi o que ocorreu no Brasil, que podem ser dirigidas a bancos públicos que teriam menor “aversão ao risco”. Dessa forma, um banco público tem condições de direcionar recursos a partir de uma política pública para fomentar determinado setor, ou para reduzir disparidades regionais, ou para atingir agentes de maior risco de crédito.

No caso específico do BNDES os direcionamentos de recursos se centraram historicamente nos agentes de maior porte e também fortemente na região Sudeste. Mais recentemente, como veremos adiante, observou-se uma importante expansão do direcionamento de recursos aos agentes de menor porte, restando saber o perfil dessas distribuições, considerando-se o tamanho continental do país.

Na verdade, a questão que trabalhamos é a de que historicamente o BNDES não teve como foco a redução das disparidades regionais. Sua lógica foi a de financiamento aos agentes de maior porte, com uma liberação de recursos fortemente concentrada. Os financiamentos às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) não se apresentavam como um foco central. Resta saber, se o processo de expansão da liberação de recursos às MPMEs trouxe consigo uma dinâmica que tenha conseguido incorporar espaços com menor dinamismo econômico e maior dificuldade de acesso a recursos.

Quanto a essa última questão, referente à distribuição dos recursos, o BNDES libera os financiamentos diretamente, ou através de uma rede de operadores cadastrados para tal – essencialmente os bancos comerciais. Nesses termos, podemos considerar a rede de distribuição de agências nacional, para indicar o potencial de distribuição dos recursos do Banco em termos dos municípios brasileiros, o que será comentado a seguir.

1.2.2. Desenho do Sistema Financeiro Nacional – a concentração de Agências e forte dispersão no território nacional

No que se refere à distribuição espacial das agências bancárias de instituições com carteira de crédito – bancos comerciais e múltiplos – é possível observá-las pelos dados de distribuição de agências por município, constantes no site do Banco Central do Brasil.

Tabela 1.1: Número de agências dos bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial - Brasil

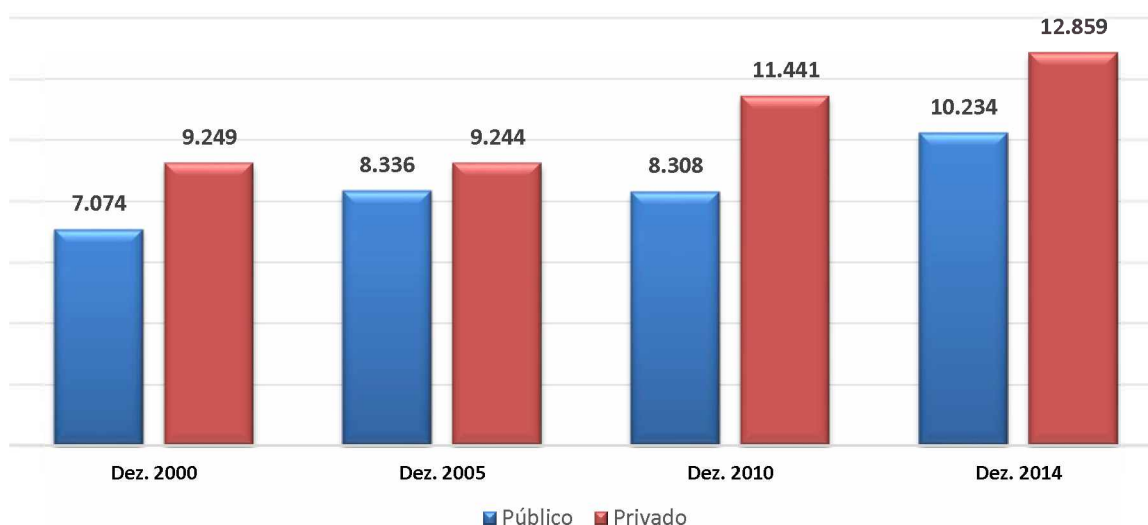
	(A) <i>Público</i>	$\Delta\%/período$ (A)	(B) <i>Privado</i>	$\Delta\%/período$ (B)	Total (C)	A/C
<i>Dez. 2000</i>	7.074	-	9.249	-	16.323	43,3%
<i>Dez. 2005</i>	8.336	17,8%	9.244	-0,1%	17.580	47,4%
<i>Dez. 2010</i>	8.308	-0,3%	11.441	23,8%	19.749	42,1%
<i>Dez. 2014</i>	10.234	23,2%	12.859	12,4%	23.093	44,3%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Quanto ao número de agências, o que se observa (Tabela 1.1) é que, ao longo dos anos 2000 houve uma expansão, que ocorreu, tanto no segmento dos bancos públicos, quanto no dos bancos privados. O ano de 2005 apresenta uma expansão forte das agências de bancos públicos em relação aos privados, mas depois disso houve crescimento das agências do setor privado, reestabelecendo a proporção relativa das agências dos dois segmentos. No caso dos bancos públicos estando na casa de 43% a 44%.

Um comentário interessante que esses dados agregados ainda nos mostram é o de que no período em que os bancos públicos operaram efetuando uma política anticíclica depois do aprofundamento da crise de *subprime*, eles atuaram contando com um número de agências inferior ao existente em 2005. No entanto, é interessante se observar que essa redução temporal de agências não reduziu efetivamente o número de municípios que tinham pelo menos uma agência de banco público. De fato, pelo Gráfico 1.3, podemos observar que em 2005, 2.585 municípios tinham agência de bancos públicos e esse número permaneceu essencialmente o mesmo (2.584) em 2010. De outra parte, vemos que os bancos privados atingem um número menor de municípios, mas essa diferença entre os dois segmentos caiu em 2014 (aumento de municípios atendidos por agência de bancos privados).

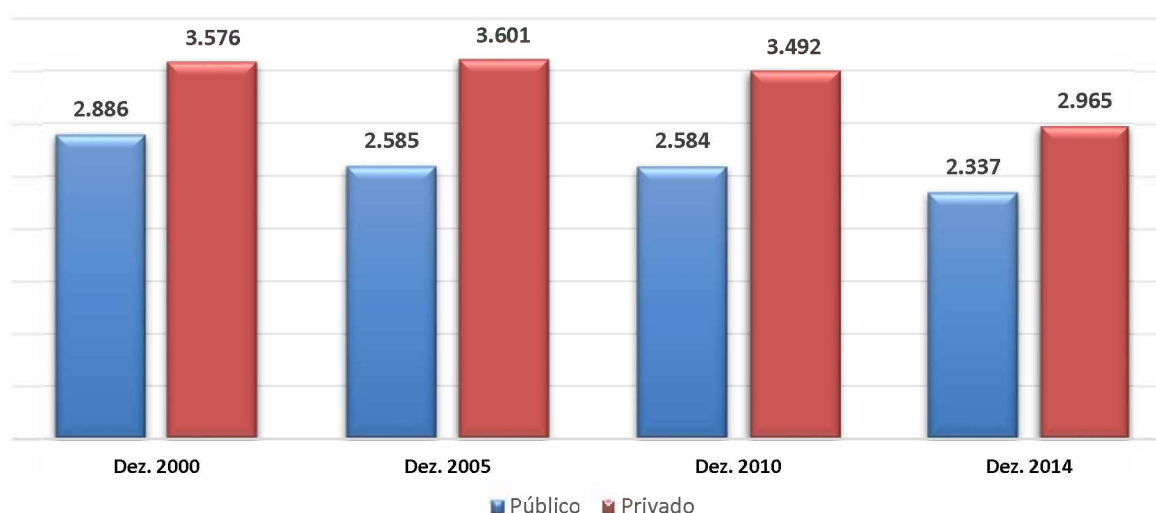
Gráfico 1.2: Número de agências dos bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial – Brasil



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Assim, em termos gerais, podemos ver o crescimento da penetração de agências bancárias no território brasileiro, o que é um fator positivo para uma política de distribuição espacial do crédito bancário.

Gráfico 1.3: Número de cidades sem agências de bancos públicos ou privados (bancos comerciais e múltiplos) – Brasil



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

No entanto, para além desses dados agregados, é importante observar com mais clareza a distribuição espacial das agências. De antemão, podemos partir do pressuposto da existência de concentração de agências bancárias nas regiões mais dinâmicas economicamente do país.

A metodologia utilizada para a confecção dos mapas foi a divisão do número de habitantes residentes em cada município pelo número de agências bancárias (bancos comerciais e múltiplos com carteira de crédito) instaladas nessas cidades, ou seja, criamos o índice HABITANTES/AGÊNCIAS para os anos de 2000, 2005 e 2010.

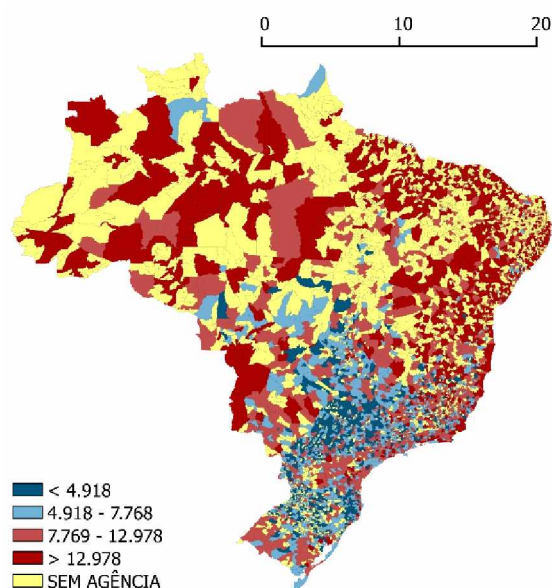
A primeira questão a ser comentada, é a forte concentração das agências nas regiões Sudeste e Sul, especialmente quando comparado aos indicadores da região Nordeste. Nos termos da discussão teórica apresentada anteriormente, a verificação é a de que nessa última região – considerada “periférica” –, a dinâmica da relação população *vs.* agência é muito inferior, confirmando as indicações da perspectiva teórica que embasa nosso estudo.

Um comentário importante é o de que ao longo dos anos 2000 a região Centro-Oeste tem apresentado um número considerável de municípios que alta relação população *vs.* agência, indicando o poder do agronegócio, que se expandiu fortemente naquela região ao longo do período que estamos considerando para os dados.

O segundo aspecto a ser destacado é o referente aos municípios que não têm agências bancárias. O que os mapas nos mostram é que a ausência de agências quase não ocorre nas regiões Sudeste e Sul. Situação contrária é observada nas regiões Norte e Nordeste, aonde se apresentam importantes vazios. Note-se que a região Norte apresenta especificidades quanto a essa questão, uma vez que tratamos de um espaço que engloba a selva Amazônica e em que o tamanho dos municípios é gigantesco.

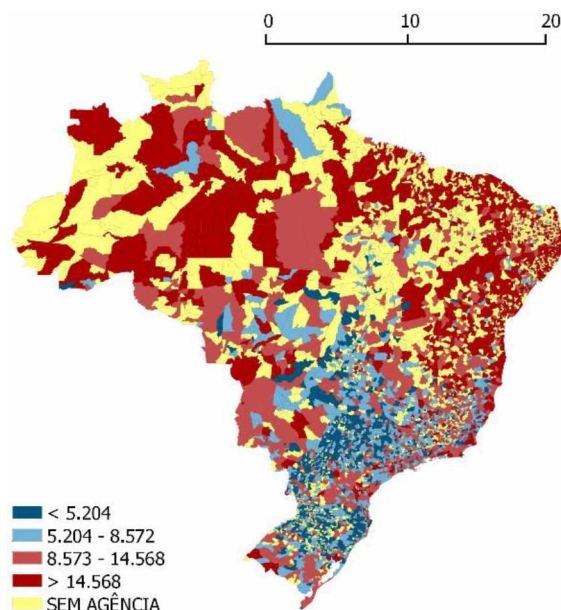
De qualquer forma, o que os mapas nos mostram é que os dados de 2010 e 2014 indicam uma melhora do atendimento bancário, conforme já indicado nos dados agregados, sendo que a região Nordeste melhora o patamar de municípios assistidos por agências bancárias. No entanto, observe-se que a relação Agência *vs.* População continua fortemente baixa (cor vermelha) na região Nordeste. Há pouquíssimos municípios que têm esse índice semelhante aos observados nas regiões Sudeste e Sul (cor azul).

Mapa 1.1: Habitantes por agências bancárias (público e privado) – dez. 2000



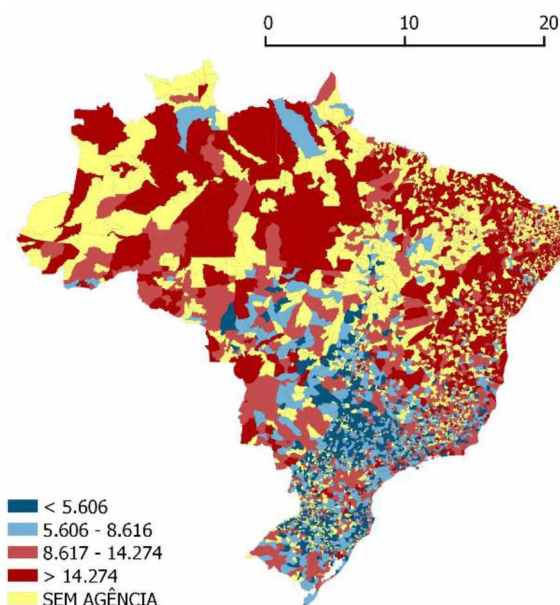
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Mapa 1.2: Habitantes por agência bancária (público e privado) – dez. 2005



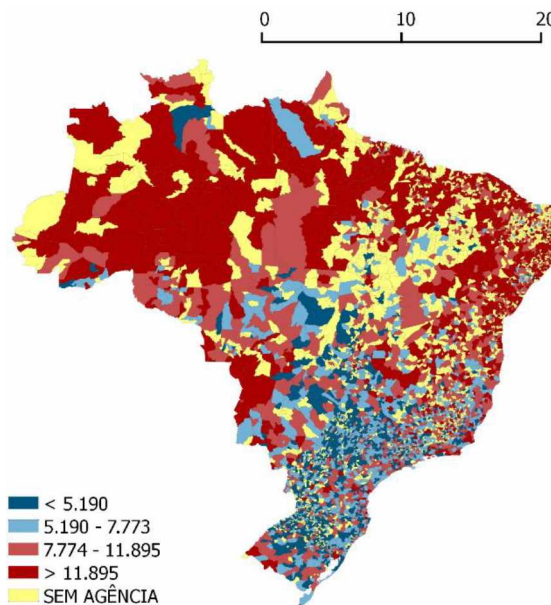
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Mapa 1.3: Habitantes por agência bancária (público e privado) – dez. 2010



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Mapa 1.4: Habitantes por agência bancária (público e privado) – dez. 2014



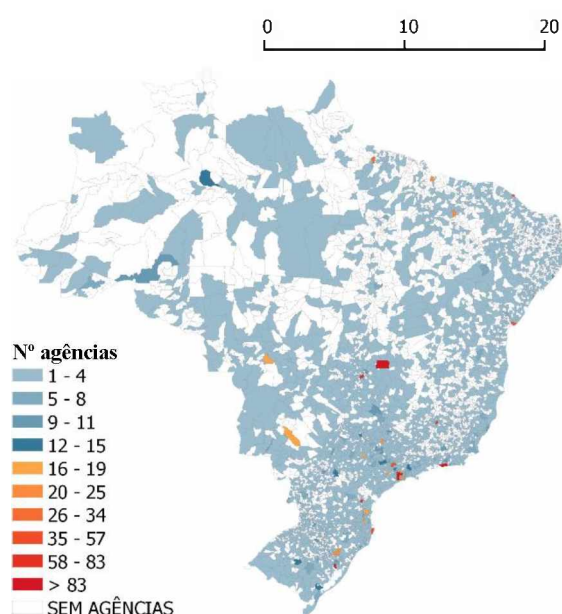
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Por fim, o terceiro comentário que queremos fazer, refere-se ainda ao atendimento das agências e aos municípios não atendidos. Historicamente foram os bancos públicos os que

tiveram uma ação de acessar os municípios mais remotos. Essa verificação será feita agora, observando-se os Mapas 1.5 ao 1.12. Eles foram construídos, considerando-se a separação entre bancos públicos e privados e levando em conta, agora, o número de agências por município.

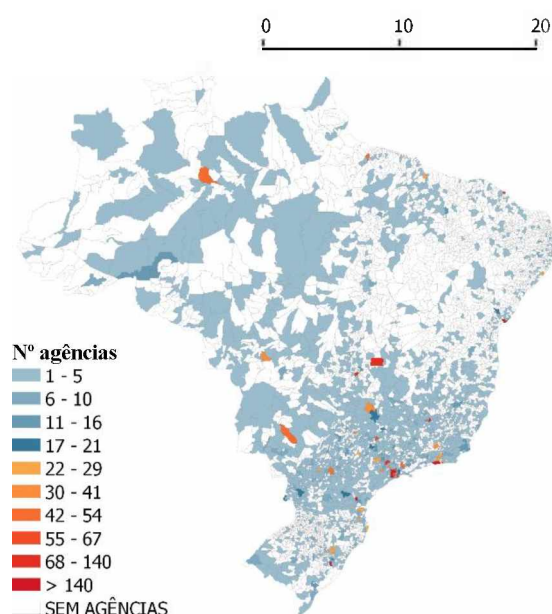
Levando em conta os mapas de 2005, é possível observar a maior cobertura de agências dos bancos Públicos em relação aos Privados, sendo que no caso desses últimos apresentam-se expressivos “vazios” na região Nordeste. Na verdade, a região fortemente atendida por agências de bancos privados é a Sudeste, uma vez que parte importante da região Sul, também era pouco atendida.

**Mapa 1.5: Agências de bancos públicos
2000**



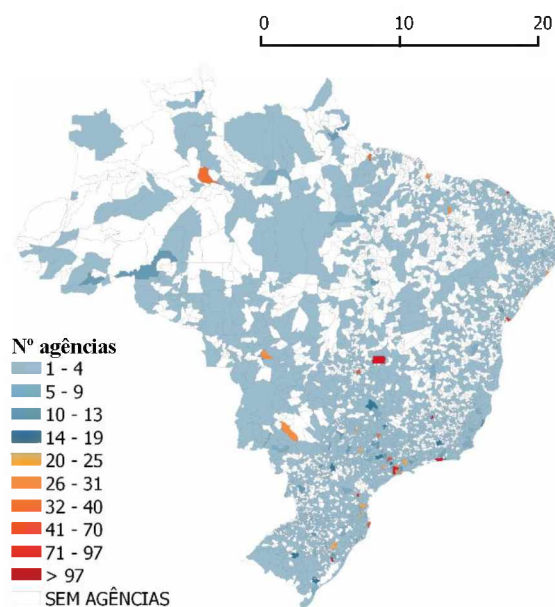
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

**Mapa 1.6: Agências de bancos privados
2000**



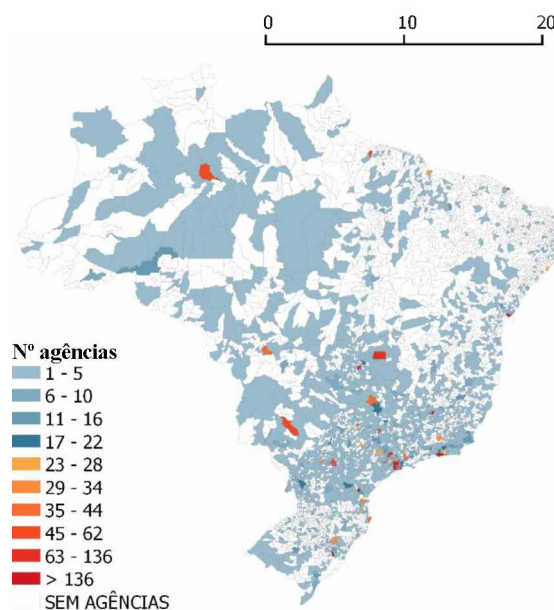
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

**Mapa 1.7: Agências de bancos públicos
2005**



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

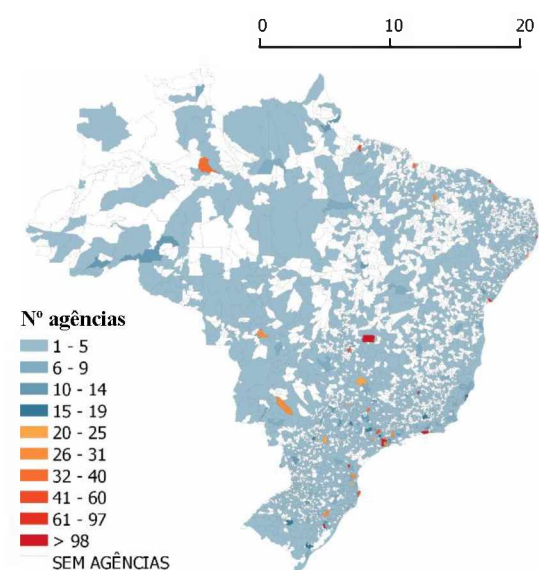
**Mapa 1.8: Agências de bancos privados
2005**



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

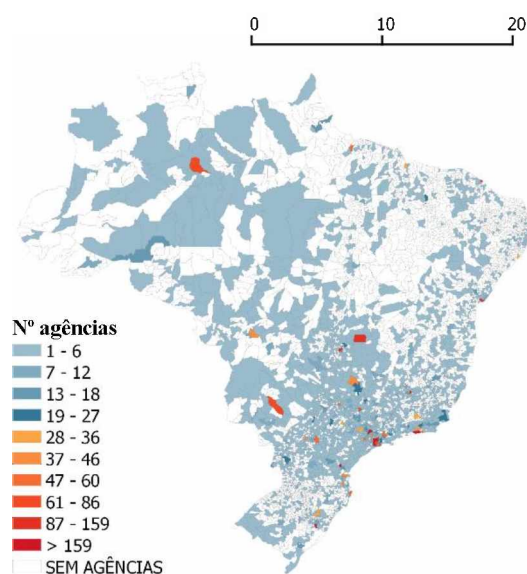
Esse desenho mudou em parte. Se tomarmos os mapas de 2010 e 2014, é possível observar a melhora do atendimento das agências de bancos privados, especialmente em 2014.

**Mapa 1.9: Agências de bancos públicos
2010**



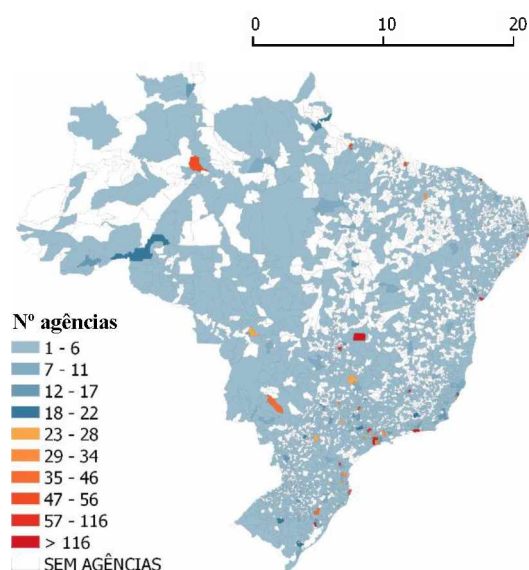
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

**Mapa 1.10: Agências de bancos privados
2010**



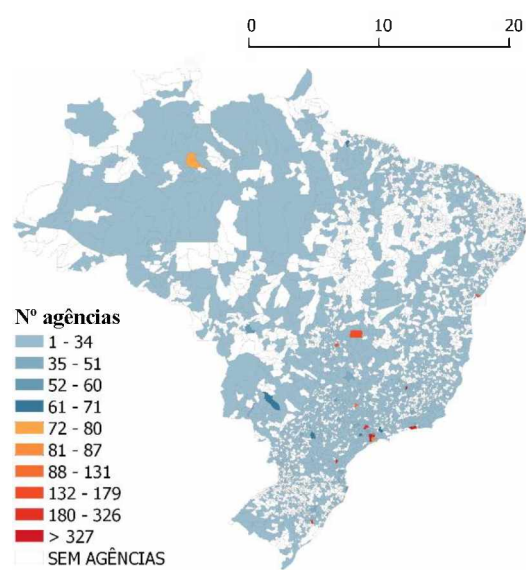
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

**Mapa 1.11: Agências de bancos públicos
2014**



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

**Mapa 1.12: Agências de bancos privados
2014**



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Ainda que não haja relação direta entre o número de agências bancárias e o volume de crédito ofertado no mercado, mas é um indício do comportamento bancário já mencionado pela literatura pós-keynesiana de distribuição regional de recursos. Ou seja, a da concentração dos bancos em agentes e regiões mais dinâmicas economicamente.

O nosso ponto é o de que a análise da distribuição de agências é um indicador inicial das discrepâncias da distribuição de crédito regionalmente no país. Vimos então que essa é uma característica do desenho do Sistema Financeiro Nacional, que estamos explicitando nesse item do presente capítulo.

A título indicativo, já sendo destacado:

- (i) O papel dos bancos públicos nos financiamentos mais complexos e, mais especificamente do BNDES no financiamento do investimento.
- (ii) A forte concentração de agências bancárias nas regiões Sudeste e Sul.

A partir daí, está aberta a questão da distribuição dos recursos num território tão vasto, tão complexo, tão desigual, como é o brasileiro. Os próximos capítulos buscarão mais elementos para a compreensão dessa questão, tanto no que se refere ao crédito do sistema financeiro como um todo, quanto no que se refere aos créditos do BNDES dirigidos às micro e pequenas empresas (foco do trabalho). Ademais, buscaremos uma contínua comparação entre

a dinâmica da distribuição dos recursos para a região Sudeste, em comparação com a região Nordeste.

1.3. Evolução dos Recursos do Sistema Financeiro Nacional e as liberações agregadas do BNDES

Quando analisamos o acesso a recursos por parte do setor privado, e mais especificamente das empresas, é preciso destacar que o estudo que estamos desenvolvendo foca-se essencialmente na análise da evolução do crédito bancário interno. No entanto, é importante também perceber que esse tipo de financiamento é uma das fontes possíveis de acesso a recursos. Em se tratando especificamente das empresas, é preciso destacar que elas podem ter acesso a financiamentos por meio de crédito bancário interno e externo e/ou por meio do lançamento de títulos de dívida direta no mercado de capitais domésticos e no exterior. Ou seja, a liberação de recursos pela via dos bancos no país – que será o foco de maior detalhamento nessa parte do capítulo – diz respeito a apenas uma parte do acesso a recursos que estão disponíveis às empresas, ainda que seja a principal no Brasil. Para ter ideia da evolução da captação de recursos por parte das empresas, devemos ainda agregar a dívida externa do setor privado não financeiro e os títulos de dívida lançados no mercado doméstico (não entrando aqui o lançamento de ações, que são títulos de propriedade).

Bianchini (2016) efetua o levantamento dos dados de endividamento das empresas e avalia a totalidade desses recursos incorporando: créditos bancários + dívida externa privada não financeira + títulos lançados no mercado de capitais doméstico. No caso dos recursos captados via lançamento de títulos de dívida direta, os dados analisados consideraram o estoque de debêntures e notas promissórias depositadas na CETIP⁹ e CBLC¹⁰.

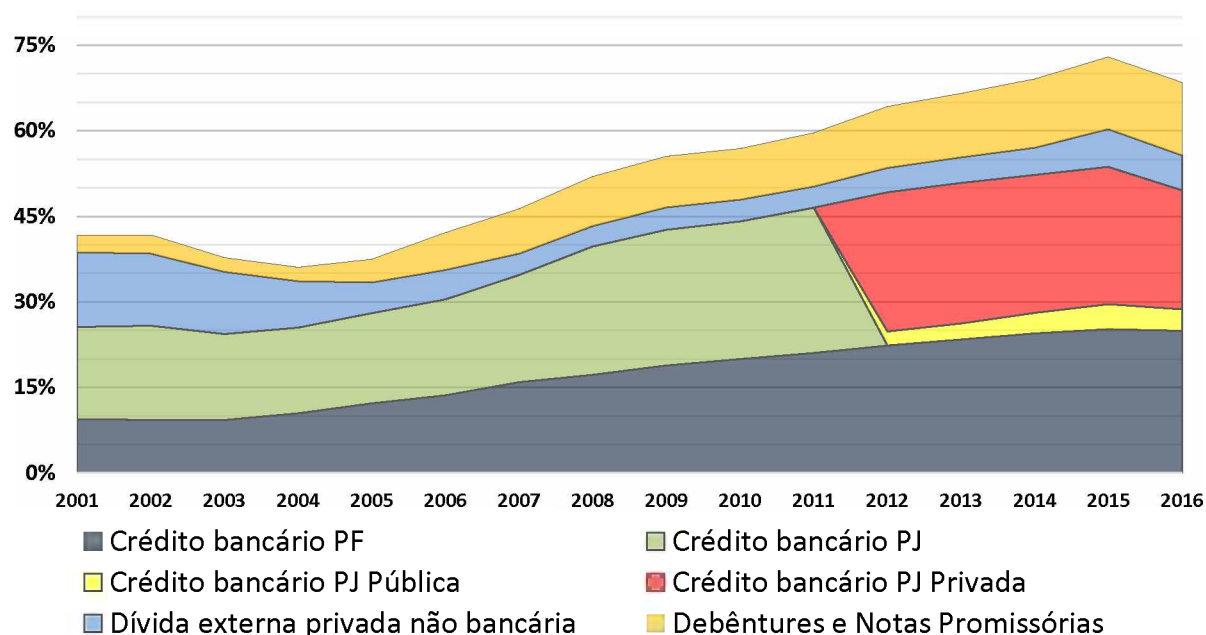
Levando em consideração esses dados agregados, uma constatação importante é a de que no período 2004 a 2014 observou-se importante expansão dos financiamentos totais (mercado de crédito e de capitais) dirigidos ao setor privado e o paralelo aumento do endividamento das empresas e famílias no Brasil. Depois disso, a dinâmica foi se modificando e, em 2016, já se apresenta uma queda do mesmo endividamento.

⁹ Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

¹⁰ Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

Em termos da magnitude do crescimento do acesso a recursos observa-se que o volume dos recursos liberados ao setor privado não financeiro (considerando a metodologia acima), aumentou de 36% do PIB em 2004 para 66,5% do PIB em 2014. Depois disso a dinâmica de expansão se reduziu. Em 2015, o mesmo estoque aumentou para 69,7% do PIB, mas esse movimento, em parte, foi devido: (i) à desvalorização da moeda nacional, que afetou o valor em reais da dívida externa e também, (ii) por conta do aumento da taxa Selic, que afetou o valor das debêntures já emitidas. Em 2016, por outro lado o movimento foi de clara queda do estoque de dívidas do setor privado, sendo que essas caíram para 66,4% do PIB em setembro do mesmo ano (BIANCHINI, 2016). Nesse caso é possível perceber a queda, em relação ao PIB, do crédito bancário interno à pessoa jurídica privada¹¹ e, em menor medida, do crédito às pessoas físicas.

Gráfico 1.4: Endividamento privado em % do PIB



Fonte: Bianchini, 2016.

Dessa forma, podemos traçar uma periodização, para a dinâmica do acesso a recursos por parte do setor privado e especialmente das empresas, foco de nosso estudo.

¹¹ Em 2012 o endividamento das pessoas jurídicas de direito público era de 2,5% do PIB e correspondiam a 9,1% do endividamento das pessoas jurídicas (PJs). Já em setembro de 2016 essa magnitude subiu para 4,2% do PIB e sua participação no total do endividamento das PJs subiu para 16%. Nesses termos observamos a queda de participação do segmento das pessoas jurídicas privadas.

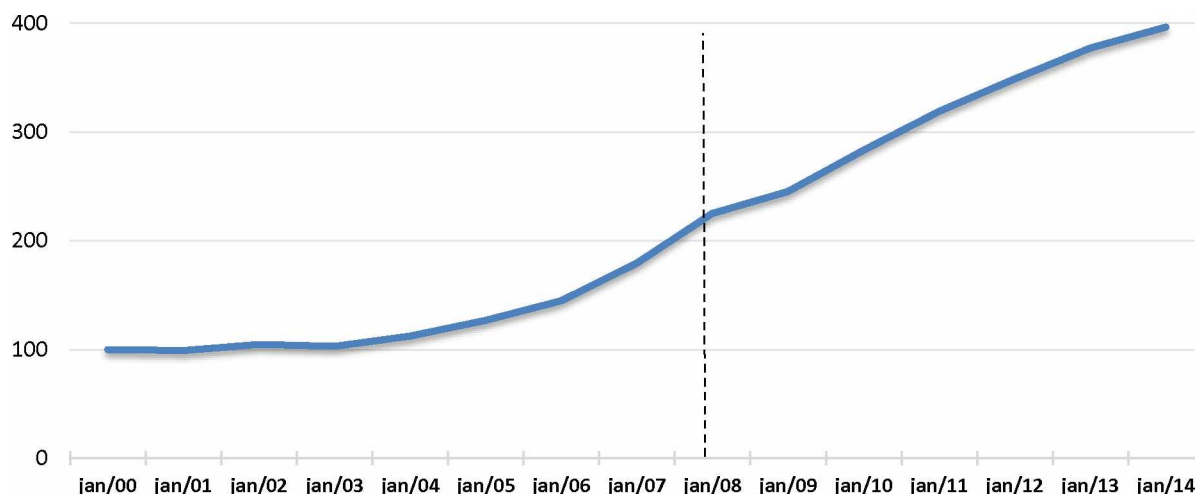
1.3.1. Desalavancagem após a estabilização monetária e expansão do crédito no período 2003-2007

A partir das crises cambiais de 1998/99, 2001 e 2002 observa-se uma queda do endividamento privado, que permaneceu até 2003 para o caso das pessoas físicas e até 2004, para o caso das pessoas jurídicas. De forma paralela, observa-se também uma queda da taxa de investimentos da economia. Esse resultado refletiu a desaceleração das fontes externas de recursos, agregadas à queda das liberações internas de financiamentos, com destaque para a desaceleração das operações de crédito bancário.

Depois de 2003, observa-se a retomada do crescimento da economia brasileira, num cenário de expansão do comércio mundial e de aumento do preço das *commodities*. No caso brasileiro, observa-se uma rápida resposta das exportações de *commodities* e de manufaturados ligados a recursos naturais, gerando-se impactos importantes de aumento de emprego e renda para o setor e espalhando-se, uma vez que essa dinâmica gerou novas decisões de investimentos, com os conhecidos efeitos multiplicadores.

O setor externo foi, assim, uma importante alavanca do crescimento brasileiro, mas devemos destacar que o mercado interno foi central ao crescimento observado entre 2003 e 2012 na Economia Brasileira (CORRÊA & SANTOS, 2014), sendo que a oferta de crédito interno liberado pelos bancos (créditos do Sistema Financeiro Nacional) foi uma alavanca importante desse crescimento, fator que alavancou o consumo, junto com o crescimento do emprego e do aumento real do salário mínimo.

Gráfico 1.5: Evolução das operações de crédito totais do Sistema Financeiro Nacional (2000=100)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil – SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Nessa dinâmica de expansão observa-se (Gráfico 1.6) o:

- O forte peso do crédito às pessoas físicas;
- A expressiva participação do crédito ao setor privado industrial, alavancado essencialmente pelo BNDES e que passa a crescer em sua participação especialmente após 2006, com a implantação do PAC;
- A participação do crédito imobiliário, puxado pela Caixa Econômica Federal, especialmente após a conformação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

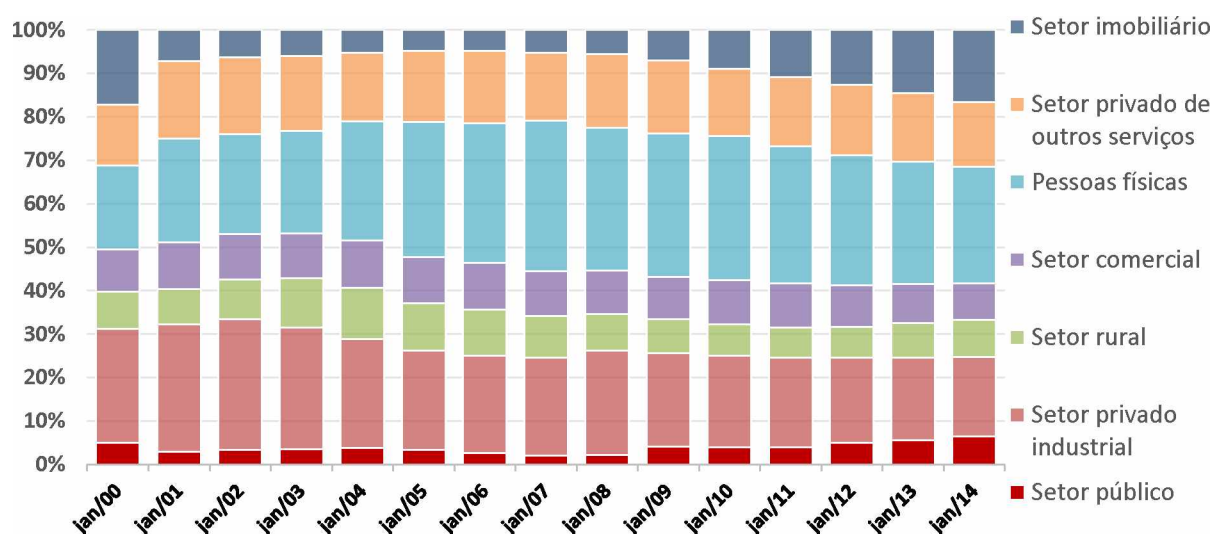
Nesses contextos, devemos destacar a existência de mudanças institucionais importantes que permitiram esse movimento:

(i) A configuração do crédito consignado em folha de pagamentos e INSS (Lei 10.820/03);

(ii) A implantação da nova lei de falências (Lei 11.101/05), que tornou a execução de garantias creditícia mais ágil, o que afetou positivamente o arrendamento mercantil e financiamento de bens (com o destaque para o financiamento de veículos);

(iii) A regulação referente ao patrimônio de afetação em incorporações imobiliárias e instrumentos de captação de recursos para o mercado imobiliário (Lei 10.931/04), o que afetou o saldo de crédito imobiliário.

Gráfico 1.6: Operações de crédito totais do Sistema Financeiro Nacional – Destino por atividade econômica (participação %)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - SGS–Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Notamos, então, o movimento ascendente da curva de crédito do SFN após 2003 e sustentando-se até 2014. O principal fator para essa dinâmica, entre 2003 e 2007 foi o próprio crescimento do país e a própria estabilidade de preços do período. Para além disso, também se destaca a existência de novos ordenamentos, já citados acima, devendo-se ainda mencionar elementos regulatórios, que promovem a melhora do controle de riscos (HERMAN, 2010b).

No que se refere ao crédito à pessoa física, fica claro que, após 2003 sua participação tem tendência de crescimento, se estabilizando próximo dos 30% do total do crédito colocado no mercado financeiro, exceto para o ano de 2014, em que há um maior distanciamento da casa dos 30%. Paralelamente à estabilização da participação do crédito às pessoas físicas, constata-se que, de 2008 em diante, há aumentando da participação do crédito à habitação, fechando em 2014 em 16,6% do crédito total.

A justificativa pela expressiva participação do crédito às pessoas físicas no montante total de crédito do SFN pode ser explicada pela ampliação da população ocupada, da ocupação formal, do rendimento real médio e da massa salarial, além de mudanças institucionais, como o já citado crédito consignado.

Ou seja: no período 2003-2007 o segmento do crédito livre teve importante papel na expansão do crédito, devendo-se destacar ainda as operações de aquisição de veículos, que oferecem a garantia da alienação fiduciária. Dado que esse mecanismo possibilita a rápida recuperação dos bens, ele permite uma redução do risco de crédito e do prêmio de risco cobrado pelas instituições financeiras.

Então, o que se observa é que o acesso ao emprego e a redução da pobreza provocaram um rápido crescimento da demanda por bens duráveis, sendo que esta demanda também cresceu para aqueles que já dispunham destes bens e buscavam sua reposição. No contexto da redução do desemprego e da melhora da distribuição de renda agregados ainda ao crédito consignado, observamos a maior disponibilização ao endividamento, o que foi ao encontro da melhoria das condições de oferta de crédito via segmento do crédito livre.

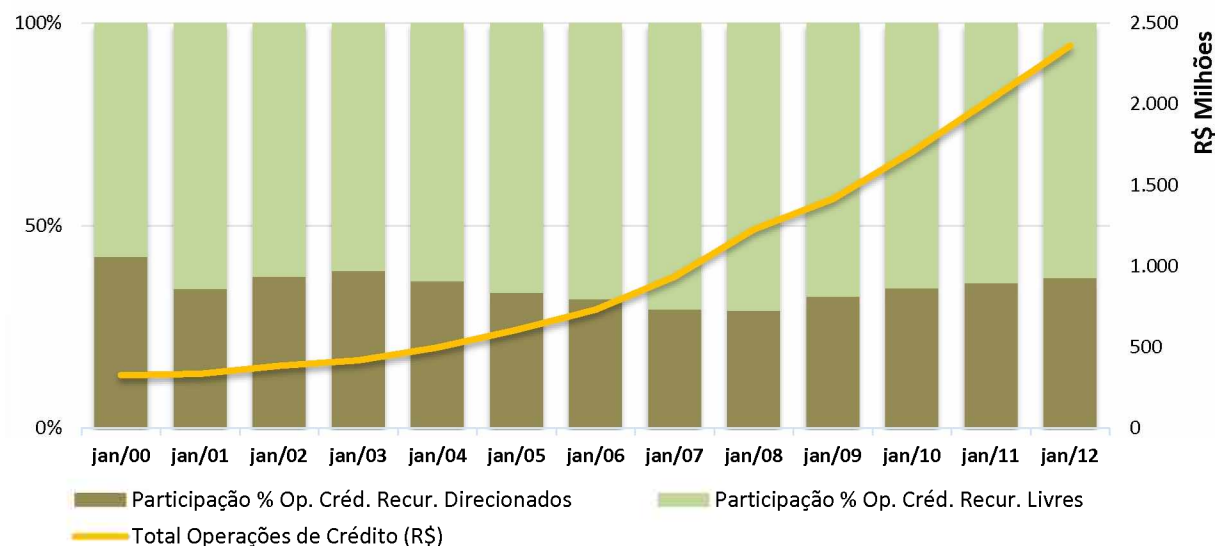
Paralelamente, também houve a expansão do crédito direcionado, alavancados especialmente via Caixa Econômica Federal; pelo Banco do Brasil (crédito agrícola) e pelo BNDES, com destaque para a evolução a partir de 2006, com a implantação do PAC.

1.3.2. Estagnação do crédito no segmento livre e expansão anticíclica dos bancos públicos: 2008 a 2012

No período posterior à crise de *subprime* o que se deve enfatizar em termos da evolução das liberações de financiamentos via bancos, é a expansão do crédito direcionado, que aumentam sua participação no total das concessões (Gráfico 1.7). Observa-se aí, a atuação anticíclica dos bancos públicos, com destaque especial para os créditos do BNDES e da Caixa Econômica Federal, essa última, por conta da forte expansão do programa Minha Casa, Minha Vida (Gráfico 1.8).

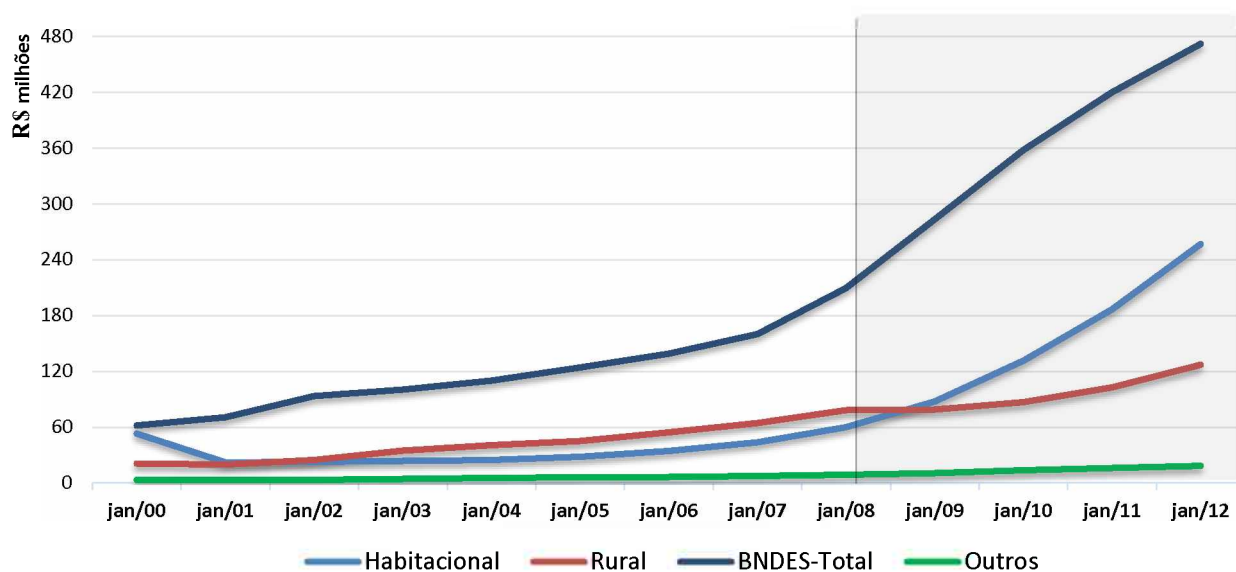
Nessa fase, mesmo considerando as mudanças nos requerimentos compulsórios e queda na taxa Selic, observou-se que o crédito do segmento livre em relação ao PIB ficou estagnado (de 26,8% do PIB em 2008, evoluiu para 27,7% do PIB em 2014). Na verdade, o que ocorreu foi que o crescimento do endividamento das pessoas físicas permaneceu, enquanto que se observou uma queda do endividamento das pessoas jurídicas no segmento livre, em relação ao PIB (BIANCHINI, 2016).

Gráfico 1.7: Operações de crédito totais do Sistema Financeiro Nacional – Créditos Direcionados e Créditos Livres (participação %)



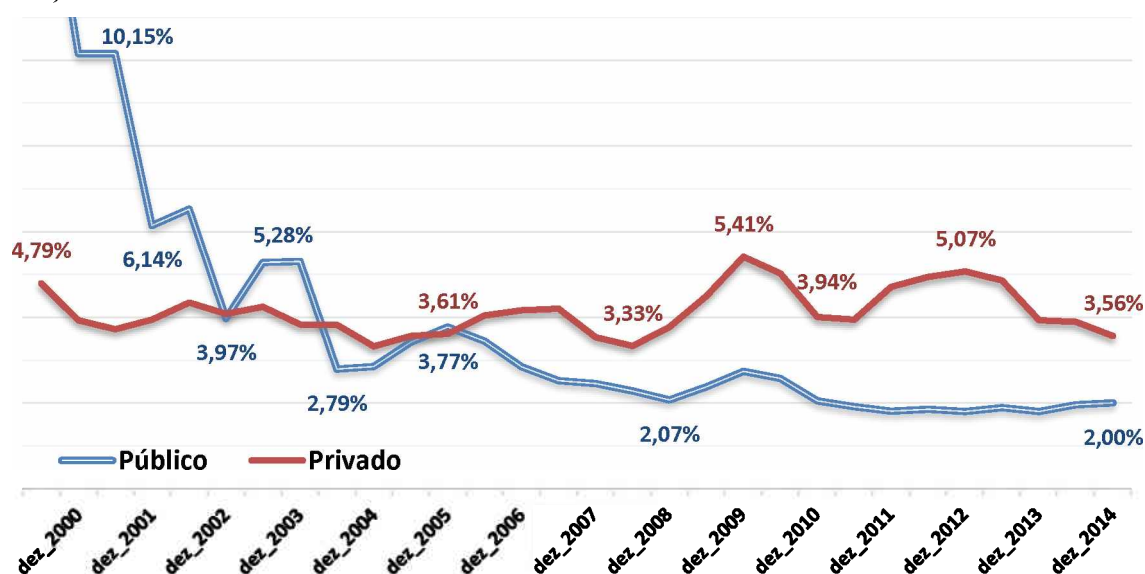
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - SGS–Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Gráfico 1.8: Operações e crédito totais do Sistema Financeiro Nacional – Créditos Direcionados



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Gráfico 1.9: Inadimplência da carteira de crédito das instituições financeiras (público e privado) – Brasil



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Uma observação importante dessa dinâmica, pós 2008, é o fato de que as instituições financeiras públicas conseguiram aliar a redução da inadimplência da sua carteira de crédito com o aumento do volume de operações de crédito e do crédito concedido. De fato, esses volumes cresceram 48,2% e 23,6%, respectivamente, entre 2008 e 2009. Enquanto isso, as

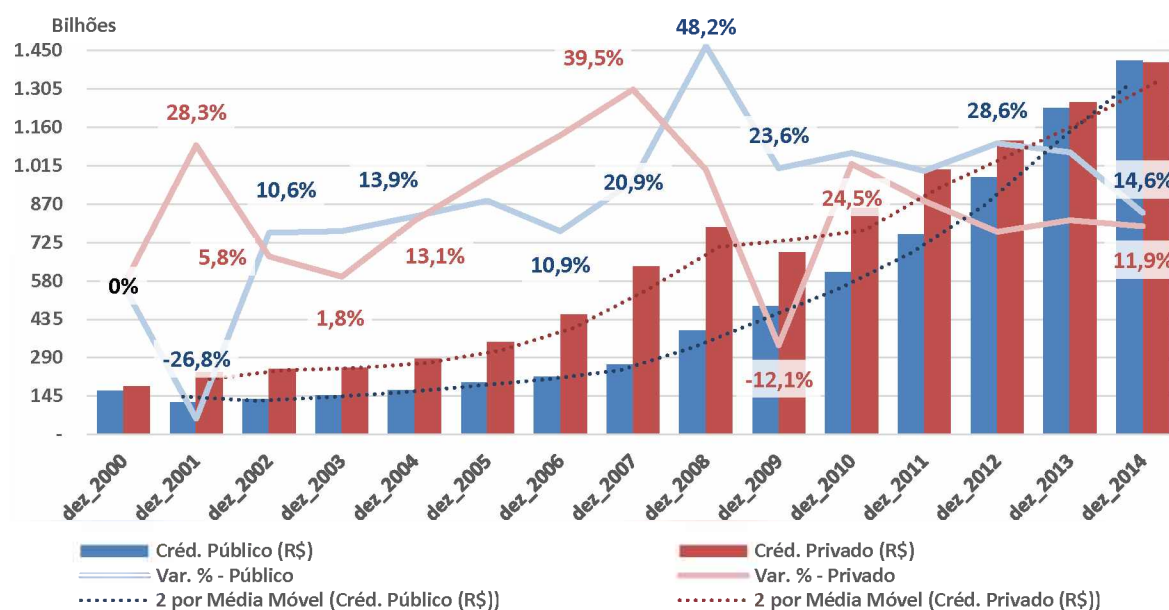
instituições financeiras de ordem privada praticamente mantiveram o volume de crédito concedido nos anos subsequentes à crise.¹²

1.3.3. O período 2012-2014

O objetivo de efetuar essa sub periodização é o de destacar que o ritmo do crescimento do crédito direcionado arrefece após 2012. Pelos dados do Gráfico 1.10, que explicita as operações de crédito dos balancetes dos Bancos Comerciais e Múltiplos, vemos que os bancos públicos passam a apresentar taxas de crescimento menor, se aproximando da taxa de crescimento dos bancos privados (cerca de 12% a.a.).

Essa é uma fase em que as operações de crédito continuam se expandindo, mas a um ritmo inferior ao período anterior.

Gráfico 1.10: Volume de operações de crédito a preços correntes do SFN separados entre instituições públicas e privadas – Brasil



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

¹² Tabela completa na seção Anexo I.

CAPÍTULO 2

CRÉDITOS DO SISTEMA BNDES ÀS MICRO, PEQUENA E MÉDIAS EMPRESAS E CRÉDITO BNDES TOTAL

Esse capítulo foca a evolução das liberações de recursos do BNDES às micro e pequenas empresas. Conforme vimos no capítulo anterior, essa análise se dá no bojo de uma forte expansão das liberações de recursos via crédito orientado – como é o caso do BNDES, que é um banco público, cujo *funding* envolve captação compulsória.

A partir daí, a primeira parte do presente capítulo refere-se à análise do perfil do banco e de suas liberações totais de recursos. Depois disso nos centraremos nas liberações direcionadas às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs). A segunda parte do capítulo versa sobre o debate da especificidade das MPMEs e de sua classificação. A terceira parte do capítulo trata das modalidades de financiamento do BNDES a essas empresas e da liberação do Banco às mesmas.

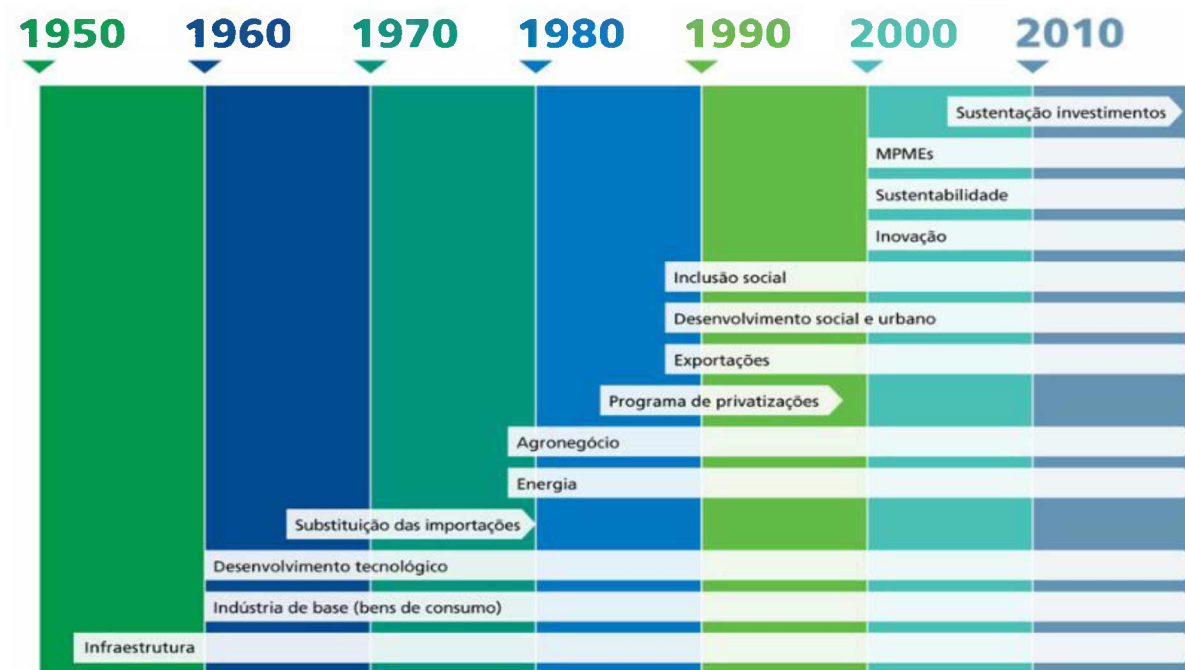
2.1. Perfil do BNDES e liberação de recursos no período 2000-2014

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como conhecido hoje, foi criado no governo do presidente Getúlio Dornelles Vargas pela Lei nº 1628/52, ainda sob nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com o objetivo de ser o órgão formulador e executor de políticas nacionais de desenvolvimento econômico.

No início, a autarquia federal se concentrou no financiamento em infraestrutura, e especialmente a partir da década de 1970, seus recursos foram, paulatinamente, direcionados ao financiamento das empresas (CORRÊA, 1996). Já na década de 1960, o banco começa a também dispor de linhas de financiamento ao setor agropecuário brasileiro e às pequenas e médias empresas. Na década de 1970, o banco foi um importante agente na política de internalização da base produtiva, tendo os setores de bens de capital e insumos básicos recebido maiores aportes por parte do banco, com o intuito de aumentar a capacidade do parque industrial nacional. Somente nos anos 1980 é que o banco ganha em seu nome a palavra Social, em resposta ao aumento das preocupações com as políticas de desenvolvimento social.

A década de 1990, de outra parte, marcada por um movimento de baixo crescimento do país, marca a participação do banco no processo de desestatização das empresas das grandes estatais. O quadro abaixo ilustra as fases por qual o banco passou desde sua criação.

Quadro 2.1: Apoio financeiro do BNDES ao longo de sua história



Fonte: Sebrae (2012) *apud* Nogueira, 2016a.

No que se refere às suas fontes de recursos, o banco conta com uma estrutura de capital bastante sólida e robusta, havendo fontes de financiamento diversas, sendo que até os anos 2000 o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) se apresentava como a principal. É uma fonte compulsória de recursos, direcionada ao BNDES de acordo com o artigo 239 da Constituição Federal, que define que 40% do Fundo de Amparo ao Trabalhador seja destinado ao banco para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Por sua vez, o FAT tem como principal fonte de recursos o PIS/PASEP¹³, instituídas na década de 1970.

Note-se, no entanto, que ao longo da evolução das liberações de recursos do banco, não houve uma incorporação efetiva de outras fontes de captação. No que se refere ao *funding* do BNDES, a não modificação das fontes de captação do mesmo se apresenta como um fator relevante, na medida em que as fontes de recursos para as empresas, via mercado de capitais não avançaram nas magnitudes requeridas. Conforme já observamos, os empréstimos do

¹³PIS - Programa de Integração Social; PASEP - Patrimônio do Servidor Público.

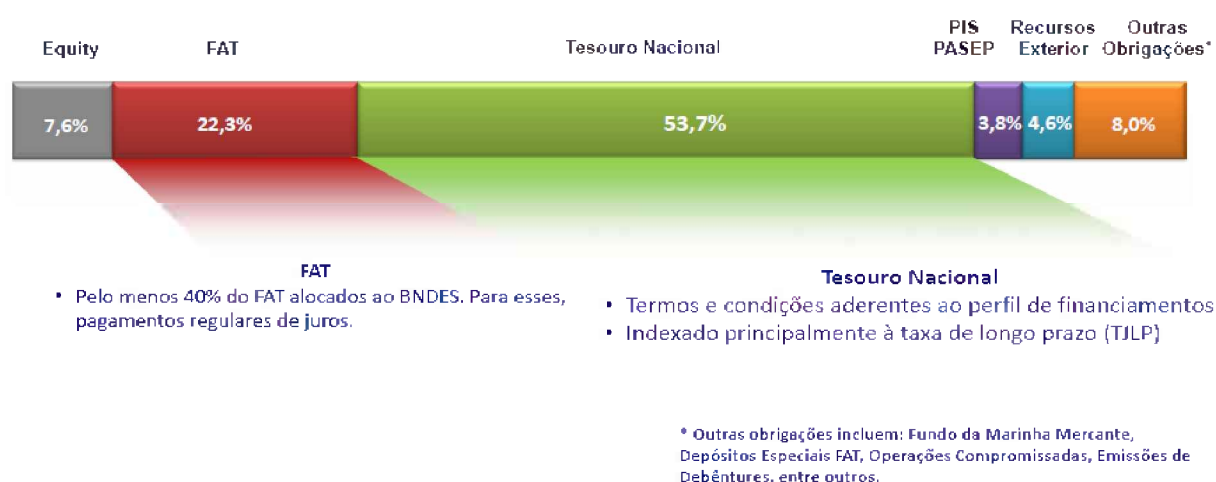
BNDES se apresentaram como uma das alavancas importantes ao avanço do investimento, destacando-se que esse cresceu mais do que o consumo no período 2003-2012.

A problemática da estrutura do *funding* do Banco se apresenta à medida em que a expansão das liberações de financiamento vão crescendo de patamar. Mesmo antes de 2008, o Tesouro Nacional já complementava as fontes tradicionais de captação do BNDES e após 2008 esses aportes cresceram (de 1,1% do PIB em 2008 para 8,6% do PIB em 2014).

Nessa configuração, o Tesouro Nacional direciona recursos ao BNDES, ficando credor do mesmo (operação de Ativo) e emite títulos da dívida interna para efetuar tal operação (operação de Passivo). Nesses termos, aumenta a dívida bruta do Setor Público, mas não a líquida, uma vez que também se observa um crescimento dos Ativos do Governo. Ocorre, no entanto, que os títulos lançados pelo Tesouro pagam um pouco mais que a taxa Selic (Passivo), enquanto que os pagamentos do BNDES ao tesouro estavam indexados à TJLP (Ativo), em níveis mais baixos do que os envolvidos nos pagamentos do Tesouro pelos títulos lançados para efetuar a operação de apoio ao BNDES.

Ou seja, por essa modalidade, de certa forma, se reestabeleceu o *funding* para a expansão dos recursos pós 2008, mas gerou-se um custo fiscal que seria tanto maior, quanto maior fosse a diferença entre a TJLP e a Selic. A partir daí, para os dados de 2014, a configuração da estrutura de *funding* apresentava a estrutura indicada no Quadro 2.2.

Quadro 2.2: Estrutura de capital do BNDES em 2014



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Relatório de Organização e Desempenho, 2015.

No entanto, é preciso observar que, para o mesmo ano, as fontes de recursos incluíam os retornos sobre o capital próprio e, a partir daí, as referidas fontes apresentavam a distribuição apresentada no Gráfico 2.1.

Gráfico 2.1: Fontes de recursos para financiamento em 2014



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Organização e Desempenho, 2015.

Outro comentário importante é o que destaca a composição da carteira do BNDES, frente aos demais bancos que operam no Sistema Financeiro Nacional. Essa composição nos mostra a qualidade e solidez que o banco opera. Segundo os dados do próprio BNDES, 99,7% da sua carteira tem rating entre A e C; num nível bastante superior ao SFN. Ou seja, o BNDES tem por obrigação de provisionamento em quase toda sua carteira de empréstimos (99,7%), segundo os *ratings* de seus clientes, entre 0,5% sobre o valor das operações classificadas como de risco A e 3% sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C, conforme determina o Banco Central do Brasil – Bacen na Resolução nº 2682/99. Ou seja, o *default* do BNDES em quase toda sua carteira não ultrapassa 60 dias, segundo parâmetros estipulados pelo Bacen na própria Resolução nº 2682/99.

Tabela 2.1: Qualidade da carteira de empréstimos em 2014

<i>Rating</i>	<i>Sistema BNDES</i>	<i>SFN</i>	<i>Inst. Financ. Privadas</i>	<i>Inst. Financ. Públicas</i>
<i>AA-C</i>	99,70%	93,20%	92,00%	94,20%
<i>D-G</i>	0,20%	4,20%	4,90%	3,70%
<i>H</i>	0,10%	2,60%	3,10%	2,10%
<i>Total</i>	100%	100%	100%	100%

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Relatório Organização e Desempenho, 2015.

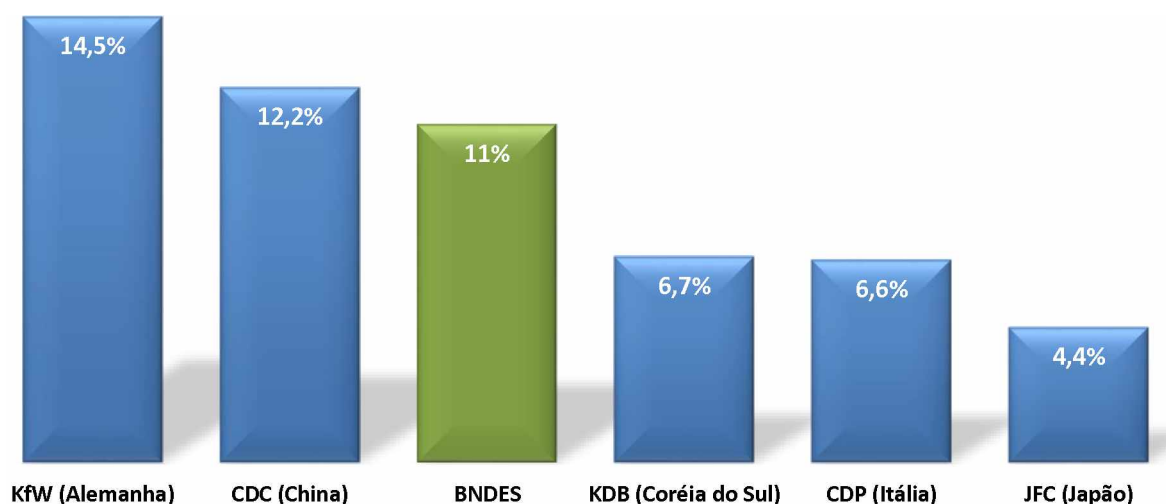
Para se entender a magnitude das operações do BNDES, é interessante compará-lo com seus pares mundiais. A tabela 2.2 e o gráfico 2.2 mostram os números que colocam o banco brasileiro entre os principais bancos de desenvolvimento mundiais.

Tabela 2.2: Valores e índices do BNDES e seus pares mundiais em 2013

	<i>BNDES</i>	<i>CDC (China)</i>	<i>KfW (Alemanha)</i>	<i>JFC (Japão)</i>	<i>CDP (Itália)</i>	<i>KDB (Coréia do Sul)</i>
<i>Carteira de Crédito (US\$ bilhões)</i>	236,5	1.162,3	528,8	222,8	137,6	87,9
<i>Lucro Líquido (US\$ bilhões)</i>	3,6	13,0	1,7	-2,9	3,1	-1,3
<i>Taxa de inadimplência (%)</i>	0,01	0,48	0,13	2,98	0,2	3,1
<i>Retorno/Ativo (%)</i>	1,01	1,02	0,27	-1,13	1,29	-1,01
<i>Ano de fundação</i>	1952	1994	1948	2008	1850	1954

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Organização e Desempenho, 2015.

Gráfico 2.2: Carteira de Crédito/PIB – Relatórios Anuais 2013



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Relatório Organização e Desempenho, 2015.

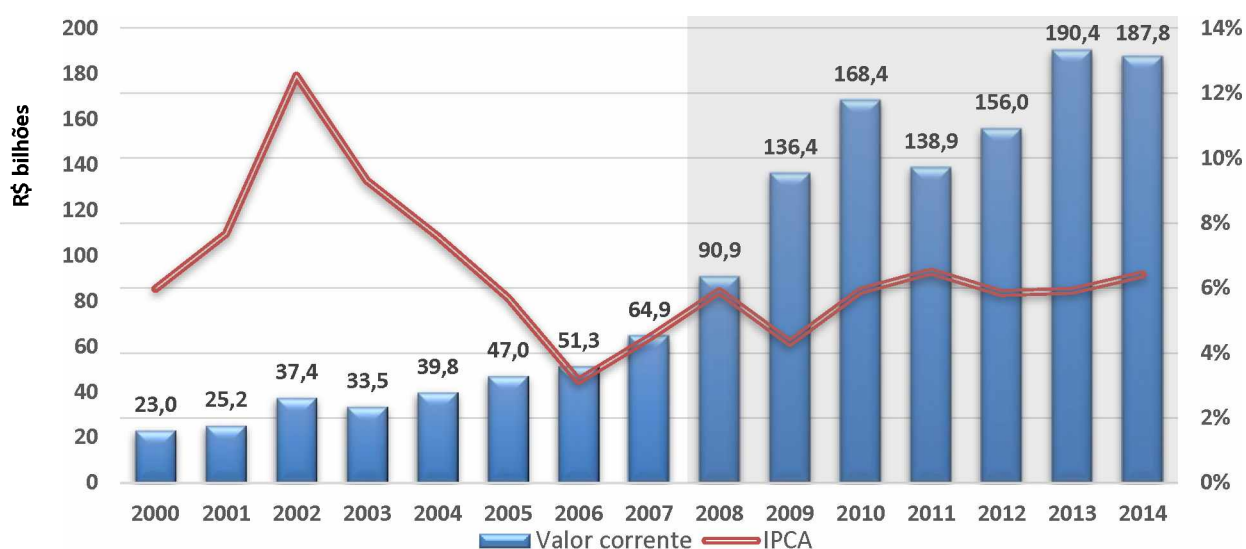
O índice relativo à relação entre os créditos concedidos por cada banco e o PIB de seu respectivo país – para o ano de 2013 –, nos revela o peso da ação do BNDES no país e seu papel para o financiamento das empresas.

Os Gráficos 2.3 e 2.4 mostram o volume de desembolsos realizado pelo BNDES entre os anos de 2000 e 2014. No primeiro plotamos os valores a preços correntes, justamente para analisarmos a evolução bruta dos repasses do banco aos setores da economia brasileira. Nele, ainda, inserimos a curva do IPCA, índice oficial de inflação brasileira, para observarmos uma

tendência de retração de crédito em momentos de maiores índices inflacionários, conforme observado nos primeiros anos da década de 2000 e a expansão no período de maior estabilidade. Isso vai ao encontro do que já foi observado anteriormente: o fato de que a estabilidade é um fator relevante para a expansão do crédito.

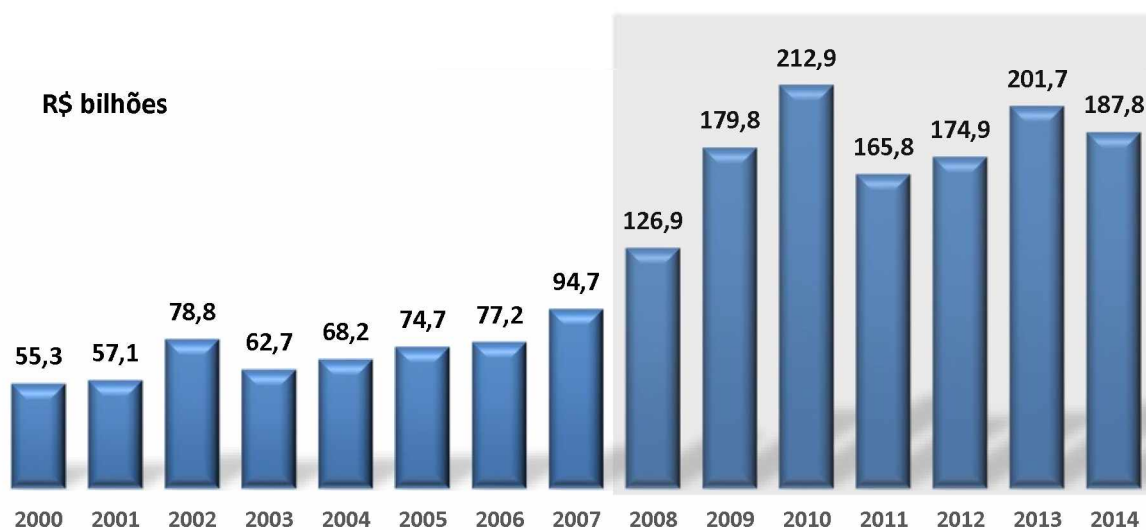
Em termos da periodicidade, observa-se que o período 2003-2007 (após 2006, com a implantação do PAC) se apresenta como uma fase de expansão dos créditos, mas que o interregno 2008-2010 é aquele de maior dinamismo de liberações, explicitando-se o papel anticíclico do Banco. Destaca-se, paralelamente, a desaceleração dos créditos do BNDES em 2011 e 2012, observando-se, também, uma queda em termos reais. Essa queda vem junto com uma redução dos investimentos públicos e também das empresas estatais. Esses dois fatores, em conjunto com a redução das liberações do BNDES, são importantes para explicar a queda da Formação Bruta de capital Fixo (FBKF), especialmente em máquinas e equipamentos¹⁴.

Gráfico 2.3: Desembolsos totais a preços correntes – BNDES (R\$) x IPCA (%)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

¹⁴ Corrêa & Santos, 2013 têm uma interpretação para esse movimento. Para os mesmos a queda dos 3 gastos, indicam um movimento do Governo no sentido de uma queda de sua atuação sobre os Investimentos na Economia, buscando que o setor privado passasse a alavancar. Para tal, paralelamente foram efetuadas medidas no sentido de desonerações, de redução das taxas de juros, de desvalorização do câmbio. O que ocorreu, de fato, no entanto, foi que tal movimento não ocorreu. No entanto, a desaceleração da atuação do Estado sobre o Investimento e mais especificamente sobre o investimento público afetou negativamente a FBKF, num momento em que o setor privado já apresentava expectativas negativas crescentes.

Gráfico 2.4: Desembolsos totais do BNDES a preços de 2014 (IPCA)

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

Em análise ao desembolso do BNDES por setor econômico e por porte, temos a Tabela 2.3. Observamos que no interregno 2000-2014, as empresas classificadas como de GRANDE porte foram aquelas que receberam o maior volume de desembolsos por parte do Banco. Para um total de desembolsos acumulados de R\$ 1.391,02 bilhões esse segmento recebeu R\$ 953,69 bilhões, concentrados nas indústrias de transformação e de Comércio e Serviços.

Ainda assim, as micro e pequenas empresas receberam desembolsos de cerca de R\$ 280 bilhões, ou então, 20,18%, indicando um maior direcionamento a esse perfil de empresa em comparação histórica, fato que analisaremos mais à frente.

Tabela 2.3: Desembolsos totais do BNDES por parte da empresa e Ramo de Atividade – 2000-2014

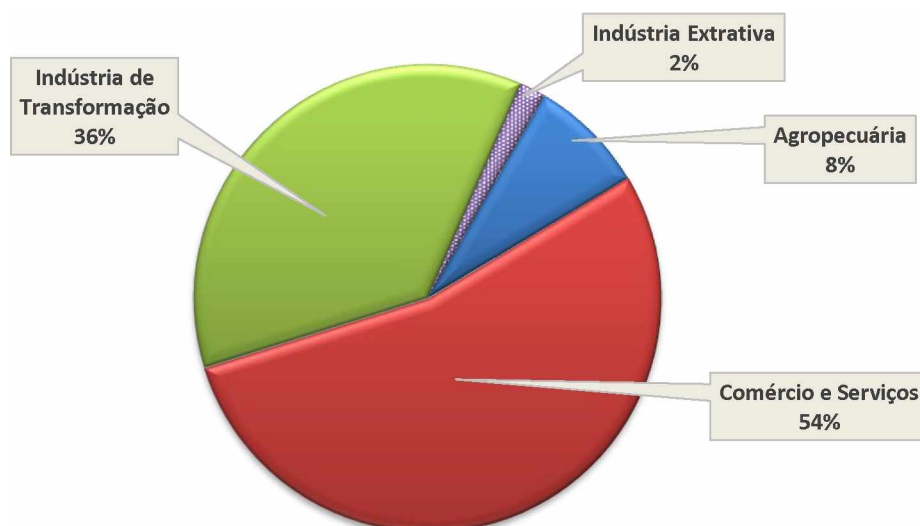
<i>Porte da empresa e Ramo de Atividade</i>	<i>Soma de Desembolsos em R\$ bilhões</i>	<i>Participação percentual</i>
GRANDE	953,69	68,56%
Agropecuária	16,18	1,16%
Comércio e Serviços	486,59	34,98%
Indústria de Transformação	430,46	30,95%
Indústria Extrativa	20,45	1,47%
MEDIA-GRANDE	43,30	3,11%
Agropecuária	3,72	0,27%
Comércio e Serviços	23,30	1,68%
Indústria de Transformação	15,70	1,13%
Indústria Extrativa	0,59	0,04%

MÉDIA	113,28	8,14%
<i>Agropecuária</i>	5,46	0,39%
<i>Comércio e Serviços</i>	76,69	5,51%
<i>Indústria de Transformação</i>	29,87	2,15%
<i>Indústria Extrativa</i>	1,26	0,09%
PEQUENA	93,07	6,69%
<i>Agropecuária</i>	13,56	0,97%
<i>Comércio e Serviços</i>	62,58	4,50%
<i>Indústria de Transformação</i>	15,61	1,12%
<i>Indústria Extrativa</i>	1,33	0,10%
MICRO	187,66	13,49%
<i>Agropecuária</i>	73,40	5,28%
<i>Comércio e Serviços</i>	98,90	7,11%
<i>Indústria de Transformação</i>	14,46	1,04%
<i>Indústria Extrativa</i>	0,90	0,06%
Total Geral	1.391,02	100%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

Paralelamente, quando analisamos os desembolsos do BNDES por CNAE (Gráfico 2.5), vemos a forte concentração das liberações para a indústria de transformação (36%) e para o setor de comércio e serviços (54%). No caso desse último, o destaque vai para o setor de transporte e eletricidade e gás (Gráfico 2.6).

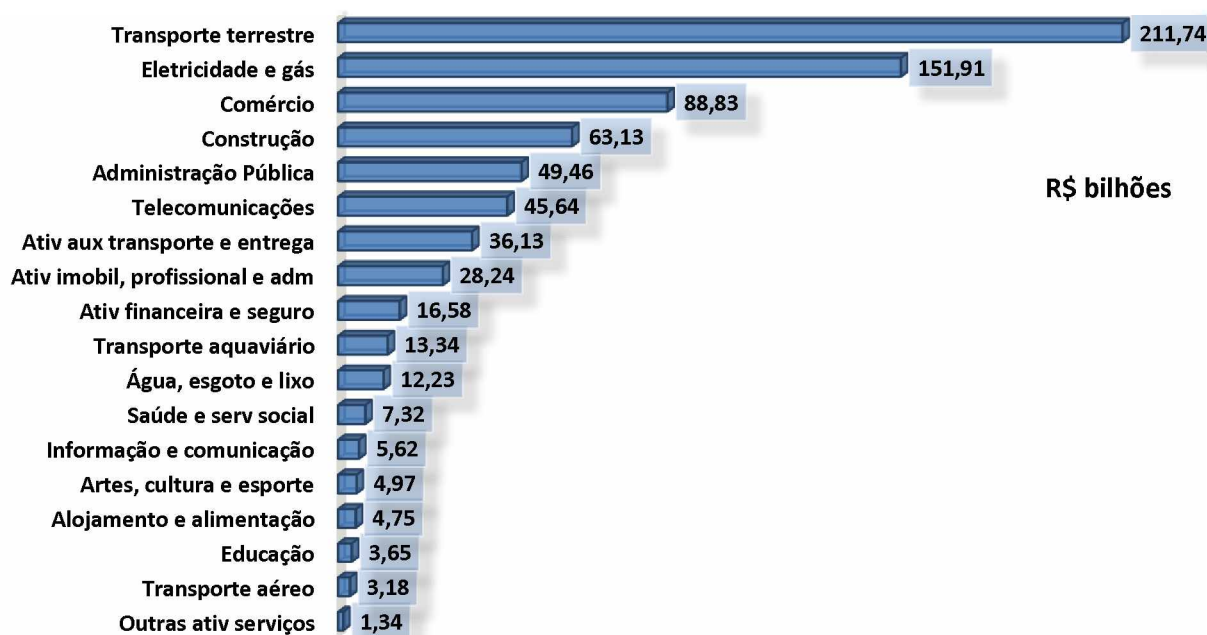
Gráfico 2.5: Desembolso BNDES por setor CNAE¹⁵ – 2000-2014



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

¹⁵ Classificação Nacional de Atividade Econômica.

Gráfico 2.6: Desembolso BNDES por ramo de atividade CNAE – Comércio e Serviço - 2016



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

Essa classificação nos mostra, então, o peso que uma queda dos desembolsos do BNDES gera sobre a indústria de transformação, sobre o setor de transporte e eletricidade e gás.

2.2. Especificidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas e o debate de sua classificação

2.2.1. Especificidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas e políticas de fomento

Em se tratando de políticas públicas direcionadas às empresas de pequeno porte, tomando como base o trabalho de Nogueira (2016b), realizado junto ao IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abrimos a discussão com o trecho introdutório, mas bastante conclusivo do trabalho do autor, em que:

A principal constatação do trabalho é a de que há uma abundância de instrumentos no país voltados para o apoio às empresas de menor porte; mas, ao que tudo indica, há igualmente uma carência de foco e de coordenação entre eles e entre os órgãos responsáveis, o que acaba por impactar negativamente sua eficácia. (NOGUEIRA, 2016b).

As empresas de pequeno porte, incluindo as MEIs (microempresas individuais) são bastantes representativas na economia brasileira e fundamentais na oferta de empregos no país. Em 2011 elas somavam quase 98% do número de empresas formalmente registradas no Brasil, sendo responsáveis por 54,2% do total de empregos formais no mercado. Ademais, segundo o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as micro e pequenas empresas (MPes) contribuem com 27% para a formação do produto interno bruto (PIB) nacional e 31,5% da massa salarial do Brasil entre os anos de 2009 e 2011.

Tabela 2.4: Empresas e pessoas ocupadas, por porte (2011) – Brasil

Porte	Empresas		Pessoas ocupadas ¹	
	Número	%	Número	%
MPes	7.241.808	97,8	20.470.780	54,2
Empreendedores individuais	1.664.447	22,5	1.698.999	4,5
Microempresas	4.685.702	63,3	10.181.308	27,0
Pequenas empresas	891.659	12,0	8.590.473	22,7
Médias e grandes empresas	159.908	2,2	17.292.138	45,8
Total	7.401.716	100,0	37.762.918	100,0

Fonte: Sebrae (2014) *apud* Nogueira (2016b).

¹ Os dados disponíveis referem-se ao número de empregados. Para estimar-se o pessoal ocupado, considerou-se que cada empresa conta com sócio-gerente.

Destaque-se que, em março de 2017, o número de empresas de pequeno porte registradas no Brasil saltou para 16.059.645, ou seja, mais do que dobrou o número dessas empresas em 6 anos¹⁶. Um fato que também chama atenção é o crescimento exponencial das MEIs em atividade no território nacional. Elas passaram de 1,6 milhões de empresas para 9,9 milhões, entre 2011 e meados de 2017. Parte desse aumento podemos creditar no programa do MEI, instaurado no Brasil pela Lei Complementar nº 128/2008.

Ainda que se conheça poucos estudos em relação ao tratamento de políticas públicas direcionadas para as MPMEs, uma coisa é de consenso; elas são essenciais ao emprego e, portanto, fundamentais para o desenvolvimento. Isso se torna especialmente importante em países como o Brasil, em que se apresenta forte diversidade e heterogeneidade. A expansão e proteção das micro e pequenas empresas trazem consigo, de certa forma, elementos de equidade social, dada sua capacidade de geração de emprego e renda de maneira geral e, em particular,

¹⁶ Segundo o site Empresômetro MPE, disponível em <<http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>>.

pelas possibilidades de oferta de trabalho aos indivíduos de mais baixa qualificação (OCDE e Cepal, 2012). Ainda que bastantes numerosas, foi apenas na última década do século XX que as políticas específicas para o fomento das MPE foram implementadas. (BOTELHO, MENDONÇA, NARETO, 2004).

Em particular no Brasil, as empresas de pequeno porte se defrontam com problemas e dificuldades históricas, sendo notória a heterogeneidade dessas empresas e a concentração nos estratos de menor produtividade¹⁷, conforme escreve Nogueira (2016b).

As mazelas de que padecem são inúmeras, entre as quais se destacam: ambiente de negócios desfavorável; baixa capacidade inovadora; dificuldade no acesso ao crédito; baixa intensidade tecnológica; baixo nível de qualificação de pessoal, com destaque para a baixa qualificação gerencial; elevado grau de informalidade; baixa capacidade contributiva, entre outras. (NOGUEIRA, 2016b).

A par disso, o Estado brasileiro intensificou a atenção ao seguimento das MPMEs na última década, contando com um conjunto de apoio ao segmento e possuindo um órgão de fomento – Sebrae. A partir de abril de 2013, o país passou a contar com uma secretaria com *status* ministerial – Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) –, hoje sem o status de ministério, mas ligada à Secretaria de Governos da Presidência da República¹⁸.

Vale ressaltar que na Constituição Federal de 1988 já previa o tratamento privilegiado às empresas de pequeno porte¹⁹, mas apenas nos últimos anos que houve de fato o direcionamento das atenções do governo neste segmento. A SMPE é responsável por coordenar, articular e formular políticas, programas, diretrizes e tudo o que for relacionado ao desenvolvimento das atividades das micro e pequena empresa residente no Brasil, com o intuito de mitigar a heterogeneidade do seguimento e o aumento da sua competitividade.

Na tabela 2.5 demonstraremos a evolução, em termos percentuais e absolutos, das MPEs que encerraram suas atividades dentro da década 2007-2016 em comparação com as empresas ativas. Ainda que pese o aumento anual do número de empresas de micro e pequeno porte,

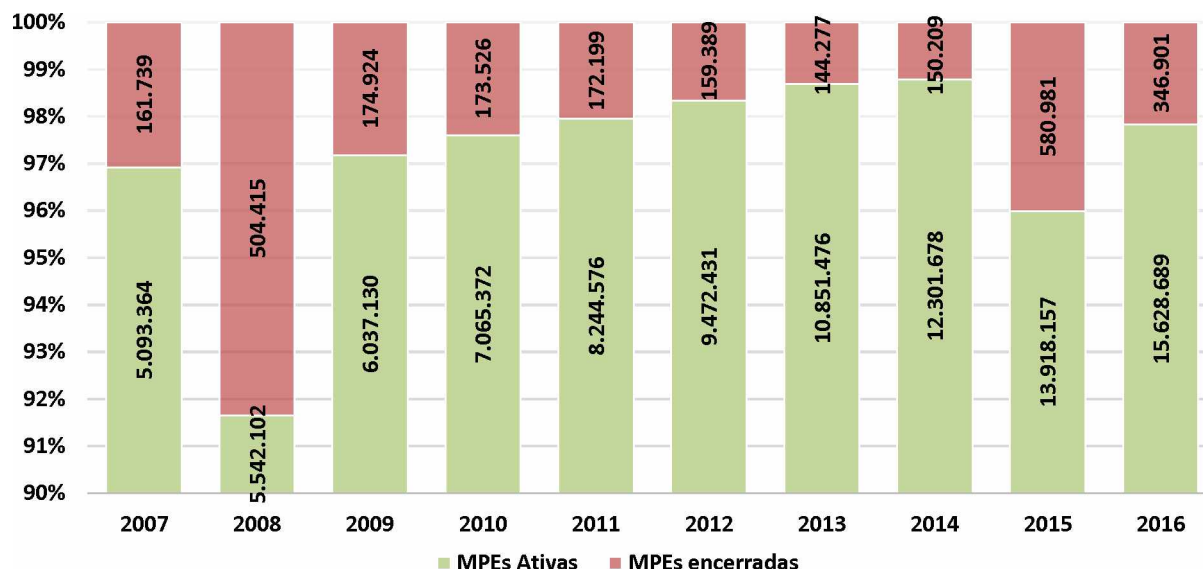
¹⁷ A respeito das atividades produtivas e inovativas das empresas de pequeno porte, ver BOTELHO, MAIA, PIRES, 2012.

¹⁸ A SMPE perdeu o *status* de ministério com a reforma ministerial de 2015.

¹⁹ Na redação original da Constituição constava o tratamento favorecido para empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte. Somente em 1995 é que o texto sofre alteração e engloba as empresas de pequeno porte que possuem sede e administração em solo brasileiro.

percebemos um grande aumento do número de empresas que encerraram suas atividades no ano de 2015 (4%), se considerarmos a soma das empresas ativas e que sofreram mortalidade, bem acima da média do período analisado, que foi de 2,5%.

Tabela 2.5: MPEs Ativas vs. Encerradas – Brasil



Fonte: Elaborado a partir dos dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Empresômetro MPE.

Os indicadores que englobam os custos e os prazos para o cumprimento das exigências legais, a tributação, as condições para operações de comércio exterior e acesso ao crédito, criado pelo Banco Mundial, coloca o Brasil entre os países piores para se obter facilidades na abertura de novos negócios. Segundo menciona Nogueira (2016b), baseado nas análises dos indicadores do Banco Mundial, o Brasil aparece na 130ª posição, dentre 185 países pesquisados, no ano de 2013. Já para o ano seguinte, o país melhorou seu posicionamento, ficando em 123º de 189 países, figurando dentre os países menos facilitadores para iniciar um negócio. Na comparação com países da América Latina e da região do Caribe, o Brasil ficou em 21º entre 35 países, para o ano de 2014. (Banco Mundial *apud* Nogueira, 2016b). Na esteira do maior direcionamento das atenções do Estado brasileiro ao seguimento, o BNDES se insere como o banco fomentador às MPEs.

Mesmo com as políticas e instrumentos de fomento às empresas de pequeno porte, há uma grande disparidade dessas empresas com os estratos mais produtivos da economia, conforme menciona Nogueira (2016b). Para o autor, “parece haver uma carência tanto de foco

quanto de coordenação entre tais instrumentos, o que estaria comprometendo grande parte de sua efetividade.” (p. 10).

Nos Planos Plurianuais (PPAs)²⁰ de 2004-2007 e 2008-2011 do governo federal, foi incorporado o conceito de sistemas produtivos locais e, a partir de 2004, sob ordenamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi instituído o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), o qual é composto por instituições governamentais e não governamentais, como bancos, Sebrae e Confederação Nacional da Indústria (CNI), que tem como atribuição elaborar e propor diretrizes gerais para atuação do governo no apoio a arranjos produtivos locais (APLs²¹) em todo território nacional²². (NOGUEIRA, 2016b).

Portanto, não é a falta de políticas direcionadas às MPEs, mas sim a sua efetividade na execução dessas políticas, já que há falta de coordenação e articulação, tanto horizontal como vertical. E continua enfatizando que “não se trata, portanto, de uma questão de falha institucional, mas sim de uma definição política.” (NOGUEIRA, 2016b, p. 21)

Ainda assim, existem diferentes instrumentos de apoio, o que não pode ser desconsiderado. Podemos destacar, por exemplo, quatro instrumentos: *i)* apoio a investimentos: recursos financeiros destinados a composição do capital social das empresas, portanto, capital de risco; *ii)* financiamentos: linhas de crédito às MPMEs com condições mais favoráveis que o mercado oferece; *iii)* garantias: sistema de garantias que permitam às MPMEs tomem empréstimos no mercado, já que essas garantias por vezes excedem suas próprias capacidades e *iv)* outros: ações e programas que não envolvem aporte de recursos financeiros às empresas ou benefícios fiscais.

A) Investimentos: os investimentos às MPMEs podem ser classificados em três categorias: investimento anjo; capital semente e *venture capital*. Todas essas categorias envolvem capitais de riscos e são destinadas às empresas *startups* ou em estágios iniciais de crescimento.

i. Os investidores anjos ou capital anjo é destinado às empresas nascentes ou até em situações de projetos. São volumes de aportes baixos e a gestão da empresa não é compartilhada

²⁰O PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).

²¹ Para maior entendimento sobre os APLs das empresas, ver BOTELHO, 2013.

²² Ver em Nogueira (2016b) mais Planos Plurianuais.

na sua extensão, tendo o credor a atuação de conselheiro, apenas. Nessa modalidade não há ações governamentais para direcionamento de recursos ou formação de fundos, contudo, há duas organizações privadas sem fins lucrativos, interessadas na aproximação das partes – empreendedor e credor –, que ocupam esse espaço deixado pelo Estado, são elas: Gávea Angel e Anjos do Brasil²³.

Somente a partir da categoria ‘capital semente’ é que se tem apoio estatal. Por iniciativa do BNDES em 2007, com a criação do Fundo Criatec, é que se tem a participação do governo no direcionamento de recursos financeiros de longo prazo para empresas de pequeno porte em estágios iniciais da vida com perfil inovador. O fundo possui como investidores o próprio BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

ii. Capital semente tem como destino empresas já estabelecidas, porém em fases iniciais. Os aportes são maiores que da categoria anterior e a gestão do negócio é assistida de perto pelos credores, dando suporte de capacitação gerencial e financeira.

iii. A última categoria, *venture capital*, ocorre em empresas de estágios mais avançados e com potencial de crescimento elevado, até mesmo em empresas de médio porte. Os aportes nessa fase do negócio são destinados à primeira expansão dos negócios e podem representar uma elevada parcela do capital social da empresa. Aqui já se tem o compartilhamento de gestão ou aconselhamento dos empreendedores. Para essa modalidade, duas iniciativas se destacam, a subsidiária do BNDES, a BNDES Participações S/A (BNDESPar) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por meio do projeto Inovar – “iniciativa que tem por finalidade impulsionar a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica por meio da promoção de investimentos em capital de risco ou *venture capital*.” (NOGUEIRA, 2016b). Além desses dois programas geridos pelo governo federal, existem outros fundos privados destinados ao financiamento de *venture capital*, mas com atuação mais restritas a um segmento muito específico das MPMEs.

B) Financiamento: conhecido também como Fundos Setoriais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foi criado em 1999 com recursos advindos de diversos setores produtivos. É gerido por comitê, em que fazem parte o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), representantes de ministérios afins, agências reguladoras, setores acadêmicos e empresariais, além das agências do MDIC que são gestoras dos fundos, como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

²³ Para maior entendimento, ver <<http://www.gaveaangels.org.br/>> e <<http://www.anjosdobrasil.net/>>.

Tecnológico (CNPq) e a Finep. (NOGUEIRA, 2016b). Seguindo na literatura do autor, esse não é um programa destinado exclusivamente às MPMEs, mas a representatividade dessas empresas na carteira de crédito desse fundo é bastante significativa. O foco desse fundo é o financiamento do desenvolvimento em áreas de Ciência e Tecnologia (C&T), com especial atenção à área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que tenham ligação com universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento público e privado. Como relatamos nas linhas acima, o FNDCT não é um programa com o objetivo exclusivo de financiamento às MPMEs, por isso o fundo não pode ser encarado como instrumento de fomento para a maioria das empresas de pequeno porte.

Outros programas também exercem o mecanismo de fomento para estas firmas, tais como o Programa de Subvenção Econômica, tendo como principal agente o Finep; o Programa de Geração de Renda (Proger Urbano); o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, desmembrando na implementação do programa Crescer no final de 2011, baseado na experiência do programa de microcrédito de Bangladesh em 1976, iniciado pelo economista Muhammad Yunus. O Crescer possui 3 linhas de microcrédito em seu escopo, uma operada pelo BNDES e as outras duas por bancos comerciais federais – Caixa Econômica Federal e BNB. Também fazem parte do programa outros dois outros bancos federais – BB e Banco da Amazônia.²⁴

As linhas ofertadas pelo BNDES, principal banco integrante do nosso estudo, demonstraremos com maior detalhe nas seções 2.3 e 2.4, quando trataremos da evolução dos desembolsos por parte do Banco. A saber: BNDES Automático; BNDES Finame; Cartão BNDES; BNDES MPMEs Inovadora e BNDES Microcrédito.

C) Garantias: as empresas de pequeno porte esbarram no quesito de oferta de garantias de crédito capazes de estimularem as instituições financeiras a fornecerem linhas creditícias. Por conta disso, as instituições credoras ou negam o crédito às MPEs, ou então, cobram juros e prazos desproporcionais à capacidade de cumprimento dessas firmas. É justamente nessa “falha” de mercado que o microcrédito surge, conforme relata Nogueira (2016b). É com o intuito de eliminar esse obstáculo que foram formulados 2 sistemas de garantias destinados a dar condições para que as MPMEs tenham acesso, nas mesmas condições, ao mercado de crédito: os fundos garantidores e as sociedades de garantias de créditos (SGCs).

²⁴Uma análise mais detalhada dos programas de financiamento pode ser obtida em Nogueira (2016b).

Os fundos caracterizam-se por uma reserva de capital que é alocada ao tomador de empréstimo para ser oferecida como garantia ou complemento de garantias para a instituição financiadora e pela qual o tomador assume o encargo de pagamento de uma taxa ou comissão de concessão da garantia. O que se espera é que esta taxa ou comissão, a despeito de onerar o financiamento, seja inferior ao spread de risco cobrado pelo concedente. (NOGUEIRA, 2016b).

No BNDES também há fundo que auxiliam às empresas de pequeno porte na busca de conseguirem garantias suficientes para seus aportes. No banco destaca-se o Fundo Garantidor de Investimentos (BNDES FGI). Criado em 2009, o fundo é destinado às MPMEs, caminhoneiros autônomos, empresas em implantação e o seu uso abrange diversas possibilidades, passando por financiamento de capital de giro, projetos de exportação, aquisição de softwares nacionais, até destinados a produção de ônibus ou caminhões, além de outras.²⁵

De forma geral, o instrumento que detém largo alcance quanto a melhoria da efetividade e competitividade das MPEs é a desburocratização, tanto na abertura de um novo negócio, quanto na manutenção das operações das empresas.

2.2.2. O debate da classificação das MPMEs

Não há consenso sobre a classificação e diferenciação entre as empresas de pequeno porte (micro, pequena ou média empresas), tanto na legislação, quanto na literatura. Há classificação por *i)* número de funcionários; *ii)* por faturamento ou *iii)* ambos. Isso implica em dificuldades para efetuar um direcionamento adequado das políticas públicas, bem como se apresentam dificuldades em efetuar estudos comparativos e também para harmonizar as diversas políticas e ações públicas dirigidas ao segmento das empresas de menor porte.

Encarar no debate econômico que a questão das MPMEs são meramente questão de ordem social (geração de emprego e renda) é desprezar o caráter sistêmico do tecido econômico que as políticas industriais e de desenvolvimento.

Observar o cenário das MPMEs no Brasil, com suas dessemelhanças, problemas de classificação e enquadramento, regulação, captura ou aprisionamento na categoria, permite abstrair um conjunto de três estratégias que seriam necessárias como orientadoras para as

²⁵ Para um detalhamento mais completo sobre as diversas formas de fundos garantidores de crédito, ver Nogueira (2016b).

políticas públicas direcionadas ao segmento. Essas estratégias deveriam incluir a definição de: *i)* um conjunto de objetivos articulados em um projeto do qual façam parte as MPMEs; *ii)* seus públicos-alvo, tendo em conta suas mais substanciais dessemelhanças; e *iii)* as modalidades de ações de incentivo (NOGUEIRA, 2016a). Há, portanto, duas métricas de classificação de empresas quanto ao seu porte hoje em vigência. A saber: *i)* mão de obra ocupada (número de empregados) e *ii)* faturamento. Isto posto, vejamos as classificações mais utilizadas (Quadro 2.3, 2.4 e 2.5).

Segundo o Sebrae, o critério de classificação e enquadramento do porte da empresa por número de funcionários, é utilizado para fins bancários, ações de tecnologia, exportações e outros.

Quadro 2.3: Classificação de porte segundo pessoal ocupado

<i>Porte da empresa</i>	SETOR	
	<i>Comércio/serviço</i>	<i>Indústria/construção civil</i>
Micro	< 10	< 20
Pequenas	10 a 49	20 a 99
Média	50 a 99	100 a 499
Grande	> 99	> 499

Fonte: Sebrae (2012) *apud* Nogueira (2016a).

A diferença setorial não é o bastante para diminuir o *gap* que as empresas apresentam intrasetoriais, pois no mesmo setor há heterogeneidade significativa que as impedem, ou melhor, deveria impedir, de configurarem um mesmo grupo de uma determinada ação de políticas públicas. Como exemplifica Nogueira (2016a): duas empresas do setor de serviços, tendo contingentes semelhantes de funcionários, uma de alta tecnologia e a outra um salão de beleza, serão enquadradas na mesma categoria. Ora, ainda que elas possuam similaridades de porte e pertençam ao mesmo setor, suas diferenças estruturais e organizacionais são inúmeras vezes maiores que suas semelhanças. Entretanto, com os critérios utilizados acima, ambas receberiam o mesmo tratamento quando se tratar de políticas direcionadas para seu desenvolvimento.

Ainda há um segundo critério para a classificação e enquadramento das empresas em termos de porte para a aplicação de políticas públicas: seu faturamento.

Os valores de referência mais comumente empregados são os definidos no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, ou Lei

Geral das MPMEs – Lei Complementar nº 123/2006 (Brasil, 2006), que instituiu um regime tributário diferenciado denominado Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). (NOGUEIRA, 2016a, p. 10).

O Sebrae dispõe de uma especificidade, na medida em que utiliza os dois critérios de classificação de empresas, mas para finalidades distintas; um para realizar seus estudos – baseado em pessoal ocupado – e outro critério para suas operações, a qual toma como base, por força de lei, a Lei Geral das MPMEs, que instituiu um regime tributário diferenciado denominado Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). Esse descasamento da utilização das métricas causam assimetria e prejudica a efetividade das políticas públicas de fomento às MPMEs, por não compreender as empresas de porte médio.

Outro problema que esbarramos quanto ao enquadramento legal das MPMEs é na periodicidade de reajustes dos valores de faturamento. Ou seja, ao passo que a inflação se acumulava, as empresas ganhavam aparente crescimento em seu porte²⁶. Logo, ao final de um ciclo que anteceda o próximo reajuste dos valores para enquadramento das empresas quanto ao seu porte, algumas empresas, que deveriam estar em determinada categoria, poderão figurar em outra, o que distorce a aplicabilidade efetiva das políticas direcionadas à esta categoria. No momento que se tem o reajuste dos valores, há uma abrupta queda no valor do porte médio das empresas. Entretanto, essa distorção foi corrigida pela Lei Complementar nº 147/2014.

Os benefícios decorrentes do enquadramento das empresas, com base no dispositivo legal, podem induzir uma parcela das empresas a conterem seu crescimento, já que um aumento do seu porte poderá acarretar mudança de categoria, implicando em perda de benefícios inerentes à categoria anterior, além do aumento da carga tributária e complexidade escritural. Todos esses fatores poderão ser ponto crítico na opção dos empreendedores em crescerem seus negócios, pois o crescimento dos seus negócios e, conseqüentemente, aumento de faturamento, acarretarão maior dispêndio tributário e burocrático, o que, por vezes, não compensará o aumento dos lucros.

Não são somente as agências de fomento que utilizam a métrica de enquadramento do porte das empresas pelo faturamento. As instituições financeiras também as utilizam, mesmo as controladas pelo governo, tais como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e,

²⁶ Contudo, vale dizer, que esse aparente crescimento é somente aparente e não real.

também, Financiadora de Estudos e Projeto (Finep), em seus programas de crédito. A diferença está na periodicidade em que essas instituições financeiras reajustam os valores para o enquadramento das empresas; sendo este anual. Não é necessário discorrer, novamente, sobre a assimetria gerada pelo enquadramento periódico legal das empresas e o enquadramento por parte das instituições financeiras quando de políticas creditícia direcionadas efetivamente.

Para o BNDES, por exemplo, a classificação das empresas por porte se dá pela receita operacional bruta anual ou renda anual, assim como para o Sebrae, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 2.4: Classificação por porte de empresa – BNDES

<i>Classificação</i>	<i>Receita operacional bruta anual ou renda anual</i>
<i>Microempresa</i>	Menor ou igual a R\$ 360 mil
<i>Pequena empresa</i>	Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões
<i>Média empresa</i>	Maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
<i>Grande empresa</i>	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

Quadro 2.5 – Classificação por porte de empresa – Sebrae

<i>Classificação</i>	<i>Receita operacional bruta anual ou renda anual</i>
<i>Microempreendedor individual</i>	Até R\$ 60 mil
<i>Microempresa</i>	Igual ou inferior a R\$ 360 mil
<i>Pequena empresa</i>	Superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 3,6 milhões

Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, 2016.

Portanto, diversidade de critérios de classificação geram problemas nas ações de estímulo e apoio econômico-financeiro. Embora haja critérios para a classificação por porte das empresas, elas não são capazes de tratar das dessemelhanças intersetoriais, regionais e intrasetoriais.

O objetivo e articulação das políticas públicas, como saída para o saneamento e tratamento dessas assimetrias encontradas nas classificações dos organismos brasileiros, tem sido, por vezes, o de ir à busca de experiências observadas em outros países para que sejam implementadas em território nacional. Entretanto, não é algo trivial. Há de se considerar as

especificidades das regiões ou países em que essas práticas foram copiadas. No Brasil, segundo Nogueira (2016a), esse 'transplante' de experiências não tem sido virtuoso, pois não há a devida contextualização do ambiente e costumes da sociedade industrial e civil.

Quando comparado com seus pares, por exemplo dentro do BRICS, o Brasil possui dessemelhanças em vários aspectos econômicos, mas se assemelha quanto à significativa participação da ocupação, produtividade muito baixa e elevado nível de informalidade das MPMEs. Assim, as diferenças regionais e culturais são elementos ditadores do sucesso ou não de programas ou políticas públicas. A dificuldade na coordenação de políticas públicas para o desenvolvimento das pequenas empresas está, em alguma medida, ancorada no fato de o país contar com 27 unidades federativas, os quais têm o livre arbítrio de legislar quanto aos impostos e regulações de diversos aspectos, como por exemplo, a regulação do ICMS. Dessa forma, são os "estados os responsáveis por diversas das licenças necessários para a abertura e operação de uma empresa, estabelecendo não somente as regras específicas, como também os trâmites necessários para a sua obtenção." (NOGUEIRA, 2016a, p. 19). A isso se soma ainda a diversidade das regulações municipais, na medida em que os municípios brasileiros também possuem o status de ente federativo, ou seja, com autonomia legislativa, como, por exemplo, a cobrança de ISS. Este é um dos principais tributos que atingem as MPMEs. Além da parte tributária, fica a cargo do município a concessão de alvará de funcionamento.

Esses fatores, então, causam descompassos na geração e coordenação de políticas integradas de apoio e fomento ao segmento das MPMEs. Assim, se apresenta uma forte dificuldade, pois as políticas públicas têm de ir ao encontro das necessidades reais dos públicos alvo, num segmento em que a diversidade, intersetoriais e intrasetoriais, entre as diversas empresas que compõem o universo das MPMEs é imensa.

No que se refere ao perfil da política, podemos distinguir ainda a existência de dois perfis básicos: *i)* políticas voltadas ao indivíduo empreendedor e *ii)* políticas voltadas às organizações. Há, ainda, como distinguir as políticas públicas por fases de maturação do negócio, ou seja, *i)* abertura da empresa. *ii)* sobrevivência e *iii)* crescimento.

Em tempo, para uma melhor classificação das MPMEs a ideia de “maturidade organizacional” pode ser um conceito importante para a diminuição da heterogeneidade que estas empresas apresentam entre si, dando aos órgãos de fomento do governo um melhor direcionamento e eficiência das políticas públicas de desenvolvimento dessas firmas.

A ideia é a de que "empresas em diferentes níveis de maturidade apresentam patamares distintos em relação ao estado da técnica de seus processos, particularmente – mas não exclusivamente – no que se refere aos processos gerenciais" (NOGUEIRA, 2016a). Essa consideração poderia ser um elemento importante para a classificação das MPMEs e para o direcionamento de políticas. Conforme cita Ludwig Wittgenstein²⁷ (1976), a classificação sob um sistema de "semelhança de família" pode nos dar uma direção para mitigarmos os erros de enquadramento das MPMEs nos seus reais grupos.

O importante a reter dessa discussão é o fato de que parte da avaliação que se faz das MPMEs é incompleta, já que são utilizados critérios monolíticos de classificação ou enquadramento, ou seja, após a utilização deste critério, o tratamento que se promove às MPMEs são iguais, não considerando o grau de maturidade organizacional das empresas, logo, não considerando as diferenças setoriais e dimensões das participantes que compõem o grupo das MPMEs. Por qualquer classificação que considere um único aspecto, se está considerando as MPMEs como integrantes de um grupo homogêneo, o que, como vimos é altamente problemático.

Considerando-se essa problemática, a classificação das empresas por porte envolveria um sistema de múltiplas informações, capazes de dar embasamento para a construção de políticas de desenvolvimento que se adequem à realidade das MPMEs. Para isso, a proposta feita por Nogueira (2016a), é que se tenha elementos diferenciadores para haja a definição dos públicos alvo das políticas públicas, tais como: *i)* setor; *ii)* localização e *iii)* “nível de maturidade”.

No caso do foco do presente trabalho, a classificação que balizará será a oferta de créditos, portanto, essas considerações são relevantes. Conforme observaremos, as liberações de recursos envolvem regiões e municípios essencialmente distintos. Ademais, especialmente nas regiões mais remotas, a falta de informações inibe a própria demanda do crédito, consolidando a concentração das liberações desse tipo de crédito nas regiões mais dinâmicas.

As medidas não tradicionais, ou seja, aquelas voltadas à melhoria do ambiente institucional, tem ganhado notoriedade no âmbito das MPMEs, especialmente a partir de iniciativas do Sebrae e do aprimoramento da Lei Geral. Mas, a falta de definição do público alvo ou a não informação faz com que microempresários não tomem crédito, seja por desconhecimento ou por se acharem não aptos às políticas creditícias. Ainda que a informação

²⁷Ludwig Joseph Johann Wittgenstein foi um filósofo austríaco, naturalizado britânico. Foi um dos principais atores da virada linguística na filosofia do século XX.

de oferta de crédito pelos órgãos de fomento como o BNDES às MPMEs chegue ao conhecimento dos empresários, muitos não o fazem pelo fato de não estarem aptos na obtenção da linha de crédito – caso dos que se encontram em situação de informalidade.

2.3. Modalidades de financiamento do BNDES às MPMEs

Há duas formas de se solicitar financiamento ao BNDES. A primeira consiste na forma direta de financiamento, em que o cliente (pessoa física²⁸ ou empresa) solicita diretamente ao BNDES a linha de crédito, sem passar por qualquer intermediário. Os financiamentos diretos a projetos de investimento se dão por meio das modalidades/produtos: *i)* BNDES Finem; *ii)* BNDES-Exim; *iii)* BNDES Mercado de Capitais; *iv)* BNDES Prestação de Garantia; *v)* BNDES não reembolsável e *vi)* BNDES Microcrédito.

Já a segunda forma de apoio financeiro por meio de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social necessita de instituições financeiras credenciadas para que os recursos cheguem a todos os municípios brasileiros. Aqui se insere, novamente, a lógica da distribuição espacial das agências bancárias pelo território nacional – se essa distribuição for deficitária, automaticamente, o repasse dos recursos são relativamente comprometidos e, no limite, empresas serão afetadas por não terem acesso às linhas creditícias do BNDES, impactando na geração de emprego e renda em última análise.

Ainda a respeito da forma de apoio indireta, esta se dá de duas formas: automática e não automática. Na primeira, a operação não precisa passar pela aprovação previa do BNDES, cabendo ao banco intermediador a aprovação e solicitação da homologação da operação e liberação do recurso, tendo um limite de financiamento de R\$ 20 milhões; para a segunda (não automática), é necessário a consulta prévia, por parte da instituição financeira credenciada – intermediador –, antes da homologação da operação e liberação do recurso, sendo essa operação superior ou igual a R\$ 20 milhões. São formas de apoio indireto as modalidades/produtos: *i)* BNDES Automático; *ii)* BNDES Finame Agrícola²⁹; *iii)* BNDES Finame; *iv)* BNDES Finem; *v)* BNDES-Exim; *vi)* BNDES não reembolsável; *vii)* BNDES Finame Leasing³⁰ e *viii)* Cartão BNDES.

²⁸ O BNDES disponibiliza financiamento para pessoas que utilizam o seu CPF em seus contratos financeiros, como caminhoneiros, cooperados de todos os tipos, agricultores e os microempreendedores individuais (MEI).

²⁹ Modalidade/Produto expirada em 31/12/2016.

³⁰ Modalidade/Produto expirado em 30/12/2016.

Isto posto, discorreremos acerca de alguns programas principais direcionados ao financiamento das empresas de pequeno porte. Daremos atenção aos programas BNDES Automático; BNDES Finame; Cartão BNDES; BNDES MPMEs Inovadora e BNDES Microcrédito.

A) BNDES Automático: Esta linha de crédito é destinada às empresas sediadas no Brasil; produtores rurais (pessoas físicas); empresários individuais; entidades e órgãos públicos; fundações e associações; consórcios e condomínios que exerçam atividades produtivas. Atualmente possui 3 linhas de financiamento. Poderão ser financiados: Investimentos para implantação, ampliação, recuperação e modernização de instalações e/ou atividades nos setores de indústria, infraestrutura, comércio, prestação de serviços, agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Em se tratando de MPMEs, a taxa de juros é diferenciada das empresas de grande porte, sendo composta por custo financeiro baseado na TJLP (em abril de 2017 estava em 7% a.a.), taxa BNDES de 2,1% a.a. e a taxa do agente financeiro intermediador, que é negociada entre a instituição e o cliente. Já a participação do BNDES em projetos das MPMEs é de até 80%, com prazos de pagamento estipulados pelo banco intermediador, de acordo com a capacidade de pagamento do empreendimento, do cliente ou do grupo econômico da empresa. Da mesma forma se dão as garantias do projeto, ou seja, facultará a cada banco credenciado parametrizar essa parte da operação e os prazos de pagamento. As empresas também poderão complementar suas garantias utilizando o Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)³¹.

B) BNDES Finame: Atualmente o BNDES oferta 3 linhas de financiamento por meio do Finame. É destinada para o financiamento para aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, bens de informática e automação, ônibus, caminhões e aeronaves executivas. A composição da taxa de juros cobrada dessa modalidade é semelhante à cobrada no BNDES Automático, bem como as garantias envolvidas no contrato. Já os prazos de pagamento são de até 10 anos com 2 anos de carência para o início dos pagamentos. Conforme quadro abaixo, demonstraremos as diversas forma de participação do BNDES, segundo a natureza dos bens financiados.

³¹ De acordo com o site do BNDES. Acesso em 18 de abril de 2017.

Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/wps/porta/site/home/financiamento/produto/bndes-automat>>

Quadro 2.6: Participação do BNDES nos contratos BNDES Finame – 2017

	<i>Bens de informática e automação com tecnologia nacional</i>	<i>Máquinas e equipamentos eficientes</i>	<i>Ônibus e caminhões</i>	<i>Demais máquinas e equipamentos</i>
<i>MPMEs</i>	Até 80%	Até 80%	Até 80%	Até 80%
<i>Demais clientes</i>	Até 80%	Até 80%	Até 50%	Até 60%

Fonte: BNDES Financiamentos, 2017.

C) Cartão BNDES: Destinado exclusivamente às MPMEs e MEIs, clubes, sindicatos e associações com operações de crédito pré-aprovado para aquisição de bens e serviços credenciados pelo BNDES. Para Nogueira (2016b), este é o instrumento de fomento mais profícuo e inovador para os pequenos negócios no país, seja por sua abrangência, seja por suas características operacionais. A taxa de juros é mensal, diferente das outras modalidades apresentadas até então e é definida no momento da contratação do crédito pelo banco intermediador.

Em abril de 2017 esta taxa estava em 1,17% a.m., ou seja, alguém que tomasse essa linha de crédito levaria essa taxa de juros até o final do contrato. Cabe ao banco credenciado a cobrança de Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), não podendo ultrapassar 2% sobre o limite de crédito concedido. A participação do BNDES nessa modalidade é de 100%, sendo de no máximo R\$ 2 milhões por banco emissor, com prazo de pagamento em até 48 prestações mensais e fixas. Outra característica que difere o Cartão BNDES dos demais programas mencionados anteriormente são as garantias exigidas. Cabe ao banco emissor do cartão estipular a garantia, podendo ser ela real ou pessoal. Vale nos atentarmos para os dados da Tabela 2.6, já que esta linha de financiamento é um dos instrumentos bastante relevantes em se tratando de políticas públicas de direcionamento de recursos creditícios para o financiamento do desenvolvimento. Notaremos que o programa Cartão BNDES ganhou muito espaço dentre a forma de apoio indireta.

Tabela 2.6: Evolução de desembolsos do BNDES

Produto	2003		2016	
	Desembolsos R\$	% Desembolsos	Desembolsos R\$	% Desembolsos
<i>BNDES Automático</i>	2.764.920.016	15,18	12.854.358.419	26,66
<i>BNDES Finame</i>	5.332.804.836	29,29	10.592.375.195	21,97
<i>BNDES Finame Agrícola</i>	2.871.871.492	15,77	7.085.785.913	14,69
<i>BNDES Finame Leasing</i>	382.985.477	2,10	9.799.091	0,02
<i>BNDES Finem</i>	1.252.678.861	6,88	3.238.949.187	6,72
<i>BNDES-Exim</i>	5.603.068.722	30,77	8.803.305.541	18,26
<i>Cartão BNDES</i>	1.170.253	0,01	5.636.469.853	11,69

Fonte: BNDES - Estatísticas por produto, porte de empresa e forma de apoio, 2017.

Conforme podemos identificar, houve um avanço significativo da participação do Cartão BNDES no montante das operações indiretas, saindo de menos de 1% em seu primeiro ano de vigência para quase 12% treze anos mais tarde.

D) BNDES MPMEs Inovadora: Implementado em 2014, o programa tem por objetivo o financiamento de até R\$ 20 milhões para projetos de inovação realizados por micro, pequenas e médias empresas de faturamento anual de até R\$ 90 milhões (BNDES, 2017). Para capital de giro o valor limite é de R\$ 10 milhões. Esse programa atende uma lacuna no apoio às atividades inovativas, que diz respeito a fase de “empacotamento” do produto. (Nogueira, 2016b). A taxa de juros para financiamentos em geral é composta por custo financeiro (TJLP), taxa BNDES que em abril de 2017 estava em 1,1% ao ano e taxa do agente financeiro, ou seja, banco intermediador. Já para micro e pequenas empresas, o aporte é destinado ao financiamento do capital de giro e a composição da taxa de juros é formada pelo custo financeiro (75% da Selic³²), taxa BNDES de 0,5% ao ano e a taxa do agente financeiro. Para empresas de porte médio a composição se dá por 90% da Selic, 1,4% ao ano de taxa do BNDES e a taxa do banco credenciado e também tem finalidade de financiamento de capital de giro. O BNDES tem participação em até 90% dos itens financiáveis. Os prazos e carências também são distintos segundo a finalidade do investimento. Para investimentos em geral o prazo máximo de financiamentos de 10 anos, com carência máxima de 4 anos e, para financiamento de capital de giro, o prazo máximo de financiamento são 5 anos, com carência de 2 anos. As garantias são definidas pela instituição financeira intermediadora e o cliente, tendo a possibilidade de complementariedade do BNDES FGI.

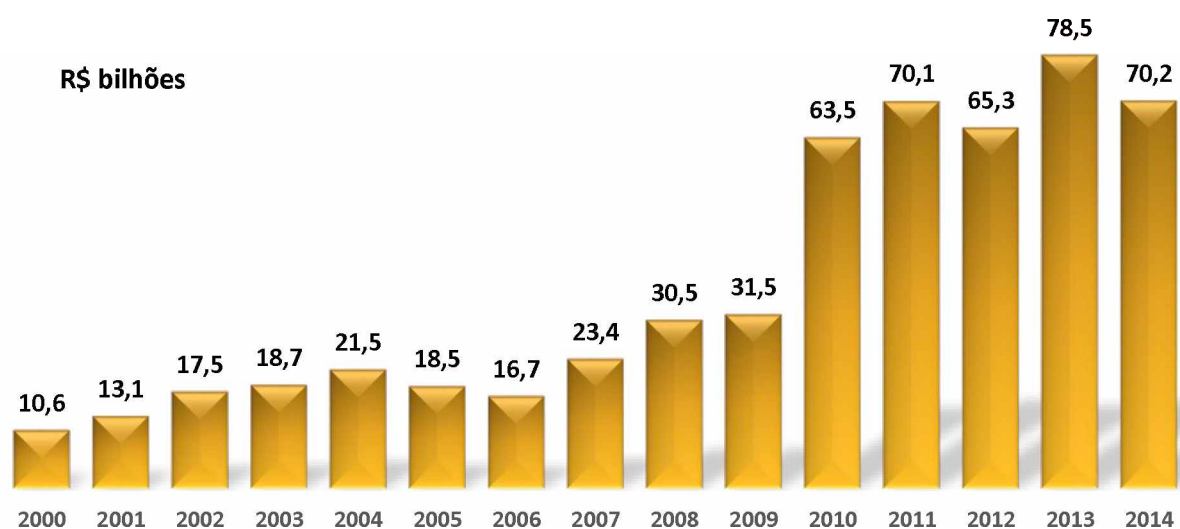
³² Sistema de Liquidação e Custódia.

E) BNDES Microcrédito: com participação de 100% do valor financiado, este programa se destina ao financiamento de até R\$ 20 mil a microempreendedores formais e informais em capital de giro e investimentos como obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos novos ou usados, e compra de insumos e materiais. Podem solicitar o financiamento pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, ou seja, aquelas que obtenham receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil em cada ano-calendário. (BNDES, 2017). A taxa de juros é negociada entre as partes – tomador de banco intermediador – não podendo passar de 4% ao mês, já considerando todos os encargos. Faculta a cobrança da TAC, mas com o teto de 3% sobre o valor financiado. Também na alçada dos agentes operadores (bancos intermediadores) estão o prazo de pagamento do contrato e as garantias, não podendo ser garantias reais, já que a maioria das transações tem como garantia o aval solidário.

2.4. Liberações de recursos do BNDES às MPMEs

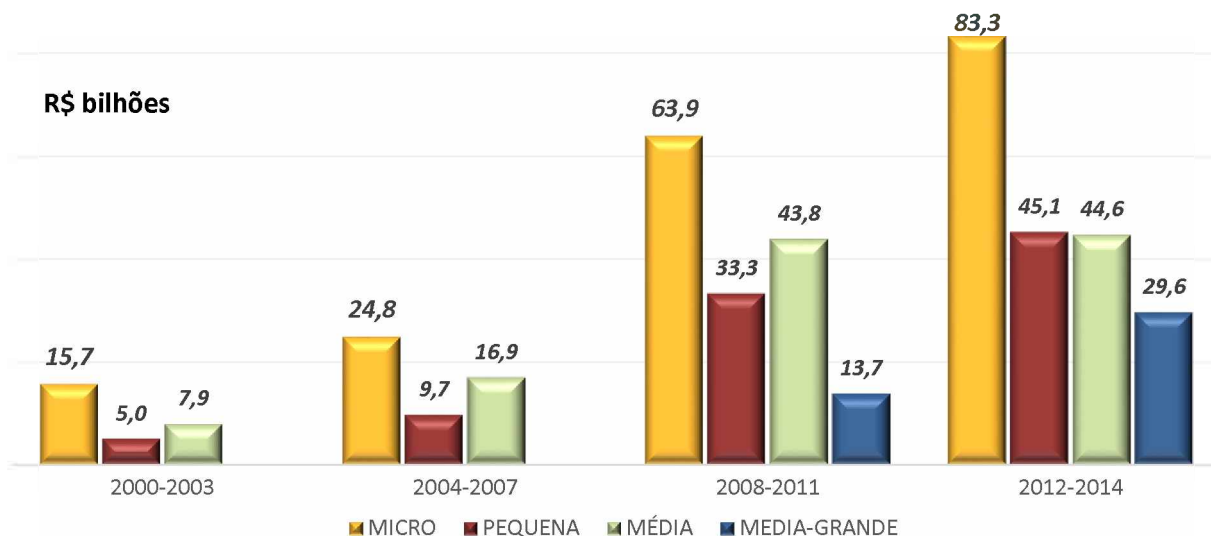
Conforme se pode observar pelo Gráfico 2.7, houve um aumento considerável no volume de recursos repassados pelo BNDES às MPMEs. A liberação passou de R\$ 10,6 bilhões em 2000 para R\$ 70,2 bilhões em 2014, deflacionado pelo IPCA.

Gráfico 2.7: Evolução do desembolso anual às MPMEs do sistema BNDES a preços de 2014 (IPCA)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

Gráfico 2.8: Desembolso por período estudado do Sistema BNDES e por porte de Empresa – MPMEs

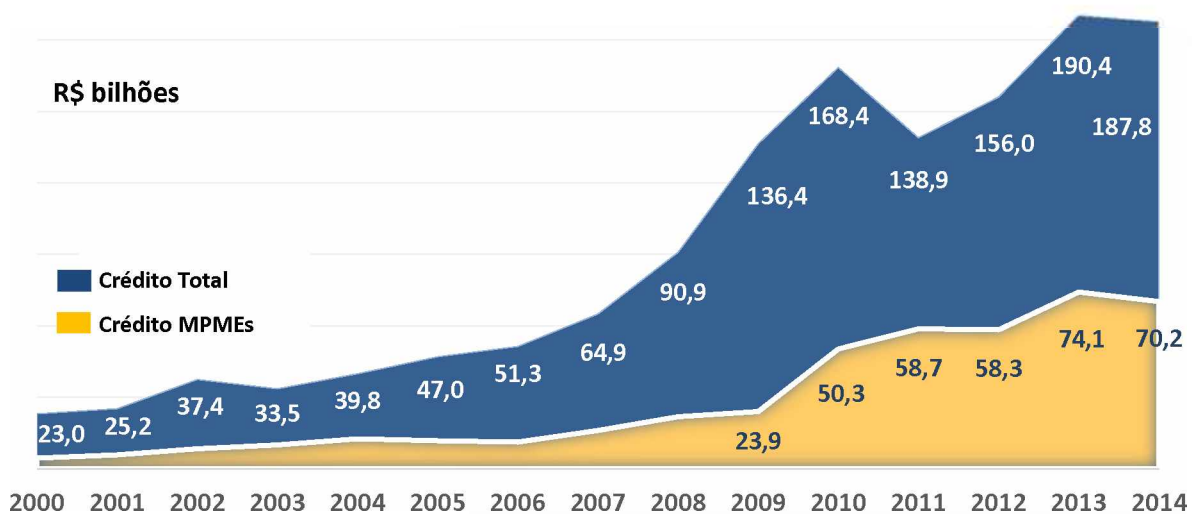


Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

Claramente se observa pelos gráficos 2.7 e 2.8, o fato já destacado anteriormente, referente à evolução do crédito direcionado, especialmente após 2008 e que se verifica no caso do crédito total do BNDES e no crédito dirigido às MPMEs³³. Um comentário importante é o de que no ano de 2011, em que se observou uma queda expressiva das liberações do BNDES, tal comportamento não se verificou no segmento das MPMEs (Gráfico 2.9). Ademais, outro comentário importante é o de que se nota o salto de expansão após 2008, puxado por todos os segmentos, mais especialmente o das micro e médias empresas.

³³ Os valores apresentados no gráfico são correntes.

Gráfico 2.9: Evolução do desembolso anual do sistema BNDES – Crédito total³⁴ vs. MPMEs



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, 2016.

³⁴ Crédito total = Micro, Pequena, Média, Média Grande e Grande empresa.

CAPÍTULO 3

ESTUDO APLICADO DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO BNDES DIRIGIDOS ÀS MPMEs

3.1. Metodologia – Proposta dos trabalhos aplicados

Tomaremos como base de estudo a verificação da distribuição do crédito às MPMEs e as condições de desenvolvimento do município medidas pelo IDH. A ideia é a de observar esta atuação do Estado, de cunho eminentemente social.

Uma das razões para esse questionamento é o fato de que uma das alegações constantes para a explicação do porquê de agentes mais carentes não terem acesso a recursos seria a falta de demanda dos mesmos. Uma das razões seria o fato de que estes agentes teriam dificuldade em ir até o banco e compreender as exigências envolvidas no crédito.

Contrariamente a esta perspectiva, nossa hipótese é a de que há um viés concentrador de recursos nos bancos públicos brasileiros (por perfil de municípios e região, por tipo de demandador de recursos). Ainda que se considere que o BNDES teria, necessariamente também um perfil urbano, o que se espera observar é a continuidade da forte concentração de recursos nas regiões sudeste e sul e nas grandes capitais. Vamos contrapor as regiões Sudeste e Nordeste, a fim de verificar se há um caráter concentrador de recursos nas regiões mais desenvolvidas do país.

Assim, efetuaremos o seguinte estudo, conforme detalharemos mais adiante: Relação entre os indicadores de crédito do BNDES às MPMEs vs. IDH.

A técnica utilizada para efetuar estas relações é a de Análise de Correspondência (AC). A partir daí, indicamos em linhas gerais, no que consiste esta análise para, a seguir, apresentar os indicadores que serão comparados em cada um dos estudos.

3.1.1. Análise de Correspondência

A Análise de Correspondência (AC) é uma técnica de fácil aplicação e interpretação, bem como, apresenta versatilidade no tratamento de variáveis categóricas. O uso da AC utiliza um

“mapa geográfico” que demonstra as proximidades entre estímulos propostos no trabalho. Consiste em uma técnica que busca a redução da quantidade de dados a serem analisados pelo pesquisador, a partir de procedimentos de estatística multivariada, de forma que este possa analisar um número maior de variáveis/categorias simultaneamente a partir de um espaço com dimensões reduzidas, com o mínimo de perda de informação possível.

A forma mais simples da AC, ou seja, a forma bivariada, possibilita a identificação, pelo pesquisador, de como em um mapa, as proximidades/distâncias e relações entre linhas e colunas (estímulos) de uma tabela de contingência (usualmente denominada de tabela cruzada, cruzamentos, tabulação cruzada...) em duas ou mais dimensões. (CUNHA JR., 1997).

Ademais, no que se refere à Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), a aplicação desta técnica possibilita a criação de medidas de similaridades, ou seja, de proximidades a partir da distância euclidiana entre os indivíduos e, dessa forma, representa graficamente tanto as categorias das variáveis quanto os indivíduos que compõem a amostra. A mencionada distância advém das respostas dadas às diversas categorias das variáveis envolvidas na análise para cada um dos indivíduos.

A ACM, apesar de ser desenvolvida para a representação de mais de duas variáveis, permite que o analista explore duas variáveis (como na AC, mas complementada pela representação dos indivíduos), ou, ainda, variáveis do tipo escolha múltipla (escolha n/k). (CUNHA JR., 1997, p.11).

Na verdade, a Análise de Correspondência estuda a distribuição de frequências resultantes de duas ou mais variáveis qualitativas, ou seja, variáveis categóricas ou mesmo variáveis quantitativas que passaram por um processo de categorização (FÁVERO et al, 2009).

Tal técnica, fazendo uso de um espaço multidimensional, busca explicitar a associação entre categorias dessas variáveis. Essa técnica utiliza um mapa percentual, que consiste na representação visual das percepções de objetos de um indivíduo em duas ou mais dimensões e, normalmente, esse mapa tem níveis opostos de dimensões nos extremos dos eixos X e Y. Neste mapa percentual são demonstradas as associações entre um conjunto de variáveis categóricas, o que permite a análise visual de qualquer padrão ou estrutura nos dados.

Este tipo de análise permite que se observe, conjuntamente e simultaneamente, as relações entre as variáveis. Assim sendo, esta técnica pode ser aplicada em ciências sociais, as quais muitas vezes estudam variáveis qualitativas.

Além do mais, a representação gráfica simplifica o conjunto de dados complexos e representa a disposição relativa dos indivíduos ou categorias, bem como, possibilita e facilita a observação das relações entre os dados (FÁVERO et al).

3.1.2. Indicadores e Categorização

Nesse trabalho estamos desenvolvendo três grupos de indicadores e de categorização, levando em conta os estudos de correspondências múltiplas que pretendemos desenvolver. Eles relacionarão o crédito direcionado via BNDES às MPMEs por município com o IDH de cada município. De outra parte, também relacionaremos as liberações totais de crédito do SFN por município com o IDH de cada um destes. A ideia é a de verificar o perfil da distribuição do crédito, tanto o direcionado, quanto do SFN, ao perfil do município. Mas, além disso, verificar também se a lógica de distribuição do crédito direcionado do BNDES às MPMEs é diferente daquela observada para os créditos totais do Sistema Financeiro Nacional. Pretende-se, então, observar se, no período mais recente, a evolução do crédito direcionado às MPMEs pelo BNDES seguiu a lógica de maior concentração nas praças de maior dinamismo econômico.

Para fazer esse estudo, desenvolvemos três grupos de indicadores:

Quadro 3.1: Indicadores de categorização

<i>Indicador 1</i>	Categorização de IDH
<i>Indicador 2</i>	Categorização do Crédito Total do Sistema Financeiro Nacional
<i>Indicador 3</i>	Categorização de Crédito direcionado BNDES às MPMEs

Fonte: Elaboração própria.

As categorizações foram realizadas para diferentes subperíodos (2000 – 2003; 2004 – 2007; 2008 – 2011 e 2012 – 2014), no caso dos indicadores de crédito.

Além do mais, efetuaremos estudos da categorização para o Brasil como um todo, construindo mapas dessas categorizações, mas também faremos estudos específicos para as macrorregiões Nordeste e Sudeste, utilizando a mesma classificação interquartílicas do estudo a nível Brasil, a fim de analisar as possíveis dessemelhanças das duas macrorregiões.

Para a análise de correspondências, utilizamos todos os municípios brasileiros a fim de criarmos os intervalos interquartílicos dos nossos indicadores, ou seja, mesmo que os municípios não apresentassem valores positivos e maiores que zero, eles foram considerados para a criação dos intervalos. Entretanto, para a composição dos mapas, utilizamos apenas os municípios que apresentassem valores positivos e maiores que zero. Desta forma, conseguimos enquadrar todos os municípios brasileiros (5.570 cidades) em todos os intervalos interquartílicos, ao passo que se considerássemos todos os municípios para essa análise, teríamos, para alguns casos, o retorno de apenas municípios que não obtiveram crédito – denominados no estudo como “Sem Crédito” e o intervalo interquartílico “Alto”, ou seja, o recorte superior de toda a distribuição quando colocados de forma crescente, ou então, os 25% maiores valores absolutos. Como forma de ilustrar melhor nossa metodologia para a análise de correspondências e mapas, veja o exemplo abaixo.

Para uma sequência numérica de 10 unidades, classificadas por ordem crescente de valor;

0 0 0 0 0 0 7 8 10 15

se fossemos utilizar todos os valores para realizar intervalos interquartílicos, teríamos a situação 1 (quadro 3.2), entretanto, se utilizarmos apenas os valores maiores que zero, teríamos a situação 2 (quadro 3.3), conforme abaixo:

Quadro 3.2: Situação 1

<i>Intervalo interquartílico</i>	<i>Valores</i>
<i>Mínimo</i>	0
<i>Muito Baixo</i>	0
<i>Baixo</i>	0
<i>Médio</i>	7,75
<i>Alto</i>	15

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.3: Situação 2

<i>Intervalo interquartílico</i>	<i>Valores</i>
<i>Mínimo</i>	7
<i>Muito Baixo</i>	7,75
<i>Baixo</i>	9
<i>Médio</i>	11,25
<i>Alto</i>	15

Fonte: Elaboração própria.

Ou seja, na situação 1, teríamos apenas dois intervalos com valores maiores que zero, o que deixaria nosso mapa apenas com três quebras – os municípios que não tiveram crédito “Sem Crédito”, “Médio” e “Alto”. De outra forma, no cenário hipotético da situação 2, conseguiríamos enquadrar todos os valores em algum intervalo interquartílico, nos dando a possibilidade de mapa com cinco quebras – os municípios que não tiveram crédito e, portanto,

não entraram na classificação interquartilica, denominados de “Sem Crédito”, os “Muito Baixo”, “Baixo”, “Médio” e “Alto”.

i) Categorização do IDH

Para o caso do IDH, foram efetuadas as categorizações considerando o IDHM de 2000 para todos os municípios brasileiros, que serão relacionados aos créditos que vão até 2003. De outra parte, utilizamos o IDH de 2010, para os créditos pós 2004, inclusive.

ii) Categorização do crédito total do Sistema Financeiro Nacional

Foi realizada considerando a organização por período. Em cada um deles efetua-se a somatória das operações de crédito dos bancos comerciais e múltiplos em cada um dos municípios no interregno dos anos considerados pela periodicidade. O Indicador montado refere-se à relação Operações de Crédito/PIB. Os dados são do Banco Central do Brasil.

iii) Categorização dos créditos do BNDES às MPMEs

Essa categorização refere-se à relação entre o crédito liberado pelo BNDES às Micro, Pequenas e Médias empresas com o PIB do município em questão. Nesse caso, não estamos tratando de operações de crédito em balanço bancário (estoque), como no primeiro indicador, mas sim dos créditos liberados (fluxo). Os dados foram disponibilizados pelo BNDES.

No caso dessa categorização, serão realizados estudos para os créditos agregados do BNDES dirigidos às MPMEs e também para cada um desses subgrupos para ver a performance em separado.

Nos interessa, especialmente, a performance do crédito às médias empresas, comparado às micro e pequenas. Isso porque a classificação de porte referente às médias empresas incorpora um grupo com valores de faturamento substancialmente maiores, que não deveriam constar no mesmo grupo das demais.

Teremos, então, as seguintes categorizações para os créditos aos Empresários Individuais (EI), MEIs e MPMEs,

Quadro 3.4: Categorizações para os créditos BNDES

<i>Variável</i>	<i>Categorização</i>
<i>Crédito Total do BNDES aos EI, MEIs e MPMEs/PIB</i>	CRÉD. TOTAL BNDES_PIB
<i>Crédito do BNDES aos Microempreendedores Individuais e Empresários Individuais e /PIB</i>	CRÉD. MEI-EI_PIB
<i>Crédito do BNDES às Microempresas/PIB</i>	CRÉD. ME_PIB
<i>Crédito do BNDES às Pequenas Empresas/PIB</i>	CRÉD. PEQUENA_PIB
<i>Crédito do BNDES às Médias Empresas/PIB</i>	CRÉD. MÉDIA_PIB

Fonte: Elaboração própria.

Essa categorização foi realizada para cada um dos períodos indicados acima e que serão utilizados no estudo.

Iniciaremos com essas categorizações para o Brasil como um todo. Depois disso, faremos somente para as macrorregiões Nordeste e Sudeste, ainda utilizando da categorização aplicada para o Brasil. Dessa forma, conseguiremos confrontar as duas macrorregiões em questão. Caso fizéssemos uma reclassificação para cada uma delas, perderíamos o poder de comparação entre essas macrorregiões brasileiras.

Isto posto, os indicadores que utilizaremos são os indicados nos Quadros 3.4 e 3.6.

Quadro 3.5: Especificação das classificações do crédito às MPMEs

<i>Nomenclatura</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>Especificação</i>
<i>Crédito total BNDES</i>	Total do Crédito do BNDES dirigido às MPMEs	-
<i>Crédito MEI</i>	Crédito do BNDES ao Microempresário Individual; Empresários Individuais (pessoa física ou jurídica)	Cartão BNDES; BNDES Automático - Projetos de Investimento; BNDES Progeren; BNDES Finame - BK Aquisição e Comercialização; BNDES MPME Inovadora; Programa BNDES Micro e Pequena Empresa Aprendiz; BNDES Microcrédito – Empreendedor; BNDES Finame - Moderniza BK; PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns; Inovagro; Moderagro; Moderfrota; Procap-Agro - Programa de capitalização de cooperativas agropecuárias; Procapcred - Programa de capitalização de cooperativas de crédito; Prodecoop - Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária;

		Programa ABC; Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
<i>Crédito ME</i>	Crédito do BNDES às Micro Empresas	<u>Direta</u> BNDES Finem; BNDES Merc Capitais; BNDES Não Reemb; BNDES-Exim
		<u>Indireta</u> BNDES Automático; BNDES Finame; BNDES Finame Agrícola; BNDES Finame Leasing; BNDES Finem; BNDES-Exim; Cartão BNDES
<i>Crédito Pequena</i>	Crédito do BNDES às Pequenas Empresas	<u>Direta</u> BNDES Finem BNDES Merc Capitais BNDES Microcrédito BNDES Não Reemb BNDES-Exim
		<u>Indireta</u> BNDES Automático BNDES Finame BNDES Finame Agrícola BNDES Finame Leasing BNDES Finem BNDES-Exim Cartão BNDES
<i>Crédito Média</i>	Crédito do BNDES às Médias Empresas	<u>Direta</u> BNDES Finem BNDES Merc Capitais BNDES Não Reemb BNDES-Exim
		<u>Indireta</u> BNDES Automático BNDES Finame BNDES Finame Agrícola BNDES Finame Leasing BNDES Finem BNDES Não Reemb BNDES-Exim Cartão BNDES

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.6: Indicadores para análise de correspondências

	2000-2003	2004-2007	2008-2011	2012-2014
<i>IDH</i>	IDH 2000	IDH 2010	IDH 2010	IDH 2010
<i>CREDITO SFN PIB</i>	Σ Crédito SFN 2000 a 2003/PIB	Σ Crédito SFN 2004 a 2007/PIB	Σ Crédito SFN 2008 a 2011/PIB	Σ Crédito SFN 2012 a 2014/PIB
<i>CREDITO Total BNDES PIB</i>	Σ Crédito Total 2000 a 2003/PIB	Σ Crédito Total 2004 a 2007/PIB	Σ Crédito Total 2008 a 2011/PIB	Σ Crédito Total 2012 a 2014/PIB

<i>CREDITO MEI, Empresário individual PIB</i>	Σ Crédito MEI, EI 2000 a 2003/PIB	Σ Crédito MEI, EI 2004 a 2007/PIB	Σ Crédito MEI, EI 2008 a 2011/PIB	Σ Crédito MEI, EI 2012 a 2014/PIB
<i>CREDITO ME PIB</i>	Σ Crédito ME 2000 a 2003/PIB	Σ Crédito ME 2004 a 2007/PIB	Σ Crédito ME 2008 a 2011/PIB	Σ Crédito ME 2012 a 2014/PIB
<i>CREDITO PEQUENA PIB</i>	Σ Crédito pequena 2000 a 2003/PIB	Σ Crédito pequena 2004 a 2007/PIB	Σ Crédito pequena 2008 a 2011/PIB	Σ Crédito pequena 2012 a 2014/PIB
<i>CREDITO MEDIA PIB</i>	Σ Crédito média 2000 a 2003/PIB	Σ Crédito média 2004 a 2007/PIB	Σ Crédito média 2008 a 2011/PIB	Σ Crédito média 2012 a 2014/PIB

Fonte: Elaborado própria.

Após construirmos estes indicadores para cada um dos municípios, os mesmos serão ordenados do menor para o maior e, em seguida, serão divididos em quartis. O primeiro quartil corresponderá ao critério MUITO BAIXO; o segundo quartil ao critério BAIXO; o terceiro quartil ao critério MÉDIO e o quarto quartil ao critério ALTO. Isto será efetuado para cada um dos indicadores construídos, considerando os municípios de todas as macrorregiões brasileiras.

Quadro 3.7: Classificação e intervalos das categorias

QUARTIS	CLASSIFICAÇÃO DOS INTERVALOS
<i>Até 1º quartil</i>	Muito Baixo
<i>Até 2º quartil</i>	Baixo
<i>Até 3º quartil</i>	Médio
<i>Até 4º quartil</i>	Alto

Fonte: Elaborado própria.

Para observar a distribuição regional desses recursos, os indicadores municipais construídos serão comparados com indicadores de performance, como o IDH e a distribuição do crédito total do SFN, conforme comentado, utilizando-se a técnica de correspondências múltiplas.

Estudo 1 – Relação entre os indicadores para o Brasil como um todo;

Estudo 2 – Relação entre os indicadores para a Região Nordeste;

Estudo 3 – Relação entre os indicadores para a Região Sudeste.

Serão, portanto, construídos mapas e histogramas de frequência para os mesmos e serão realizados estudos relacionando estes indicadores e seus sub-indicadores com os índices de captação construídos, utilizando-se a Análise de Correspondências acima indicada.

3.1.3. Categorização dos IDHs e as Macrorregiões

Após a organização da categorização dos municípios segundo IDH, utilizando a metodologia explicitada acima, observamos os resultados pelas macrorregiões brasileiras. Lembremo-nos que para o primeiro período foi utilizada a classificação dos IDHs 2000 e para os demais períodos a classificação foi a dos IDHs de 2010. Os resultados da distribuição por macrorregião são os que se encontram nas Tabelas 3.1 e 3.2.

Tabela 3.1: Classificação dos municípios segundo IDHs por macrorregiões brasileira – 2000-2003

<i>Região</i>	<i>ALTO</i>		<i>BAIXO</i>		<i>MÉDIO</i>		<i>MUITO BAIXO</i>	
	<i>Freq.</i>	<i>Part.</i>	<i>Freq.</i>	<i>Part.</i>	<i>Freq.</i>	<i>Part.</i>	<i>Freq.</i>	<i>Part.</i>
<i>CENTRO OESTE</i>	62	4,47%	150	10,74%	243	17,57%	12	0,86%
<i>NORDESTE</i>	16	1,15%	596	42,66%	63	4,56%	1119	79,76%
<i>NORTE</i>	8	0,58%	193	13,82%	44	3,18%	205	14,61%
<i>SUDESTE</i>	742	53,50%	320	22,91%	548	39,62%	58	4,13%
<i>SUL</i>	559	40,30%	138	9,88%	485	35,07%	9	0,64%
<i>Total Geral</i>	1387	100,00%	1397	100,00%	1383	100,00%	1403	100,00%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 3.2: Classificação dos municípios segundo IDHs por macrorregiões brasileira – 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2014

<i>REGIÃO</i>	<i>ALTO</i>		<i>BAIXO</i>		<i>MÉDIO</i>		<i>MUITO BAIXO</i>	
	<i>Freq.</i>	<i>Part.</i>	<i>Freq.</i>	<i>Part.</i>	<i>Freq.</i>	<i>Part.</i>	<i>Freq.</i>	<i>Part.</i>
<i>CENTRO OESTE</i>	91	6,69%	104	7,48%	261	18,46%	11	0,78%
<i>NORDESTE</i>	20	1,47%	586	42,13%	75	5,30%	1113	79,27%
<i>NORTE</i>	14	1,03%	182	13,08%	55	3,89%	199	14,17%
<i>SUDESTE</i>	674	49,52%	363	26,10%	558	39,46%	73	5,20%
<i>SUL</i>	562	41,29%	156	11,21%	465	32,89%	8	0,57%
<i>Total Geral</i>	1361	100,00%	1391	100,00%	1414	100,00%	1404	100,00%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A partir dessas tabelas, se observa que a maioria dos municípios que têm IDH “Alto”, estão na região Sudeste (acima de 49%) e Sul (acima de 40%). Já as regiões Norte e Nordeste são aquelas que apresentam os municípios com IDHs mais baixos. Um dado que chama a atenção é a de que, considerando o período pós 2004, a região Nordeste tinha 1113 municípios

classificados como sendo de IDH “Muito Baixo”. Note-se ainda que 79% dos municípios com essa classificação concentravam-se nessa região.

3.2. O estudo da distribuição de recursos do Sistema Financeiro Nacional

Nessa parte do trabalho analisaremos a distribuição de recursos do Sistema Financeiro Nacional, por meio da análise das “operações de crédito” apresentadas nos balancetes dos bancos comerciais e múltiplos.

3.2.1. Créditos totais por município e IDH

Antes de efetuar o estudo de correspondências, utilizando o indicador relativo Crédito/PIB, consideramos relevante observar a distribuição dos volumes totais de crédito por município, para ter uma ideia da concentração efetiva de recursos referentes às operações de crédito. Para efetuar tal classificação, utilizamos o procedimento indicado abaixo.

Quadro 3.8: Classificação dos créditos

-
- Efetuamos a somatória da distribuição dos créditos por município em cada um dos períodos de nossa análise: 2000-2003; 2004-2007; 2008-2011; 2012-2014.
 - A partir daí, relacionamos as operações de crédito por município, vinculando-as com a classificação dos IDHs.
-

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados encontrados estão explicitados nas Tabelas 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6.

Tabela 3.3: Classificação das operações de crédito do SFN por IDH e macrorregião brasileira (2000-2003)

<i>REGIÃO</i>	<i>IDH 2000</i>				<i>Total Geral</i>
	<i>ALTO</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>BAIXO</i>	<i>MUITO BAIXO</i>	
<i>CENTRO OESTE</i>	8,63%	0,95%	0,14%	0,00%	9,7%
<i>NORDESTE</i>	4,22%	1,04%	0,96%	0,31%	6,5%
<i>NORTE</i>	0,65%	0,47%	0,13%	0,02%	1,3%
<i>SUDESTE</i>	69,49%	0,88%	0,11%	0,01%	70,5%
<i>SUL</i>	11,27%	0,65%	0,07%	0,00%	12,0%
<i>Total</i>	94,25%	4,00%	1,41%	0,34%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município e dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 3.4: Classificação das operações de crédito do SFN por IDH e macrorregião brasileira (2004-2007)

<i>REGIÃO</i>	<i>IDH 2010</i>				<i>Total Geral</i>
	<i>ALTO</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>BAIXO</i>	<i>MUITO BAIXO</i>	
<i>CENTRO OESTE</i>	7,32%	1,00%	0,09%	0,02%	8,4%
<i>NORDESTE</i>	4,08%	0,82%	0,81%	0,33%	6,0%
<i>NORTE</i>	1,07%	0,25%	0,17%	0,08%	1,6%
<i>SUDESTE</i>	69,45%	1,33%	0,18%	0,01%	71,0%
<i>SUL</i>	11,81%	1,02%	0,15%	0,00%	13,0%
<i>Total</i>	93,74%	4,42%	1,41%	0,43%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município e dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 3.5: Classificação das operações de crédito do SFN por IDH e macrorregião brasileira (2008-2011)

<i>REGIÃO</i>	<i>IDH 2010</i>				<i>Total Geral</i>
	<i>ALTO</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>BAIXO</i>	<i>MUITO BAIXO</i>	
<i>CENTRO OESTE</i>	9,45%	0,71%	0,07%	0,01%	10,2%
<i>NORDESTE</i>	4,73%	0,89%	0,84%	0,35%	6,8%
<i>NORTE</i>	1,23%	0,26%	0,18%	0,08%	1,7%
<i>SUDESTE</i>	66,50%	1,43%	0,21%	0,01%	68,1%
<i>SUL</i>	12,04%	0,89%	0,14%	0,00%	13,1%
<i>Total</i>	93,94%	4,18%	1,43%	0,45%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município e dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 3.6: Classificação das operações de crédito do SFN por IDH e macrorregião brasileira (2012-2014)

<i>REGIÃO</i>	<i>IDH 2010</i>				<i>Total Geral</i>
	<i>ALTO</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>BAIXO</i>	<i>MUITO BAIXO</i>	
<i>CENTRO OESTE</i>	8,99%	0,82%	0,09%	0,01%	9,9%
<i>NORDESTE</i>	4,97%	1,07%	1,01%	0,42%	7,5%
<i>NORTE</i>	1,51%	0,35%	0,24%	0,09%	2,2%
<i>SUDESTE</i>	65,37%	1,65%	0,27%	0,01%	67,3%
<i>SUL</i>	12,03%	0,95%	0,15%	0,00%	13,1%
<i>Total</i>	92,88%	4,83%	1,75%	0,54%	100,0%

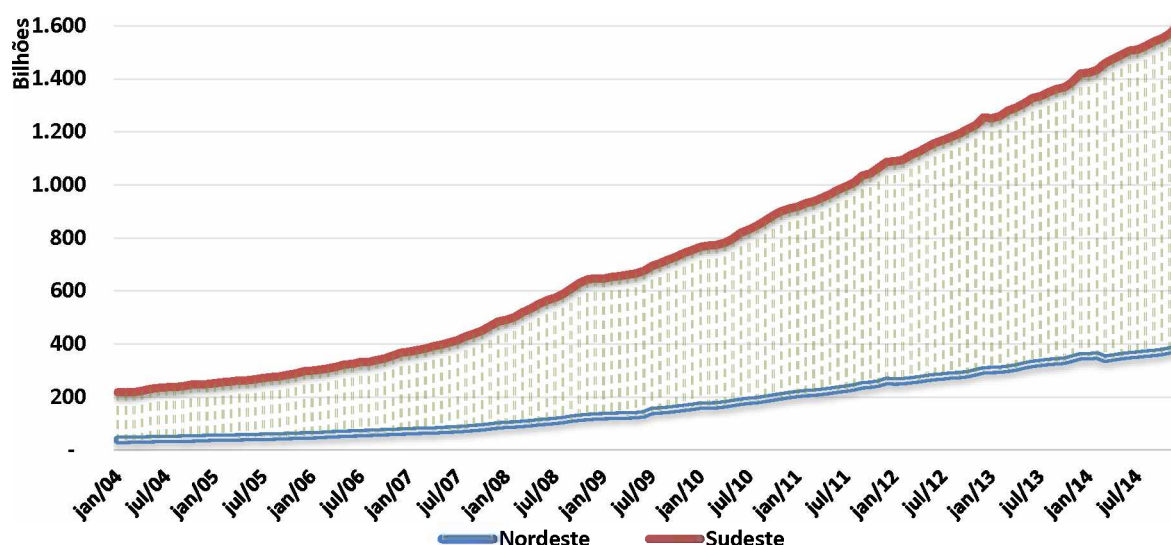
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município e dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Conforme se pode observar pela análise dos mesmos, para todos os períodos estudados, mais de 92% das operações de crédito do SFN estão concentradas em municípios de IDH Alto. Ou seja, 25% dos municípios brasileiros recebem mais de 92% dos créditos. Outro dado importante é o de que, para todos os períodos, a maioria das operações de crédito (mais que 65%) está vinculada a municípios de IDH “Alto” da Região Sudeste e entre 11% e 12% vinculados aos municípios de IDH “Alto” da Região Sul. Assim, nota-se a concentração do crédito nos municípios de IDH “Alto” essencialmente nessas duas regiões.

Do outro extremo, considerando os municípios que apresentam IDHs “Baixo” e “Muito Baixo” e que compõem 50% dos municípios brasileiros, constatamos que eles recebem cerca de 2% das operações de crédito e isso não muda, considerando qualquer um dos períodos estudados.

Nesses termos, já é possível observar a forte concentração dos recursos da região Sudeste e em municípios que estão entre os de maior IDH (primeiro quartil). É preciso comentar, no entanto, que estes dados estão sendo tomados em valores absolutos, não considerando a dinâmica do PIB ou populacional. Mais adiante no trabalho, observaremos a classificação Crédito/PIB, conforme anunciado anteriormente.

Para finalizar esse desenho, apresentamos os dados de liberação de crédito nos anos 2000 para as regiões Nordeste e Sudeste, com o intuito de confirmar a discrepância das liberações, que serão analisadas com maior detalhe nos demais capítulos.

Gráfico 3.1: Saldo das operações de crédito do SFN das regiões Nordeste e Sudeste

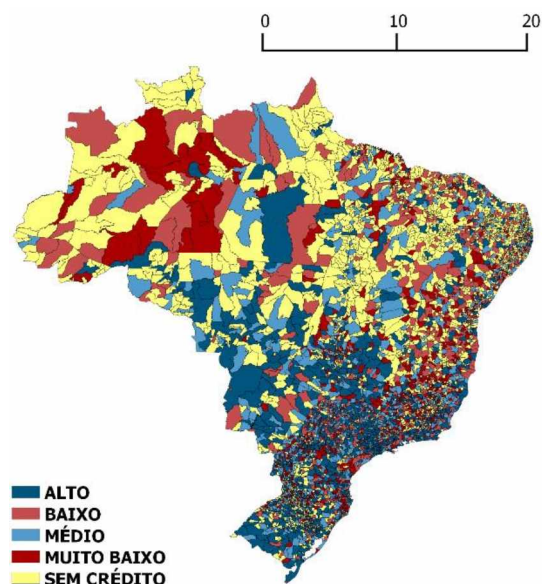
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - SCG – Sistema Gerenciador de Séries Temporais.

Os dados do Gráfico 3.1, referem-se ao saldo das operações de crédito dos balancetes dos bancos comerciais e múltiplos referentes às regiões Nordeste e Sudeste, sendo que a dinâmica da evolução desses recursos nos mostra o fato de que as regiões mais “remotas” recebem fortemente menos crédito, sendo que com o período pós 2008, gerou-se um aumento dessa discrepância, ainda que a região Nordeste tenha recebido uma importante expansão nos recursos. A diferença entre as regiões estudadas só aumentou durante o período analisado, saindo de R\$ 179 bilhões em janeiro de 2004 para R\$ 1,2 trilhões no final do ano de 2014.

Como podemos perceber, e esperávamos, há uma forte concentração de recursos, destinados pelo sistema financeiro brasileiro, nas cidades de maior IDH, ou seja, cidades mais dinâmicas, tanto social como economicamente, já que o presente índice é utilizado para medir o nível de desenvolvimento humano em determinada região, utilizando como critério de avaliação os indicadores de educação, longevidade e renda. Esta é uma primeira indicação de que é bastante simétrico o percentual de crédito com a classificação dos IDHs.

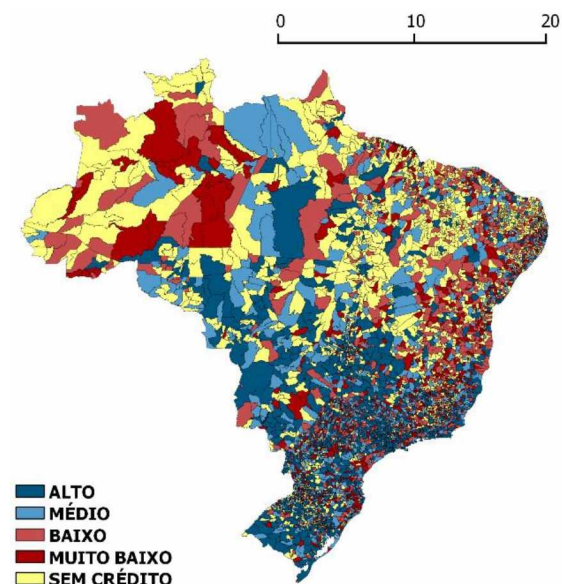
3.2.2. Análise de correspondências CRÉDITO SFN/PIB e IDH

Mapa 3.1: Crédito total SFN – 2000-2003



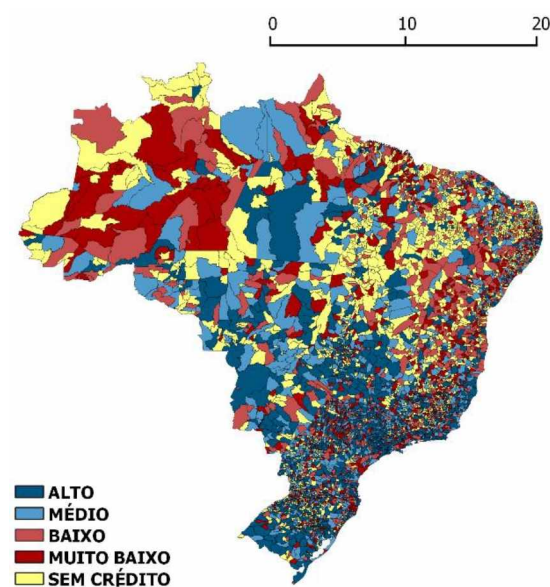
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Mapa 3.2: Crédito total SFN – 2004-2007



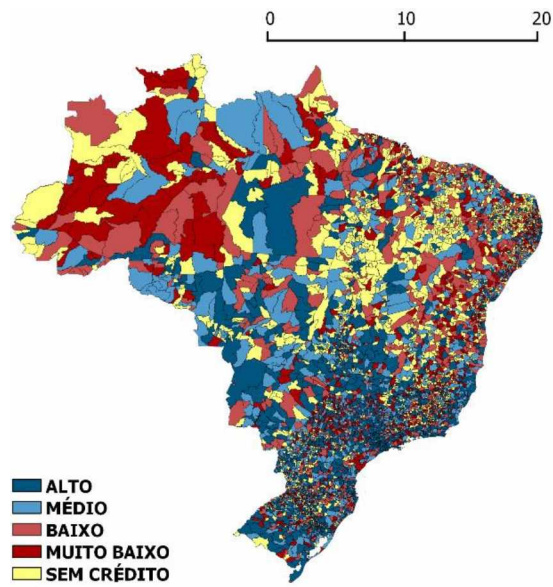
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Mapa 3.3: Crédito total SFN – 2008-2011



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Mapa 3.4: Crédito total SFN – 2012-2014



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Tabela 3.7: Frequência de municípios ao índice Crédito/PIB por classificação interquartilica do IDH – SFN (Brasil)

Brasil						
	<i>Classificação Crédito/PIB</i>					
<i>Período</i>	Sem Crédito	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Total
2000-2003	2.301	818	817	817	817	5.570
2004-2007	2.078	873	873	873	873	5.570
2008-2011	1.989	896	895	895	895	5.570
2012-2014	1.911	912	917	913	917	5.570

Fonte: Elaborado própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Com o auxílio dos Mapas 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 e da Tabela 3.7, podemos interpretar de forma mais robusta as tabelas referentes às análises de correspondências para todos os períodos estudados.

Observando-se os mapas, o que podemos perceber é que os municípios que recebem a relação crédito/PIB classificada como ALTA e MÉDIA estão fortemente concentrados nas regiões Sudeste e Sul, mas também observamos que a região Centro Oeste apresenta perfil semelhante. De outra parte, as regiões Nordeste e Norte são aquelas em que grande parte dos municípios recebem a relação crédito/PIB classificada como BAIXA E MUITO BAIXA.

Outra constatação importante é a de que os municípios classificados como “Sem Crédito”, se concentram na região Nordeste e Norte. Ou seja, os mapas explicitam a perspectiva levantada de que a distribuição do crédito tem a ver com a dinâmica econômica e de serviços dos municípios, fato que iremos comprovar com a análise dos resultados da Correspondência Múltipla.

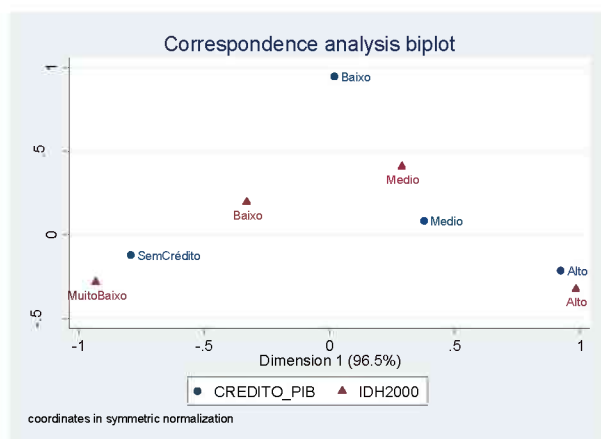
Ainda considerando a observação dos mapas e confrontando com a Tabela 3.7, podemos indicar que entre 2000 e 2014 houve uma redução do número de municípios que não recebiam diretamente créditos. Pelos mapas podemos ver que essa dinâmica ocorreu especialmente na região Nordeste, indicando a melhora, no sentido do acesso ao crédito.

Contudo, não houve a desconcentração regional das maiores importâncias de liberações de recursos, pois continuamos observando que as regiões Sudeste, Sul e, depois delas a Centro-Oeste, são aquelas em que se concentram os municípios de captação ALTA e MÉDIA. De forma geral, podemos dizer que a lógica do sistema bancário continua persistindo, mesmo considerando o alto peso dos créditos direcionados no total dos créditos concedidos, conforme

destacado em capítulo anterior. Ou seja, esse perfil de crédito parece estar mantendo a lógica concentradora de recursos.

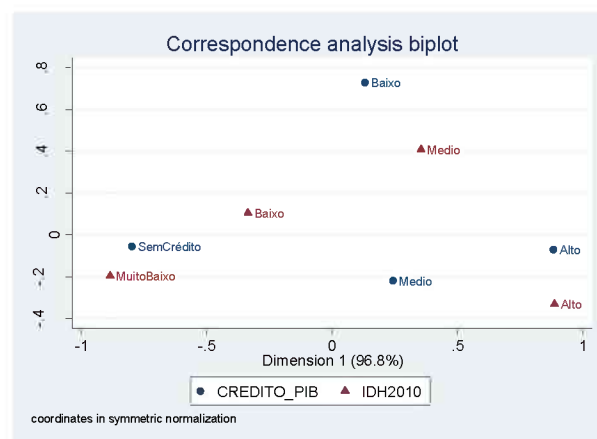
Isto posto, passemos à análise dos resultados de Correspondências Múltiplas.

Gráfico 3.2: Crédito SFN/PIB e IDH 2000 (quadriênio 2000-2003)



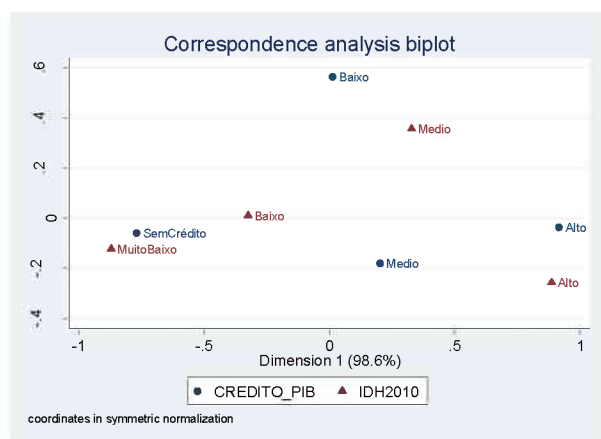
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.3: Crédito SFN/PIB e IDH 2010 (quadriênio 2004-2007)



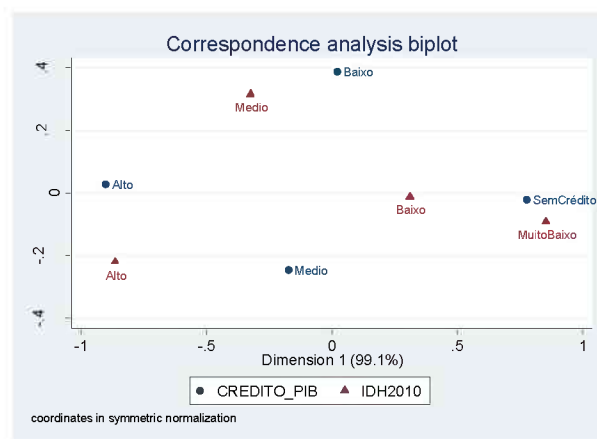
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.4: Crédito SFN/PIB e IDH 2010 (quadriênio 2008-2011)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.5: Crédito SFN/PIB e IDH 2010 (quadriênio 2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Um primeiro destaque vai para o fato de que em todos os períodos há proximidade de correspondência entre os municípios de IDH “Muito Baixo” e a classificação de Crédito/PIB “Sem Crédito”, o que era de se esperar. São os municípios de menor dinamismo econômico, de serviços, de dinâmica de educação, que não têm agências bancárias, o que já detectamos

indicativamente na análise dos mapas da distribuição de agências e que a análise de correspondências agora nos confirma.

A partir daí, passemos à análise dos períodos. No primeiro período (2000-2003), se destaca a nítida lógica concentradora do Sistema Financeiro: se observada a proximidade entre: “Crédito/PIB Alto” e “IDH Alto” e “Crédito/PIB Médio” e “IDH Médio” e soma-se a isso a já citada relação entre “IDH Muito Baixo” e “Sem Crédito”. Ou seja, os municípios de maior dinamismo são aqueles que se aproximam da relação de liberações de recursos mais alta (relacionada ao PIB). Não à toa, verifica-se a concentração dessa situação nas regiões Sudeste e Sul.

Nos demais períodos, permanece a relação entre “Sem Crédito” e “IDH Muito Baixo” e também “IDH Alto” e “Crédito/PIB Alto”. No entanto, a próxima relação observada é a que se dá entre “IDH Médio” e “Crédito/PIB Baixo”.

Ou seja; com a paulatina expansão do crédito, especialmente após 2008, permanece a relação entre as maiores relações observadas de crédito/PIB e os maiores IDHs. De outra parte, vimos que se reduzem os municípios sem crédito, mas os que permanecem (ainda um grande número) continuam relacionados aos IDHs Muito Baixos. De qualquer forma, se apresenta alguma melhora na distribuição, pois não se observa mais a relação entre “IDHs Médios” e “Crédito/PIB Médio”. Isso significa que municípios de “IDHs Baixo” podem estar recebendo uma relação “Crédito/PIB Médio”, ainda que não se estabeleça uma relação de correlação múltipla mais forte.

3.3. O estudo da distribuição de recursos do BNDES dirigido às MPMEs

O perfil do crédito via bancos públicos – diferente do perfil do sistema financeiro, mais especificamente o bancário de cunho privado – tem de ser de distribuição de recursos em regiões mais remotas do país e para agentes menos capitalizados e dinâmicos. Essa distribuição tem de ser capitaneada pelo Estado, a fim de promover o desenvolvimento social e econômico do país. Para tanto, o governo deverá dispor de seus bancos como facilitadores do alcance de empréstimos ao público geral. Sendo assim, o BNDES faz as vezes e será objeto do nosso estudo nessa seção.

3.3.1. Créditos Totais do BNDES às MPMEs por município e IDH

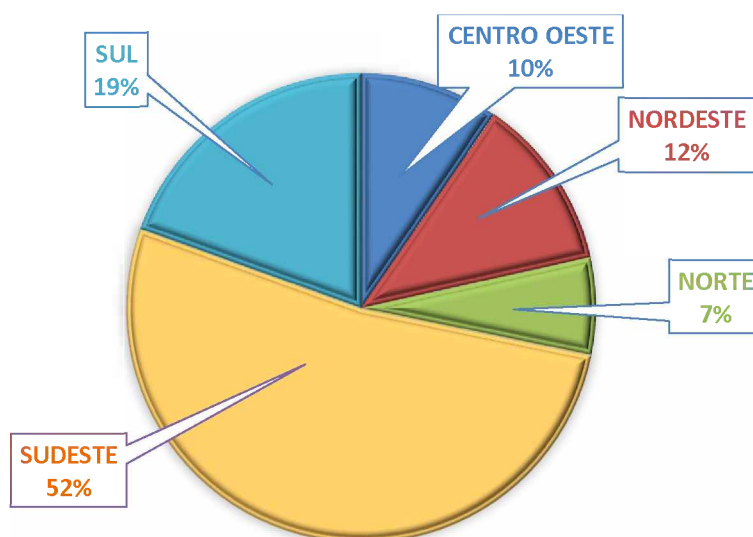
Podemos comprovar pela Tabela 3.8 e pelo Gráfico 3.6 há forte concentração dos desembolsos relativos ao crédito às MPMEs do BNDES nas regiões Sudeste e Sul do país, representando pouco mais de 70% da participação total no ano de 2016.

Tabela 3.8: Desembolso BNDES às MPMEs por macrorregião brasileira – 2016

<i>REGIÃO</i>	<i>Desembolsos em R\$ bilhões</i>
<i>CENTRO OESTE</i>	132,99
<i>NORDESTE</i>	166,47
<i>NORTE</i>	92,94
<i>SUDESTE</i>	727,46
<i>SUL</i>	271,16
<i>Total Geral</i>	1391,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

Gráfico 3.6: Desembolso total BNDES por macrorregião brasileira – 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

Após essa análise, efetuamos o mesmo estudo que realizamos para o SFN como um todo, só que agora utilizando os dados dos desembolsos do BNDES às MPMEs: (i) primeiro, efetuamos a somatória dos desembolsos do BNDES por município em cada um dos períodos de nossa análise: 2000-2003; 2004-2007; 2008-2011; 2012-2014; (ii) depois, relacionamos esses desembolsos totais por município, vinculando-os com a classificação dos IDHs.

Os resultados encontram-se nas Tabelas 3.9, 3.10, 3.11 e 3.12.

Tabela 3.9: Classificação do Crédito Total do BNDES às MPMEs por IDH e macrorregiões brasileiras (2000-2003)

<i>REGIÃO</i>	<i>IDH 2000</i>				<i>Total Geral</i>
	<i>ALTO</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>BAIXO</i>	<i>MUITO BAIXO</i>	
<i>CENTRO OESTE</i>	8,45%	5,86%	1,39%	0,01%	15,72%
<i>NORDESTE</i>	4,19%	2,92%	2,22%	2,33%	11,66%
<i>NORTE</i>	0,48%	1,70%	0,65%	0,25%	3,07%
<i>SUDESTE</i>	30,04%	5,10%	0,77%	0,05%	35,96%
<i>SUL</i>	25,69%	6,71%	1,16%	0,03%	33,59%
<i>Total</i>	68,84%	22,30%	6,19%	2,68%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

Tabela 3.10: Classificação do Crédito Total do BNDES às MPMEs por IDH e macrorregiões brasileiras (2004-2007)

<i>REGIÃO</i>	<i>IDH 2010</i>				<i>Total Geral</i>
	<i>ALTO</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>BAIXO</i>	<i>MUITO BAIXO</i>	
<i>CENTRO OESTE</i>	7,40%	4,41%	0,94%	0,14%	12,89%
<i>NORDESTE</i>	3,81%	2,25%	1,64%	1,23%	8,93%
<i>NORTE</i>	1,62%	1,38%	0,76%	0,33%	4,09%
<i>SUDESTE</i>	35,66%	6,20%	1,04%	0,06%	42,95%
<i>SUL</i>	23,75%	6,04%	1,31%	0,03%	31,13%
<i>Total</i>	72,24%	20,28%	5,69%	1,79%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

Tabela 3.11: Classificação do Crédito Total do BNDES às MPMEs por IDH e macrorregiões brasileiras (2008-2011)

<i>REGIÃO</i>	<i>IDH 2010</i>				<i>Total Geral</i>
	<i>ALTO</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>BAIXO</i>	<i>MUITO BAIXO</i>	
<i>CENTRO OESTE</i>	6,78%	2,97%	0,55%	0,05%	10,35%
<i>NORDESTE</i>	4,88%	2,90%	2,59%	1,41%	11,78%
<i>NORTE</i>	2,04%	0,99%	0,73%	0,25%	4,01%
<i>SUDESTE</i>	34,88%	5,83%	0,98%	0,07%	41,75%
<i>SUL</i>	25,09%	5,87%	1,12%	0,02%	32,10%
<i>Total</i>	73,68%	18,56%	5,97%	1,80%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

Tabela 3.12: Classificação do Crédito Total do BNDES às MPMEs por IDH e macrorregiões brasileiras (2012-2014)

REGIÃO	IDH 2010				Total Geral
	ALTO	MÉDIO	BAIXO	MUITO BAIXO	
<i>CENTRO OESTE</i>	7,14%	4,15%	0,79%	0,04%	12,11%
<i>NORDESTE</i>	4,49%	2,75%	2,95%	1,81%	12,00%
<i>NORTE</i>	2,06%	1,17%	1,02%	0,45%	4,71%
<i>SUDESTE</i>	30,57%	5,78%	1,14%	0,08%	37,56%
<i>SUL</i>	25,00%	6,98%	1,62%	0,02%	33,63%
<i>Total</i>	69,25%	20,83%	7,51%	2,41%	100,0%

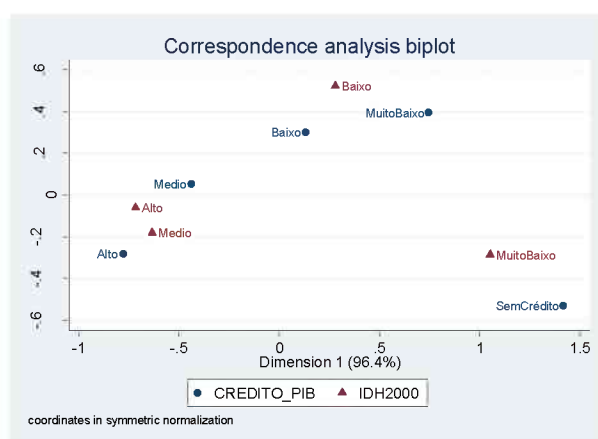
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

Para os quatro intervalos estudados, em todos eles, notamos que cerca de 70% dos desembolsos do BNDES às MPMEs estão nos municípios de “IDH Alto”, concentrados nas regiões Sudeste e Sul. Paralelamente, cerca de 20% dos desembolsos estão relacionados a municípios de “IDH Médio”, concentradas também nas mesmas regiões.

3.3.2. Crédito BNDES às MPMEs/PIB

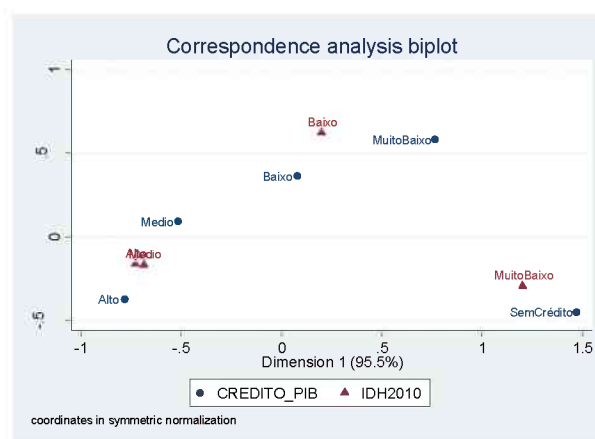
Efetuamos abaixo a análise de correspondências que relaciona os desembolsos totais das MPMEs/PIB para os períodos considerados.

Gráfico 3.7: Crédito BNDES às MPMEs/PIB e IDH 2000 (2000-2003)



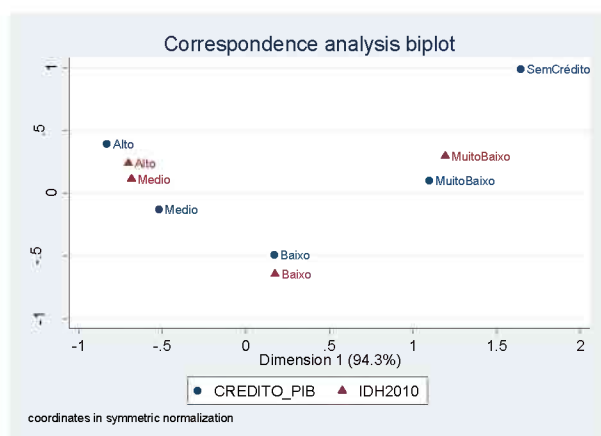
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.8: Crédito BNDES às MPMEs/PIB e IDH 2010 (2004-2007)



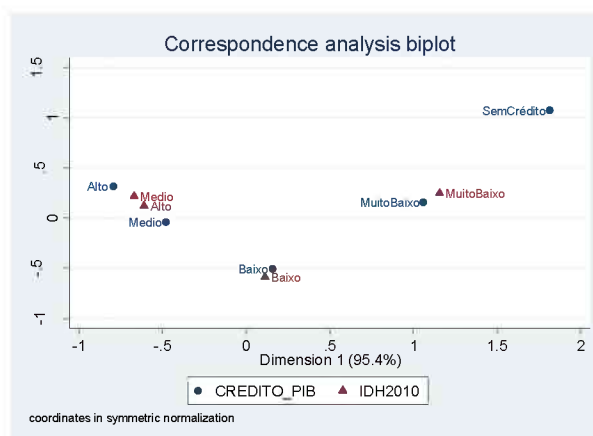
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.9: Crédito BNDES às MPMEs/PIB e IDH 2010 (2008-2011)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.10: Crédito BNDES às MPMEs/PIB e IDH 2010 (2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Conforme demonstrado, podemos ver em todos os períodos a prevalência da lógica bancária, no que se refere aos municípios menos dinâmicos, com IDHs classificados nos dois últimos quartis. De fato, há uma relação direta entre os municípios “Sem Crédito” e “IDH Muito Baixo” e também a relação entre “Crédito/PIB Baixo” e “IDH Baixo”. Um comentário importante, relativo a esse resultado, é o de que nos dois últimos períodos (pós 2008) a proximidade entre “IDH Baixo” e “Crédito/PIB Baixo” fica ainda maior, sendo que se estabelece uma relação mais clara entre “IDH Muito Baixo” e “Crédito/PIB Muito Baixo”. Ou seja, a expansão dos desembolsos do BNDES às MPMEs pós 2008 se deu em detrimento desses municípios mais pobres.

Paralelamente, apresentou-se um resultado diverso quando analisamos os desembolsos para os municípios classificados como “IDH Médio” e “Alto”. No primeiro, segundo e no quarto período, se observa a relação entre os municípios de “IDH Médio” e “Crédito/PIB Alto”. Ou seja, são esses municípios que estão recebendo relativamente um forte desembolso do BNDES (relacionado como PIB). Essa é uma novidade, quando comparada com a lógica do SFN como um todo. O BNDES, em seus desembolsos, está conseguindo atingir de forma expressiva os municípios no segundo quartil de IDH. Note-se, no entanto, que eles estão essencialmente concentrados nas regiões Sudeste e Sul, mas também na região Centro Oeste.

Um último comentário é o de que o interregno 2008-2011 é aquele que apresenta o maior espelho com a lógica bancária. Nesse período apresenta-se a forte correlação entre as classificações dos IDHs e de relação Crédito/PIB: “Alto-Alto”; “Médio-Médio”; “Baixo-Baixo”; “Muito Baixo-Muito Baixo”. O que se pode inferir é que a expansão dos desembolsos

do BNDES às MPMEs, logo após a crise de *subprime*, se deu a partir de uma dinâmica mais concentradora. Note-se que essa fase se refere ao período imediatamente após a crise do *subprime*, em que os bancos públicos tiveram um importante papel na retomada do financiamento. Este resultado vai ao encontro da hipótese de Corrêa (1996) de que os empréstimos de bancos públicos cresceram rapidamente em fases de instabilidade econômica, mas se direcionaram prioritariamente a tomadores de “melhor nível”.

Isto posto, vejamos a análise para cada um dos subgrupos dos desembolsos das MPMEs. Conforme já demonstrado na parte da metodologia do trabalho, desmembraremos os desembolsos em: *i)* Microempreendedor individual (MEI) e Empresários Individuais (EI); *ii)* Microempresa (ME); *iii)* Pequena empresa e *iv)* Média empresa.

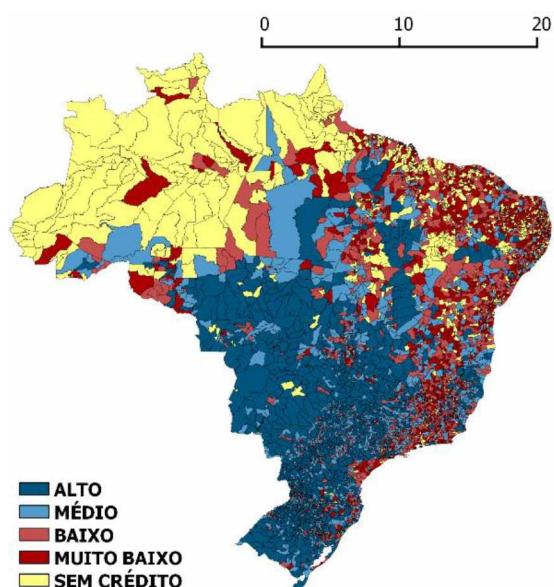
Nosso interesse particular agora diz respeito a verificar se a lógica do desembolso aos integrantes do primeiro, segundo e terceiro grupo citado anteriormente difere da lógica de desembolso às Médias empresas.

3.3.3. Crédito BNDES Microempreendedor individual (MEI), Empresários Individuais (EI) – PF ou PJ/PIB

Quando distribuímos os resultados encontrados, referentes aos indicadores “Créditos BNDES MEI, EI/PIB” em cada um dos períodos, obtemos os Mapas 3.5, 3.6, 3.7 e 3.8. Observamos que os municípios classificados como “Sem Crédito” estão essencialmente nas regiões Nordeste e Norte. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste podemos constatar que praticamente inexistem municípios com essa classificação. De outra parte, os mapas nos indicam que os municípios que são classificados como “Crédito MEI, EI/PIB Alto” e “Crédito MEI, EI/PIB Médio” estão essencialmente nessas últimas três regiões, sendo que a Região Norte, Nordeste e parte do Norte de Minas Gerais congregam os municípios classificados como Crédito MEI, EI/PIB “Baixo” e “Muito Baixo”.

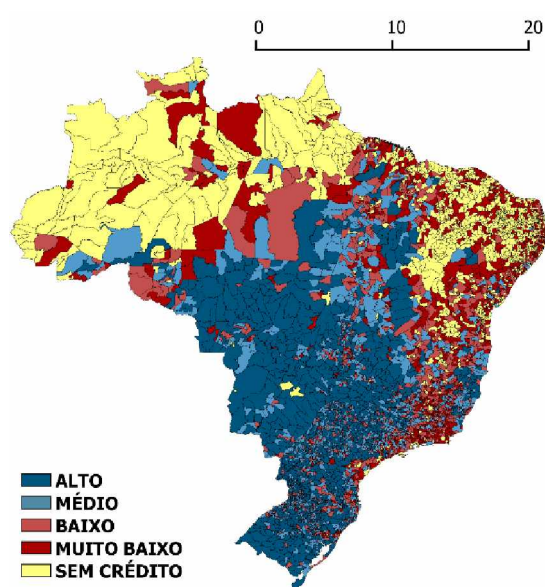
I. Mapas

Mapa 3.5: Crédito BNDES MEI, EI (2000-2003)



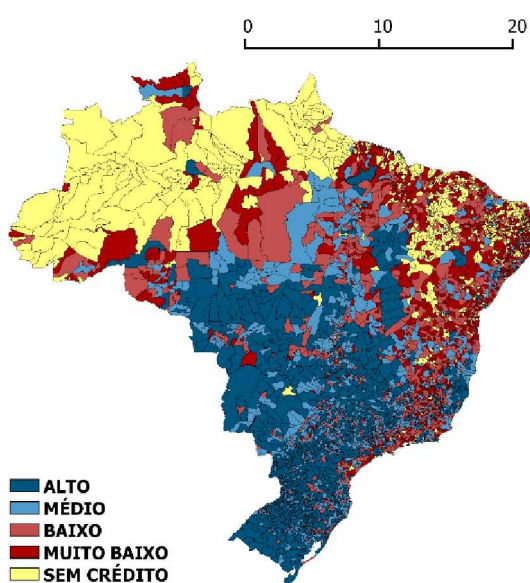
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.6: Crédito BNDES MEI, EI (2004-2007)



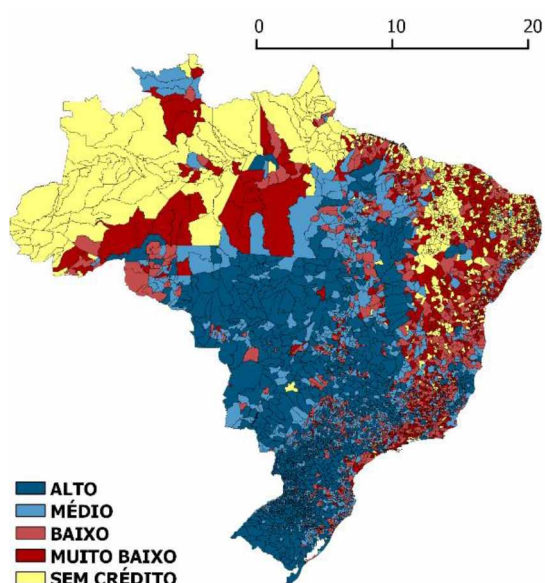
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.7: Crédito BNDES MEI, EI (2008-2011)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.8: Crédito BNDES MEI, EI (2012-2014)



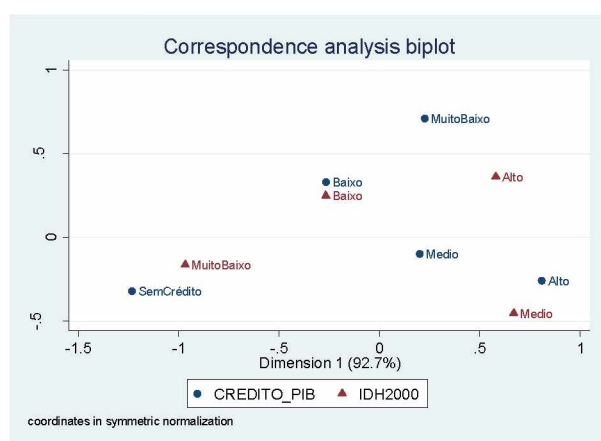
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Ao efetuarmos a análise de Correspondências (Gráficos 3.11, 3.12, 3.13 e 3.14), relacionando a dinâmica dos indicadores “Crédito BNDES MEI, EI/PIB” com os indicadores IDH, vemos que, para todos os períodos se apresenta a relação entre “IDH Muito Baixo” e “Sem crédito” e, outra relação observada, é a que se estabelece entre “IDH Baixo” e “Crédito MEI, EI/PIB Baixo”. Ambas as relações continuam corroborando a dificuldade de acesso a recursos dos municípios mais pobres. A novidade, que esse crédito apresenta, segue a lógica já observada para o crédito total das MPMES: a de que se apresenta relação forte entre os municípios de “IDHS Médios” e “Crédito MEI, EI/PIB Altos”. Esse é um resultado importante, mostrando que municípios do segundo quartil dos IDHs, são aqueles que recebem relativamente mais crédito destinados às MEI e EI. Esses créditos estão conseguindo chegar a esses municípios de forma vigorosa. Lembremo-nos ainda que esses municípios estão essencialmente concentrados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país.

A última relação que se apresenta é a que se estabelece entre os municípios de “IDH Alto” e “Crédito MEI, EI Médio”, concentrados nas mesmas regiões.

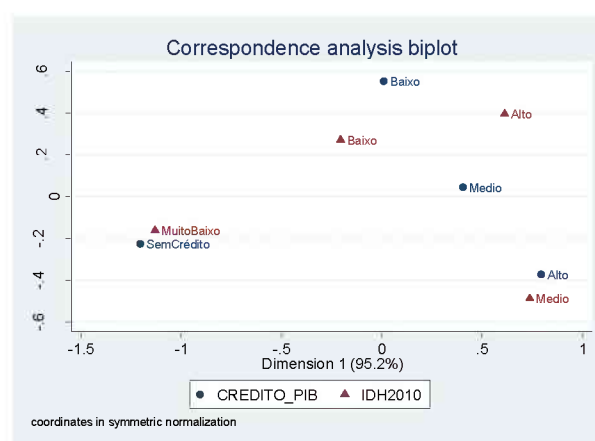
II. Indicadores – Análise de Correspondências

Gráfico 3.11: Crédito BNDES MEI, EI/PIB (2000-2003)



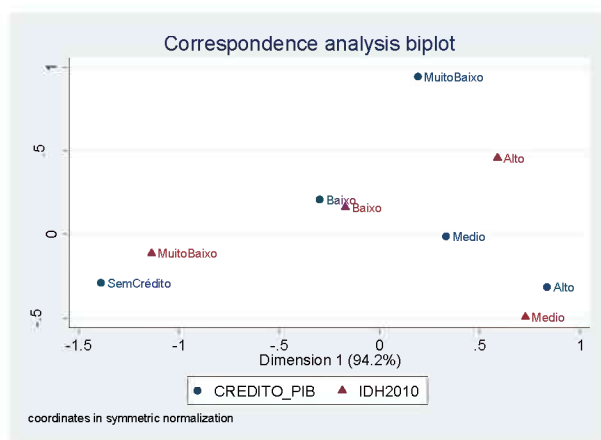
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.12: Crédito BNDES MEI, EI/PIB (2004-2007)



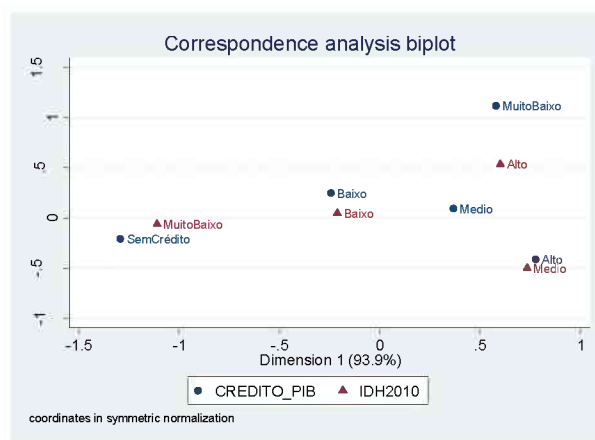
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.13: Crédito BNDES MEI, EI/PIB (2008-2011)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.14: Crédito BNDES MEI, EI/PIB (2012-2014)



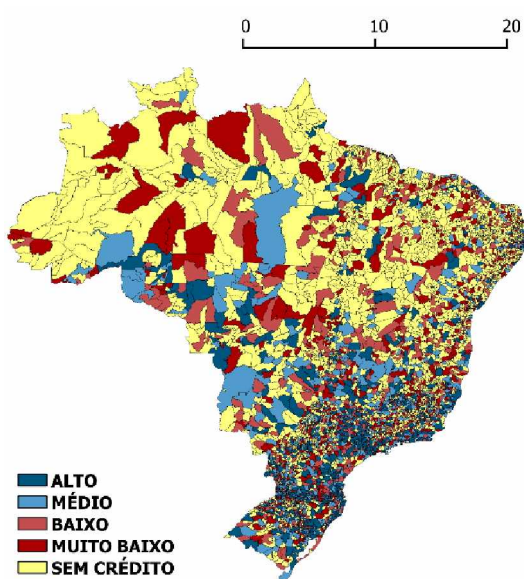
Fonte: Gerado pelo Stata.

3.3.4. Crédito BNDES Microempresa (ME)/PIB – Brasil

Mais uma vez, iniciamos a análise observando os mapas (Mapas 3.9, 3.10, 3.11 e 3.12) que apresentam os resultados da classificação do crédito/PIB, sendo que agora observamos a distribuição dos desembolsos do BNDES às micro e pequenas empresas.

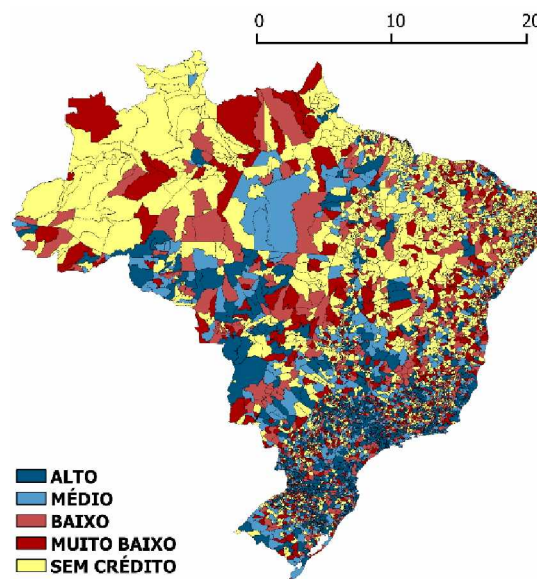
I. Mapas

Mapa 3.9: Crédito BNDES ME (2000-2003)

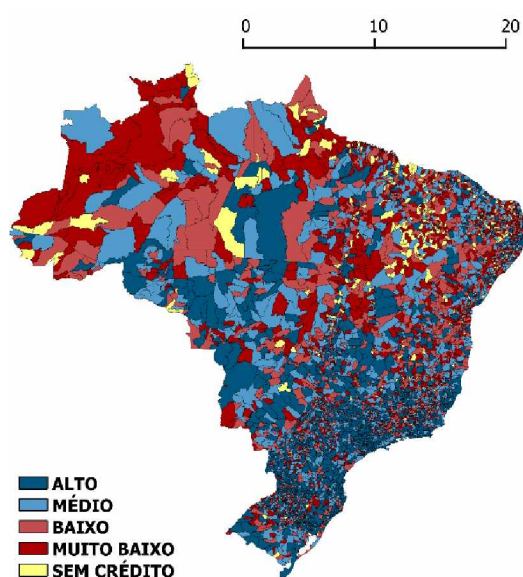


Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

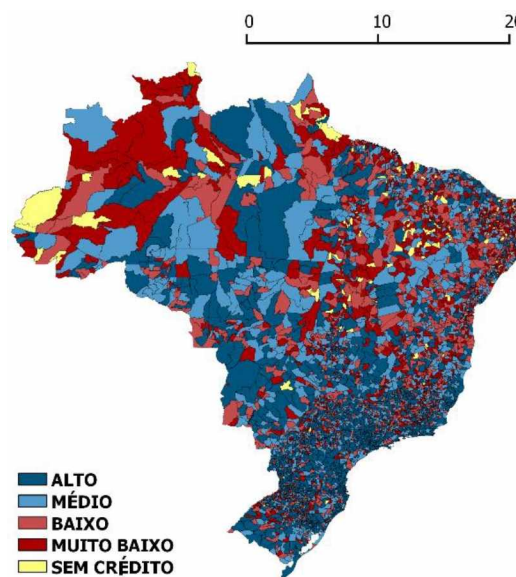
Mapa 3.10: Crédito BNDES ME (2004-2007)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.11: Crédito BNDES ME (2008-2011)

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.12: Crédito BNDES ME (2012-2014)

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

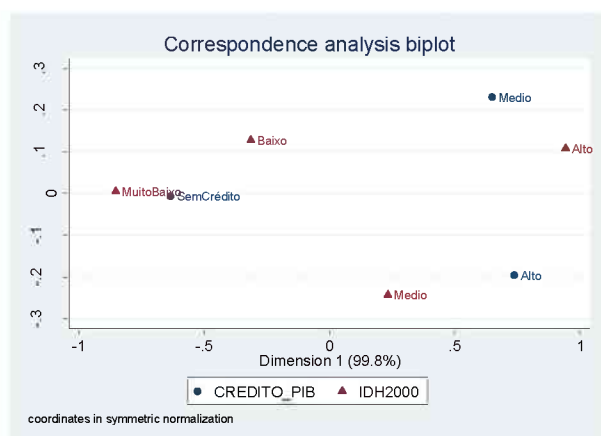
Um primeiro comentário refere-se à mudança radical da distribuição dos desembolsos do BNDES quando observamos os municípios que não apresentam esse tipo de crédito. De fato, podemos ver que depois de 2008 o número de municípios que não recebem desembolsos do BNDES para Microempresas cai drasticamente. No quadriênio 2000-2003 eram 2.878 municípios sem crédito, passando por 2.287 entre 2004-2007 e para 371 para o intervalo 2008-2011. Chega-se à marca de 186 municípios sem crédito no último período. Esse fenômeno pode ser justificado por duas frentes: a primeira pela implementação das Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, implementada em 2006 pelo Governo Federal; a segunda ficando a cargo da ação deliberada do governo em expandir a concessão de crédito direcionado via bancos públicos às empresas. Assim, são poucos os municípios que estão classificados como “Sem Crédito” a partir de 2008 e essa é uma mudança importante.

Quando efetuamos a análise de correspondências relacionando os desembolsos desses créditos em relação ao PIB do município com as classificações de IDH, podemos analisar com maior detalhe a lógica da distribuição. Especialmente após 2004 é possível observar a forte correspondência entre: “Crédito/PIB Alto” e “IDH Alto” e “Crédito PIB Médio” e “IDH Médio”, destacando a já citada lógica de distribuir os recursos de forma mais concentradas nos municípios de maior dinamismo econômico, educacional e de serviços. Um comentário é o de que no período 2008-2011 as relações de proximidade se dão para todos os estratos de

Crédito/PIB e de IDH de mesma classificação: “Crédito/PIB Alto” e de “IDH Alto”; “Crédito/PIB Médio” e de “IDH Médio”; “Crédito/PIB Baixo” e de “IDH Baixo”; “Crédito/PIB Muito Baixo” e de “IDH Muito Baixo”. Isso nos mostra que o período pós 2008 teve o fator positivo de reduzir o número de municípios “Sem Crédito”, mas manteve e aprofundou a lógica que distribui os recursos nos espaços mais dinâmicos.

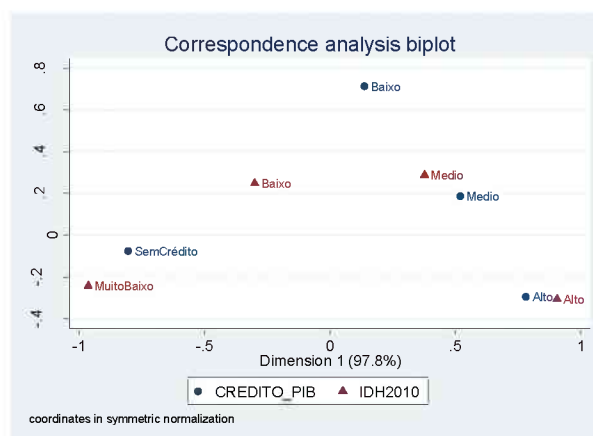
II. Indicadores – Análise de Correspondências

Gráfico 3.15: Crédito BNDES-ME/PIB (2000-2003)



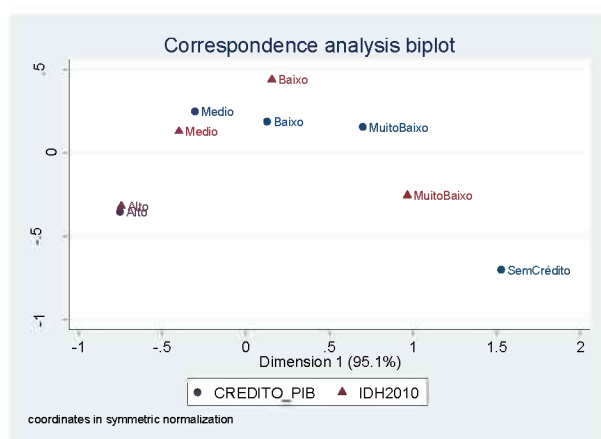
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.16: Crédito BNDES-ME/PIB (2004-2007)



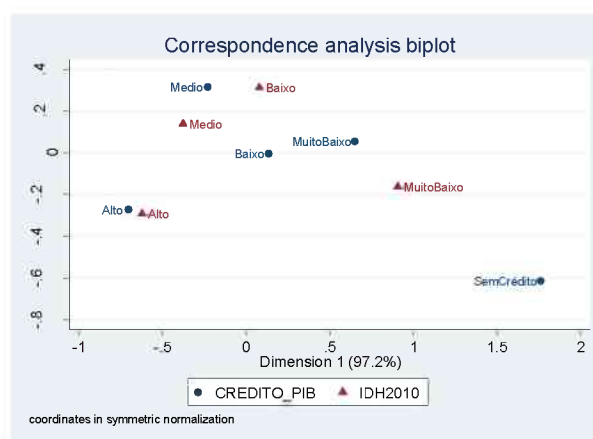
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.17: Crédito BNDES-ME/PIB (2008-2011)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.18: Crédito BNDES-ME/PIB (2012-2014)



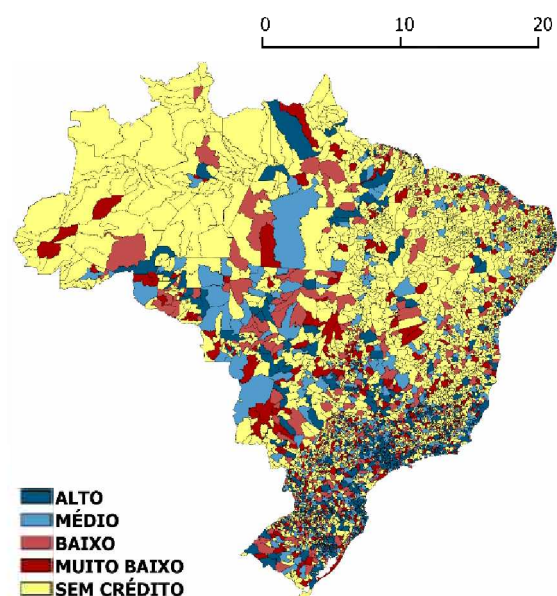
Fonte: Gerado pelo Stata.

3.3.5. Crédito BNDES Pequena Empresa/PIB

Também iniciando a análise pela observação dos mapas (Mapas 3.19, 3.20, 3.21 e 3.22) que indicam a classificação dos municípios de acordo com a relação Crédito/PIB, concernente aos desembolsos do BNDES às Pequenas Empresas (PE), vemos que também nesse caso se observa, após 2008, a forte redução dos municípios “Sem Crédito”, numa dinâmica semelhante à observada no item anterior.

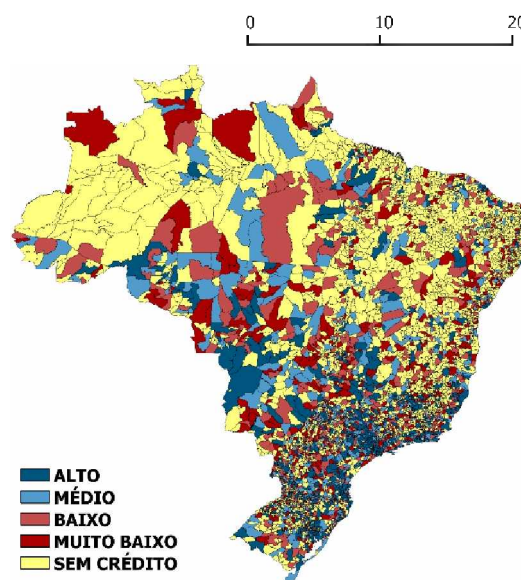
I. Mapas

Gráfico 3.19: Crédito BNDES Pequena Empresa (2000-2003)



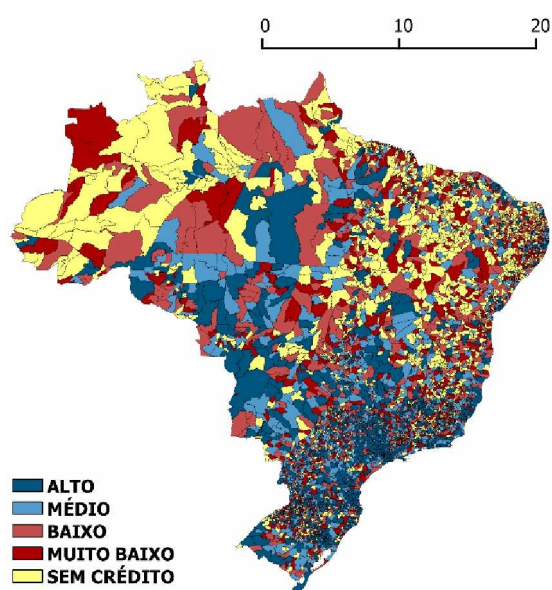
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Gráfico 3.20: Crédito BNDES Pequena Empresa (2004-2007)



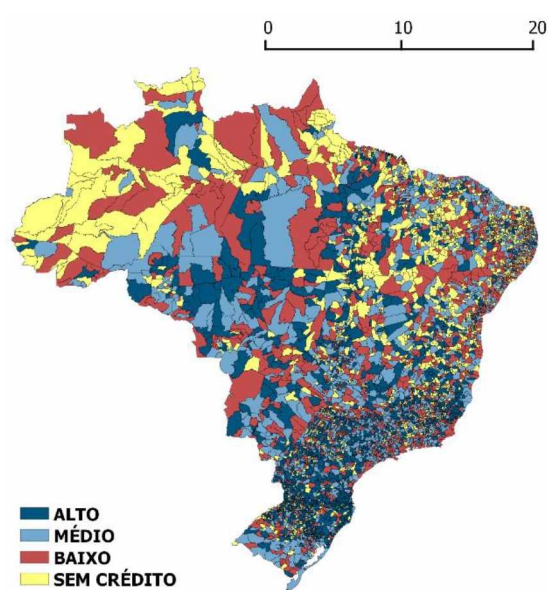
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Gráfico 3.21: Crédito BNDES Pequena Empresa (2008-2011)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Gráfico 3.22: Crédito BNDES Pequena Empresa (2012-2014)



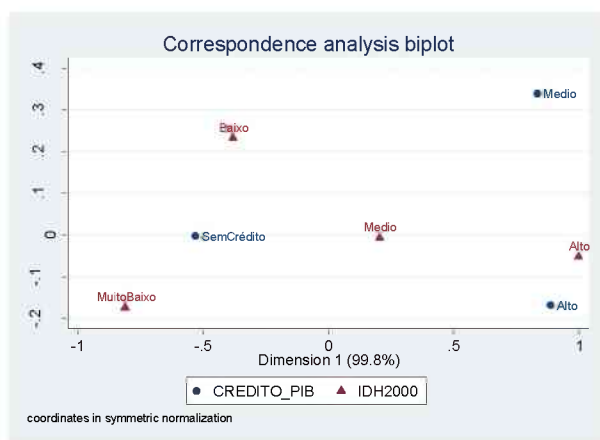
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Um segundo comentário refere-se ao fato de que os municípios classificados como recebedores da relação “Crédito BNDES PE/PIB Alta e Média” estão mais distribuídos pelo território nacional do que o observado para as MEIs, EI. Ademais, a distribuição está um pouco melhor do que a observada para o caso das Microempresas. Esse aspecto será observado com mais detalhe na próxima parte do trabalho, quando efetuaremos um foco mais específico nas regiões Sudeste e Nordeste. De qualquer forma, se pode perceber a ação do Estado brasileiro na concessão do crédito direcionado, a fim de agir de forma anticíclica no período pós 2008. Os municípios não atendidos pelos desembolsos desse tipo de crédito saem 3.436 na quadra histórica 2000-2003, para, 3.076 nos anos 2004-2007, para 1.753 em 2008-2011 e chegando em 1.543 no triênio 2012-2014.

Quanto à análise de correspondências múltiplas, os resultados encontrados são semelhantes à dinâmica que observamos para o crédito às microempresas. Essencialmente, após 2004 se observa a forte aproximação entre: a relação “Crédito BNDES PE/PIB Alto” e “IDH Alto” e “Crédito BNDES PE/PIB Médio” e “IDH Médio”. Essa é a dinâmica encontrada também para os dois últimos períodos, quando aumenta o número de municípios atendidos por esse tipo de crédito. Assim, se observa a expansão dos municípios atendidos, mas são os de IDHs mais altos que continuam recebendo maiores magnitudes de crédito em relação ao PIB.

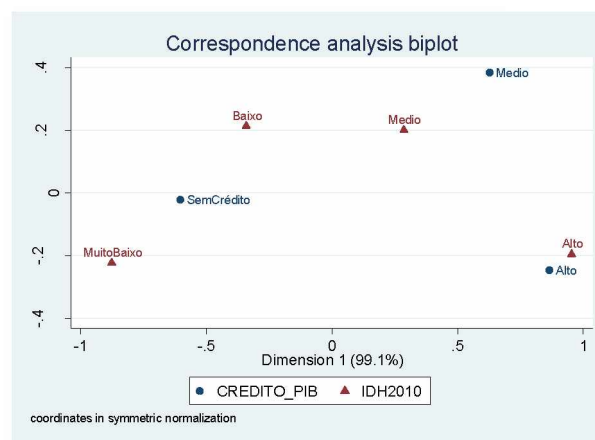
II. Indicadores – Análise de Correspondências

Gráfico 3.23: Crédito BNDES Pequena Empresa/PIB (2000-2003)



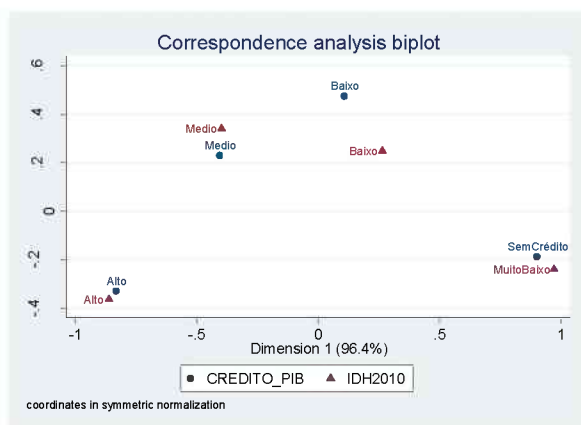
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.24: Crédito BNDES Pequena Empresa/PIB (2004-2007)



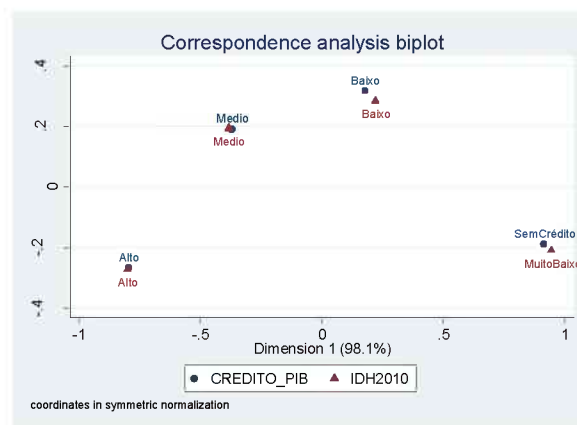
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.25: Crédito BNDES Pequena Empresa/PIB (2008-2011)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.26: Crédito BNDES Pequena Empresa/PIB (2012-2014)



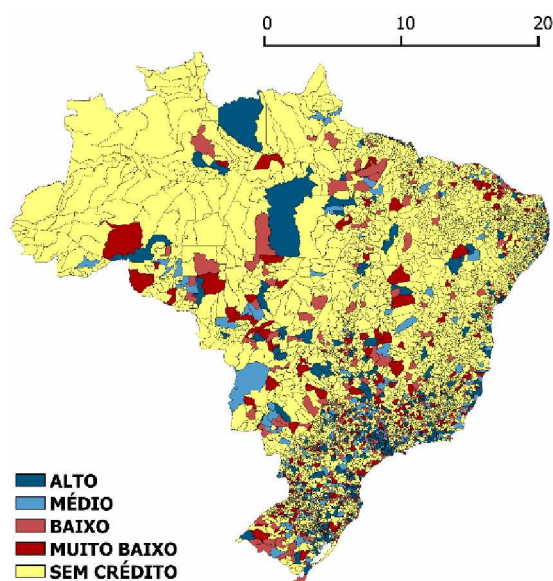
Fonte: Gerado pelo Stata.

3.3.6. Crédito BNDES Média Empresa/PIB

No caso do Crédito do BNDES às Médias Empresas, observa-se uma especificidade: a continuidade da baixa dispersão do mesmo pelo território, conforme se pode observar pelos mapas (mapa 3.13, 3.14, 3.15 e 3.16). Pode-se observar a baixíssima participação dos municípios da região Nordeste e Norte na concessão desse tipo de crédito, fato que será detalhado na próxima parte do trabalho.

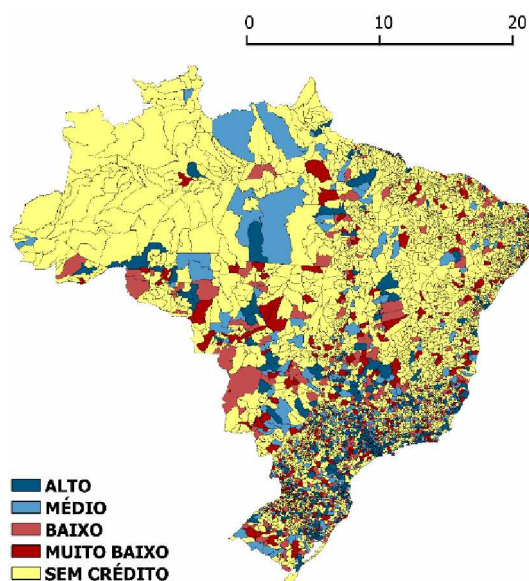
I. Mapas

Mapa 3.13: Crédito BNDES Média Empresa (2000-2003)



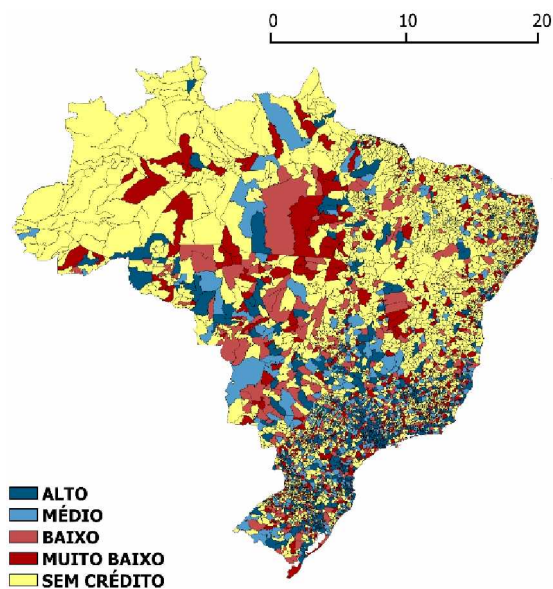
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.14: Crédito BNDES Média Empresa (2004-2007)



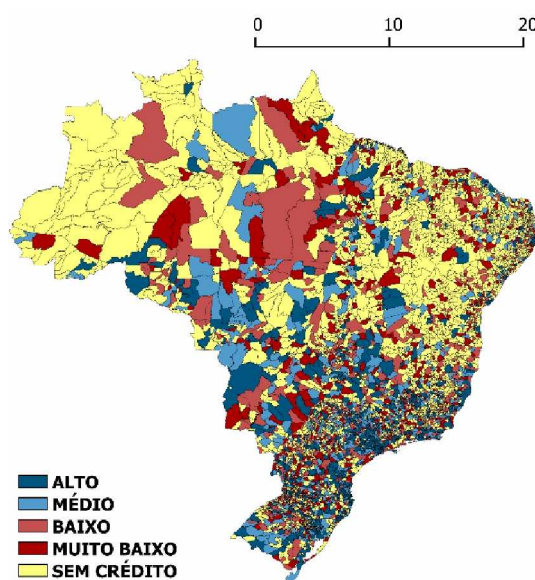
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.15: Crédito BNDES Média Empresa (2008-2011)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

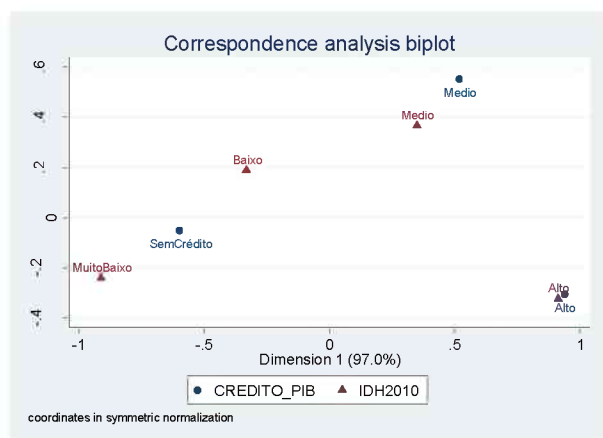
Mapa 3.16: Crédito BNDES Média Empresa (2012-2014)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

II. Indicadores – Análise de Correspondências

Gráfico 3.27: Crédito BNDES Média Empresa/PIB (2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Como o crédito do BNDES às Médias Empresas (MeE) apresenta forte dispersão pelo território nacional, não foi possível apresentar resultados para a análise de correspondências múltiplas nos três primeiros períodos do estudo. Quando da classificação por intervalos interquartílicos para a variável Crédito/PIB, apenas os intervalos “Sem Crédito” e “Alto” retornaram valores, o primeiro por identificar os municípios que não possuíam crédito e o segundo por retornar valores positivos maiores que zero.

Já para o último período, referente ao triênio 2012-2014 houve o retorno do intervalo interquartílico “Médio” e “Alto”, além dos municípios “Sem Crédito”, permitindo o estudo via análise de correspondências. Os resultados indicam a relação entre: “Crédito BNDES MeE/PIB Alto” e “IDH Alto”, como também entre “Crédito BNDES MeE/PIB Médio” e “IDH Médio”. Ou seja, a lógica da distribuição é essencialmente semelhante à encontrada para os créditos das Pequenas Empresas.

3.4. Distribuição de recursos do BNDES às MPMES – um detalhamento para as regiões Nordeste e Sudeste

Nessa parte final do trabalho analisaremos alguns dos indicadores focando essencialmente nas condições e diferenças observadas entre as regiões Nordeste e Sudeste e apresentando alguns dados adicionais. Mantivemos a mesma classificação do estudo que fizemos para o Brasil como um todo, apresentado anteriormente. A comparação das duas

regiões se dá pelo motivo de que a região Nordeste se caracteriza por apresentar menor dinamismo econômico e IDHs mais baixos. Paralelamente, a região Sudeste apresenta a característica oposta. Nesta última macrorregião é onde está concentrada fortemente a liberação dos créditos do Sistema Financeiro Nacional em termos absolutos, até porque estão aí as maiores metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Situação inversa é a que observamos na macrorregião Nordeste.

Vejamos a partir daí, os resultados encontrados, relativos ao nosso foco de estudo, para essas duas regiões olhadas com mais detalhe.

3.4.1. Crédito BNDES MEI, EI/PIB – Nordeste vs Sudeste

Considerando-se a distribuição de recursos dirigidos aos Microempreendedores Individuais e aos Empresários Individuais (pessoa física ou jurídica), apresentada na Tabela 3.13, observamos que na região Nordeste a maioria dos 1794 municípios está na classificação de crédito MEI, EI/PIB "Muito Baixo" e "Baixo" e que essa situação não se alterou ao longo dos períodos estudados (Tabela 3.13). Outro comentário é o de que ainda permanecem muitos municípios sem crédito, sendo que entre 2004 e 2007, 1049 municípios dessa região não receberam esse tipo de crédito.

Tabela 3.13: Frequência de municípios ao índice Crédito BNDES MEI, EI/PIB por classificação interquartilica – BNDES-MEI, EI (Nordeste e Sudeste)

Nordeste						
<i>Período</i>	<i>Classificação Crédito/PIB</i>					<i>Total</i>
	<i>Sem Crédito</i>	<i>Muito Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	
<i>2000-2003</i>	553	630	407	149	55	1794
<i>2004-2007</i>	1049	469	179	63	34	1794
<i>2008-2011</i>	684	672	299	94	45	1794
<i>2012-2014</i>	781	621	272	85	35	1794

Fonte: Elaborado própria.

Tabela 3.14: Frequência de municípios ao índice Crédito BNDES MEI, EI/PIB por classificação interquartilica – BNDES-MEI, EI (Nordeste e Sudeste)

Sudeste						
Período	Classificação Crédito/PIB					
	Sem Crédito	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Total
2000-2003	93	336	431	452	356	1668
2004-2007	139	375	454	373	327	1668
2008-2011	52	316	519	456	325	1668
2012-2014	90	371	532	393	282	1668

Fonte: Elaborado própria.

Essa dinâmica pode ser visualizada pelos Mapas 3.17, 3.18, 3.19 e 3.20, em que se pode observar os vazios de crédito e a predominância das cores vermelha e rosa, indicadoras das relações Crédito/PIB mais baixos. Ainda com relação à região Nordeste, nota-se que os municípios que estão a oeste da região são os que recebem melhores indicadores de Crédito MEI, EI/PIB. Os 30 municípios que recebem os melhores indicadores de Crédito BNDES MEI, EI/PIB estão indicados no Quadro 3.9 e relacionados essencialmente às microrregiões de Chapadas das Mangabeiras (20,0%), Alto Parnaíba Piauiense, Barreiras e Alto Médio Gurguéia, estas últimas com participação relativa de 13,3%. Se olharmos para a participação das macrorregiões nesse levantamento, identificamos a forte participação dos municípios do estado do Maranhão (11 municípios), seguido por Bahia e Piauí, ambos com 9 municípios cada.

Quadro 3.9: Região Nordeste – 30 municípios com os melhores indicadores de Crédito BNDES MEI, EI no interregno 2012-2014

#	MUNICÍPIO	UF	MICRORREGLÃO	CRÉD/ PIB	IDH 2010	CL_IDH ³⁵
1	Barreiras do Piauí	PI	Alto Médio Gurguéia	0,2047	0,557	Muito Baixo
2	São Félix de Balsas	MA	Chapadas das Mangabeiras	0,0887	0,557	Muito Baixo
3	Monte Alegre do Piauí	PI	Alto Médio Gurguéia	0,0789	0,578	Muito Baixo
4	Jaborandi	BA	Santa Maria da Vitória	0,0480	0,613	Baixo
5	Loreto	MA	Chapadas das Mangabeiras	0,0443	0,582	Muito Baixo
6	Baixa Grande do Ribeiro	PI	Alto Parnaíba Piauiense	0,0374	0,564	Muito Baixo
7	Alto Parnaíba	MA	Gerais de Balsas	0,0300	0,633	Baixo
8	Ribeiro Gonçalves	PI	Alto Parnaíba Piauiense	0,0264	0,601	Baixo
9	Riachão	MA	Gerais de Balsas	0,0251	0,576	Muito Baixo
10	Baianópolis	BA	Barreiras	0,0249	0,589	Muito Baixo
11	Sambaíba	MA	Chapadas das Mangabeiras	0,0242	0,565	Muito Baixo

³⁵ A classificação do IDH se deu considerando nível Brasil e não somente a macrorregião Nordeste.

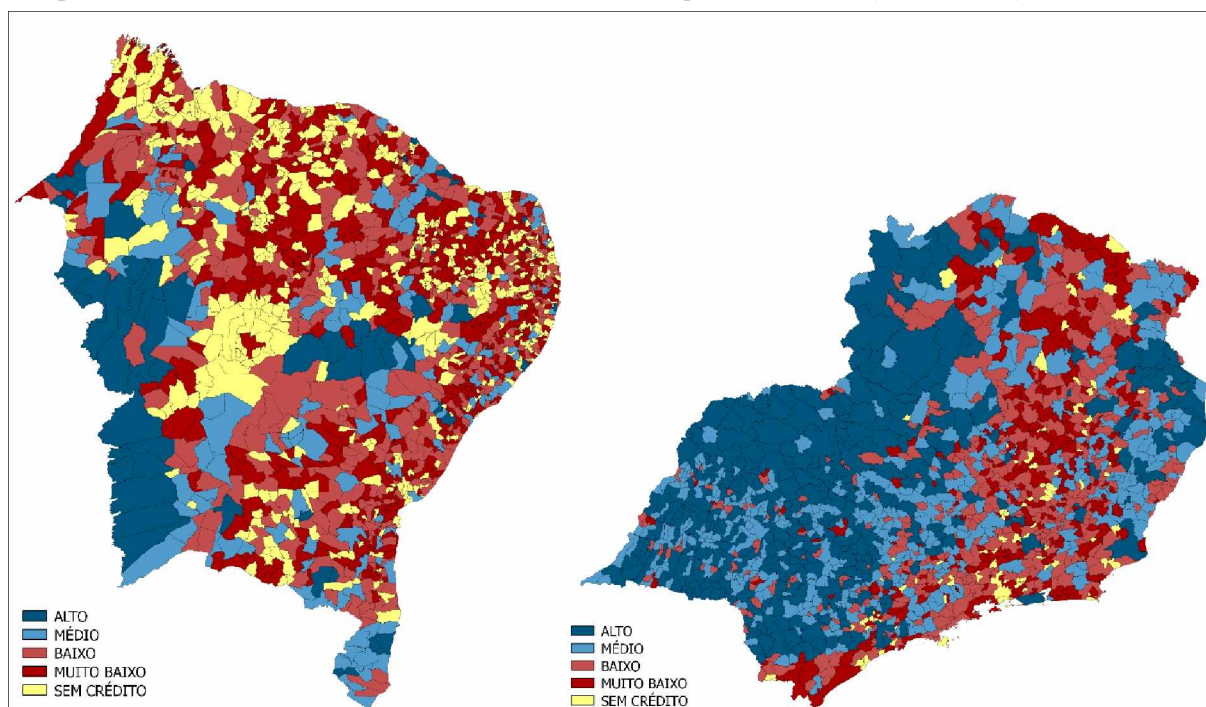
12	Riachão das Neves	BA	Barreiras	0,0242	0,578	Muito Baixo
13	Santa Filomena	PI	Alto Parnaíba Piauiense	0,0237	0,544	Muito Baixo
14	Formosa do Rio Preto	BA	Barreiras	0,0235	0,618	Baixo
15	Correntina	BA	Santa Maria da Vitória	0,0200	0,603	Baixo
16	São Desidério	BA	Barreiras	0,0194	0,579	Muito Baixo
17	Currais	PI	Alto Médio Gurguéia	0,0193	0,542	Muito Baixo
18	Benedito Leite	MA	Chapadas das Mangabeiras	0,0175	0,546	Muito Baixo
19	Fernando Falcão	MA	Alto Mearim e Grajaú	0,0170	0,443	Muito Baixo
20	Gilbués	PI	Alto Médio Gurguéia	0,0165	0,548	Muito Baixo
21	Sebastião Leal	PI	Bertolinia	0,0162	0,562	Muito Baixo
22	Carolina	MA	Porto Franco	0,0151	0,634	Baixo
23	Muquém de São Francisco	BA	Barra	0,0140	0,549	Muito Baixo
24	Nova Iorque	MA	Chapadas do Alto Itapecuru	0,0138	0,584	Muito Baixo
25	Uruçuí	PI	Alto Parnaíba Piauiense	0,0115	0,631	Baixo
26	Wanderley	BA	Cotegipe	0,0104	0,6	Baixo
27	Abaira	BA	Seabra	0,0104	0,603	Baixo
28	São Domingos do Azeitão	MA	Chapadas das Mangabeiras	0,0102	0,59	Muito Baixo
29	Fortaleza dos Nogueiras	MA	Chapadas das Mangabeiras	0,0100	0,616	Baixo
30	São Miguel do Aleixo	SE	Nossa Senhora das Dores	0,0096	0,567	Muito Baixo

Fonte: Elaboração própria.

Já para a Região Sudeste, a situação é muito distinta (Tabela 3.14). Em primeiro lugar, o número de municípios “sem crédito” é consideravelmente menor, sendo que ficaram entre 139 e 52 municípios não atendidos ao longo dos 4 períodos estudados. Ademais, observamos uma concentração importante de municípios que apresentam a classificação Crédito MEI, EI/PIB “Médio” e “Alto” (cores azuis) dos Mapas 3.17 ao 3.20.

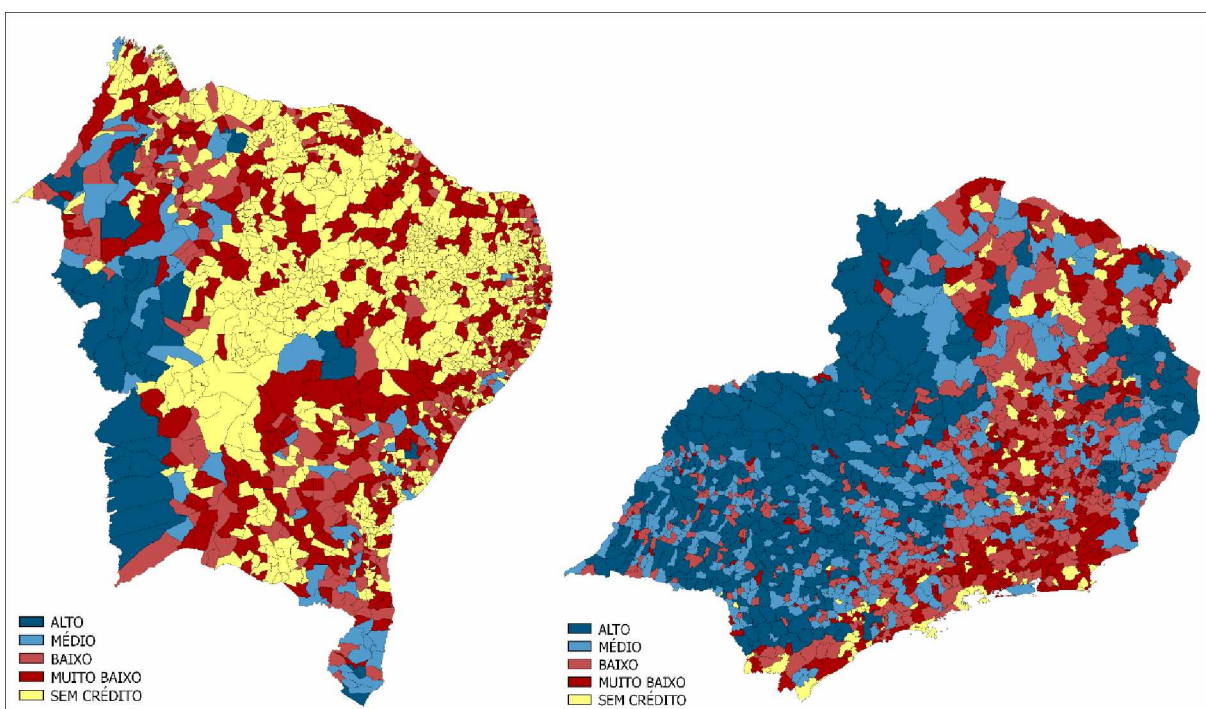
I. Mapas

Mapa 3.17: Crédito BNDES MEI, EI – Macrorregião NE e SE (2000-2003)



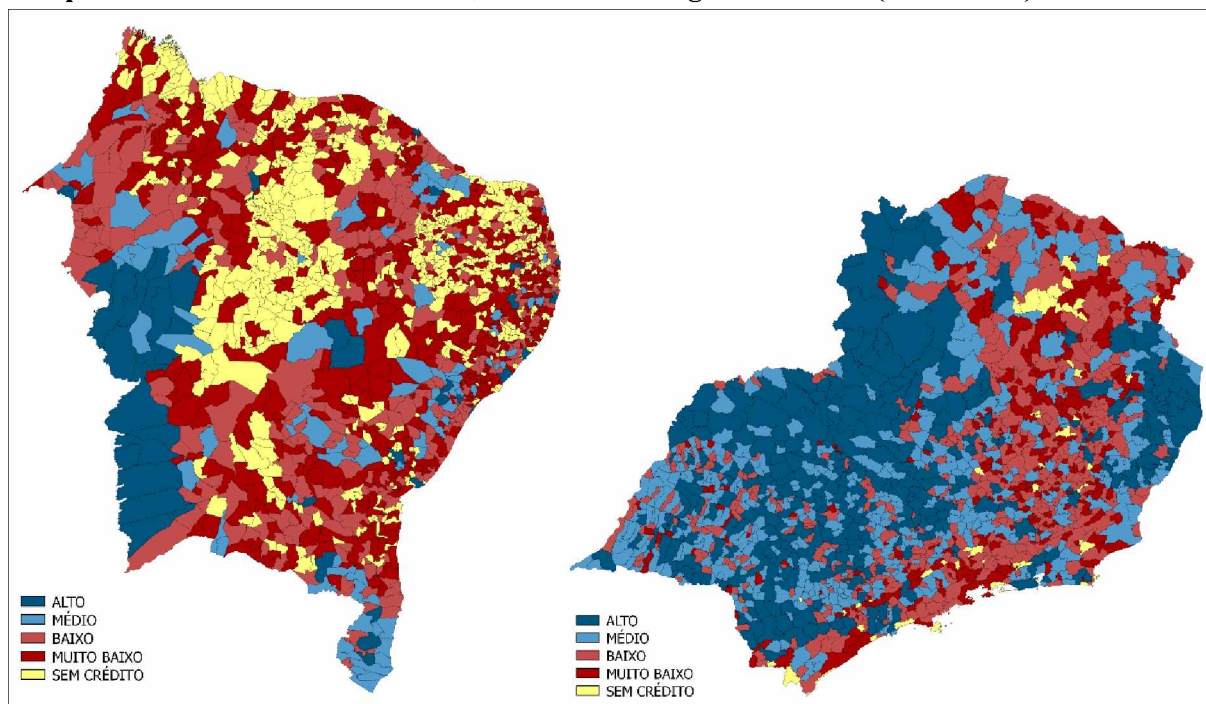
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.18: Crédito BNDES MEI, EI – Macrorregião NE e SE (2004-2007)



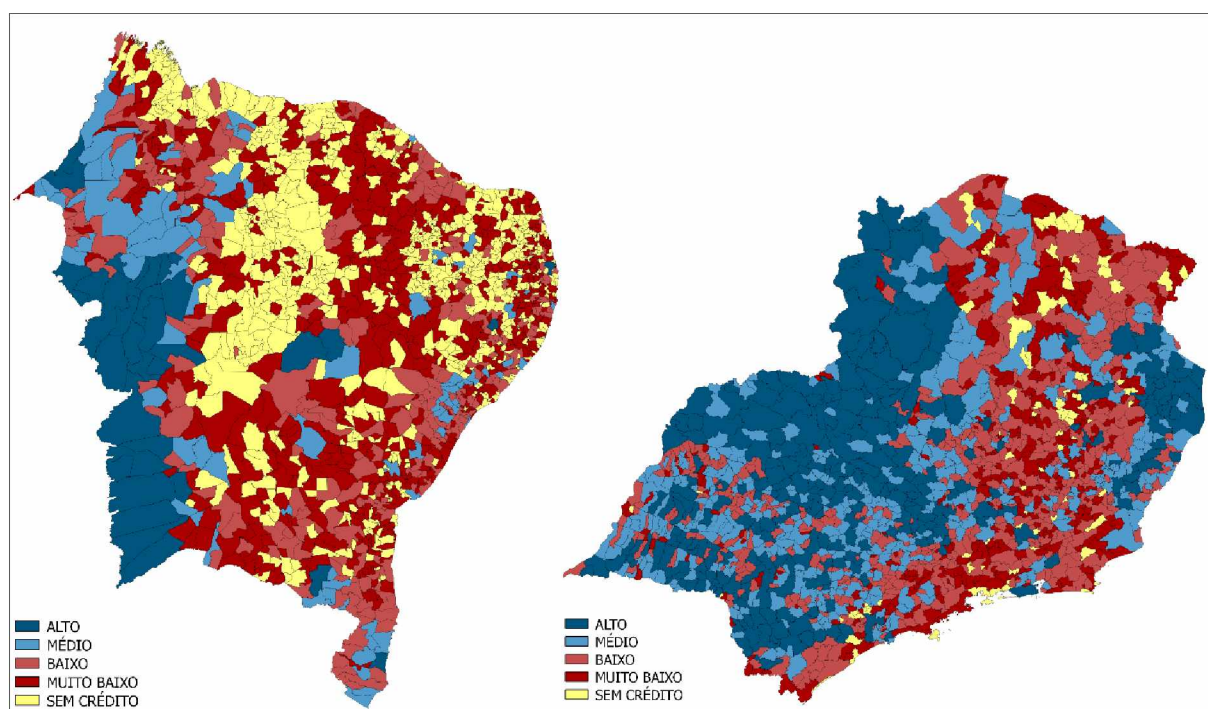
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.19: Crédito BNDES MEI, EI – Macrorregião NE e SE (2008-2011)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.20: Crédito BNDES MEI, EI – Macrorregião NE e SE (2012-2014)



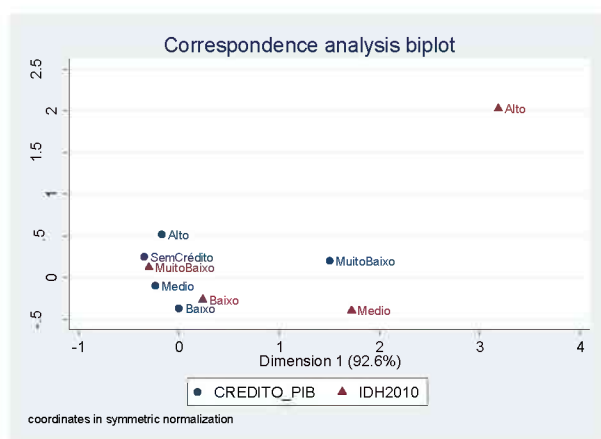
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

No caso da análise de correspondências, consideramos os dois últimos períodos, em que há forte expansão dos recursos. Nota-se que para a região Sudeste, além da relação existente

entre "IDH Muito Baixo" vs. "Sem Crédito", ocorre a proximidade entre "IDH Médio" vs. "Crédito BNDES MEI, EI/PIB Alto" (Gráficos 3.29 e 3.31). No caso da região Nordeste, de outra parte, não se observa uma relação clara entre as classificações de IDH e de crédito (Gráficos 3.28 e 3.30).

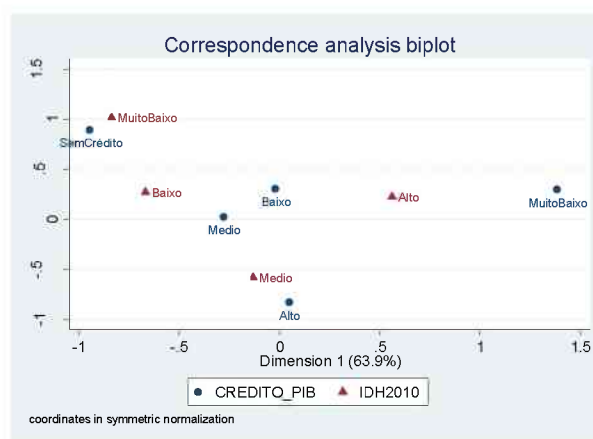
II. Indicadores – Análise de Correspondências

Gráfico 3.28: Crédito BNDES MEI, EI/PIB – Nordeste (2008-2011)



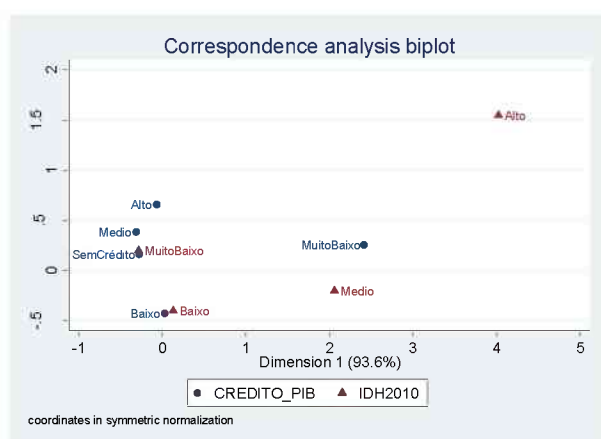
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.29: Crédito BNDES MEI, EI/PIB – Sudeste (2008-2011)



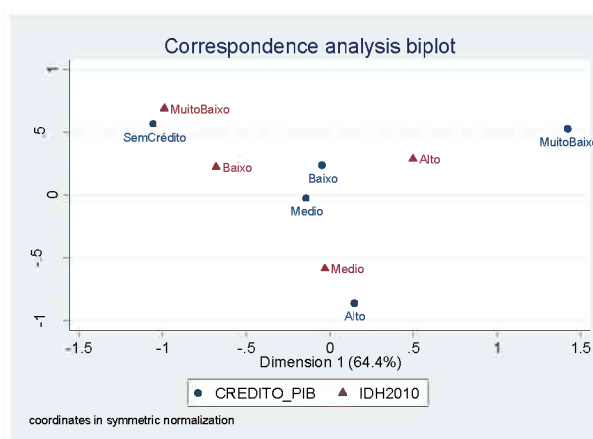
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.30: Crédito BNDES MEI, EI/PIB – Nordeste (2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.31: Crédito BNDES MEI, EI/PIB – Sudeste (2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

3.4.2. Crédito BNDES Microempresa/PIB – Nordeste vs Sudeste

Levando em conta o crédito às Microempresas (ME), analisando a Tabela 3.15, constata-se o fato de que se mantém a perspectiva de que os municípios da região Nordeste estão

concentrados nas classificações "Sem Crédito", "Muito Baixo" e "Baixo". No entanto, é digno de nota o fato de que cai drasticamente o número de municípios que apresentam a classificação "Sem Crédito". Para se ter uma ideia, entre 2000 e 2003, de um total de 1794 municípios, 1265 estavam nessa classificação. Essa situação muda radicalmente a partir de 2008 e no interregno 2012-2014, em que apenas 118 municípios não estavam recebendo esse tipo de crédito. Ademais, mais de 500 municípios estavam classificados como recebedores da relação Crédito BNDES-ME/PIB "Médio" e "Alto" pós 2008.

No caso da região Sudeste, também se apresenta uma forte redução dos municípios sem crédito. No período 2000-2003 eram 689 municípios nessa classificação e, também, a partir de 2008 essa situação muda, chegando-se a apenas 13 municípios "Sem Crédito" no interregno 2012-2014. Além do mais, a partir de 2008 a concentração maior de municípios se dá nos estratos de classificação Crédito BNDES ME/PIB "Médio" e "Alto". No último período, 935 municípios estavam nessas duas classificações, de um total de 1668 (Tabela 3.16).

Tabela 3.15: Frequência de municípios ao índice Crédito BNDES ME/PIB por classificação interquartilica – BNDES-ME (Nordeste)

Nordeste						
	<i>Classificação Crédito/PIB</i>					
<i>Ano</i>	Sem Crédito	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Total
<i>2000-2003</i>	1265	194	150	113	72	1794
<i>2004-2007</i>	1136	252	206	127	73	1794
<i>2008-2011</i>	251	564	482	329	168	1794
<i>2012-2014</i>	118	620	529	339	188	1794

Fonte: Elaborado própria.

Tabela 3.16: Frequência de municípios ao índice Crédito BNDES ME/PIB por classificação interquartilica – BNDES-ME (Sudeste)

Sudeste						
	<i>Classificação Crédito/PIB</i>					
<i>Ano</i>	Sem Crédito	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Total
<i>2000-2003</i>	689	220	229	264	266	1668
<i>2004-2007</i>	473	264	272	294	365	1668
<i>2008-2011</i>	43	315	369	409	532	1668
<i>2012-2014</i>	13	336	383	426	510	1668

Fonte: Elaborado própria.

Essa dinâmica pode ser visualizada nos Mapas 3.21, 3.22, 3.23 e 3.24.

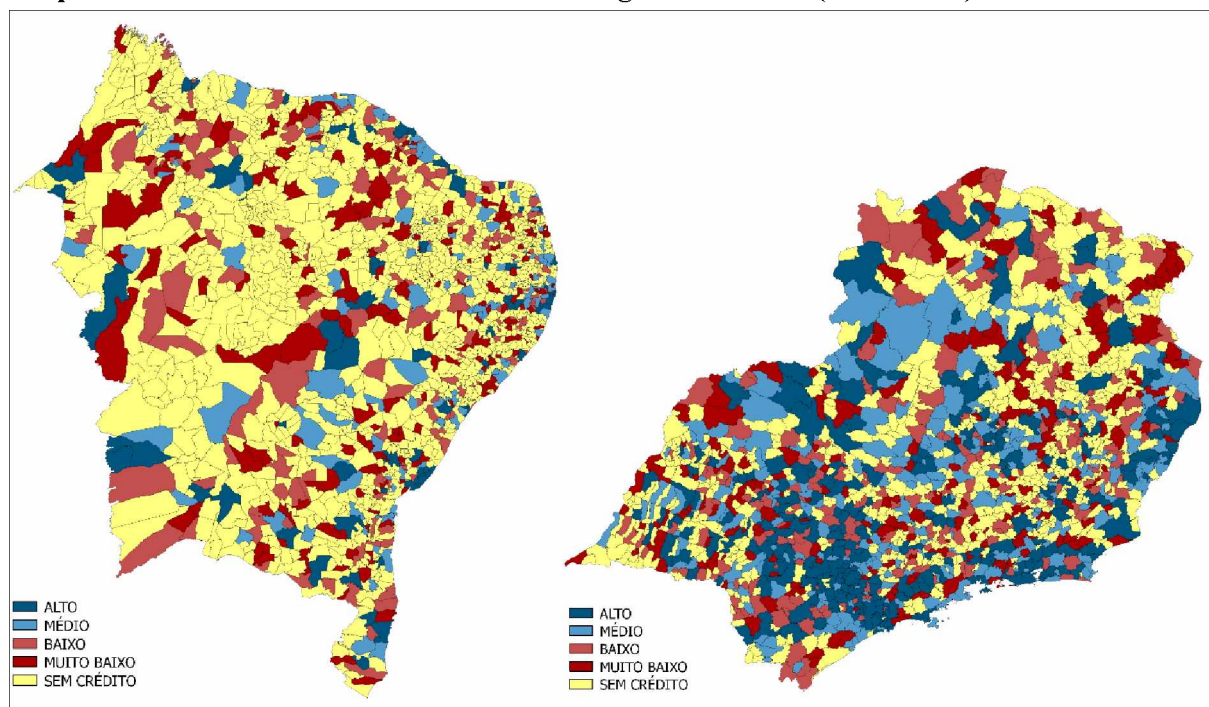
Assim, diferente do observado para o microempreendedor individual e empresários individuais (pessoa física ou jurídica), as microempresas tiveram, tendencialmente, um foco na ação do BNDES em disseminar o crédito pelo território nacional, atingindo, inclusive, a região Nordeste de 2008 em diante. Esse movimento pode ser explicado, como já mencionado anteriormente, por duas variáveis: a primeira pela implementação da Lei Geral às Micro e Pequenas Empresas e a segunda pelo movimento anticíclico dos bancos públicos pós crise do *subprime*, em que o BNDES teve um papel importante. Ainda que não se possa afirmar, de forma categórica, a ação deliberada do BNDES nas ações de maior dispersão do crédito às micro e pequenas empresas, percebemos um avanço do crédito direcionado às microempresas neste sentido. Merece destaque, o avanço do cartão BNDES que, como vimos, refere-se à autorização prévia de efetuar gastos, comprando-se produtos de uma cesta pré-estabelecida.

Efetuando-se a análise de correspondências múltiplas, o que observamos é que, ainda que pese a melhoria da distribuição de crédito para os municípios nordestinos, os municípios do intervalo interquartilico de IDH “Muito Baixo” não obtiveram volumosos recursos creditícios, estando relacionados, em todos os períodos do estudo, com as classificações Crédito/PIB “Sem Crédito” e/ou “Muito Baixo”.

Os Gráficos 3.32 e 3.33 apresentam os resultados da análise de correspondências para o último período, sendo possível observar essa relação. Mas, deve-se também comentar que nesse mesmo período é possível observar a proximidade entre os municípios de "IDH Baixo" com o indicador "Crédito BNDES-ME/PIB Alto". Isso nos mostra o acesso desses municípios a montantes expressivos desses créditos, em comparação com seu PIB.

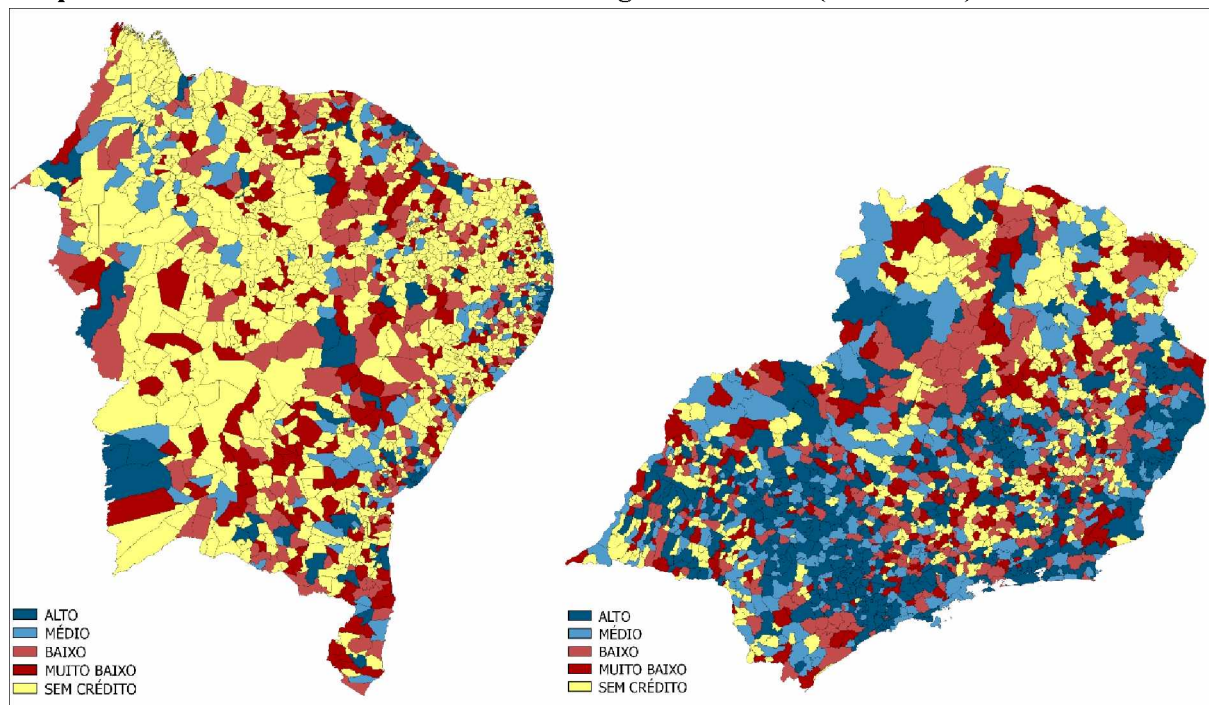
I. Mapas

Mapa 3.21: Crédito BNDES ME – Macrorregiões NE e SE (2000-2003)



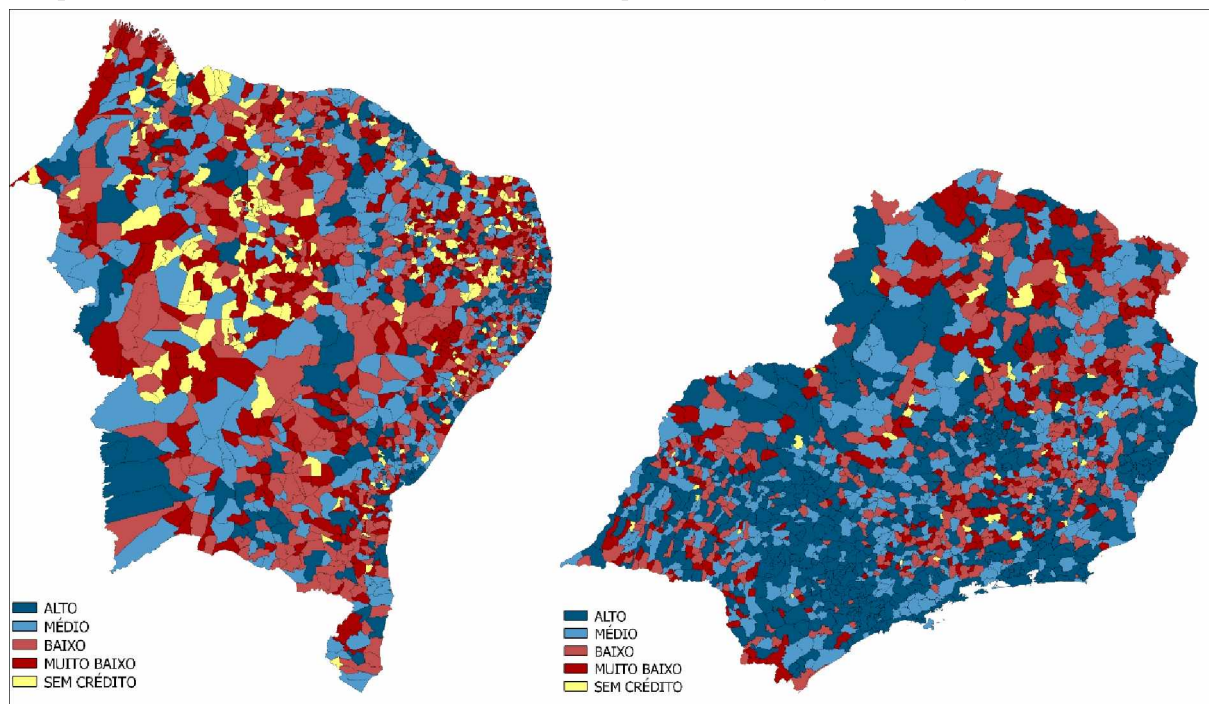
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.22: Crédito BNDES ME – Macrorregiões NE e SE (2004-2007)



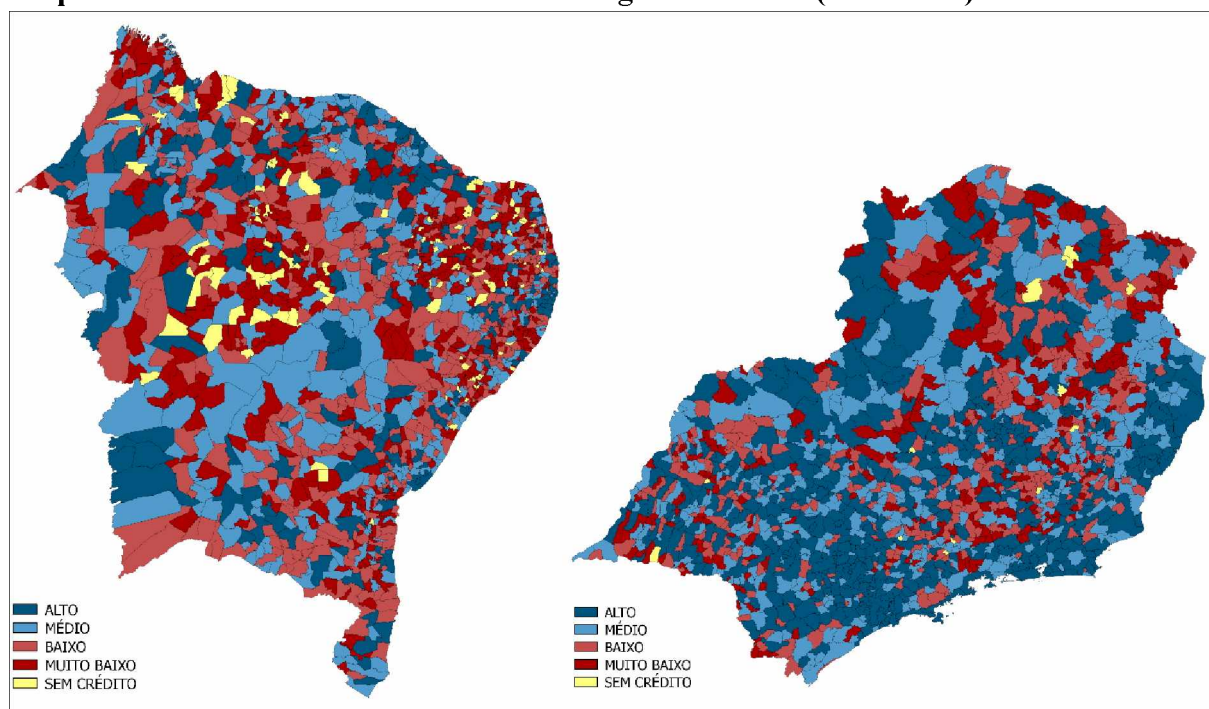
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.23: Crédito BNDES ME – Macrorregiões NE e SE (2008-2011)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.24: Crédito BNDES ME – Macrorregiões NE e SE (2012-2014)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Para detectar os 30 municípios na Região Nordeste que mais receberam a relação Crédito BNDES ME/PIB apresentamos o Quadro 3.10, nos dá essa informação, indicando também a microrregião a que esses municípios pertencem e a classificação do IDH. Desta forma, notamos que as microrregiões de Boquira, Livramento do Brumado e Médio Mearim possuem 2 municípios cada dentre os 30 com os melhores indicadores de Crédito BNDES ME/PIB. Outra informação relevante que cabe registrar é que os estados de Ceará (8 cidades) e Bahia (7 cidades) possuem 50% desses municípios.

Quadro 3.10: Região Nordeste – 30 municípios como os melhores indicadores de Crédito BNDES ME/PIB no interregno 2012-2014

#	CIDADE	UF	MICRORREGIÃO	CRÉD/ PIB	IDH 2010	CL_IDH ³⁶
1	Amontada	CE	Itapipoca	0,0595	0,606	Baixo
2	Ipupiara	BA	Boquira	0,0188	0,590	Muito Baixo
3	Belém	AL	Palmeira dos Índios	0,0176	0,593	Muito Baixo
4	Carnaúba dos Dantas	RN	Seridó Oriental	0,0171	0,659	Baixo
5	São Gonçalo do Amarante	CE	Baixo Curu	0,0163	0,665	Baixo
6	Itaueira	PI	Floriano	0,0155	0,583	Muito Baixo
7	Esperantinópolis	MA	Médio Mearim	0,0139	0,586	Muito Baixo
8	Lago da Pedra	MA	Pindaré	0,0136	0,589	Muito Baixo
9	Groaíras	CE	Sobral	0,0132	0,633	Baixo
10	Farias Brito	CE	Caririaçu	0,0130	0,633	Baixo
11	Piracuruca	PI	Litoral Piauiense	0,0126	0,596	Muito Baixo
12	Potengi	CE	Chapada do Araripe	0,0125	0,562	Muito Baixo
13	Trindade	PE	Araripina	0,0119	0,595	Muito Baixo
14	Dom Pedro	MA	Presidente Dutra	0,0117	0,622	Baixo
15	Cruz	CE	Litoral de Camocim e Acaraú	0,0116	0,632	Baixo
16	Hidrolândia	CE	Santa Quitéria	0,0115	0,597	Muito Baixo
17	Santa Cruz da Baixa Verde	PE	Pajeú	0,0114	0,612	Baixo
18	Cristino Castro	PI	Alto Médio Gurguéia	0,0114	0,566	Muito Baixo
19	Capim Grosso	BA	Jacobina	0,0112	0,621	Baixo
20	Nova Olinda	CE	Cariri	0,0109	0,625	Baixo
21	Ibipitanga	BA	Boquira	0,0107	0,584	Muito Baixo
22	Condeúba	BA	Brumado	0,0107	0,582	Muito Baixo
23	Itinga do Maranhão	MA	Imperatriz	0,0106	0,630	Baixo
24	Paramirim	BA	Livramento do Brumado	0,0105	0,615	Baixo
25	São Mateus do Maranhão	MA	Médio Mearim	0,0103	0,616	Baixo
26	Livramento de Nossa Senhora	BA	Livramento do Brumado	0,0102	0,611	Baixo
27	Ibiassucê	BA	Guanambi	0,0100	0,611	Baixo
28	São Bento	PB	Catolé do Rocha	0,0099	0,580	Muito Baixo

³⁶ A classificação do IDH se deu considerando nível Brasil e não somente a macrorregião Nordeste.

29	Água Branca	PI	Médio Parnaíba Piauiense	0,0095	0,639	Baixo
30	Simplicio Mendes	PI	Alto Médio Canindé	0,0094	0,627	Baixo

Fonte: Elaboração própria.

Efetuada-se a análise de correspondências múltiplas entre os indicadores desse tipo de crédito e os IDHs para a macrorregião Sudeste, entre 2000-2003 e 2004-2007, tivemos a presença da lógica do sistema bancário, tendo os municípios de “Muito Baixo” e “Baixo” IDHs, distantes dos indicadores de Crédito BNDES ME/PIB “Médio” e “Alto”, embora o acesso ao crédito tenha acontecido de alguma forma. Principalmente para o estado de São Paulo e Espírito Santo (2000-2003 e 2004-2007), o crédito foi bastante disseminado entre os municípios, ainda que com concentração de recursos nas regiões metropolitanas desses estados.

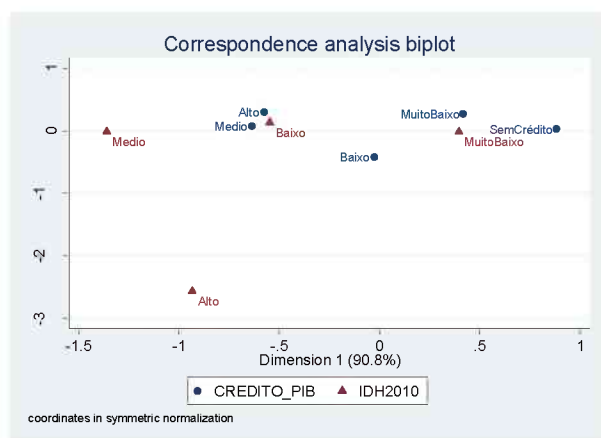
Após 2008, terceiro período, há importante melhora na distribuição de crédito, sendo que para praticamente toda a macrorregião havia acesso ao crédito BNDES à ME. Esse movimento se estende ao triênio posterior (2012-2014), chegando, como vimos, à marca de apenas 13 municípios sem acesso a esse tipo de crédito ofertado pelo BNDES. Assim, apenas cerca de 1% do total de municípios sudestinos não tiveram acesso a esse tipo de crédito.

Apresentamos no Gráfico 3.33 o resultado da análise de correspondências para o penúltimo período, em que a maioria dos municípios da região Sudeste recebeu o crédito às Microempresas. A novidade é a de que não é possível observar uma clara relação entre o perfil do IDH do município e a liberação desse tipo de crédito. Esse é um resultado importante, pois, de certa forma, há uma quebra da lógica bancária tradicional na oferta desse tipo de crédito na região Sudeste. Mais uma vez, cabe o comentário referente ao papel importante do cartão BNDES para a disseminação desse tipo de crédito (Gráfico 1 em Anexo 1).

Essa quebra da lógica bancária foi também observada, em parte, na região Nordeste. No entanto, gostaríamos de fazer um comentário adicional, referente à comparação interregional. No caso da região Nordeste é importante comentar que parte importante dos produtos que poderiam ser comprados pelos utilizadores do Cartão BNDES e definidos em listas, eram vendidos por empresas das regiões Sudeste e Sul. Dessa forma, parte importante do dinamismo propiciado pela liberação do crédito extravasa a região Nordeste e gera impactos de emprego e renda nas regiões mais dinâmicas do país.

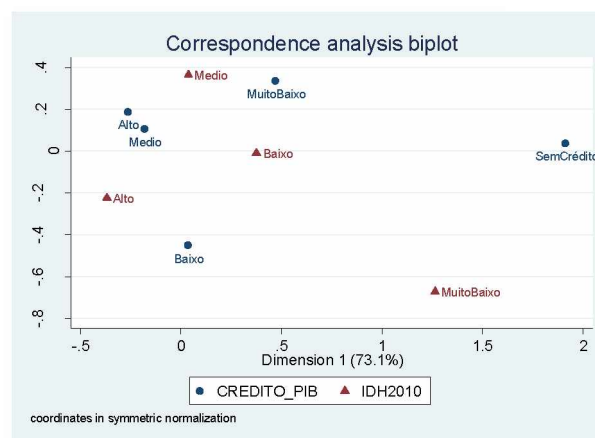
II. Indicadores – Análise de Correspondências

Gráfico 3.32: Crédito BNDES ME/PIB – Nordeste (2008-2011)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.33: Crédito BNDES ME/PIB – Sudeste (2008-2011)



Fonte: Gerado pelo Stata.

3.4.3. Crédito BNDES Pequena Empresa/PIB – Nordeste vs Sudeste

Quando vamos analisar as operações do BNDES relacionadas ao financiamento às Pequenas Empresas, o que notamos é que na região Nordeste ainda há um número expressivo de municípios classificados como "Sem Crédito", ainda que tenha havido uma melhora. De fato, saímos de uma situação em que 1.435 municípios eram classificados como "Sem Crédito", de um total de 1.794 municípios analisados, para uma situação em que 724 municípios obtiveram essa classificação entre 2012-2014. Mesmo nesse último período em que houve uma melhora na situação, apenas 341 municípios estavam na classificação de Crédito BNDES-PE/PIB "Médio" e "Alto".

Tabela 3.17: Frequência de municípios ao índice Crédito/PIB por classificação interquartílica – BNDES-Pequena empresa (Nordeste)

Período	Nordeste					
	Classificação Crédito/PIB					
	Sem Crédito	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Total
2000-2003	1435	107	104	81	67	1794
2004-2007	1335	163	131	101	64	1794
2008-2011	877	329	296	166	126	1794
2012-2014	724	395	334	220	121	1794

Fonte: Elaborado própria.

Tabela 3.18: Frequência de municípios ao índice Crédito/PIB por classificação interquartilica– BNDES-Pequena empresa (Sudeste)

Sudeste						
<i>Período</i>	<i>Classificação Crédito/PIB</i>					
	Sem Crédito	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Total
<i>2000-2003</i>	863	174	184	211	236	1668
<i>2004-2007</i>	732	203	212	233	288	1668
<i>2008-2011</i>	373	279	258	348	410	1668
<i>2012-2014</i>	344	279	280	346	419	1668

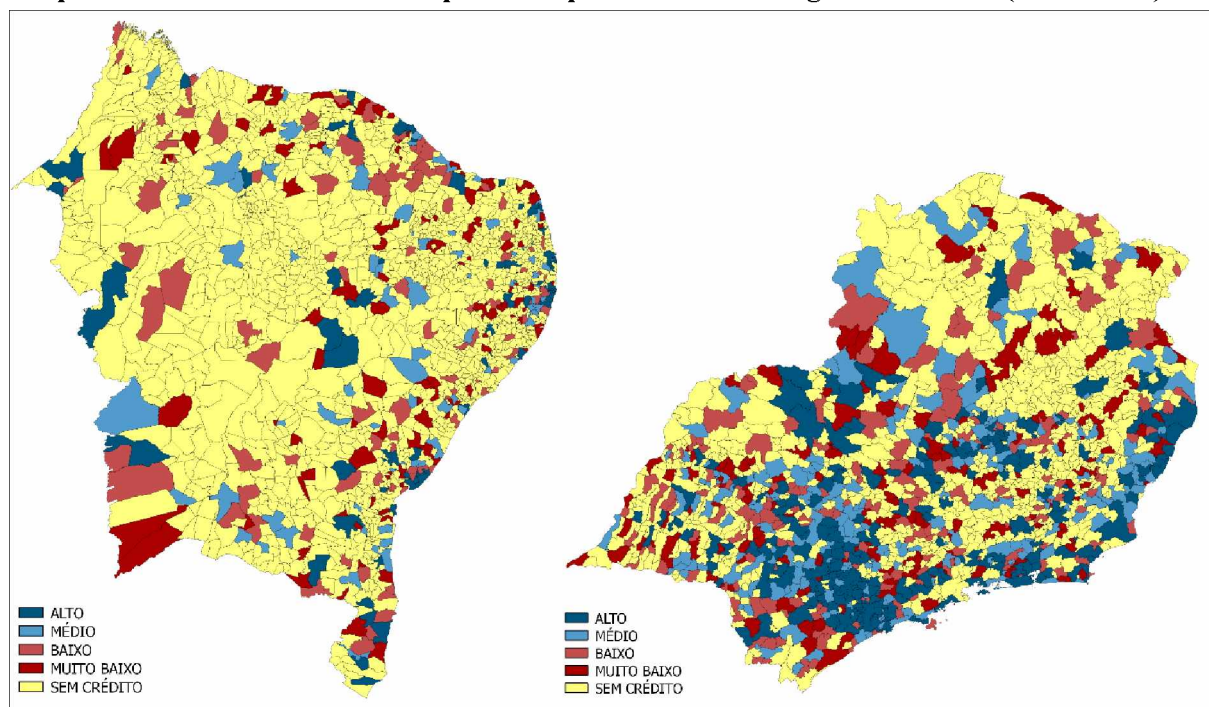
Fonte: Elaborado própria.

No caso da região Sudeste, mais uma vez, a situação é mais favorável. Também se inicia a análise no primeiro período estudado (2000-2003) com um grande número de municípios classificados como "Sem Crédito"; eram 863, de um total de 1.668 (Tabela 3.18). Observou-se uma melhora e no último período esse número havia caído para 344 municípios.

Os Mapas 3.27, 3.28, 3.29 e 3.30 nos ilustram essa situação. Nota-se, no caso da Região Sudeste, que os "vazios" de crédito são muito menores dos que os observados para a Região Nordeste. Ademais, na região Sudeste a concentração de municípios com classificação de Crédito BNDES-PE/PIB "Médio" e "Alto" (cores azuis) são muito maiores. No último período eram 765 municípios nessas classificações.

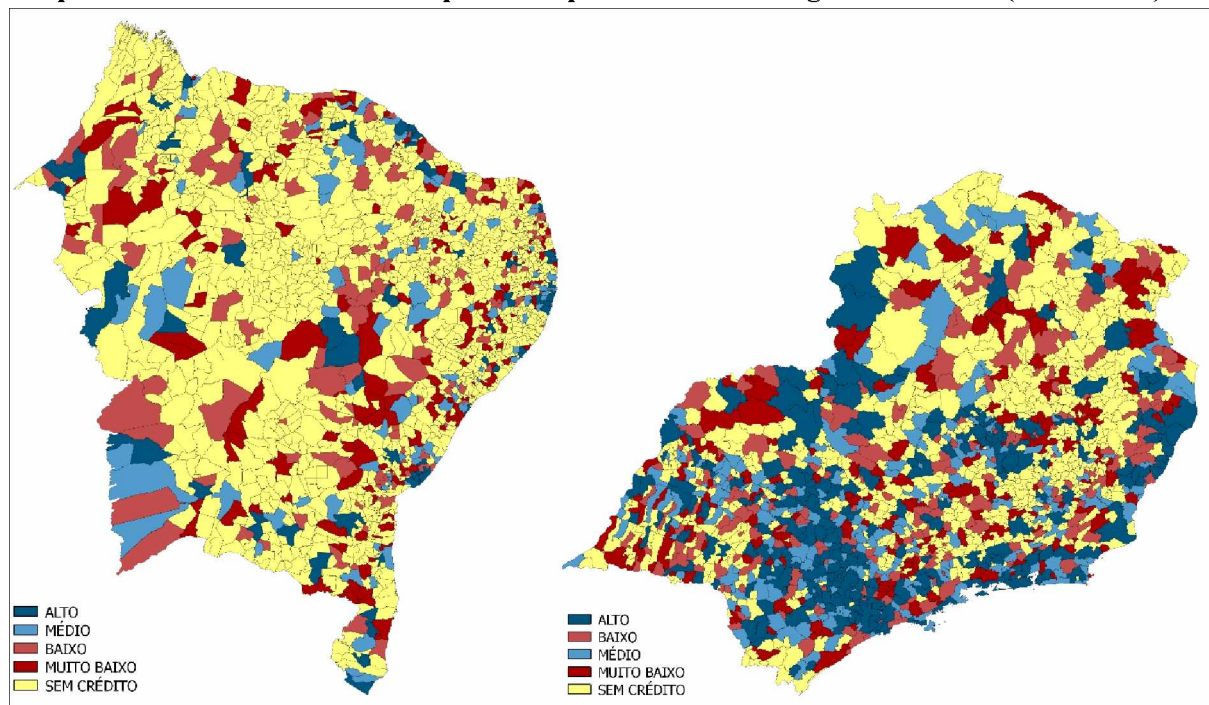
I. Mapas

Mapa 3.25: Crédito BNDES Pequena empresa – Macrorregiões NE e SE (2000-2003)



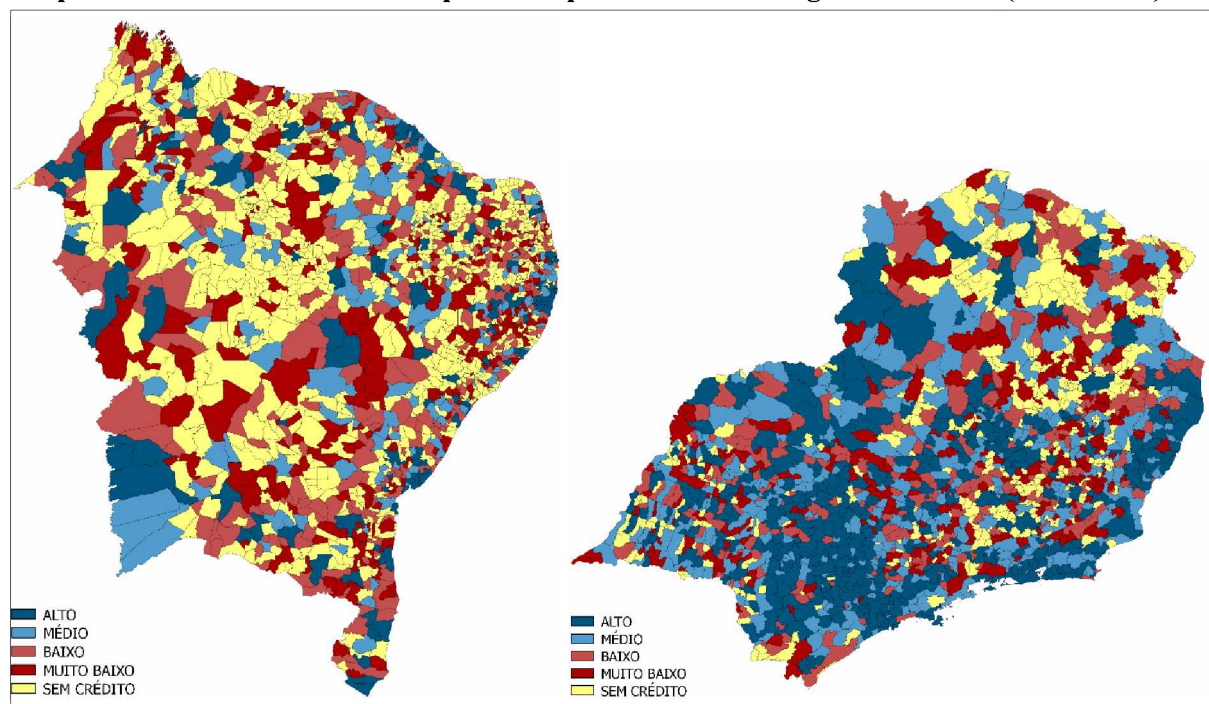
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.26: Crédito BNDES Pequena empresa – Macrorregiões NE e SE (2004-2007)



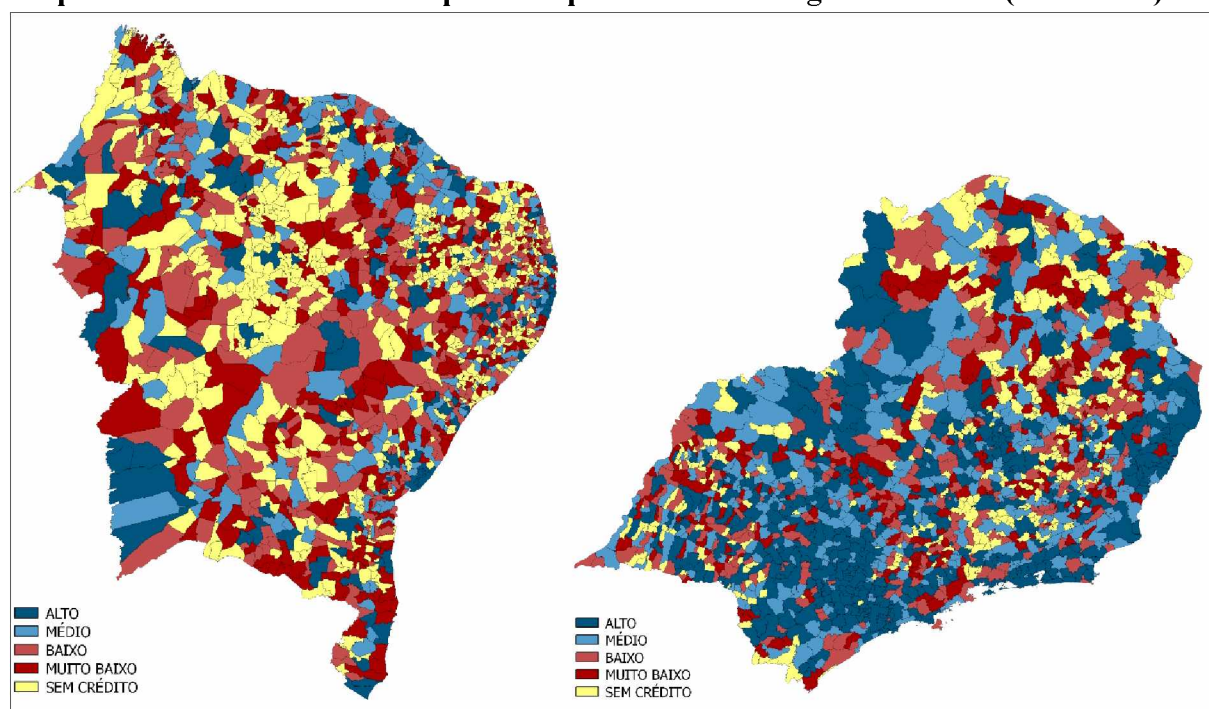
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.27: Crédito BNDES Pequena empresa – Macrorregiões NE e SE (2008-2011)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.28: Crédito BNDES Pequena empresa – Macrorregiões NE e SE (2012-2014)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

De outro lado, considerando a análise de correspondências múltiplas, o que se constatou é que na Região Nordeste se observou uma proximidade dos municípios de "IDH Baixo" vs.

"Crédito BNDES-PE/PIB Médio" e "Crédito BNDES-PE/PIB Sem Crédito". Essa dinâmica foi observada para os primeiros dois períodos, melhorando no interregno 2008-2011, nos quais os municípios com classificação "IDH Baixo" passaram a ter correlação mais forte com "Crédito BNDES-PE/PIB Médio" exclusivamente e, no triênio 2012-2014, mais uma melhora na questão da distribuição do crédito, em que os municípios classificados como "IDH Baixo" se aproximam mais da classificação do indicador de crédito "Alto". De outra parte, se observou uma proximidade dos municípios de "IDH Médio" vs. "BNDES-PE/PIB Alto" para os dois primeiros quadriênios, se distanciando nos dois últimos períodos da nossa análise. Ou seja, a distribuição desses créditos pelo território da macrorregião Nordeste, de certa forma, rompe com a lógica bancária tradicional. Para uma visualização desses resultados, apresentamos os resultados da análise de correspondências para os dois últimos períodos nos Gráficos 3.34 e 3.35.

Para a observação de quais foram os 30 municípios da região Nordeste que apresentaram as melhores classificações de "Crédito BNDES-PE/PIB", apresentamos o Quadro 3.11. Nele, notamos que os municípios classificados como "IDH Baixo", receberam volumosas quantidades de crédito em relação seu PIB. Uma informação adicional é a concentração desses municípios nos estados da Bahia (7 municípios), Piauí e Maranhão (com 5 municípios cada), dentre esta lista dos 30 maiores municípios com melhores indicadores de Crédito BNDES-PE/PIB.

Quadro 3.11: Região Nordeste – 30 municípios como os melhores indicadores de Crédito BNDES-PE/PIB no interregno 2012-2014

#	CIDADE	UF	MICRORREGLÃO	CRÉD/ PIB	IDH 2010	CL_IDH ³⁷
1	São Miguel do Aleixo	SE	Nossa Senhora das Dores	0,0134	0,567	Muito Baixo
2	Paripiranga	BA	Ribeira do Pombal	0,0111	0,577	Muito Baixo
3	Jaçanã	RN	Borborema Potiguar	0,0097	0,604	Baixo
4	Jaramataia	AL	Batalha	0,0093	0,552	Muito Baixo
5	Dom Basílio	BA	Livramento do Brumado	0,0091	0,591	Muito Baixo
6	Pereiro	CE	Serra do Pereiro	0,0084	0,601	Baixo
7	Paramirim	BA	Livramento do Brumado	0,0079	0,615	Baixo
8	Feira Nova	PE	Médio Capibaribe	0,0079	0,6	Baixo
9	Davinópolis	MA	Imperatriz	0,0074	0,607	Baixo
10	Belém	AL	Palmeira dos Índios	0,0069	0,593	Muito Baixo
11	Jerumenha	PI	Floriano	0,0068	0,591	Muito Baixo
12	Itaporanga	PB	Itaporanga	0,0065	0,615	Baixo

³⁷ A classificação do IDH se deu considerando nível Brasil e não somente a macrorregião Nordeste.

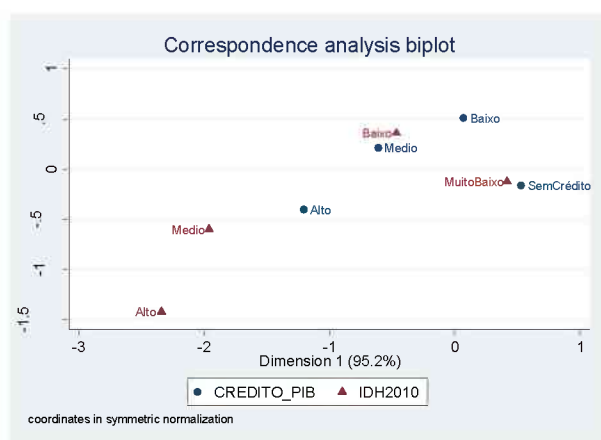
13	João Lisboa	MA	Imperatriz	0,0063	0,641	Baixo
14	Poço Verde	SE	Tobias Barreto	0,0062	0,561	Muito Baixo
15	Tabocas do Brejo Velho	BA	Cotegipe	0,0061	0,584	Muito Baixo
16	Olivença	AL	Batalha	0,0060	0,493	Muito Baixo
17	Jaborandi	BA	Santa Maria da Vitória	0,0060	0,613	Baixo
18	Itaitinga	CE	Fortaleza	0,0060	0,626	Baixo
19	Caetité	BA	Guanambi	0,0056	0,625	Baixo
20	Oeiras	PI	Picos	0,0053	0,634	Baixo
21	Simplicio Mendes	PI	Alto Médio Canindé	0,0053	0,627	Baixo
22	Pastos Bons	MA	Chapadas do Alto Itapecuru	0,0052	0,61	Baixo
23	São João do Sabugi	RN	Seridó Ocidental	0,0052	0,655	Baixo
24	Bela Vista do Maranhão	MA	Baixada Maranhense	0,0051	0,554	Muito Baixo
25	Almino Afonso	RN	Umarizal	0,0049	0,624	Baixo
26	Itaueira	PI	Floriano	0,0049	0,583	Muito Baixo
27	Tangará	RN	Borborema Potiguar	0,0049	0,608	Baixo
28	Brumado	BA	Brumado	0,0049	0,656	Baixo
29	Trizidela do Vale	MA	Médio Mearim	0,0049	0,606	Baixo
30	Bom Jesus	PI	Alto Médio Gurguéia	0,0048	0,668	Médio

Fonte: Elaboração própria.

No caso da Região Sudeste as relações são "IDH Alto" vs. "Crédito BNDES-PE Alto" e "IDH Médio" vs. "Crédito BNDES-PE Médio", seguindo o que se esperaria em termos de lógica bancária. A única novidade é a de que no último período os municípios classificados como "IDH baixo" se aproximam da classificação de crédito "médio".

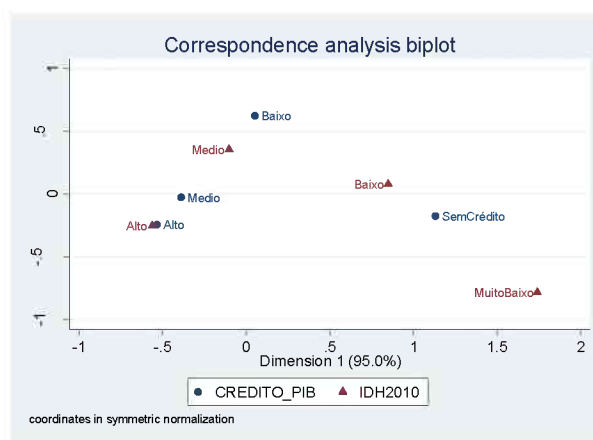
II. Indicadores – Análise de Correspondências

Gráfico 3.34: Crédito BNDES-PE/PIB – Nordeste (2008-2011)



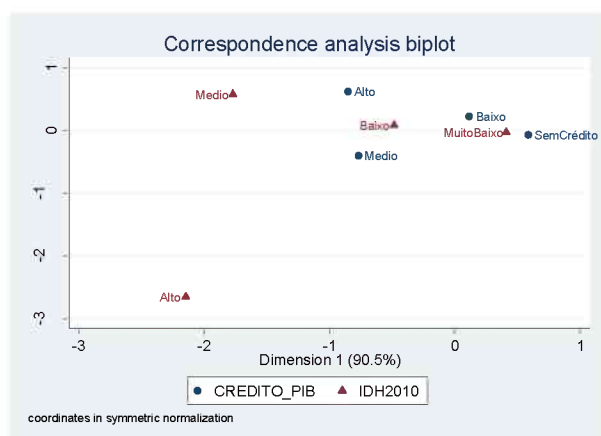
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.35: Crédito BNDES-PE/PIB – Sudeste (2008-2011)



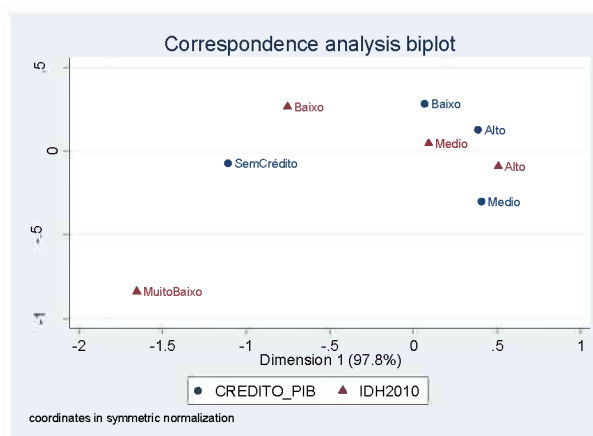
Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.36: Crédito BNDES-PE/PIB – Nordeste (2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.37: Crédito BNDES-PE/PIB – Sudeste (2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

3.4.4. Crédito BNDES Média Empresa /PIB – Nordeste vs Sudeste

Uma questão que caracteriza o crédito às médias empresas é o fato de que grande parte dos municípios da região Nordeste não têm acesso a esse tipo de operação dirigida pelo BNDES. De fato, vemos que o interregno 2012-2014 é aquele em que se apresenta o melhor resultado (Tabela 3.19). Nessa fase, 1.336 municípios dos 1.794 analisados não receberam crédito às médias empresas; apenas 174 municípios receberam crédito às Médias Empresas classificados como "Médio" e "Alto".

Tabela 3.19: Frequência de municípios ao índice Crédito/PIB por classificação interquartilica – BNDES-Média empresa (Nordeste)

Nordeste						
Ano	Classificação Crédito/PIB					Total
	Sem Crédito	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	
2000-2003	1589	63	49	49	44	1794
2004-2007	1556	82	68	48	40	1794
2008-2011	1399	146	102	81	66	1794
2012-2014	1336	148	136	100	74	1794

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Tabela 3.20: Frequência de municípios ao índice Crédito/PIB por classificação interquartílica – BNDES-Média empresa (Sudeste)

Sudeste						
Ano	Classificação Crédito/PIB					
	Sem Crédito	Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Total
2000-2003	1141	120	125	139	143	1668
2004-2007	999	138	154	178	199	1668
2008-2011	813	175	190	233	257	1668
2012-2014	745	196	203	255	269	1668

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

No caso da Região Sudeste, houve uma diminuição de municípios classificados como "Sem Crédito" a partir de 2008. Também aqui, o período 2012-2014 é o que apresenta o melhor resultado: foram 745 municípios nessa classificação, de um total de 1.688 analisados. Ou seja; muitos municípios – cerca de 44% – não receberam as operações de crédito às médias empresas. Nos que receberam, a maioria está na classificação de crédito "Médio" e "Alto" (Tabela 3.20). Vale também ressaltar o fato da concentração desses créditos nas regiões metropolitanas desses estados (Mapa 3.32).

Nesses termos, o resultado é melhor do que o da região Nordeste, mas a distribuição desses créditos é restrita, entretanto, era de se esperar que isso ocorresse. Estamos analisando, nesse momento, o crédito às empresas de porte médio, ou seja, aquelas que possuem faturamento anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões, segundo a classificação do BNDES. Ou seja, salvo algumas exceções, são os municípios de porte e desenvolvimento mais avançados aqueles que abrigam empresas desse perfil.

Para saber quais foram os 30 municípios que receberam as maiores relações dos créditos do BNDES às Médias empresas em relação ao PIB da região Nordeste, apresentamos o Quadro 3.12.

Dentre os 30 municípios com melhores indicadores que receberam crédito direcionado do BNDES às Médias Empresas, os estados mais privilegiados com os repasses foram Pernambuco e Paraíba (ambos com 7 municípios) e, Piauí e Bahia (com 5 municípios cada). No recorte de microrregiões, notamos uma distribuição bastante equânime, em que apenas 5 dessas microrregiões figuraram com 2 municípios cada, tendo as demais com apenas um município, de um total de 25 microrregiões.

Quadro 3.12: Região Nordeste – 30 municípios como os melhores indicadores de Crédito BNDES-Médias empresa/PIB no interregno 2012-2014

#	CIDADE	UF	MICRORREGLÃO	CRÉD/ PIB	IDH 2010	CL_IDH ³⁸
1	Igaporã	BA	Guanambi	0,0704	0,614	Baixo
2	Quixaba	PE	Pajeú	0,0473	0,577	Muito Baixo
3	Ibirapuã	BA	Porto Seguro	0,0224	0,614	Baixo
4	Guanambi	BA	Guanambi	0,0195	0,673	Médio
5	Lagoa de Itaenga	PE	Mata Setentrional Pernambucana	0,0142	0,602	Baixo
6	Ribeirópolis	SE	Carira	0,0116	0,613	Baixo
7	Dom Pedro	MA	Presidente Dutra	0,0108	0,622	Baixo
8	Moreno	PE	Recife	0,0106	0,652	Baixo
9	Teotônio Vilela	AL	São Miguel dos Campos	0,0104	0,564	Muito Baixo
10	Varzedo	BA	Santo Antônio de Jesus	0,0101	0,586	Muito Baixo
11	Lagoa do Piauí	PI	Teresina	0,0099	0,583	Muito Baixo
12	Sertãozinho	PB	Guarabira	0,0099	0,621	Baixo
13	Muribeca	SE	Nossa Senhora das Dores	0,0099	0,626	Baixo
14	Caturité	PB	Cariri Oriental	0,0098	0,623	Baixo
15	Palmeira do Piauí	PI	Alto Médio Gurguéia	0,0094	0,557	Muito Baixo
16	Puxinanã	PB	Campina Grande	0,0090	0,617	Baixo
17	Nossa Senhora da Glória	SE	Sergipana do Sertão do São Francisco	0,0081	0,587	Muito Baixo
18	Itatuba	PB	Itabaiana	0,0067	0,562	Muito Baixo
19	Pombos	PE	Vitória de Santo Antão	0,0066	0,598	Muito Baixo
20	Miguel Leão	PI	Teresina	0,0066	0,623	Baixo
21	São Bento do Una	PE	Vale do Ipojuca	0,0063	0,593	Muito Baixo
22	Picuí	PB	Seridó Oriental Paraibano	0,0060	0,608	Baixo
23	Nova Viçosa	BA	Porto Seguro	0,0060	0,654	Baixo
24	Triunfo	PE	Pajeú	0,0058	0,670	Médio
25	Escada	PE	Mata Meridional Pernambucana	0,0054	0,632	Baixo
26	Baixa Grande do Ribeiro	PI	Alto Parnaíba Piauiense	0,0054	0,564	Muito Baixo
27	São Domingos do Azeitão	MA	Chapadas das Mangabeiras	0,0053	0,59	Muito Baixo
28	Gurinhém	PB	Itabaiana	0,0052	0,556	Muito Baixo
29	Cachoeira dos Índios	PB	Cajazeiras	0,0050	0,587	Muito Baixo
30	Eliseu Martins	PI	Bertolândia	0,0048	0,595	Muito Baixo

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

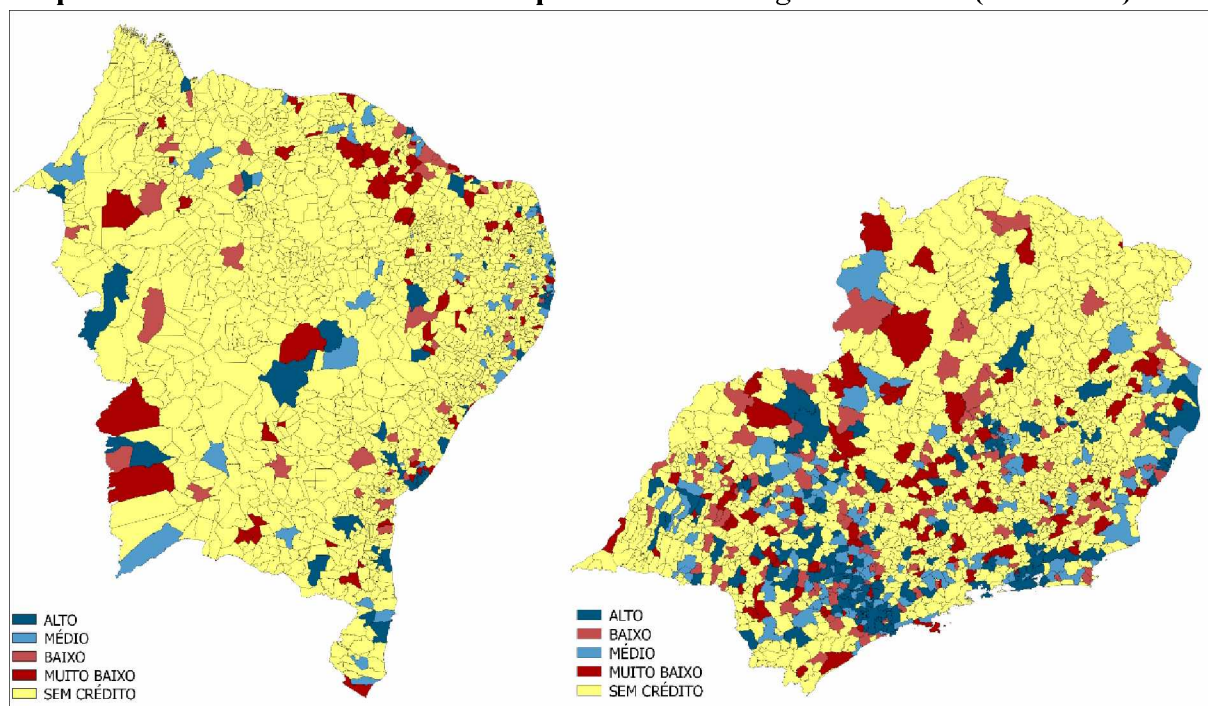
Os Mapas 3.29, 3.30, 3.31 e 3.32 nos permitem observar a distribuição desses créditos e o fato de que há uma discrepância entre as macrorregiões Nordeste e Sudeste, em especial

³⁸ A classificação do IDH se deu considerando nível Brasil e não somente a macrorregião Nordeste.

quando confrontamos as regiões metropolitanas do Sudeste com as demais regiões, tanto dentro da própria macrorregião Sudeste, mas principalmente, com a macrorregião Nordeste.

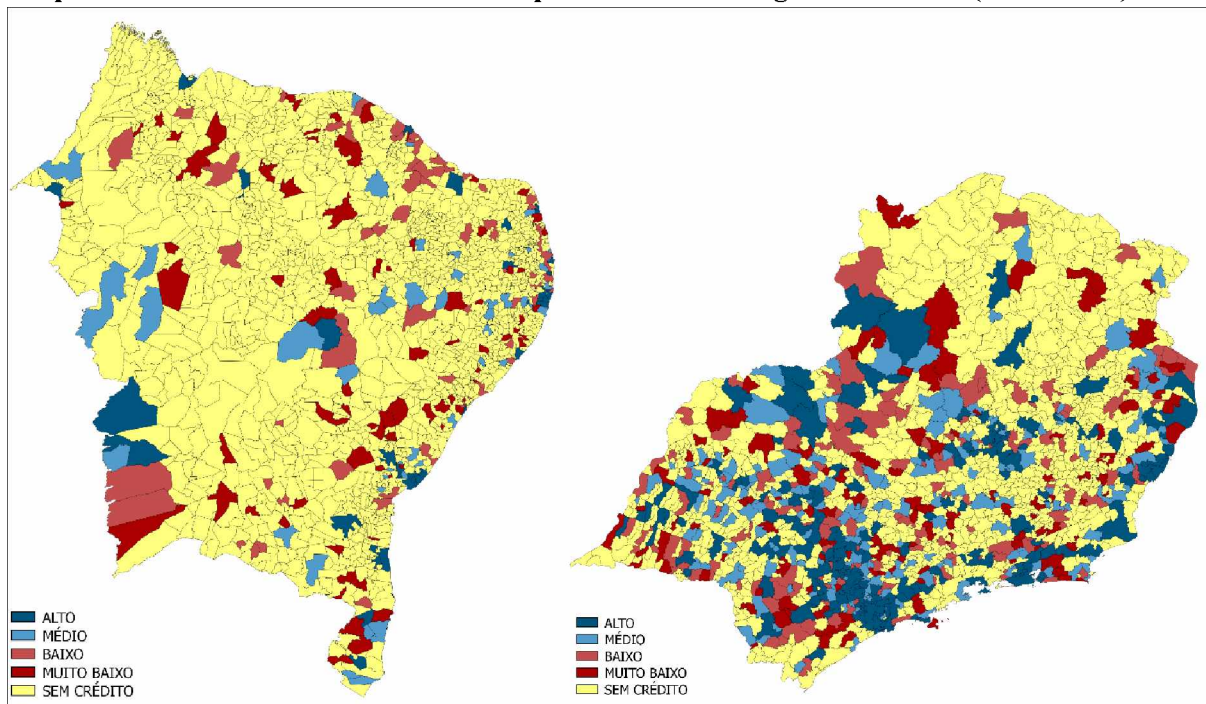
I. Mapas

Mapa 3.29: Crédito BNDES Média empresa – Macrorregiões NE e SE (2000-2003)



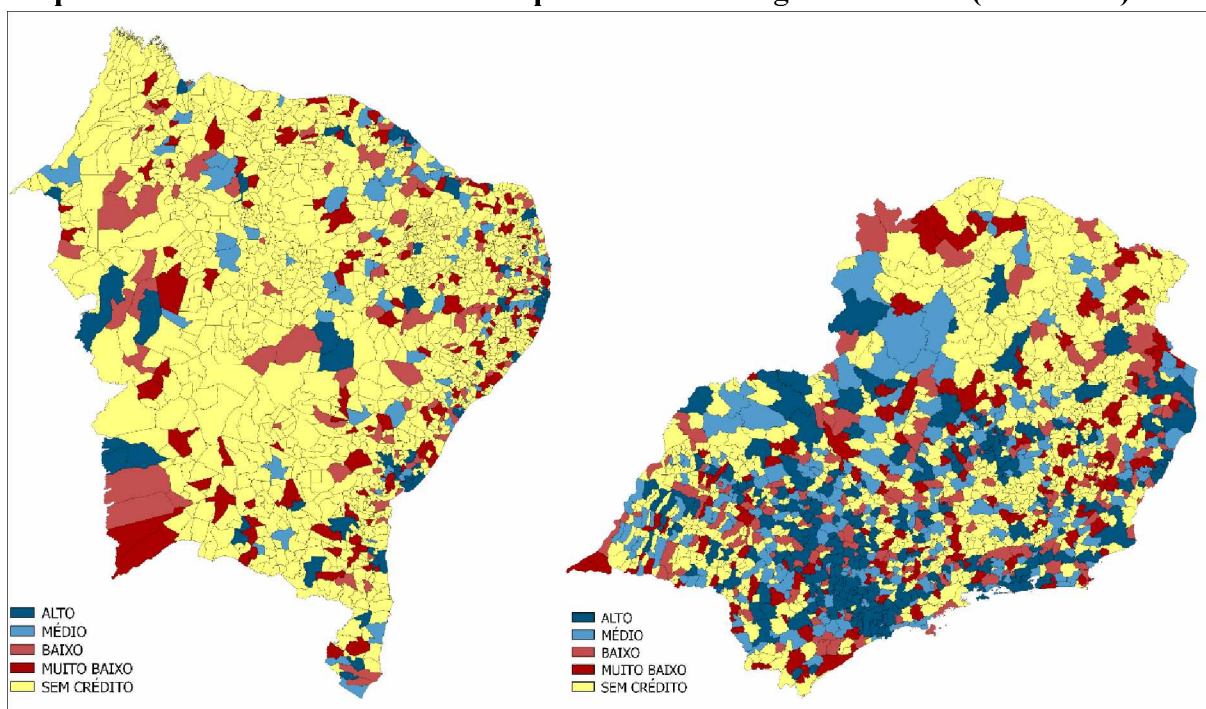
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.30: Crédito BNDES Média empresa – Macrorregiões NE e SE (2004-2007)



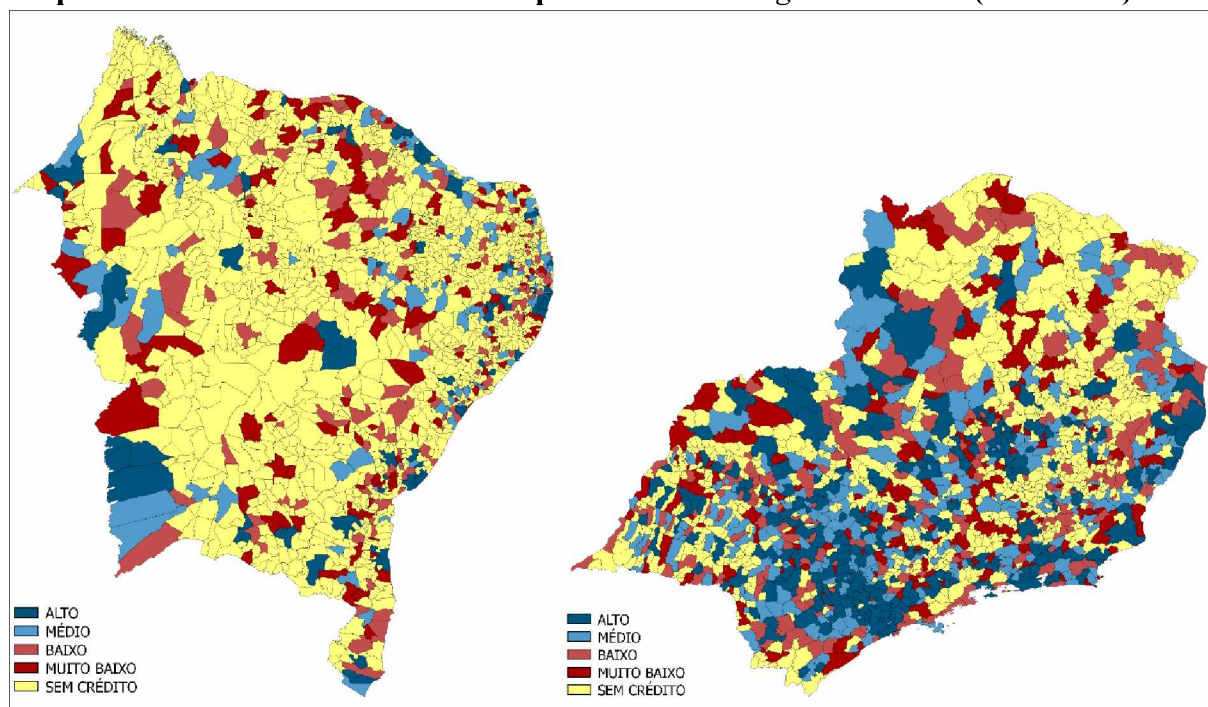
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.31: Crédito BNDES Média empresa – Macrorregiões NE e SE (2008-2011)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

Mapa 3.32: Crédito BNDES Média empresa – Macrorregiões NE e SE (2012-2014)



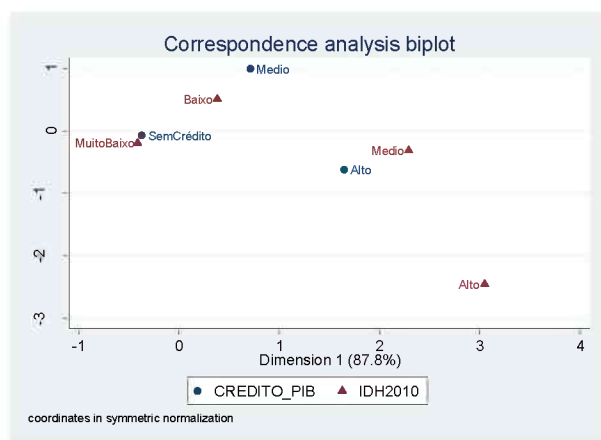
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Nacional do Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES.

No caso da análise de correspondências, não foi possível a geração de gráficos para os períodos 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011 para as duas macrorregiões. Entretanto, para o último período (2012-2014) foi possível estabelecer as correspondências. Aí observamos que a lógica do sistema bancário se manteve, no caso da Região Sudeste (Gráfico 3.39), em que se observa a proximidade entre os municípios classificados como IDH "Alto" e "Médio" com as classificações de Crédito BNDES-Média Empresa/PIB "Alto" e "Médio", respectivamente.

No que se refere à região Nordeste, nota-se a proximidade entre municípios classificados como "IDH Baixo" com "Crédito BNDES-Média empresa/PIB Médio", o que é um resultado diverso.

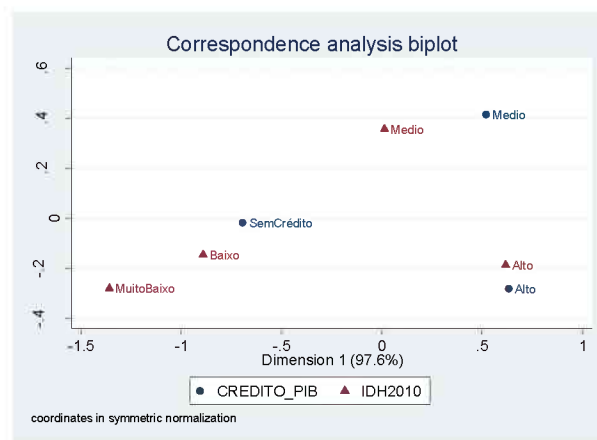
II. Indicadores – Análise de Correspondências

Gráfico 3.38: Crédito BNDES-Média empresa/PIB – Nordeste (2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Gráfico 3.39: Crédito BNDES-Média empresa/PIB – Sudeste (2012-2014)



Fonte: Gerado pelo Stata.

Na comparação *vis-a-vis* das macrorregiões Nordeste e Sudeste, notamos nítida concentração de crédito por meio das médias empresas na macrorregião Sudeste, principalmente na região metropolitana de São Paulo, o que vem a convergir com a alta concentração de agências bancárias nessa região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação versou sobre a análise da distribuição dos recursos do BNDES às Micro, Pequenas e Médias empresas ao longo dos anos 2000. O objetivo foi o de verificar a expansão desses recursos nesse período e observar se esse movimento estava conseguindo atingir o território nacional de uma forma distinta da empreendida pelo Sistema Bancário Nacional, em suas operações de crédito.

Partimos da hipótese de que a tendência do sistema bancário é a de concentrar sua atuação nos espaços de maior dinamismo econômico e populacional, sendo que, a partir daí, bancos públicos poderiam atuar se opor a esta dinâmica.

Para efetuar esse estudo, iniciamos a dissertação retomando o conceito de moeda e da "economia monetária da produção" a partir de Keynes, explicitando o papel dos bancos em seu poder de criação de moeda, sem depender da poupança. Ademais, apresentamos a dinâmica do financiamento do investimento apontada por Keynes, mostrando o papel do *finance*, mas destacando a complexidade do *funding*. Avançamos nessa mesma análise, para incorporar a perspectiva aportada por Minsky acerca da dinâmica de atuação dos bancos, especialmente após a década de 1960, mostrando sua contínua atuação, relacionando a busca por valorização do capital, com a relação de segurança e liquidez. Avançando ainda na mesma perspectiva teórica, apresentamos a discussão sobre a lógica da distribuição espacial de recursos, a partir da abordagem apresentada por Sheila Dow.

Indicada a perspectiva teórica do trabalho, o próximo passo foi o de tratar do desenho do Sistema Financeiro Nacional e do papel dos bancos públicos nessa configuração. Explicitamos aí o fato de que os bancos privados atuaram, historicamente, focando sua atuação na oferta do crédito de curto prazo e fortemente concentrados nas regiões Sudeste e Sul, seguindo a dinâmica apontada pela discussão teórica que apresentamos. No desenho do financiamento nacional, coube essencialmente aos bancos públicos a oferta de créditos mais complexos e também os de prazos maiores como: o financiamento agrícola, o financiamento à construção civil e o financiamento ao investimento.

No contexto dos créditos mais específicos é que se encontram aqueles destinados às micro e pequenas empresas, as quais são fortes geradoras de empregos, mas que: *i)* têm um alto grau de mortalidade; *ii)* apresentam, em grande parte, fortes dificuldades gerenciais e; *iii)* estão espalhadas pelo território nacional e são fortemente heterogêneas. Nesse caso, o BNDES tem

um papel essencial na oferta desse tipo de crédito, operando a partir de captações compulsórias, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A partir desse pano de fundo é que pudemos partir para desenvolver nosso trabalho. Em primeiro lugar, observamos a evolução dos recursos ofertados pelo Sistema Financeiro Nacional ao longo dos anos 2000, mostrando a expansão dos recursos, especialmente após 2003. Destacamos a expansão do crédito livre, relacionado ao próprio período e perfil do crescimento econômico que se observou entre 2003 e 2011 e fortemente facilitado pelo crédito consignado. Mostramos, também, o papel importante do crédito direcionado ao longo do mesmo período e, especialmente, após 2008. O destaque foi para o papel anticíclico desse crédito puxados por bancos públicos.

Nessa dinâmica se inclui o papel do BNDES, ofertador de crédito às empresas, dentre as quais as MPMEs. O próximo passo, foi então, o de analisar as operações do BNDES, mostrando sua forte expansão, com especial destaque para o período pós 2008. Uma constatação importante foi a de que houve uma modificação no *funding* do banco para atuar dessa forma. Para além dos recursos do FAT, foram essenciais os volumes dirigidos pelo Tesouro Nacional. Nesses termos, nossa verificação é a de que não houve uma mudança institucional mais profunda para que se pudesse efetuar o avanço do financiamento do investimento no país. O BNDES continuou sendo o ator principal, sem que se houvesse modificados suas fontes de captação, tendo sido o Tesouro a fonte de recursos adicionais.

Outra constatação importante, da análise da evolução agregada dos recursos do BNDES, foi a de que o crédito às MPMEs passou a ter um peso relativo maior sobre o total de liberações, em comparação ao que ocorrera historicamente.

Isso posto, o próximo passo foi o de analisar o financiamento às MPMEs. Em primeiro lugar, destacando sua complexidade e sua forte heterogeneidade. Mostramos o desenho institucional existente no Brasil para o apoio às mesmas e analisamos os elementos para definir sua classificação – questionando a generalidade da definição. A própria definição de porte do BNDES passa pela mesma problemática, sendo que explicitamos as modalidades de financiamento a essas empresas aportadas pelo referido banco, foco de nosso estudo. Comentário especial deve ser feito pela implantação do Cartão BNDES, que é liberado às Micro, Pequenas e Médias empresas, e que se refere a crédito pré liberado para a compra de bens definidos em catálogo. Quando tratamos da liberação agregada dos recursos às MPMEs

está aí incluído o crédito efetuado via cartão BNDES. Nessa parte do trabalho apresentamos, então, a evolução desses recursos, com destaque para a dinâmica pós 2008.

A partir daí, o último capítulos da dissertação apresentou o estudo aplicado que efetuamos, considerando os dados das operações do BNDES às MPMEs para todos os municípios receptores.

O primeiro estudo avaliou a distribuição das operações de crédito (dados de balancete) do Sistema Bancário Nacional (bancos captadores de depósitos à vista) pelo território nacional. Avaliamos a distribuição da relação Crédito/PIB por municípios e, em seguida, efetuamos a análise de correspondências múltiplas, relacionando os indicadores de crédito (Sem Crédito, Muito Baixo, Baixo, Médio e Alto) com os indicadores de IDH (Muito Baixo, Baixo, Médio e Alto) que construímos. As principais conclusões são as apresentadas abaixo.

1. Os municípios classificados como “Sem Crédito” se concentram na região Nordeste e Norte. Entre 2000 e 2014 houve uma redução do número de municípios que não recebiam diretamente créditos. Pelos Mapas construídos, pudemos ver que essa dinâmica ocorreu especialmente na região Nordeste, indicando a melhora no sentido do acesso ao crédito.

2. Mesmo havendo a melhora relativa indicada acima, continuou ocorrendo a forte concentração das liberações (operações de Crédito/PIB) nos municípios das regiões Sudeste e Sul, estendendo-se também para a região Centro Oeste. Nessas três regiões concentrou-se fortemente a maioria dos municípios classificados como recebedores de uma relação Crédito/PIB “Média” e “Alta”. Paralelamente, nas regiões Nordeste e Norte, a maioria dos municípios foram classificados como recebedores de uma relação Crédito/PIB “Baixa” e “Muito Baixa”. Ou seja, a distribuição das operações de crédito tem a ver com a dinâmica econômica e de serviços dos municípios, fato comprovado pela análise dos resultados da Correspondência Múltipla.

3. Em todos os períodos, há proximidade de correspondência entre os municípios de IDH Muito Baixo e a classificação “Sem Crédito”, o que era de se esperar e, ainda, no primeiro período se destaca a relação “Crédito/PIB Alto” e “IDH Alto” e “Crédito/PIB Médio” e “IDH Médio”. Ou seja, os municípios de maior dinamismo são aqueles que se aproximam da relação de liberações de recursos mais alta (relacionada ao PIB). No entanto, um resultado importante do estudo foi o que indicou o fato de que, de 2004 em diante, manteve-se a correspondência entre “Crédito/PIB Alto” e “IDH Alto”, mas estabeleceu-se uma relação de proximidade entre “IDH Médio” e “Crédito/PIB Baixo”.

A nossa consideração a respeito desse resultado é o de que os municípios classificados como IDH "Médio", deixaram de ter a relação direta com o Crédito/PIB "Médio". Provavelmente, graças ao avanço do emprego, da bancarização e do crédito consignado, houve possibilidade de que mais municípios, classificados como IDH "Baixo", tenham tido acesso a uma relação Crédito/PIB "Médio". Ou seja, a quebra da relação direta entre IDH vs. Crédito é um bom indicador de mudança de dinâmica de distribuição.

O segundo estudo analisou a distribuição dos recursos das MPMEs, primeiramente de forma agregada e, depois, separando por modalidade (Microempreendedor individual e Empresários Individuais; Microempresa; Pequena empresa; Média empresa). Nessa conclusão, não apresentaremos os detalhamentos de todos os resultados, que se encontram analisados ao longo do capítulo III, mas apresentaremos apenas o que consideramos os principais resultados, conforme segue abaixo.

1. Cerca de 70% dos desembolsos do BNDES às MPMEs estão nos municípios de IDH Alto, concentrados nas regiões Sudeste e Sul (56%) e cerca de 20% dos desembolsos estão relacionados a municípios de IDH Médio, concentradas também nas mesmas regiões.

2. Ainda com relação aos desembolsos agregados do BNDES às MPMEs, em todos os períodos prevaleceu a lógica bancária, no que se refere aos municípios menos dinâmicos, havendo com IDHs uma relação direta entre os municípios "Sem Crédito" e "IDH Muito Baixo" e também a relação entre "Crédito/PIB Baixo" e "IDH Baixo". Um resultado importante é o de que se apresenta uma novidade para o caso dos municípios com os IDHs mais altos, classificados como "Alto" e "Médio". Em três dos quatro períodos estudados se observou a relação entre os municípios de "IDH Médio e Crédito/PIB Alto". Ou seja, a expansão de recursos do BNDES às MPMEs não mudou a lógica de distribuição para os municípios com menores IDHs. No entanto, os municípios com IDHs classificados como "Médio", houve certo privilégio no direcionamento de recursos (em comparação com o PIB). Isso mostra que esses recursos estão conseguindo chegar a esses municípios, o que é um fator positivo, destacando-se que a maioria de municípios com esse perfil está na região Sudeste e Sul.

Isto posto, passaremos agora aos principais comentários referentes aos créditos às MPMEs tomados em separado. As principais conclusões foram:

1. No caso dos créditos às Micro e Pequenas empresas, observou-se uma redução decisiva no número de municípios considerados "Sem Crédito" a partir de 2008-2011, chegando-se ao interregno 2012-2014 com muitos poucos municípios com essa classificação.

Isso mostra a expansão da liberação desses créditos por todo o território nacional, **sendo essa uma importante novidade na lógica de atuação do BNDES**. Isso tem a ver com a ação do Cartão BNDES, na medida em que sua operação está dentro da classificação das micro e pequenas empresas. Já para o caso da Microempresa Individual, Pessoas Físicas e Jurídicas, a expansão também ocorreu, mas não com o mesmo resultado. De fato, considerando-se essa classificação, a região Norte e Nordeste ainda apresenta grande número de municípios "Sem Crédito".

O estudo específico das regiões Nordeste e Sudeste confirmou esse resultado, mostrando que nessa última o número de municípios "Sem Crédito" para MEIs, EI é muito baixo.

Analisando-se o crédito dirigido às Microempresas e também o dirigido às Pequenas empresas, foi possível observar, especialmente após 2004, a forte correspondência entre: "Crédito/PIB Alto" e "IDH Alto" e "Crédito PIB Médio" e "IDH Médio", destacando a já citada lógica de distribuir os recursos de forma mais concentradas nos municípios de maior dinamismo econômico, educacional e de serviços. Isso nos mostra que o período pós 2008 teve o fator positivo de reduzir o número de municípios "Sem Crédito", mas manteve e aprofundou a lógica que distribui os recursos nos espaços mais dinâmicos.

Este é o resultado para o Brasil como um todo. No entanto, quando analisamos a dinâmica específica da região Nordeste, verificamos resultados importantes:

i) No caso do crédito às Microempresas, no último período se estabeleceu a proximidade entre os municípios de "IDH Baixo" com o indicador "Crédito BNDES-ME/PIB Alto". Isso nos mostra o acesso desses municípios a montantes expressivos desses créditos, em comparação com seu PIB.

ii) No caso do crédito às Pequenas empresas, se observou uma proximidade dos municípios de "IDH Baixo" vs. "Crédito BNDES-PE/PIB Médio" em três dos quatro períodos sob análise. No último período (2012-2014), os municípios classificados como "IDH Baixo" se aproximam mais da classificação do indicador de crédito "Alto" – mesmo resultado encontrado para o crédito às Microempresas.

Essa é uma importante quebra da lógica bancária tradicional, e ao nosso ver, está relacionado com a dinâmica do Cartão BNDES. No entanto, é importante comentar que parte importante dos produtos que poderiam ser comprados pelos utilizadores do Cartão BNDES e definidos em listas, eram vendidos por empresas das regiões Sudeste e Sul.

2. Quanto ao crédito do BNDES dirigido às Médias empresas, observou-se a continuidade da baixa dispersão do mesmo pelo território e a baixíssima participação dos municípios da região Nordeste e Norte na concessão desse tipo de crédito. Ademais, para o único período que apresentou resultados possíveis na análise de correspondências, se estabeleceu a relação entre "Crédito/PIB Alto" vs. "IDH Alto" e "Crédito/PIB Médio" vs. "IDH Médio", mesma lógica concentradora de recursos nos municípios mais dinâmicos.

Analisando-se em separado os casos das regiões Nordeste e Sudeste, fica claro que a quase totalidade de municípios da primeira região não recebe esse tipo de crédito. Paralelamente, na região Sudeste, os municípios "Sem Crédito" são menos que a metade.

De qualquer forma, é interessante notar que dos poucos municípios da região Nordeste que receberam crédito, foi possível estabelecer, no último período, uma correspondência entre "IDH Baixo" vs. "Crédito BNDES-Média Empresa/PIB Médio", o que é um resultado diverso e que corrobora o resultado das micro e pequenas empresas que conseguiram uma maior penetração de crédito nos municípios de IDH Médio.

Assim, nosso estudo mostrou, em termos gerais, a importância da atuação do BNDES, especialmente no direcionamento de recursos às micro e pequenas empresas e seu papel de disseminação desses créditos, em particular depois de 2008. Ainda que a lógica de distribuição tenha permanecido essencialmente concentradora nos municípios de melhores IDHs, se observaram algumas quebras importantes nessa dinâmica, graças – a nosso ver – da atuação do Cartão BNDES.

No entanto, os resultados também deixam clara a importância da adoção de ações adicionais que sejam capazes de dirigir maiores magnitudes de recursos nas regiões Norte e Nordeste – lembrando que nossa análise foi efetuada sempre levando em conta a distribuição relativa de crédito (tomado em relação ao PIB). Essas ações deveriam relacionar a distribuição de crédito a outras dinâmicas locais, como, por exemplo, a existência de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Isso, é claro, desde que se mantivesse a política de preocupação com a distribuição regional dos recursos, questão ainda muito recente na dinâmica do BNDES, que parece já estar com os dias contados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, E. J. & FRANCO, G. H. B. **Entre Keynes e Robertson: *finance, poupança e investimento***. Pesquisa e Planejamento Econômico – Ipea. Rio de Janeiro. p. 379-396. 1989.

AMADO, A. **Moeda, Financiamento, Sistema Financeiro e Trajetórias de Desenvolvimento Regional Desigual: A Perspectiva Pós-Keynesiana**. Revista de Economia Política, v. 18, n. 1, jan./mar., 1998.

ARESTIS, P. **Post Keynesian Economics: towards coherence**. Cambridge Journal of Economics, 1996, 20, 111-135.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2682/99**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf> Acesso em 14/04/2017.

_____. **ESTBAN – Estatística Bancária Mensal por município**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp> Acesso em 05/04/2017.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA, **Empréstimos Sindicados**. Disponível em: <<http://www.caf.com/pt/produtos-e-servicos/emprestimos-sindicados/>> Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

BANCO DE VALORES BAHIA SERGIPE ALAGOAS, **Glossário**. Disponível em: <<http://www.bovesba.com.br/gu.asp>> Acesso em 26 de fevereiro de 2016.

BARBOSA, H. F. **Análise do Direcionamento dos Recursos dos Fundos Constitucionais – Um Estudo do FCO, FNO e FNE**. Dissertação de Mestrado junto ao IE-UFRJ, 2005.

BIANCHINI, R. **Blog do Bianchini: Endividamento Privado**, 2016. Disponível em: <<https://bianchini.blog/category/endividamento-privado/>> Acesso em 05/05/2017.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Guia do Financiamento: Porte de empresa**. BNDES, 2017. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/portedeempresa>> Acesso em 10/01/2017.

_____. **Navegador de Financiamentos: Micro, Pequenas e Médias Empresas**. BNDES, 2017. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/micro-pequenas-medias-empresas>> Acesso em 17/01/2017.

_____. **Nossa história**, 2017. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia/>> Acesso em 15/02/2017.

_____. **Transparência: Estatísticas e desempenho**. BNDES, 2017. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/transparencia>> Acesso em 18/01/2017.

_____. **Financiamentos.** BNDES, 2017. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/financiamentos>> Acesso em 18 de abril de 2017.

BOTELHO, M. R. A. **Políticas para aglomerações de empresas:** reflexões sobre conceitos, mapeamentos e impactos setoriais e regionais. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 44, p. 895-910, 2013.

BOTELHO, M. R. A.; MENDONÇA, M.; NARETTO, N. **A trajetória das políticas públicas para pequenas e médias empresas no Brasil:** do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais. *Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)*, Brasília, v. 27, p. 63-117, 2004.

BOTELHO, M. R. A.; MAIA, A. F. S.; PIRES, L. A. V. **Inovação e porte das empresas: evidências sobre a experiência internacional e brasileira.** *Revista de Economia*, v. 38, n. 1 (ano 36), p. 189-210. Editora UFPR, 2012.

CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JAYME JR., F. **Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional.** Cedeplar/ UFMG, 2004.

CHICK, V. **Evolução do sistema bancário e a teoria da poupança do investimento e dos juros.** Ensaios – FEE. Porto Alegre, 1994.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany.** Prentice-Hall, 1966.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Empresômetro MPE.** Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/>> Acesso em 13/04/2017.

CORRÊA, V. P. **A Estrutura de Financiamento Brasileira e a Oferta de Financiamento de Longo Prazo ao Investimento.** Tese de Doutorado junto ao IE/Unicamp. In. *Economia Teses e Dissertações*. 1996.

_____. **Fluxos de capitais, volatilidade e vulnerabilidade externa – uma análise do caso brasileiro pós-abertura financeira.** *Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política*, Vitória, 2006.

CORRÊA V. P.; MUNIZ, A. L. P. **Distribuição de crédito na região nordeste - existe alguma mudança na lógica de concentração?** Texto para discussão do Núcleo de Desenvolvimento Econômico NUDES/UFU, 2010.

CORRÊA, V. P.; DOS SANTOS, C. H & ALMEIDA FILHO, N. A. Structural changes in Brazil: Improvements and Limits in **The Brazilian Economy today- towards a New Socio-Economic Model.** Antony W Pereira & Lauro Mattei (orgs). Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

COSTA, F. N. **Economia Monetária e Financeira.** São Paulo: Campus. 2000.

CROCCO, M.; JAYME JR, F. O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro. In: CROCCO, M., JAYME JR, F. (Orgs). **Moeda e Território: Uma interpretação da dinâmica regional brasileira.** 1ª edição. São Paulo: Editora Autêntica, 2006.

CROCCO, M; RUIZ, R. M; CAVALCANTE, A. **Redes e polarização urbana e financeira: Uma exploração inicial para o Brasil**. Cedeplar, UFMG, 2008.

CUNHA JR, M. **Análise Multidimensional de Dados Categóricos**: A aplicação das Análises de Correspondência Simples e Múltipla em Marketing e sua Integração com Técnicas de Análise de Dados Quantitativos. Cadernos de Estudos do PPGA, 1997.

DEOS, S.; MENDONÇA, A. R. R. **Uma Proposta de Delimitação Conceitual de Bancos públicos**. In: Frederico Gonzaga Jayme Jr.; Marco Crocco. (Org.). Bancos Públicos e Desenvolvimento. 1ed.Rio de Janeiro: IPEA, 2010, v. 1, p. 49-72.

DOW, S. **The regional composition of the money multiplier process**. Scottish Journal of Political Economy.v.19, n.1, 1982.

_____. **Money and the Economic Process**. Aldershot: Elgar, 1993.

DOW, S.; FUENTES, C. Um “survey” da literatura de finanças regionais. In: CROCCO, M., JAYME JR, F. (Eds.) **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. 1ª edição. São Paulo: Editora Autêntica, 2006.

EICHNER, A. S; KREGEL, J. **An Essay on Post-Keynesian Theory**: A New Paradigm in Economics. Jornal of Economic Literature, 1975, vol. 13, issue 4, p. 1293-1314.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de Dados**: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões. Elsevier: Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDES, F. F. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONSF): Análise da Distribuição dos Recursos entre 1999 e 2009. Dissertação de Mestrado, 2011.

FERREIRA, C. K. L. & FREITAS, M. C. P. **Mercado Internacional de Crédito e Inovações Financeiras**. Estudos de Economia do Setor Público, n. 1. São Paulo, FUNDAP, 1990.

FERREIRA, E. W. **Fundos Constitucionais e o Financiamento do Desenvolvimento via Bancos Públicos: Uma Análise da Distribuição de Recursos do FNE**. Tese de Doutorado junto ao IE/UFU, 2013.

HERMANN, J. **O papel dos bancos públicos**. Texto para Discussão, CEPAL-IPEA n. 15, 2010a. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/8/42498/CEPAL_15_MIOLO.pdf>. Acesso em 31/03/2017.

_____. **Papel e funcionalidade dos bancos públicos: notas sobre a experiência brasileira recente (1995-2009)**. Associação Keynesiana Brasileira (AKB), 2010b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Inovação – Pintec 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Brasil e Síntese de Indicadores 2013**. Rio

de Janeiro, 2014. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000018875109212014513719753579.pdf>>. Acesso em 13/04/2017.

IPEA, **Desafio do Desenvolvimento: História – Petróleo**. Disponível em:
 <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23> Acesso em 15/02/2016.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. **Teorias Alternativas da Taxa de Juros**. In. Clássicos da Literatura Econômica. Brasília: IPEA, 1987a.

_____. **A Teoria *ex ante* da Taxa de Juros**. In. Clássicos da Literatura Econômica. Brasília: IPEA, 1987b.

Lei Geral. **Portal da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa**, 2016. Disponível em:
 <<http://www.leigeral.com.br/o-site/o-que-e-a-lei-geral>> Acesso em 10/01/2017.

Lei Complementar nº 147/2014. Disponível em:
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm> Acesso em 15/04/2017.

LIMA, H. S. R. **Transformações Recentes no Sistema Bancário Nacional (1995-2007)**. Ajustes de Portfólio e Evidências Empíricas. Dissertação de Mestrado junto ao IE-UFU, 2009.

LOSH, A. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press, 1944/1954.

MENDONÇA, A. R. R.; DEOS, S. **O papel dos bancos públicos e a experiência brasileira recente**. In: Fernando Ferrari Filho; Luiz Fernando de Paula. (Org.). *A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas*. 1ª ed., v. 1, p. 17-20. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>> Acesso em 03/03/2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Plano Plurianuais (PPA)**. Disponível em:
 <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-e-o-ppa>> Acesso em 15/04/2017.

MINSKY, H. **Estabilizando Uma Economia Instável**. São Paulo. Novo Século. 2013.

MUNHOZ, V. C. V.; LINHARES, L. **O Papel da Moeda em Marx e Keynes**. Leituras de Economia Política (UNICAMP), v. 11, p. 81-107, 2009.

NOGUEIRA, M.O. **Uma análise contextual das políticas públicas voltadas para as empresas de pequeno porte no Brasil**. Brasília: Ipea, 2016a. (Texto para Discussão, n. 2233).

_____. **O panorama das políticas públicas federais brasileiras voltadas para as empresas de pequeno porte.** Brasília: Ipea, 2016b. (Texto para Discussão, n. 2217).

NOGUEIRA, M.; FIGUEIREDO, A. T. L.; CROCCO, M. **Gestão de ativo bancário diferenciada no território: Um estudo para os estados brasileiros.** Cedeplar/UFMG, 2008.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico; CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. **Perspectivas económicas de América Latina 2013:** políticas de pymes para el cambio estructural. Chile: Naciones Unidas, 2012.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo:** proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Rio de Janeiro: Finep, 2004.

OHLIN, B. **Teorias Alternativas da Taxa de Juros: Réplica.** In. Clássicos da Literatura Econômica. Brasília: IPEA. 1987.

OLIVEIRA, G. C. **O mercado de capitais brasileiro no período recente: evolução e singularidades.** In: MARCOLINO, L. C., CARNEIRO, R. M. (Orgs). Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do plano Real a crise financeira. São Paulo: Publisher Brasil e Editora Gráfica Atitude, 2010, pp. 91- 130.

ROBINSON, J. **The Accumulation of Capital.** London. Macmillan, 1956.

RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. **Credit Availability and Regional development.** Papers in Regional Science, 1998.

SAY, J-B. **Tratado de economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil do Empreendedor,** 2016. Disponível em http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD> Acesso em 17/01/2017.

_____. **Cadastro Sebrae de Empresas – CSE.** Brasília: Sebrae, 2014.

SICSÚ, J.; CROCCO, M. **Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro.** Revista Economia, Niterói, vol. 4, n.1, p. 85-112, 2003.

SILVA, F. S. **Distribuição de Crédito para Agricultura Familiar:** Um Estudo do PRONAF a partir de um Indicador de Desenvolvimento Rural. Dissertação de Mestrado junto ao IE/UFU, 2006.

SILVA, N. B. **Uma Análise Sobre a Dinâmica dos Bancos Públicos no Brasil no Período Recente (1995-2010) – Lógica de Atuação e Distribuição Regional dos Recursos para o Caso do Banco do Nordeste.** Dissertação de mestrado junto ao IE-UFU, 2012.

SQUEFF, G. C.; NOGUEIRA, M. O. **Produtividade do trabalho e qualidade das ocupações**: um breve olhar sobre a última década. Brasília: Cepal/Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 51).

TESOURO NACIONAL, **Dívida Pública Federal – *Dealers***. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/dealers>> Acesso em 16/02/2016.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

ANEXO 1

Tabela 1: Volume de operações de crédito dos bancos públicos e privados – Brasil

<i>BANCOS PRIVADOS</i>			<i>BANCOS PÚBLICOS</i>	
<i>Data base</i>	Valores das Operações de Crédito	Var. %*	Valores das Operações de Crédito	Var. %*
<i>dez_2000</i>	183.241.669.428	-	164.723.676.447,00	-
<i>dez_2001</i>	235.010.310.939	28,3%	120.517.904.976,00	-26,8%
<i>dez_2002</i>	248.667.715.979	5,8%	133.286.528.686,00	10,6%
<i>dez_2003</i>	253.133.439.090	1,8%	147.879.190.608,00	10,9%
<i>dez_2004</i>	286.272.453.380	13,1%	168.428.505.432,00	13,9%
<i>dez_2005</i>	348.954.769.087	21,9%	197.133.389.729,00	17,0%
<i>dez_2006</i>	454.575.437.128	30,3%	218.709.720.340,00	10,9%
<i>dez_2007</i>	634.054.850.269	39,5%	264.464.271.840,00	20,9%
<i>dez_2008</i>	781.619.521.319	23,3%	392.038.531.574,00	48,2%
<i>dez_2009</i>	687.420.500.113	-12,1%	484.671.108.164,00	23,6%
<i>dez_2010</i>	855.761.801.147	24,5%	614.117.915.077,00	26,7%
<i>dez_2011</i>	1.001.527.168.629	17,0%	755.916.703.059,00	23,1%
<i>dez_2012</i>	1.110.012.852.709	10,8%	972.485.986.936,00	28,6%
<i>dez_2013</i>	1.256.002.014.159	13,2%	1.233.505.881.703,00	26,8%
<i>dez_2014</i>	1.405.727.267.043	11,9%	1.413.595.335.822,00	14,6%

* Variação ano a ano.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Tabela 2: Intervalos interquartílicos do Crédito SFN, Crédito/PIB e IDHs – 2000-2003

	<i>CRÉDITO</i>	<i>CRÉD/PIB</i>	<i>IDH</i>
<i>Mínimo</i>	R\$ -	0,0000	0,0000
<i>MUITO BAIXO</i>	R\$ -	0,0000	0,4360
<i>BAIXO</i>	R\$ 1.437.301	0,0100	0,5330
<i>MÉDIO</i>	R\$ 33.611.643	0,0908	0,6090
<i>ALTO</i>	R\$ 593.215.442.431	2,0779	0,8200

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Tabela 3: Intervalos interquartílicos do Crédito SFN, Crédito/PIB e IDHs – 2004-2007

	<i>CRÉDITO</i>	<i>CRÉD/PIB</i>	<i>IDH</i>
<i>Mínimo</i>	R\$ -	0,0000	0,0000
<i>MUITO BAIXO</i>	R\$ -	0,0000	0,5990
<i>BAIXO</i>	R\$ 8.025.307	0,0295	0,6650
<i>MÉDIO</i>	R\$ 74.040.200	0,1199	0,7180
<i>ALTO</i>	R\$ 956.961.644.719	3,0083	0,8620

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Tabela 4: Intervalos interquartílicos do Crédito SFN, Crédito/PIB e IDHs – 2008-2011

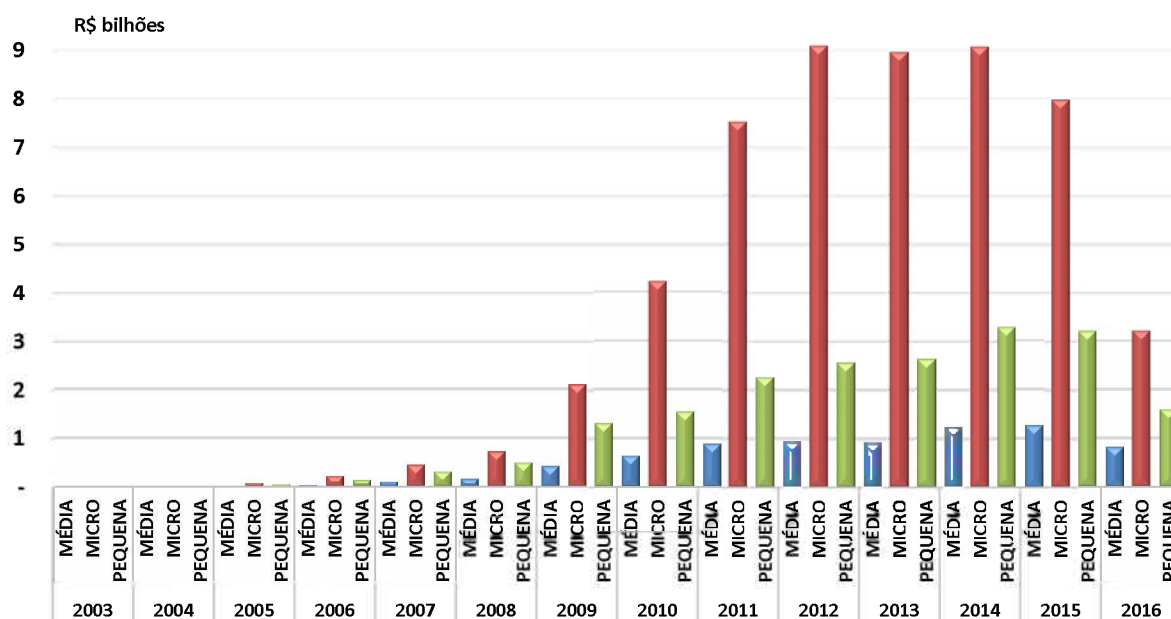
		<i>CRÉDITO</i>	<i>CRÉD/PIB</i>	<i>IDH</i>
<i>Mínimo</i>	R\$	-	0,0000	0,0000
<i>MUITO BAIXO</i>	R\$	-	0,0000	0,5990
<i>BAIXO</i>	R\$	23.225.144	0,0510	0,6650
<i>MÉDIO</i>	R\$	149.629.165	0,1698	0,7180
<i>ALTO</i>	R\$	2.034.517.928.556	3,6199	0,8620

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Tabela 5: Intervalos interquartílicos do Crédito SFN, Crédito/PIB e IDHs (2012-2014)

		<i>CRÉDITO</i>	<i>CRÉD/PIB</i>	<i>IDH</i>
<i>Mínimo</i>	R\$	-	0,0000	0,0000
<i>MUITO BAIXO</i>	R\$	-	0,0000	0,5990
<i>BAIXO</i>	R\$	38.166.516	0,0789	0,6650
<i>MÉDIO</i>	R\$	225.777.382	0,2500	0,7180
<i>ALTO</i>	R\$	2.701.228.309.651	4,2726	0,8620

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Banco Central do Brasil - ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.

Gráfico 1: Evolução dos desembolsos a valores de 2016 do Cartão BNDES por porte de empresa (2003-2016)

Fonte: Elaborado a partir dos dados do BNDES - Estatísticas por produto, porte de empresa e forma de apoio.

ANEXO 2

Análise de correspondências múltiplas do indicador Crédito do BNDES destinados às MEIs e MPMEs dividido pelo PIB por município e seu respectivo IDH, bem como do indicador referente ao SFN, também construído nos mesmos moldes do indicador do Crédito do BNDES. Vale lembrar que para o quadriênio 2000-2003 foi utilizado o IDH referente ao ano de 2000. Para os demais recortes temporais foram usados o IDH referente ao ano de 2010.

Indicador Crédito TOTAL SFN/PIB vs IDH – Brasil

i. SFN-Brasil – 2000-2003

Correspondence analysis	Number of obs	=	5570
	Pearson chi2(9)	=	1488.80
	Prob > chi2	=	0.0000
	Total inertia	=	0.2673
4 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	100.00

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.5078247	.2578859	1436.42	96.48	96.48
dim 2	.0969692	.009403	52.37	3.52	100.00
dim 3	.0006693	4.48e-07	0.00	0.00	100.00
total		.2672894	1488.80	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.087	1.000	0.028	0.020	0.002	0.000	0.947	0.998	0.801
Medio	0.250	1.000	0.069	0.378	0.990	0.070	0.085	0.010	0.019
Alto	0.250	1.000	0.409	0.923	0.990	0.420	-0.214	0.010	0.118
SemCrédito	0.413	1.000	0.494	-0.792	0.996	0.510	-0.121	0.004	0.062
IDH2000									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.422	-0.932	0.983	0.430	-0.280	0.017	0.204
Baixo	0.251	1.000	0.055	-0.329	0.936	0.053	0.197	0.064	0.100
Medio	0.248	1.000	0.055	0.290	0.724	0.041	0.409	0.276	0.429
Alto	0.249	1.000	0.468	0.984	0.980	0.475	-0.322	0.020	0.267

ii. SFN-Brasil – 2004-2007

```

Correspondence analysis
4 active rows
4 active columns
Number of obs      =      5570
Pearson chi2(9)    =    1165.85
Prob > chi2        =      0.0000
Total inertia      =      0.2093
Number of dim.     =        2
Expl. inertia (%)  =    100.00

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4501759	.2026583	1128.81	96.82	96.82
dim 2	.0815398	.0066487	37.03	3.18	100.00
dim 3	.0013835	1.91e-06	0.01	0.00	100.00
total		.209309	1165.85	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.127	1.000	0.031	0.131	0.151	0.005	0.729	0.849	0.826
Medio	0.250	1.000	0.036	0.243	0.873	0.033	-0.218	0.127	0.146
Alto	0.250	1.000	0.420	0.883	0.999	0.433	-0.069	0.001	0.015
SemCrédito	0.373	1.000	0.513	-0.799	0.999	0.529	-0.055	0.001	0.014
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.429	-0.885	0.991	0.439	-0.196	0.009	0.119
Baixo	0.250	1.000	0.062	-0.336	0.982	0.063	0.106	0.018	0.035
Medio	0.254	1.000	0.085	0.355	0.807	0.071	0.408	0.193	0.519
Alto	0.244	1.000	0.425	0.888	0.976	0.428	-0.330	0.024	0.327

iii. SFN-Brasil – 2008-2011

```

Correspondence analysis
4 active rows
4 active columns
Number of obs      =      5570
Pearson chi2(9)    =    1076.50
Prob > chi2        =      0.0000
Total inertia      =      0.1933
Number of dim.     =        2
Expl. inertia (%)  =    100.00

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4365315	.1905598	1061.42	98.60	98.60
dim 2	.051976	.0027015	15.05	1.40	100.00
dim 3	.0024294	5.90e-06	0.03	0.00	100.00
total		.1932672	1076.50	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.134	1.000	0.011	0.013	0.005	0.000	0.563	0.995	0.815
Medio	0.250	0.999	0.025	0.202	0.914	0.023	-0.179	0.085	0.154
Alto	0.250	1.000	0.474	0.916	1.000	0.481	-0.037	0.000	0.006
SemCrédito	0.366	1.000	0.489	-0.769	0.999	0.496	-0.058	0.001	0.024
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.432	-0.870	0.998	0.437	-0.122	0.002	0.072
Baixo	0.250	1.000	0.059	-0.324	0.999	0.060	0.012	0.000	0.001
Medio	0.254	1.000	0.071	0.328	0.877	0.063	0.356	0.123	0.619
Alto	0.244	1.000	0.438	0.887	0.990	0.440	-0.256	0.010	0.308

iv. SFN-Brasil – 2012-2014

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(9) = 979.21
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1758
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.97

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4173861	.1742111	970.36	99.10	99.10
dim 2	.0392075	.0015372	8.56	0.87	99.97
dim 3	.0072129	.000052	0.29	0.03	100.00
total		.1758004	979.21	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.159	0.988	0.006	0.022	0.032	0.000	0.387	0.956	0.607
Medio	0.250	0.995	0.021	-0.173	0.836	0.018	-0.245	0.159	0.384
Alto	0.250	1.000	0.483	-0.902	1.000	0.488	0.028	0.000	0.005
SemCrédito	0.341	1.000	0.490	0.777	1.000	0.494	-0.021	0.000	0.004
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.437	0.854	0.999	0.441	-0.092	0.001	0.054
Baixo	0.250	0.996	0.058	0.312	0.996	0.058	-0.012	0.000	0.001
Medio	0.254	1.000	0.069	-0.324	0.918	0.064	0.315	0.082	0.642
Alto	0.244	1.000	0.436	-0.864	0.994	0.437	-0.220	0.006	0.303

Indicador Crédito BNDES MPMEs/PIB vs IDH – Brasil

i. MPMEs-Brasil (2000-2003)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(12) = 1597.82
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.2869
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.74

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.5258852	.2765552	1540.41	96.41	96.41
dim 2	.0977676	.0095585	53.24	3.33	99.74
dim 3	.0273376	.0007473	4.16	0.26	100.00
total		.2868611	1597.82	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.123	0.996	0.132	0.744	0.947	0.130	0.395	0.050	0.197
Baixo	0.250	1.000	0.016	0.131	0.507	0.008	0.301	0.493	0.231
Medio	0.250	0.984	0.090	-0.439	0.982	0.091	0.054	0.003	0.007
Alto	0.250	0.998	0.285	-0.778	0.974	0.288	-0.281	0.024	0.202
SemCrédito	0.127	1.000	0.478	1.416	0.975	0.483	-0.529	0.025	0.362
IDH2000									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.519	1.053	0.987	0.531	-0.285	0.013	0.209
Baixo	0.251	1.000	0.059	0.280	0.607	0.037	0.523	0.392	0.700
Medio	0.248	0.993	0.186	-0.633	0.979	0.189	-0.179	0.015	0.082
Alto	0.249	0.994	0.235	-0.716	0.993	0.243	-0.059	0.001	0.009

ii. MPMEs-Brasil (2004-2007)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(12) = 2263.78
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.4064
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.86

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.6231235	.3882829	2162.74	95.54	95.54
dim 2	.1325474	.0175688	97.86	4.32	99.86
dim 3	.0239194	.0005721	3.19	0.14	100.00
total		.4064239	2263.78	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.088	0.992	0.090	0.765	0.883	0.083	0.584	0.109	0.226
Baixo	0.250	0.993	0.013	0.077	0.173	0.002	0.364	0.820	0.250
Medio	0.250	0.997	0.103	-0.516	0.990	0.107	0.093	0.007	0.016
Alto	0.250	0.999	0.247	-0.783	0.953	0.246	-0.371	0.046	0.260
SemCrédito	0.162	1.000	0.548	1.470	0.980	0.562	-0.450	0.020	0.247
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.565	1.201	0.987	0.583	-0.294	0.013	0.164
Baixo	0.250	1.000	0.047	0.199	0.324	0.016	0.624	0.676	0.734
Medio	0.254	0.996	0.186	-0.686	0.984	0.192	-0.167	0.012	0.053
Alto	0.244	0.997	0.202	-0.730	0.986	0.209	-0.162	0.010	0.048

iii. MPMEs-Brasil (2008-2011)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(12) = 2170.62
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.3897
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.54

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.6061718	.3674442	2046.66	94.29	94.29
dim 2	.143011	.0204521	113.92	5.25	99.54
dim 3	.042451	.0018021	10.04	0.46	100.00
total		.3896984	2170.62	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.212	1.000	0.398	1.098	0.998	0.421	0.099	0.002	0.015
Baixo	0.250	0.983	0.034	0.170	0.327	0.012	-0.494	0.656	0.427
Medio	0.250	0.975	0.110	-0.520	0.960	0.112	-0.132	0.015	0.030
Alto	0.250	0.997	0.284	-0.831	0.947	0.285	0.391	0.050	0.268
SemCrédito	0.038	0.998	0.175	1.644	0.920	0.171	0.987	0.078	0.261
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.568	1.195	0.986	0.593	0.295	0.014	0.153
Baixo	0.250	0.999	0.050	0.175	0.238	0.013	-0.646	0.761	0.728
Medio	0.254	0.987	0.188	-0.683	0.981	0.196	0.114	0.006	0.023
Alto	0.244	0.989	0.194	-0.702	0.963	0.198	0.237	0.026	0.096

iv. MPMEs-Brasil (2012-2014)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(12) = 1742.12
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.3128
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.90

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.5463478	.2984959	1662.62	95.44	95.44
dim 2	.1181969	.0139705	77.82	4.47	99.90
dim 3	.0173613	.0003014	1.68	0.10	100.00
total		.3127678	1742.12	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.230	1.000	0.452	1.058	0.995	0.472	0.158	0.005	0.049
Baixo	0.250	0.997	0.035	0.157	0.308	0.011	-0.506	0.690	0.542
Medio	0.250	0.994	0.102	-0.480	0.992	0.106	-0.041	0.002	0.004
Alto	0.250	0.999	0.287	-0.796	0.966	0.290	0.315	0.033	0.210
SemCrédito	0.020	1.000	0.124	1.815	0.929	0.121	1.074	0.070	0.196
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.595	1.157	0.990	0.618	0.247	0.010	0.130
Baixo	0.250	1.000	0.038	0.112	0.143	0.006	-0.591	0.857	0.737
Medio	0.254	0.998	0.205	-0.671	0.976	0.209	0.218	0.022	0.102
Alto	0.244	0.997	0.161	-0.611	0.988	0.167	0.122	0.009	0.031

Indicador Crédito BNDES Microempreendedor individual e Empresários Individuais/PIB vs IDH – Brasil

i. MEI, EI-Brasil (2000-2003)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(12) = 1210.53
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.2173
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 97.82

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4487992	.2014208	1121.91	92.68	92.68
dim 2	.1057224	.0111772	62.26	5.14	97.82
dim 3	.0687908	.0047322	26.36	2.18	100.00
total		.2173302	1210.53	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.084	0.728	0.040	0.226	0.219	0.010	0.710	0.508	0.399
Baixo	0.250	0.847	0.059	-0.265	0.619	0.039	0.332	0.228	0.260
Medio	0.250	0.999	0.022	0.201	0.945	0.022	-0.099	0.054	0.023
Alto	0.250	1.000	0.346	0.809	0.977	0.365	-0.257	0.023	0.157
SemCrédito	0.166	0.997	0.533	-1.233	0.981	0.564	-0.320	0.016	0.161
IDH2000									
MuitoBaixo	0.252	0.993	0.494	-0.967	0.986	0.525	-0.162	0.007	0.062
Baixo	0.251	0.785	0.057	-0.267	0.651	0.040	0.250	0.134	0.148
Medio	0.248	0.998	0.255	0.669	0.901	0.248	-0.452	0.097	0.480
Alto	0.249	0.972	0.195	0.580	0.890	0.187	0.363	0.082	0.310

ii. MEI, EI-Brasil (2004-2007)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(9) = 1853.23
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.3327
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.81

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.5628034	.3167476	1764.28	95.20	95.20
dim 2	.1238104	.015329	85.38	4.61	99.81
dim 3	.0252997	.0006401	3.57	0.19	100.00
total		.3327167	1853.23	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.250	0.991	0.029	0.010	0.001	0.000	0.552	0.990	0.615
Medio	0.250	0.982	0.070	0.404	0.979	0.072	0.045	0.003	0.004
Alto	0.250	0.999	0.280	0.794	0.953	0.280	-0.371	0.046	0.279
SemCrédito	0.250	1.000	0.621	-1.206	0.992	0.647	-0.225	0.008	0.102
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.549	-1.131	0.995	0.573	-0.162	0.004	0.053
Baixo	0.250	0.957	0.026	-0.206	0.692	0.019	0.272	0.265	0.149
Medio	0.254	1.000	0.256	0.737	0.912	0.245	-0.488	0.088	0.488
Alto	0.244	0.997	0.170	0.612	0.913	0.163	0.396	0.084	0.309

iii. MEI, EI-Brasil (2008-2011)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(12) = 1802.40
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.3236
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 98.84

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.552015	.3047206	1697.29	94.17	94.17
dim 2	.122922	.0151098	84.16	4.67	98.84
dim 3	.061314	.0037594	20.94	1.16	100.00
total		.3235898	1802.40	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.082	0.914	0.036	0.192	0.143	0.005	0.944	0.771	0.594
Baixo	0.250	0.959	0.044	-0.298	0.863	0.040	0.210	0.096	0.090
Medio	0.250	0.928	0.051	0.333	0.928	0.050	-0.010	0.000	0.000
Alto	0.250	0.993	0.310	0.836	0.963	0.317	-0.315	0.030	0.202
SemCrédito	0.168	0.998	0.560	-1.389	0.989	0.588	-0.289	0.010	0.114
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	0.997	0.558	-1.136	0.995	0.589	-0.111	0.002	0.025
Baixo	0.250	0.652	0.023	-0.170	0.540	0.013	0.164	0.112	0.055
Medio	0.254	1.000	0.253	0.728	0.907	0.244	-0.493	0.093	0.501
Alto	0.244	0.987	0.166	0.589	0.870	0.154	0.459	0.117	0.419

iv. MEI, EI-Brasil (2012-2014)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(12) = 1778.58
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.3193
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.64

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.5476181	.2998856	1670.36	93.92	93.92
dim 2	.1351853	.0182751	101.79	5.72	99.64
dim 3	.0339523	.0011528	6.42	0.36	100.00
total		.3193134	1778.58	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.053	0.977	0.060	0.579	0.509	0.032	1.118	0.468	0.489
Baixo	0.250	0.955	0.034	-0.245	0.761	0.027	0.249	0.194	0.114
Medio	0.250	0.999	0.059	0.367	0.983	0.061	0.093	0.016	0.016
Alto	0.250	1.000	0.277	0.776	0.934	0.275	-0.415	0.066	0.318
SemCrédito	0.197	0.999	0.571	-1.295	0.993	0.604	-0.207	0.006	0.063
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	0.999	0.535	-1.111	0.998	0.568	-0.062	0.001	0.007
Baixo	0.250	0.882	0.022	-0.213	0.871	0.021	0.048	0.011	0.004
Medio	0.254	1.000	0.262	0.734	0.897	0.250	-0.501	0.103	0.471
Alto	0.244	0.998	0.181	0.601	0.835	0.161	0.535	0.164	0.518

Indicador Crédito BNDES Microempresa/PIB vs IDH – Brasil

i. ME-Brasil (2000-2003)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(6) = 1091.42
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1959
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 100.00

3 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4421322	.1954808	1088.83	99.76	99.76
dim 2	.021574	.0004654	2.59	0.24	100.00
total		.1959463	1091.42	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.226	1.000	0.217	0.651	0.994	0.217	0.231	0.006	0.557
Alto	0.250	1.000	0.308	0.738	0.997	0.308	-0.195	0.003	0.442
SemCrédito	0.524	1.000	0.474	-0.633	1.000	0.475	-0.006	0.000	0.001
IDH2000									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.412	-0.851	1.000	0.413	0.006	0.000	0.000
Baixo	0.251	1.000	0.056	-0.313	0.992	0.056	0.128	0.008	0.189
Medio	0.248	1.000	0.032	0.234	0.950	0.031	-0.242	0.050	0.677
Alto	0.249	1.000	0.500	0.943	0.999	0.501	0.108	0.001	0.134

ii. ME-Brasil (2004-2007)

```

Correspondence analysis          Number of obs   =    5570
                                Pearson chi2(9)    =   1387.16
                                Prob > chi2        =    0.0000
                                Total inertia      =    0.2490
4 active rows                   Number of dim.     =     2
4 active columns                Expl. inertia (%) =   99.99

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4934974	.2435397	1356.52	97.79	97.79
dim 2	.074025	.0054797	30.52	2.20	99.99
dim 3	.0047437	.0000225	0.13	0.01	100.00
total		.2490419	1387.16	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.081	0.998	0.015	0.138	0.199	0.003	0.713	0.799	0.558
Medio	0.250	1.000	0.137	0.520	0.981	0.137	0.187	0.019	0.119
Alto	0.250	1.000	0.310	0.783	0.979	0.311	-0.294	0.021	0.292
SemCrédito	0.419	1.000	0.538	-0.805	0.999	0.549	-0.075	0.001	0.032
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.468	-0.963	0.991	0.474	-0.241	0.009	0.199
Baixo	0.250	0.999	0.049	-0.300	0.905	0.045	0.250	0.094	0.210
Medio	0.254	1.000	0.078	0.378	0.920	0.074	0.288	0.080	0.284
Alto	0.244	1.000	0.405	0.907	0.983	0.407	-0.305	0.017	0.307

iii. ME-Brasil (2008-2011)

```

Correspondence analysis          Number of obs   =    5570
                                Pearson chi2(12)   =   1023.14
                                Prob > chi2        =    0.0000
                                Total inertia      =    0.1837
5 active rows                   Number of dim.     =     2
4 active columns                Expl. inertia (%) =   99.82

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4179719	.1747005	973.08	95.11	95.11
dim 2	.0930264	.0086539	48.20	4.71	99.82
dim 3	.0182741	.0003339	1.86	0.18	100.00
total		.1836883	1023.14	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.182	1.000	0.205	0.701	0.989	0.213	0.154	0.011	0.046
Baixo	0.250	0.933	0.015	0.128	0.632	0.010	0.187	0.301	0.094
Medio	0.250	0.988	0.061	-0.304	0.862	0.055	0.247	0.126	0.163
Alto	0.250	1.000	0.338	-0.752	0.953	0.338	-0.353	0.047	0.336
SemCrédito	0.069	1.000	0.381	1.528	0.955	0.383	-0.699	0.045	0.360
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.545	0.968	0.985	0.565	-0.254	0.015	0.175
Baixo	0.250	0.990	0.039	0.157	0.363	0.015	0.438	0.627	0.515
Medio	0.254	0.988	0.095	-0.399	0.966	0.097	0.128	0.022	0.045
Alto	0.244	0.999	0.321	-0.744	0.960	0.324	-0.318	0.039	0.266

iv. ME-Brasil (2012-2014)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570

Pearson chi2(12) = 663.41

Prob > chi2 = 0.0000

Total inertia = 0.1191

5 active rows

Number of dim. = 2

4 active columns

Expl. inertia (%) = 99.95

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3403277	.1158229	645.13	97.24	97.24
dim 2	.056734	.0032187	17.93	2.70	99.95
dim 3	.0079557	.0000633	0.35	0.05	100.00
total		.119105	663.41	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.216	1.000	0.260	0.649	0.999	0.267	0.054	0.001	0.011
Baixo	0.250	0.989	0.013	0.134	0.989	0.013	-0.004	0.000	0.000
Medio	0.250	0.997	0.050	-0.231	0.763	0.039	0.314	0.234	0.435
Alto	0.250	1.000	0.364	-0.706	0.976	0.366	-0.272	0.024	0.326
SemCrédito	0.034	0.999	0.312	1.762	0.980	0.315	-0.613	0.020	0.229
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.596	0.907	0.995	0.610	-0.164	0.005	0.119
Baixo	0.250	0.989	0.016	0.078	0.273	0.005	0.311	0.717	0.425
Medio	0.254	0.997	0.106	-0.378	0.975	0.107	0.139	0.022	0.086
Alto	0.244	1.000	0.281	-0.623	0.964	0.279	-0.293	0.036	0.370

Indicador Crédito BNDES Pequena empresa/PIB e IDH

i. Pequena empresa-Brasil (2000-2003)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(6) = 1182.91
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.2124
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 100.00

3 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4603207	.2118952	1180.26	99.78	99.78
dim 2	.0218108	.0004757	2.65	0.22	100.00
total		.2123709	1182.91	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.129	1.000	0.195	0.834	0.992	0.194	0.339	0.008	0.677
Alto	0.250	1.000	0.427	0.887	0.998	0.427	-0.168	0.002	0.323
SemCrédito	0.621	1.000	0.378	-0.530	1.000	0.379	-0.003	0.000	0.000
IDH2000									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.359	-0.810	0.998	0.359	-0.174	0.002	0.348
Baixo	0.251	1.000	0.080	-0.380	0.983	0.079	0.232	0.017	0.621
Medio	0.248	1.000	0.023	0.205	1.000	0.023	-0.006	0.000	0.000
Alto	0.249	1.000	0.538	0.999	1.000	0.539	-0.052	0.000	0.031

ii. Pequena empresa-Brasil (2004-2007)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(6) = 1219.32
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.2189
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 100.00

3 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4658611	.2170266	1208.84	99.14	99.14
dim 2	.0433888	.0018826	10.49	0.86	100.00
total		.2189092	1219.32	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.191	1.000	0.166	0.628	0.967	0.162	0.383	0.033	0.647
Alto	0.250	1.000	0.402	0.866	0.993	0.402	-0.246	0.007	0.347
SemCrédito	0.559	1.000	0.432	-0.603	1.000	0.436	-0.021	0.000	0.006
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.414	-0.876	0.994	0.415	-0.223	0.006	0.289
Baixo	0.250	1.000	0.064	-0.341	0.965	0.062	0.213	0.035	0.262
Medio	0.254	1.000	0.046	0.287	0.957	0.045	0.200	0.043	0.234
Alto	0.244	1.000	0.475	0.954	0.996	0.478	-0.196	0.004	0.216

iii. Pequena empresa-Brasil (2008-2011)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
 Pearson chi2(9) = 1316.16
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.2363
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.94

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4772816	.2277977	1268.83	96.40	96.40
dim 2	.0914113	.008356	46.54	3.54	99.94
dim 3	.0118342	.00014	0.78	0.06	100.00
total		.2362938	1316.16	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.178	0.989	0.020	0.108	0.212	0.004	0.474	0.777	0.438
Medio	0.250	0.997	0.088	-0.404	0.938	0.086	0.230	0.058	0.145
Alto	0.250	1.000	0.360	-0.832	0.971	0.363	-0.328	0.029	0.294
SemCrédito	0.322	1.000	0.532	0.901	0.992	0.547	-0.187	0.008	0.123
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.487	0.972	0.989	0.499	-0.238	0.011	0.156
Baixo	0.250	0.992	0.042	0.265	0.849	0.037	0.249	0.143	0.169
Medio	0.254	0.998	0.093	-0.398	0.875	0.084	0.341	0.123	0.323
Alto	0.244	1.000	0.379	-0.861	0.967	0.380	-0.363	0.033	0.352

iv. Pequena empresa-Brasil (2012-2014)

```

Correspondence analysis      Number of obs      =      5570
                             Pearson chi2(9)      =    1059.02
                             Prob > chi2          =     0.0000
                             Total inertia        =     0.1901
4 active rows                Number of dim.       =         2
4 active columns             Expl. inertia (%) =    99.95

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4319307	.1865641	1039.16	98.13	98.13
dim 2	.0588364	.0034617	19.28	1.82	99.95
dim 3	.0101567	.0001032	0.57	0.05	100.00
total		.190129	1059.02	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.223	0.991	0.023	0.176	0.688	0.016	0.317	0.303	0.381
Medio	0.250	0.997	0.082	-0.373	0.962	0.081	0.191	0.034	0.155
Alto	0.250	1.000	0.366	-0.797	0.985	0.368	-0.265	0.015	0.299
SemCrédito	0.277	1.000	0.529	0.914	0.994	0.536	-0.188	0.006	0.166
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.515	0.946	0.993	0.522	-0.210	0.007	0.190
Baixo	0.250	0.994	0.034	0.221	0.812	0.028	0.283	0.182	0.340
Medio	0.254	0.997	0.089	-0.385	0.964	0.087	0.193	0.033	0.161
Alto	0.244	1.000	0.362	-0.801	0.984	0.363	-0.273	0.016	0.309

Indicador Crédito BNDES Média empresa/PIB vs IDH – Brasil

i. Média empresa-Brasil (2000-2003)

```

Correspondence analysis      Number of obs      =      5570
                             Pearson chi2(3)      =    1051.23
                             Prob > chi2          =     0.0000
                             Total inertia        =     0.1887
2 active rows                Number of dim.       =         1
4 active columns             Expl. inertia (%) =   100.00

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4344307	.1887301	1051.23	100.00	100.00
total		.1887301	1051.23	100	

Categories	overall			dimension_1		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB						
Alto	0.219	1.000	0.781	1.243	1.000	0.781
SemCrédito	0.781	1.000	0.219	-0.349	1.000	0.219
IDH2000						
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.259	-0.668	1.000	0.259
Baixo	0.251	1.000	0.097	-0.411	1.000	0.097
Medio	0.248	1.000	0.001	0.031	1.000	0.001
Alto	0.249	1.000	0.643	1.059	1.000	0.643

ii. Média empresa-Brasil (2004-2007)

Correspondence analysis

Number of obs = 5570
Pearson chi2(3) = 314.31
Prob > chi2 = 0.0000
Total inertia = 0.0564
Number of dim. = 1
Expl. inertia (%) = 100.00

2 active rows
4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2375498	.0564299	314.31	100.00	100.00
total		.0564299	314.31	100	

Categories	overall			dimension_1		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB						
Alto	0.063	1.000	0.937	1.879	1.000	0.937
SemCrédito	0.937	1.000	0.063	-0.126	1.000	0.063
IDH2010						
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.294	-0.526	1.000	0.294
Baixo	0.250	1.000	0.172	-0.405	1.000	0.172
Medio	0.254	1.000	0.087	0.286	1.000	0.087
Alto	0.244	1.000	0.447	0.659	1.000	0.447

iii. Média empresa-Brasil – 2008-2011

Correspondence analysis

Number of obs	=	5570
Pearson chi2(3)	=	553.59
Prob > chi2	=	0.0000
Total inertia	=	0.0994
Number of dim.	=	1
Expl. inertia (%)	=	100.00

2 active rows
4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.315257	.099387	553.59	100.00	100.00
total		.099387	553.59	100	

Categories	overall			dimension_1		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB						
Alto	0.112	1.000	0.888	1.581	1.000	0.888
SemCrédito	0.888	1.000	0.112	-0.199	1.000	0.112
IDH2010						
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.312	-0.625	1.000	0.312
Baixo	0.250	1.000	0.146	-0.430	1.000	0.146
Medio	0.254	1.000	0.068	0.290	1.000	0.068
Alto	0.244	1.000	0.474	0.782	1.000	0.474

iv. Média empresa-Brasil – 2012-2014

Correspondence analysis

Number of obs	=	5570
Pearson chi2(6)	=	1275.24
Prob > chi2	=	0.0000
Total inertia	=	0.2289
Number of dim.	=	2
Expl. inertia (%)	=	100.00

3 active rows
4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4712032	.2220325	1236.72	96.98	96.98
dim 2	.0831595	.0069155	38.52	3.02	100.00
total		.228948	1275.24	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.191	1.000	0.127	0.519	0.834	0.109	0.552	0.166	0.700
Alto	0.250	1.000	0.462	0.939	0.982	0.467	-0.306	0.018	0.282
SemCrédito	0.559	1.000	0.411	-0.598	0.999	0.423	-0.052	0.001	0.018
IDH2010									
MuitoBaixo	0.252	1.000	0.435	-0.911	0.988	0.444	-0.241	0.012	0.176
Baixo	0.250	1.000	0.059	-0.330	0.946	0.058	0.188	0.054	0.106
Medio	0.254	1.000	0.076	0.350	0.838	0.066	0.366	0.162	0.409
Alto	0.244	1.000	0.429	0.914	0.978	0.433	-0.324	0.022	0.308

Indicador Crédito TOTAL SFN/PIB vs IDH – Nordeste e Sudeste

i. SFN-Nordeste e Sudeste (2000-2003)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(9) = 299.90
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1672
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.96

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4068379	.165517	296.94	99.01	99.01
dim 2	.0397477	.0015799	2.83	0.95	99.96
dim 3	.0085913	.0000738	0.13	0.04	100.00
total		.1671707	299.90	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.054	0.829	0.002	0.099	0.556	0.001	0.221	0.273	0.066
Medio	0.212	0.999	0.070	-0.352	0.915	0.064	0.342	0.084	0.622
Alto	0.142	1.000	0.643	-1.362	0.997	0.648	-0.240	0.003	0.206
SemCrédito	0.593	1.000	0.285	0.443	0.996	0.286	-0.084	0.004	0.106
IDH2000									
MuitoBaixo	0.624	1.000	0.296	0.441	0.998	0.298	-0.062	0.002	0.061
Baixo	0.332	1.000	0.255	-0.558	0.988	0.254	0.200	0.012	0.333
Medio	0.035	1.000	0.345	-1.991	0.984	0.342	-0.823	0.016	0.599
Alto	0.009	0.996	0.105	-2.192	0.996	0.105	0.173	0.001	0.007

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(9) = 549.32
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.3293
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 98.48

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.5547595	.3077581	513.34	93.45	93.45
dim 2	.1286859	.0165601	27.62	5.03	98.48
dim 3	.0707919	.0050115	8.36	1.52	100.00
total		.3293297	549.32	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.128	0.971	0.187	0.874	0.879	0.176	0.587	0.092	0.342
Medio	0.342	0.942	0.094	-0.368	0.828	0.083	0.283	0.114	0.213
Alto	0.300	0.988	0.291	-0.743	0.957	0.298	-0.277	0.031	0.179
SemCrédito	0.230	0.998	0.427	1.034	0.966	0.442	-0.386	0.031	0.266
IDH2000									
MuitoBaixo	0.035	0.985	0.180	1.577	0.809	0.156	-1.529	0.176	0.632
Baixo	0.192	0.983	0.366	1.055	0.982	0.385	0.056	0.001	0.005
Medio	0.329	0.877	0.045	0.212	0.556	0.027	0.334	0.321	0.285
Alto	0.445	0.998	0.409	-0.735	0.989	0.433	-0.151	0.010	0.079

ii. SFN-Nordeste e Sudeste (2004-2007)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(9) = 277.88
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1549
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.91

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3919243	.1536047	275.57	99.17	99.17
dim 2	.0339412	.001152	2.07	0.74	99.91
dim 3	.0116287	.0001352	0.24	0.09	100.00
total		.1548919	277.88	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.096	0.984	0.026	0.305	0.867	0.023	0.382	0.118	0.415
Medio	0.247	0.983	0.026	0.197	0.920	0.024	0.176	0.064	0.226
Alto	0.138	1.000	0.614	1.323	0.997	0.618	-0.239	0.003	0.232
SemCrédito	0.518	1.000	0.333	-0.503	0.997	0.335	-0.091	0.003	0.127
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	1.000	0.292	-0.431	0.999	0.294	-0.047	0.001	0.041
Baixo	0.327	0.999	0.219	0.512	0.993	0.219	0.138	0.006	0.183
Medio	0.042	0.998	0.340	1.792	0.998	0.343	0.038	0.000	0.002
Alto	0.011	1.000	0.149	2.254	0.961	0.145	-1.535	0.039	0.774

Sudeste

```

Correspondence analysis
Number of obs      =      1668
Pearson chi2(9)    =      392.86
Prob > chi2        =      0.0000
Total inertia      =      0.2355
Number of dim.     =          2
Expl. inertia (%)  =      99.89

4 active rows
4 active columns

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4796958	.2301081	383.82	97.70	97.70
dim 2	.0719207	.0051726	8.63	2.20	99.89
dim 3	.0157775	.0002489	0.42	0.11	100.00
total		.2355296	392.86	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.144	0.996	0.045	0.324	0.683	0.032	0.567	0.313	0.643
Medio	0.354	0.995	0.110	-0.389	0.989	0.112	0.077	0.006	0.029
Alto	0.270	0.999	0.230	-0.641	0.980	0.231	-0.225	0.018	0.190
SemCrédito	0.232	1.000	0.615	1.138	0.995	0.626	-0.207	0.005	0.139
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.997	0.228	1.590	0.989	0.231	-0.371	0.008	0.084
Baixo	0.218	0.999	0.381	0.925	0.996	0.388	-0.137	0.003	0.057
Medio	0.335	0.999	0.014	0.003	0.001	0.000	0.373	0.998	0.646
Alto	0.404	1.000	0.377	-0.673	0.988	0.381	-0.195	0.012	0.213

iii. SFN-Nordeste e Sudeste (2008-2011)

Nordeste

```

Correspondence analysis
Number of obs      =      1794
Pearson chi2(9)    =      272.68
Prob > chi2        =      0.0000
Total inertia      =      0.1520
Number of dim.     =          2
Expl. inertia (%)  =      99.84

4 active rows
4 active columns

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.387479	.15014	269.35	98.78	98.78
dim 2	.0401095	.0016088	2.89	1.06	99.84
dim 3	.015723	.0002472	0.44	0.16	100.00
total		.1519959	272.68	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.113	0.962	0.011	0.108	0.320	0.003	0.476	0.643	0.640
Medio	0.256	0.972	0.037	0.234	0.952	0.036	0.105	0.020	0.071
Alto	0.128	1.000	0.633	1.390	0.997	0.639	-0.216	0.002	0.149
SemCrédito	0.503	1.000	0.319	-0.498	0.995	0.321	-0.106	0.005	0.140
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	1.000	0.287	-0.426	0.999	0.290	-0.035	0.001	0.019
Baixo	0.327	0.997	0.211	0.501	0.994	0.212	0.088	0.003	0.063
Medio	0.042	0.997	0.333	1.763	0.994	0.336	0.297	0.003	0.092
Alto	0.011	1.000	0.169	2.377	0.948	0.163	-1.723	0.052	0.826

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(9) = 378.60
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.2270
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.80

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4714132	.2222304	370.68	97.91	97.91
dim 2	.0655496	.0042968	7.17	1.89	99.80
dim 3	.021184	.0004488	0.75	0.20	100.00
total		.2269759	378.60	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.186	0.976	0.013	0.026	0.020	0.000	0.481	0.956	0.657
Medio	0.305	0.992	0.139	-0.468	0.991	0.141	0.035	0.001	0.006
Alto	0.276	0.996	0.156	-0.511	0.962	0.153	-0.260	0.035	0.285
SemCrédito	0.233	1.000	0.692	1.194	0.999	0.706	-0.122	0.001	0.053
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.994	0.241	1.622	0.993	0.244	0.134	0.001	0.012
Baixo	0.218	0.999	0.405	0.942	0.991	0.410	-0.233	0.008	0.180
Medio	0.335	0.993	0.014	-0.061	0.179	0.003	0.347	0.815	0.616
Alto	0.404	1.000	0.340	-0.633	0.989	0.343	-0.177	0.011	0.193

iv. SFN-Nordeste e Sudeste (2012-2014)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(9) = 247.38
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1379
 4 active rows
 4 active columns
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 100.00

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3691899	.1363012	244.52	98.85	98.85
dim 2	.0398688	.0015895	2.85	1.15	100.00
dim 3	.0001905	3.63e-08	0.00	0.00	100.00
total		.1378908	247.38	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.135	1.000	0.001	0.014	0.057	0.000	0.173	0.943	0.102
Medio	0.265	1.000	0.047	0.243	0.886	0.042	0.266	0.114	0.471
Alto	0.127	1.000	0.627	1.354	0.996	0.631	-0.275	0.004	0.241
SemCrédito	0.472	1.000	0.325	-0.505	0.993	0.326	-0.125	0.007	0.186
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	1.000	0.281	-0.411	0.999	0.285	-0.035	0.001	0.019
Baixo	0.327	1.000	0.201	0.478	0.997	0.202	0.083	0.003	0.056
Medio	0.042	1.000	0.336	1.730	0.996	0.339	0.329	0.004	0.114
Alto	0.011	1.000	0.182	2.402	0.948	0.174	-1.704	0.052	0.812

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(9) = 358.05
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.2147
 4 active rows
 4 active columns
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.41

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4580806	.2098378	350.01	97.76	97.76
dim 2	.0596925	.0035632	5.94	1.66	99.41
dim 3	.0354369	.0012558	2.09	0.59	100.00
total		.2146568	358.05	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.216	0.988	0.015	0.077	0.179	0.003	0.455	0.809	0.750
Medio	0.282	0.989	0.184	0.545	0.972	0.183	-0.199	0.017	0.187
Alto	0.274	0.960	0.090	0.383	0.956	0.088	-0.064	0.004	0.019
SemCrédito	0.228	1.000	0.711	-1.209	0.999	0.727	-0.108	0.001	0.044
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.983	0.238	-1.581	0.981	0.239	-0.232	0.003	0.040
Baixo	0.218	0.996	0.409	-0.935	0.993	0.415	-0.124	0.002	0.056
Medio	0.335	0.997	0.014	0.062	0.199	0.003	0.342	0.798	0.656
Alto	0.404	1.000	0.340	0.624	0.988	0.343	-0.192	0.012	0.248

Indicador Crédito BNDES MPMEs/PIB vs IDH – Nordeste e Sudeste

i. MPMEs-Nordeste e Sudeste (2000-2003)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(12) = 81.02
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0452
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 97.08

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.185718	.0344912	61.88	76.38	76.38
dim 2	.0967023	.0093513	16.78	20.71	97.08
dim 3	.0362996	.0013177	2.36	2.92	100.00
total		.0451602	81.02	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.240	0.921	0.100	0.107	0.112	0.015	0.397	0.808	0.392
Baixo	0.304	0.968	0.187	0.379	0.962	0.236	0.044	0.007	0.006
Medio	0.138	0.980	0.190	0.341	0.348	0.087	-0.638	0.632	0.582
Alto	0.059	0.453	0.021	-0.198	0.448	0.012	0.031	0.006	0.001
SemCrédito	0.259	1.000	0.501	-0.683	0.992	0.650	-0.086	0.008	0.020
IDH2000									
MuitoBaixo	0.624	0.999	0.250	-0.305	0.954	0.313	-0.092	0.045	0.055
Baixo	0.332	0.993	0.287	0.401	0.765	0.288	0.303	0.228	0.316
Medio	0.035	0.948	0.280	1.268	0.830	0.304	-0.661	0.117	0.159
Alto	0.009	0.932	0.183	1.412	0.400	0.096	-2.260	0.533	0.471

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(12) = 98.62
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0591
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.99

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2386434	.0569507	94.99	96.32	96.32
dim 2	.0465468	.0021666	3.61	3.66	99.99
dim 3	.002729	7.45e-06	0.01	0.01	100.00
total		.0591247	98.62	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.091	1.000	0.125	0.551	0.896	0.116	0.425	0.104	0.354
Baixo	0.328	0.999	0.047	0.184	0.945	0.046	0.099	0.054	0.069
Medio	0.358	1.000	0.057	-0.171	0.751	0.044	-0.224	0.249	0.385
Alto	0.199	1.000	0.228	-0.531	0.992	0.235	0.108	0.008	0.050
SemCrédito	0.024	1.000	0.543	2.358	0.990	0.559	-0.525	0.010	0.142
IDH2000									
MuitoBaixo	0.035	1.000	0.211	1.203	0.964	0.211	0.523	0.036	0.204
Baixo	0.192	1.000	0.500	0.796	0.983	0.510	-0.237	0.017	0.231
Medio	0.329	0.999	0.023	-0.076	0.328	0.008	0.246	0.670	0.427
Alto	0.445	1.000	0.266	-0.381	0.981	0.271	-0.120	0.019	0.138

ii. MPMEs-Nordeste e Sudeste (2004-2007)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(12) = 166.16
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0926
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.76

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2871827	.0824739	147.96	89.04	89.04
dim 2	.0996473	.0099296	17.81	10.72	99.76
dim 3	.0147975	.000219	0.39	0.24	100.00
total		.0926224	166.16	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.185	0.999	0.089	0.098	0.063	0.006	0.645	0.937	0.773
Baixo	0.287	0.998	0.295	0.571	0.985	0.326	-0.110	0.013	0.035
Medio	0.086	0.990	0.152	0.721	0.909	0.155	-0.365	0.081	0.115
Alto	0.033	0.903	0.002	0.033	0.046	0.000	-0.242	0.857	0.020
SemCrédito	0.409	1.000	0.462	-0.600	0.987	0.512	-0.119	0.013	0.058
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	1.000	0.250	-0.352	0.952	0.267	-0.134	0.048	0.112
Baixo	0.327	1.000	0.204	0.385	0.735	0.168	0.392	0.265	0.505
Medio	0.042	0.999	0.417	1.726	0.925	0.434	-0.828	0.074	0.288
Alto	0.011	0.986	0.128	1.835	0.906	0.131	-0.922	0.079	0.095

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(12) = 229.44
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1376
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 98.34

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3625068	.1314112	219.19	95.54	95.54
dim 2	.0621122	.0038579	6.44	2.80	98.34
dim 3	.0477794	.0022829	3.81	1.66	100.00
total		.137552	229.44	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.051	0.966	0.033	0.261	0.280	0.010	0.987	0.686	0.799
Baixo	0.338	0.856	0.036	0.184	0.836	0.032	0.069	0.020	0.026
Medio	0.359	0.982	0.034	-0.181	0.913	0.032	-0.120	0.069	0.083
Alto	0.219	0.949	0.151	-0.497	0.944	0.149	-0.084	0.005	0.025
SemCrédito	0.034	0.997	0.747	2.872	0.995	0.777	-0.350	0.003	0.067
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.991	0.556	2.180	0.987	0.574	-0.369	0.005	0.096
Baixo	0.218	0.966	0.227	0.615	0.955	0.227	0.165	0.012	0.095
Medio	0.335	0.949	0.078	-0.270	0.820	0.067	0.258	0.129	0.360
Alto	0.404	0.998	0.139	-0.344	0.908	0.132	-0.263	0.091	0.449

iii. MPMEs-Nordeste e Sudeste (2008-2011)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(12) = 203.19
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1133
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 98.45

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3273141	.1071345	192.20	94.59	94.59
dim 2	.0660638	.0043644	7.83	3.85	98.45
dim 3	.041956	.0017603	3.16	1.55	100.00
total		.1132592	203.19	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.428	0.992	0.225	0.420	0.967	0.230	0.149	0.025	0.143
Baixo	0.312	0.931	0.123	-0.357	0.930	0.121	0.026	0.001	0.003
Medio	0.125	0.988	0.413	-1.055	0.976	0.426	-0.259	0.012	0.127
Alto	0.041	0.994	0.022	-0.372	0.732	0.017	0.495	0.262	0.153
SemCrédito	0.094	0.999	0.216	0.844	0.897	0.205	-0.634	0.102	0.574
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	1.000	0.279	0.392	0.988	0.292	-0.096	0.012	0.087
Baixo	0.327	1.000	0.218	-0.461	0.919	0.212	0.304	0.081	0.457
Medio	0.042	0.994	0.391	-1.756	0.954	0.394	-0.801	0.040	0.406
Alto	0.011	0.883	0.112	-1.733	0.866	0.102	-0.541	0.017	0.049

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(12) = 96.99
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0581
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 96.69

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2301482	.0529682	88.35	91.10	91.10
dim 2	.0570459	.0032542	5.43	5.60	96.69
dim 3	.0438596	.0019237	3.21	3.31	100.00
total		.0581461	96.99	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.112	0.997	0.317	0.816	0.930	0.324	0.437	0.066	0.375
Baixo	0.317	0.976	0.160	0.327	0.834	0.147	-0.271	0.142	0.408
Medio	0.370	0.974	0.109	-0.257	0.892	0.106	0.156	0.082	0.159
Alto	0.196	0.957	0.268	-0.573	0.951	0.280	-0.092	0.006	0.029
SemCrédito	0.005	0.905	0.145	2.617	0.894	0.143	-0.585	0.011	0.029
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.993	0.514	1.688	0.960	0.542	0.626	0.033	0.300
Baixo	0.218	0.990	0.255	0.513	0.890	0.249	-0.345	0.100	0.455
Medio	0.335	0.881	0.140	-0.304	0.870	0.134	-0.069	0.011	0.028
Alto	0.404	0.890	0.091	-0.207	0.756	0.076	0.175	0.134	0.217

iv. MPMEs-Nordeste e Sudeste (2012-2014)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(12) = 162.44
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0905
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 98.36

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2894645	.0837897	150.32	92.54	92.54
dim 2	.0725891	.0052692	9.45	5.82	98.36
dim 3	.0385502	.0014861	2.67	1.64	100.00
total		.090545	162.44	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.444	0.996	0.330	0.480	0.990	0.353	0.073	0.006	0.033
Baixo	0.334	1.000	0.246	-0.457	0.904	0.241	-0.297	0.096	0.405
Medio	0.136	0.993	0.244	-0.697	0.866	0.228	0.534	0.127	0.533
Alto	0.038	0.715	0.021	-0.348	0.704	0.016	0.084	0.010	0.004
SemCrédito	0.048	0.953	0.159	0.989	0.944	0.162	-0.194	0.009	0.025
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	0.998	0.305	0.391	0.996	0.328	-0.030	0.002	0.008
Baixo	0.327	0.981	0.279	-0.509	0.970	0.293	0.110	0.011	0.054
Medio	0.042	0.964	0.285	-1.429	0.957	0.295	0.242	0.007	0.034
Alto	0.011	1.000	0.131	-1.480	0.597	0.084	-2.427	0.403	0.904

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs	=	1668
Pearson chi2(12)	=	74.29
Prob > chi2	=	0.0000
Total inertia	=	0.0445
Number of dim.	=	2
Expl. inertia (%)	=	97.49

5 active rows
4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.1972554	.0389097	64.90	87.36	87.36
dim 2	.0671365	.0045073	7.52	10.12	97.49
dim 3	.0334657	.00112	1.87	2.51	100.00
total		.044537	74.29	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.159	1.000	0.461	0.783	0.941	0.496	0.337	0.059	0.269
Baixo	0.317	1.000	0.108	0.234	0.711	0.088	-0.256	0.289	0.309
Medio	0.365	0.963	0.189	-0.336	0.963	0.209	-0.009	0.000	0.000
Alto	0.158	0.933	0.194	-0.492	0.875	0.194	0.216	0.057	0.110
SemCrédito	0.001	0.893	0.048	2.097	0.241	0.013	-5.908	0.652	0.312
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.999	0.516	1.565	0.921	0.544	0.783	0.078	0.399
Baixo	0.218	0.990	0.219	0.414	0.754	0.189	-0.397	0.236	0.510
Medio	0.335	0.967	0.242	-0.390	0.930	0.258	0.133	0.037	0.089
Alto	0.404	0.377	0.024	-0.070	0.368	0.010	0.018	0.009	0.002

Indicador Crédito BNDES Microempreendedor individual e Empresários Individuais/PIB vs. IDH – Nordeste e Sudeste

i. MEI, EI - Nordeste e Sudeste (2000-2003)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs	=	1794
Pearson chi2(12)	=	202.40
Prob > chi2	=	0.0000
Total inertia	=	0.1128
Number of dim.	=	2
Expl. inertia (%)	=	99.90

5 active rows
4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2935333	.0861618	154.57	76.37	76.37
dim 2	.1629232	.026544	47.62	23.53	99.90
dim 3	.010664	.0001137	0.20	0.10	100.00
total		.1128195	202.40	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.113	1.000	0.654	1.490	0.995	0.851	0.148	0.005	0.015
Baixo	0.345	1.000	0.157	-0.089	0.046	0.009	-0.548	0.954	0.636
Medio	0.177	0.995	0.084	-0.386	0.817	0.090	0.242	0.178	0.063
Alto	0.053	0.983	0.033	-0.349	0.515	0.022	0.447	0.468	0.065
SemCrédito	0.313	1.000	0.073	-0.161	0.288	0.028	0.339	0.711	0.221
IDH2000									
MuitoBaixo	0.624	1.000	0.150	-0.234	0.591	0.116	0.261	0.409	0.260
Baixo	0.332	1.000	0.165	0.134	0.094	0.020	-0.558	0.906	0.635
Medio	0.035	0.999	0.353	1.949	0.982	0.454	0.344	0.017	0.025
Alto	0.009	0.998	0.332	3.670	0.942	0.409	1.203	0.056	0.079

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(12) = 98.31
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0589
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.64

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2235026	.0499534	83.32	84.76	84.76
dim 2	.0936708	.0087742	14.64	14.89	99.64
dim 3	.0145027	.0002103	0.35	0.36	100.00
total		.058938	98.31	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.108	0.999	0.454	1.015	0.929	0.497	0.431	0.070	0.214
Baixo	0.278	1.000	0.115	-0.298	0.809	0.110	0.223	0.191	0.148
Medio	0.339	0.993	0.107	-0.231	0.643	0.081	-0.263	0.349	0.251
Alto	0.217	0.991	0.176	0.430	0.864	0.179	-0.255	0.127	0.151
SemCrédito	0.059	0.995	0.148	-0.709	0.757	0.132	0.614	0.238	0.237
IDH2000									
MuitoBaixo	0.035	0.981	0.143	-1.018	0.954	0.161	0.264	0.027	0.026
Baixo	0.192	0.998	0.378	-0.694	0.927	0.414	0.297	0.071	0.180
Medio	0.329	1.000	0.110	-0.101	0.116	0.015	-0.432	0.884	0.656
Alto	0.445	1.000	0.368	0.454	0.944	0.410	0.171	0.056	0.139

ii. MEI, EI - Nordeste e Sudeste (2004-2007)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(9) = 92.40
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0515
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 98.35

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2203986	.0485755	87.14	94.31	94.31
dim 2	.0456208	.0020813	3.73	4.04	98.35
dim 3	.0291473	.0008496	1.52	1.65	100.00
total		.0515064	92.40	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.295	1.000	0.661	0.724	1.000	0.701	0.022	0.000	0.003
Medio	0.089	0.994	0.098	-0.413	0.662	0.069	0.642	0.332	0.806
Alto	0.026	0.250	0.021	-0.203	0.217	0.005	0.175	0.033	0.017
SemCrédito	0.590	0.999	0.220	-0.290	0.967	0.226	-0.116	0.032	0.173
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	0.997	0.258	-0.310	0.987	0.270	0.071	0.011	0.068
Baixo	0.327	0.994	0.198	0.359	0.911	0.192	-0.238	0.082	0.404
Medio	0.042	0.988	0.261	1.151	0.908	0.251	0.752	0.080	0.518
Alto	0.011	0.960	0.283	2.383	0.958	0.287	0.201	0.001	0.010

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(9) = 112.64
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0675
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 96.01

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2321273	.0538831	89.88	79.79	79.79
dim 2	.1046466	.0109509	18.27	16.22	96.01
dim 3	.0519147	.0026951	4.50	3.99	100.00
total		.0675291	112.64	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.319	0.926	0.102	0.129	0.179	0.023	0.393	0.747	0.470
Medio	0.378	0.955	0.105	-0.136	0.229	0.030	-0.362	0.726	0.472
Alto	0.214	0.931	0.270	0.584	0.928	0.314	-0.050	0.003	0.005
SemCrédito	0.089	0.983	0.523	-1.283	0.966	0.633	0.248	0.016	0.053
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.971	0.467	-1.718	0.950	0.556	0.379	0.021	0.060
Baixo	0.218	0.922	0.226	-0.508	0.853	0.242	-0.215	0.069	0.096
Medio	0.335	0.945	0.147	0.264	0.546	0.101	-0.336	0.399	0.361
Alto	0.404	0.997	0.159	0.241	0.506	0.101	0.353	0.491	0.482

iii. MEI, EI - Nordeste e Sudeste – 2008-2011

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(12) = 187.61
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1046
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.34

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.31114	.0968081	173.67	92.57	92.57
dim 2	.0841217	.0070765	12.70	6.77	99.34
dim 3	.026309	.0006922	1.24	0.66	100.00
total		.1045767	187.61	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.113	1.000	0.765	1.504	0.995	0.822	0.204	0.005	0.056
Baixo	0.348	0.993	0.037	-0.000	0.000	0.000	-0.364	0.993	0.548
Medio	0.114	0.974	0.020	-0.236	0.935	0.020	-0.093	0.039	0.012
Alto	0.026	0.595	0.013	-0.171	0.170	0.002	0.521	0.425	0.084
SemCrédito	0.399	0.998	0.164	-0.348	0.874	0.155	0.252	0.124	0.300
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	0.997	0.173	-0.299	0.950	0.178	0.127	0.046	0.119
Baixo	0.327	0.969	0.075	0.238	0.732	0.059	-0.260	0.237	0.262
Medio	0.042	0.992	0.378	1.723	0.978	0.399	-0.392	0.014	0.076
Alto	0.011	0.999	0.374	3.188	0.900	0.364	2.024	0.098	0.543

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(12) = 177.76
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1066
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.16

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2608891	.0680631	113.53	63.87	63.87
dim 2	.1939264	.0376074	62.73	35.29	99.16
dim 3	.0299687	.0008981	1.50	0.84	100.00
total		.1065687	177.76	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.103	1.000	0.499	1.382	0.967	0.755	0.298	0.033	0.047
Baixo	0.276	0.986	0.048	-0.023	0.007	0.001	0.307	0.978	0.134
Medio	0.396	0.955	0.080	-0.281	0.950	0.119	0.023	0.005	0.001
Alto	0.189	0.995	0.239	0.048	0.004	0.002	-0.828	0.991	0.670
SemCrédito	0.036	0.978	0.134	-0.948	0.590	0.124	0.893	0.388	0.148
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.968	0.162	-0.838	0.465	0.118	1.012	0.504	0.231
Baixo	0.218	0.990	0.270	-0.669	0.882	0.373	0.271	0.108	0.082
Medio	0.335	0.998	0.220	-0.132	0.065	0.022	-0.580	0.932	0.581
Alto	0.404	1.000	0.348	0.560	0.893	0.487	0.225	0.107	0.105

iv. MEI, EI - Nordeste e Sudeste – 2012-2014

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(12) = 327.40
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1825
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.64

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4132664	.1707891	306.40	93.58	93.58
dim 2	.1051624	.0110591	19.84	6.06	99.64
dim 3	.0255032	.0006504	1.17	0.36	100.00
total		.1824986	327.40	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.063	1.000	0.834	2.415	0.997	0.889	0.254	0.003	0.039
Baixo	0.343	0.999	0.037	0.030	0.019	0.001	-0.428	0.980	0.599
Medio	0.104	0.926	0.034	-0.311	0.665	0.024	0.386	0.261	0.147
Alto	0.025	0.941	0.007	-0.064	0.034	0.000	0.658	0.907	0.101
SemCrédito	0.465	0.993	0.088	-0.276	0.914	0.086	0.161	0.079	0.115
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	0.999	0.125	-0.281	0.888	0.119	0.197	0.111	0.230
Baixo	0.327	0.987	0.044	0.133	0.298	0.014	-0.401	0.689	0.501
Medio	0.042	0.995	0.405	2.061	0.993	0.430	-0.203	0.002	0.016
Alto	0.011	0.998	0.426	4.026	0.961	0.437	1.546	0.036	0.253

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(12) = 154.16
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0924
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.51

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2440396	.0595553	99.34	64.44	64.44
dim 2	.1800426	.0324153	54.07	35.07	99.51
dim 3	.0212138	.00045	0.75	0.49	100.00
total		.0924207	154.16	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.080	1.000	0.470	1.424	0.907	0.662	0.531	0.093	0.125
Baixo	0.297	0.994	0.035	-0.048	0.051	0.003	0.240	0.942	0.095
Medio	0.399	0.898	0.024	-0.142	0.879	0.033	-0.024	0.019	0.001
Alto	0.162	0.997	0.244	0.147	0.038	0.014	-0.861	0.959	0.667
SemCrédito	0.063	0.994	0.226	-1.056	0.820	0.288	0.567	0.174	0.112
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.979	0.157	-0.990	0.720	0.176	0.692	0.260	0.116
Baixo	0.218	0.995	0.289	-0.681	0.920	0.413	0.226	0.075	0.062
Medio	0.335	0.999	0.224	-0.029	0.003	0.001	-0.585	0.996	0.636
Alto	0.404	1.000	0.329	0.498	0.802	0.410	0.288	0.198	0.186

Indicador Crédito BNDES Microempresa/PIB vs. IDH – Nordeste e Sudeste

i. ME - Nordeste e Sudeste (2000-2003)

Nordeste

Correspondence analysis	Number of obs	=	1794
	Pearson chi2(6)	=	188.80
	Prob > chi2	=	0.0000
	Total inertia	=	0.1052
3 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	100.00

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3217368	.1035146	185.71	98.36	98.36
dim 2	.0415015	.0017224	3.09	1.64	100.00
total		.1052369	188.80	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.162	1.000	0.546	1.046	0.991	0.550	0.272	0.009	0.288
Alto	0.129	1.000	0.178	0.651	0.936	0.170	-0.476	0.064	0.702
SemCrédito	0.710	1.000	0.276	-0.356	0.999	0.280	0.024	0.001	0.010
IDH2000									
MuitoBaixo	0.624	1.000	0.218	-0.337	0.993	0.220	0.080	0.007	0.096
Baixo	0.332	1.000	0.125	0.344	0.961	0.122	-0.193	0.039	0.299
Medio	0.035	1.000	0.452	2.051	1.000	0.459	-0.015	0.000	0.000
Alto	0.009	1.000	0.205	2.673	0.952	0.198	1.678	0.048	0.605

Sudeste

Correspondence analysis	Number of obs	=	1668
	Pearson chi2(6)	=	232.84
	Prob > chi2	=	0.0000
	Total inertia	=	0.1396
3 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	100.00

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3711262	.1377346	229.74	98.67	98.67
dim 2	.0430803	.0018559	3.10	1.33	100.00
total		.1395906	232.84	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.321	1.000	0.446	0.720	0.993	0.449	0.175	0.007	0.230
Alto	0.260	1.000	0.038	0.205	0.754	0.029	-0.343	0.246	0.710
SemCrédito	0.418	1.000	0.515	-0.680	0.998	0.522	0.079	0.002	0.060
IDH2000									
MuitoBaixo	0.035	1.000	0.158	-1.261	0.931	0.149	1.005	0.069	0.815
Baixo	0.192	1.000	0.302	-0.767	0.994	0.304	-0.168	0.006	0.126
Medio	0.329	1.000	0.067	-0.275	0.992	0.067	-0.070	0.008	0.038
Alto	0.445	1.000	0.474	0.633	0.999	0.480	0.046	0.001	0.022

ii. ME - Nordeste e Sudeste (2004-2007)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(9) = 274.41
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1530
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.64

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3867951	.1496105	268.40	97.81	97.81
dim 2	.0529424	.0028029	5.03	1.83	99.64
dim 3	.0233701	.0005462	0.98	0.36	100.00
total		.1529595	274.41	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.072	0.952	0.043	0.439	0.819	0.036	0.478	0.133	0.313
Medio	0.183	1.000	0.527	1.060	0.990	0.533	-0.285	0.010	0.280
Alto	0.099	0.986	0.105	0.620	0.919	0.099	0.453	0.067	0.385
SemCrédito	0.645	1.000	0.325	-0.446	0.999	0.332	-0.043	0.001	0.022
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	0.999	0.255	-0.402	0.995	0.259	-0.071	0.004	0.059
Baixo	0.327	0.993	0.158	0.430	0.968	0.156	0.190	0.026	0.222
Medio	0.042	0.995	0.410	1.964	0.995	0.417	0.064	0.000	0.003
Alto	0.011	0.998	0.177	2.410	0.924	0.167	-1.844	0.074	0.716

Sudeste

Correspondence analysis	Number of obs	=	1668
	Pearson chi2(9)	=	217.97
	Prob > chi2	=	0.0000
	Total inertia	=	0.1307
4 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	99.94

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.357407	.1277397	213.07	97.75	97.75
dim 2	.0535584	.0028685	4.78	2.20	99.94
dim 3	.0084807	.0000719	0.12	0.06	100.00
total		.1306802	217.97	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.096	0.998	0.041	0.306	0.596	0.025	0.650	0.403	0.756
Medio	0.336	0.999	0.221	0.485	0.977	0.221	-0.191	0.023	0.229
Alto	0.282	0.993	0.055	0.265	0.990	0.056	0.041	0.004	0.009
SemCrédito	0.286	1.000	0.683	-0.934	1.000	0.698	-0.034	0.000	0.006
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.999	0.281	-1.523	0.987	0.284	-0.434	0.012	0.154
Baixo	0.218	0.999	0.359	-0.776	0.999	0.367	-0.049	0.001	0.010
Medio	0.335	0.997	0.014	0.034	0.074	0.001	0.307	0.923	0.589
Alto	0.404	1.000	0.346	0.555	0.984	0.348	-0.181	0.016	0.247

iii. ME - Nordeste e Sudeste (2008-2011)

Nordeste

Correspondence analysis	Number of obs	=	1794
	Pearson chi2(12)	=	157.21
	Prob > chi2	=	0.0000
	Total inertia	=	0.0876
5 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	97.91

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2821384	.0796021	142.81	90.84	90.84
dim 2	.0787235	.0061974	11.12	7.07	97.91
dim 3	.0428059	.0018323	3.29	2.09	100.00
total		.0876318	157.21	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.229	0.959	0.149	0.417	0.860	0.141	0.267	0.098	0.207
Baixo	0.280	0.967	0.047	-0.025	0.012	0.001	-0.423	0.955	0.637
Medio	0.224	0.986	0.296	-0.636	0.982	0.320	0.074	0.004	0.016
Alto	0.125	0.997	0.143	-0.574	0.928	0.146	0.297	0.069	0.139
SemCrédito	0.142	0.977	0.365	0.882	0.976	0.392	0.027	0.000	0.001
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	0.998	0.315	0.396	0.997	0.345	-0.020	0.001	0.003
Baixo	0.327	0.983	0.325	-0.547	0.969	0.346	0.127	0.015	0.067
Medio	0.042	0.946	0.263	-1.359	0.946	0.274	-0.015	0.000	0.000
Alto	0.011	0.995	0.098	-0.933	0.320	0.034	-2.563	0.674	0.930

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(12) = 55.50
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0333
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 94.52

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.1559641	.0243248	40.57	73.11	73.11
dim 2	.0844086	.0071248	11.88	21.41	94.52
dim 3	.0427068	.0018239	3.04	5.48	100.00
total		.0332735	55.50	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.133	0.896	0.195	0.468	0.701	0.187	0.336	0.195	0.178
Baixo	0.281	0.995	0.146	0.033	0.010	0.002	-0.450	0.985	0.673
Medio	0.300	0.974	0.056	-0.182	0.822	0.063	0.106	0.152	0.040
Alto	0.260	0.863	0.126	-0.264	0.678	0.116	0.188	0.185	0.108
SemCrédito	0.027	0.968	0.477	1.911	0.968	0.631	0.038	0.000	0.000
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	0.962	0.393	1.264	0.834	0.448	-0.671	0.127	0.234
Baixo	0.218	0.817	0.176	0.375	0.817	0.196	-0.009	0.000	0.000
Medio	0.335	0.939	0.122	0.037	0.017	0.003	0.364	0.922	0.526
Alto	0.404	1.000	0.310	-0.369	0.833	0.353	-0.224	0.166	0.240

iv. ME - Nordeste e Sudeste (2012-2014)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(12) = 125.87
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.0702
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 95.47

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.2396423	.0574284	103.03	81.85	81.85
dim 2	.0977369	.0095525	17.14	13.62	95.47
dim 3	.0563798	.0031787	5.70	4.53	100.00
total		.0701596	125.87	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.278	0.966	0.120	0.328	0.845	0.124	0.194	0.121	0.107
Baixo	0.283	0.999	0.124	0.188	0.274	0.041	-0.478	0.725	0.661
Medio	0.229	0.879	0.193	-0.455	0.841	0.198	0.153	0.039	0.055
Alto	0.144	0.942	0.298	-0.754	0.936	0.341	0.093	0.006	0.013
SemCrédito	0.067	0.998	0.264	1.028	0.913	0.295	0.491	0.085	0.165
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	0.999	0.294	0.370	0.990	0.355	0.057	0.009	0.020
Baixo	0.327	0.980	0.410	-0.600	0.979	0.490	-0.021	0.000	0.001
Medio	0.042	0.768	0.158	-0.919	0.765	0.147	0.101	0.004	0.004
Alto	0.011	0.998	0.139	0.406	0.045	0.008	-2.922	0.953	0.974

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(12) = 28.55
 Prob > chi2 = 0.0046
 Total inertia = 0.0171
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.91

5 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.1024564	.0104973	17.51	61.33	61.33
dim 2	.0812665	.0066042	11.02	38.58	99.91
dim 3	.003852	.0000148	0.02	0.09	100.00
total		.0171164	28.55	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
MuitoBaixo	0.203	0.991	0.052	0.017	0.007	0.001	0.230	0.984	0.133
Baixo	0.275	0.999	0.284	0.395	0.904	0.418	0.144	0.096	0.070
Medio	0.281	1.000	0.040	-0.123	0.635	0.041	-0.104	0.364	0.038
Alto	0.232	1.000	0.204	-0.251	0.428	0.142	-0.325	0.571	0.302
SemCrédito	0.009	1.000	0.421	-2.129	0.580	0.398	2.033	0.420	0.458
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	1.000	0.388	-0.470	0.149	0.094	1.261	0.851	0.857
Baixo	0.218	0.999	0.318	-0.454	0.841	0.437	-0.221	0.158	0.130
Medio	0.335	0.947	0.011	-0.056	0.580	0.010	-0.050	0.368	0.010
Alto	0.404	1.000	0.283	0.341	0.996	0.459	0.023	0.004	0.003

Indicador Crédito BNDES Pequena empresa/PIB vs. IDH – Nordeste e Sudeste

i. Pequena empresa - Nordeste e Sudeste (2000-2003)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(6) = 292.71
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1632
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 100.00

3 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3883815	.1508402	270.61	92.45	92.45
dim 2	.1109893	.0123186	22.10	7.55	100.00
total		.1631588	292.71	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.070	1.000	0.233	1.034	0.761	0.192	1.085	0.239	0.739
Alto	0.128	1.000	0.587	1.366	0.967	0.614	-0.474	0.033	0.259
SemCrédito	0.803	1.000	0.180	-0.307	0.999	0.195	-0.019	0.001	0.003
IDH2000									
MuitoBaixo	0.624	1.000	0.195	-0.352	0.944	0.199	-0.161	0.056	0.145
Baixo	0.332	1.000	0.121	0.334	0.728	0.095	0.381	0.272	0.434
Medio	0.035	1.000	0.444	2.302	0.998	0.479	-0.175	0.002	0.010
Alto	0.009	1.000	0.241	3.142	0.871	0.227	-2.261	0.129	0.411

Sudeste

Correspondence analysis	Number of obs	=	1668
	Pearson chi2(6)	=	334.08
	Prob > chi2	=	0.0000
	Total inertia	=	0.2003
3 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	100.00

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4471675	.1999588	333.53	99.84	99.84
dim 2	.0181245	.0003285	0.55	0.16	100.00
total		.2002873	334.08	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.188	1.000	0.257	0.781	0.996	0.256	0.232	0.004	0.556
Alto	0.294	1.000	0.265	0.635	0.997	0.265	-0.165	0.003	0.441
SemCrédito	0.519	1.000	0.478	-0.643	1.000	0.479	0.010	0.000	0.003
IDH2000									
MuitoBaixo	0.035	1.000	0.129	-1.289	1.000	0.129	0.030	0.000	0.002
Baixo	0.192	1.000	0.368	-0.926	0.999	0.368	0.173	0.001	0.315
Medio	0.329	1.000	0.044	-0.243	0.978	0.043	-0.182	0.022	0.601
Alto	0.445	1.000	0.459	0.680	1.000	0.459	0.058	0.000	0.082

ii. Pequena empresa - Nordeste e Sudeste (2004-2007)

Nordeste

Correspondence analysis	Number of obs	=	1794
	Pearson chi2(6)	=	341.42
	Prob > chi2	=	0.0000
	Total inertia	=	0.1903
3 active rows	Number of dim.	=	2
4 active columns	Expl. inertia (%)	=	100.00

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4267126	.1820836	326.66	95.68	95.68
dim 2	.0907188	.0082299	14.76	4.32	100.00
total		.1903135	341.42	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.129	1.000	0.284	0.946	0.909	0.270	0.651	0.091	0.601
Alto	0.120	1.000	0.482	1.312	0.965	0.486	-0.545	0.035	0.394
SemCrédito	0.751	1.000	0.234	-0.373	0.999	0.244	-0.024	0.001	0.005
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	1.000	0.221	-0.394	0.978	0.226	-0.127	0.022	0.111
Baixo	0.327	1.000	0.119	0.376	0.866	0.108	0.321	0.134	0.370
Medio	0.042	1.000	0.439	2.164	1.000	0.459	-0.067	0.000	0.002
Alto	0.011	1.000	0.221	2.817	0.899	0.207	-2.051	0.101	0.517

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(6) = 321.56
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1928
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 100.00

3 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4390377	.1927541	321.51	99.98	99.98
dim 2	.0054826	.0000301	0.05	0.02	100.00
total		.1927842	321.56	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.252	1.000	0.199	0.588	1.000	0.199	0.109	0.000	0.550
Alto	0.306	1.000	0.244	0.592	1.000	0.244	-0.090	0.000	0.450
SemCrédito	0.442	1.000	0.557	-0.744	1.000	0.558	-0.000	0.000	0.000
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	1.000	0.174	-1.320	1.000	0.174	-0.053	0.000	0.023
Baixo	0.218	1.000	0.408	-0.907	1.000	0.408	-0.060	0.000	0.142
Medio	0.335	1.000	0.002	-0.050	0.948	0.002	0.104	0.052	0.663
Alto	0.404	1.000	0.416	0.673	1.000	0.416	-0.048	0.000	0.172

iii. Pequena empresa - Nordeste e Sudeste (2008-2011)

Nordeste

```

Correspondence analysis
4 active rows
4 active columns
Number of obs      =      1794
Pearson chi2(9)    =      301.82
Prob > chi2        =      0.0000
Total inertia      =      0.1682
Number of dim.     =        2
Expl. inertia (%)  =      99.92

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4002683	.1602147	287.43	95.23	95.23
dim 2	.0888184	.0078887	14.15	4.69	99.92
dim 3	.0116053	.0001347	0.24	0.08	100.00
total		.1682381	301.82	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.177	0.991	0.027	0.071	0.079	0.002	0.510	0.912	0.519
Medio	0.199	0.998	0.181	-0.609	0.972	0.185	0.211	0.026	0.099
Alto	0.128	1.000	0.453	-1.204	0.976	0.464	-0.402	0.024	0.233
SemCrédito	0.496	1.000	0.339	0.531	0.979	0.349	-0.163	0.021	0.148
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	1.000	0.263	0.418	0.981	0.271	-0.123	0.019	0.105
Baixo	0.327	1.000	0.190	-0.464	0.883	0.176	0.358	0.117	0.472
Medio	0.042	0.999	0.390	-1.958	0.979	0.401	-0.599	0.020	0.169
Alto	0.011	0.997	0.158	-2.339	0.922	0.152	-1.421	0.075	0.254

Sudeste

```

Correspondence analysis
4 active rows
4 active columns
Number of obs      =      1668
Pearson chi2(9)    =      311.11
Prob > chi2        =      0.0000
Total inertia      =      0.1865
Number of dim.     =        2
Expl. inertia (%)  =      99.98

```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4209002	.177157	295.50	94.98	94.98
dim 2	.0965704	.0093258	15.56	5.00	99.98
dim 3	.0057105	.0000326	0.05	0.02	100.00
total		.1865155	311.11	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.186	1.000	0.039	0.051	0.028	0.001	0.625	0.972	0.751
Medio	0.302	0.999	0.104	-0.390	0.998	0.109	-0.023	0.001	0.002
Alto	0.283	1.000	0.191	-0.534	0.954	0.192	-0.244	0.046	0.174
SemCrédito	0.229	1.000	0.667	1.133	0.995	0.698	-0.175	0.005	0.073
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	1.000	0.314	1.742	0.955	0.315	-0.783	0.044	0.278
Baixo	0.218	1.000	0.355	0.850	0.998	0.373	0.079	0.002	0.014
Medio	0.335	0.999	0.030	-0.102	0.264	0.008	0.357	0.735	0.441
Alto	0.404	1.000	0.301	-0.562	0.956	0.303	-0.253	0.044	0.267

iv. Pequena empresa - Nordeste e Sudeste (2012-2014)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(9) = 262.01
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1460
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 96.70

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.363563	.1321781	237.13	90.50	90.50
dim 2	.0951364	.0090509	16.24	6.20	96.70
dim 3	.0694307	.0048206	8.65	3.30	100.00
total		.1460496	262.01	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.241	0.438	0.037	0.117	0.224	0.009	0.223	0.214	0.126
Medio	0.229	1.000	0.360	-0.767	0.931	0.371	-0.406	0.068	0.397
Alto	0.114	0.971	0.239	-0.850	0.854	0.226	0.616	0.117	0.453
SemCrédito	0.416	0.985	0.364	0.587	0.981	0.394	-0.074	0.004	0.024
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	0.990	0.265	0.412	0.988	0.290	-0.033	0.002	0.007
Baixo	0.327	0.929	0.206	-0.483	0.923	0.210	0.080	0.007	0.022
Medio	0.042	0.957	0.349	-1.769	0.931	0.360	0.574	0.026	0.145
Alto	0.011	0.996	0.179	-2.144	0.711	0.141	-2.655	0.285	0.826

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(9) = 209.42
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1256
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 99.81

4 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.3504138	.1227898	204.81	97.80	97.80
dim 2	.0501876	.0025188	4.20	2.01	99.81
dim 3	.0156399	.0002446	0.41	0.19	100.00
total		.1255532	209.42	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Baixo	0.233	0.933	0.011	0.068	0.268	0.003	0.284	0.665	0.375
Medio	0.285	0.999	0.142	0.407	0.927	0.135	-0.301	0.072	0.514
Alto	0.269	0.991	0.115	0.387	0.976	0.115	0.129	0.016	0.089
SemCrédito	0.213	1.000	0.731	-1.109	0.999	0.747	-0.072	0.001	0.022
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	1.000	0.347	-1.655	0.965	0.342	-0.839	0.035	0.613
Baixo	0.218	0.999	0.350	-0.753	0.982	0.352	0.266	0.018	0.307
Medio	0.335	0.867	0.009	0.092	0.837	0.008	0.046	0.030	0.014
Alto	0.404	0.998	0.293	0.508	0.994	0.298	-0.090	0.005	0.066

Indicador Crédito BNDES Média empresa/PIB vs. IDH – Nordeste e Sudeste

i. Média empresa - Nordeste e Sudeste (2000-2003)

Nordeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1794
 Pearson chi2(3) = 358.89
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.2000
 Number of dim. = 1
 Expl. inertia (%) = 100.00

2 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4472686	.2000492	358.89	100.00	100.00
total		.2000492	358.89	100	

Categories	overall			dimension_1		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB						
Alto	0.100	1.000	0.900	2.003	1.000	0.900
SemCrédito	0.900	1.000	0.100	-0.223	1.000	0.100
IDH2000						
MuitoBaixo	0.624	1.000	0.132	-0.308	1.000	0.132
Baixo	0.332	1.000	0.028	0.194	1.000	0.028
Medio	0.035	1.000	0.589	2.740	1.000	0.589
Alto	0.009	1.000	0.250	3.544	1.000	0.250

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(3) = 321.22
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1926
 Number of dim. = 1
 Expl. inertia (%) = 100.00

2 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4388382	.192579	321.22	100.00	100.00
total		.192579	321.22	100	

Categories	overall			dimension_1		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB						
Alto	0.305	1.000	0.695	1.000	1.000	0.695
SemCrédito	0.695	1.000	0.305	-0.439	1.000	0.305
IDH2000						
MuitoBaixo	0.035	1.000	0.079	-1.000	1.000	0.079
Baixo	0.192	1.000	0.277	-0.795	1.000	0.277
Medio	0.329	1.000	0.121	-0.402	1.000	0.121
Alto	0.445	1.000	0.523	0.718	1.000	0.523

ii. Média empresa - Nordeste e Sudeste (2004-2007)

Nordeste

Não há como gerar, pois a categoria CREDITO_PIB contam somente com variáveis Sem Crédito.

Sudeste

Não há como gerar, pois a categoria CREDITO_PIB contam somente com variáveis Sem Crédito

iii. Média empresa - Nordeste e Sudeste (2008-2011)

Nordeste

Não há como gerar, pois a categoria CREDITO_PIB contam somente com variáveis Sem Crédito.

Sudeste

Não há como gerar, pois a categoria CREDITO_PIB contam somente com variáveis Sem Crédito.

iv. Média empresa - Nordeste e Sudeste (2012-2014)

Nordeste

```
Correspondence analysis          Number of obs    =    1794
                                Pearson chi2(6)      =   463.60
                                Prob > chi2         =    0.0000
                                Total inertia       =    0.2584
3 active rows                   Number of dim.      =     2
4 active columns                Expl. inertia (%) =  100.00
```

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4762574	.2268211	406.92	87.77	87.77
dim 2	.1777469	.0315939	56.68	12.23	100.00
total		.258415	463.60	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.132	1.000	0.213	0.713	0.582	0.141	0.989	0.418	0.727
Alto	0.113	1.000	0.593	1.647	0.949	0.641	-0.623	0.051	0.246
SemCrédito	0.755	1.000	0.194	-0.370	0.983	0.217	-0.080	0.017	0.027
IDH2010									
MuitoBaixo	0.620	1.000	0.210	-0.411	0.920	0.220	-0.199	0.080	0.138
Baixo	0.327	1.000	0.145	0.383	0.610	0.101	0.502	0.390	0.463
Medio	0.042	1.000	0.408	2.292	0.993	0.461	-0.317	0.007	0.024
Alto	0.011	1.000	0.237	3.051	0.806	0.218	-2.446	0.194	0.375

Sudeste

Correspondence analysis

Number of obs = 1668
 Pearson chi2(6) = 284.05
 Prob > chi2 = 0.0000
 Total inertia = 0.1703
 Number of dim. = 2
 Expl. inertia (%) = 100.00

3 active rows
 4 active columns

Dimension	singular value	principal inertia	chi2	percent	cumul percent
dim 1	.4076244	.1661577	277.15	97.57	97.57
dim 2	.0643303	.0041384	6.90	2.43	100.00
total		.1702961	284.05	100	

Categories	overall			dimension_1			dimension_2		
	mass	quality	%inert	coord	sqcorr	contrib	coord	sqcorr	contrib
CREDITO_PIB									
Medio	0.231	1.000	0.165	0.520	0.909	0.154	0.413	0.091	0.615
Alto	0.312	1.000	0.307	0.632	0.970	0.305	-0.281	0.030	0.383
SemCrédito	0.457	1.000	0.528	-0.695	1.000	0.541	-0.018	0.000	0.002
IDH2010									
MuitoBaixo	0.044	1.000	0.195	-1.359	0.993	0.198	-0.280	0.007	0.053
Baixo	0.218	1.000	0.416	-0.892	0.996	0.425	-0.145	0.004	0.071
Medio	0.335	1.000	0.016	0.013	0.008	0.000	0.356	0.992	0.658
Alto	0.404	1.000	0.373	0.617	0.986	0.377	-0.186	0.014	0.217